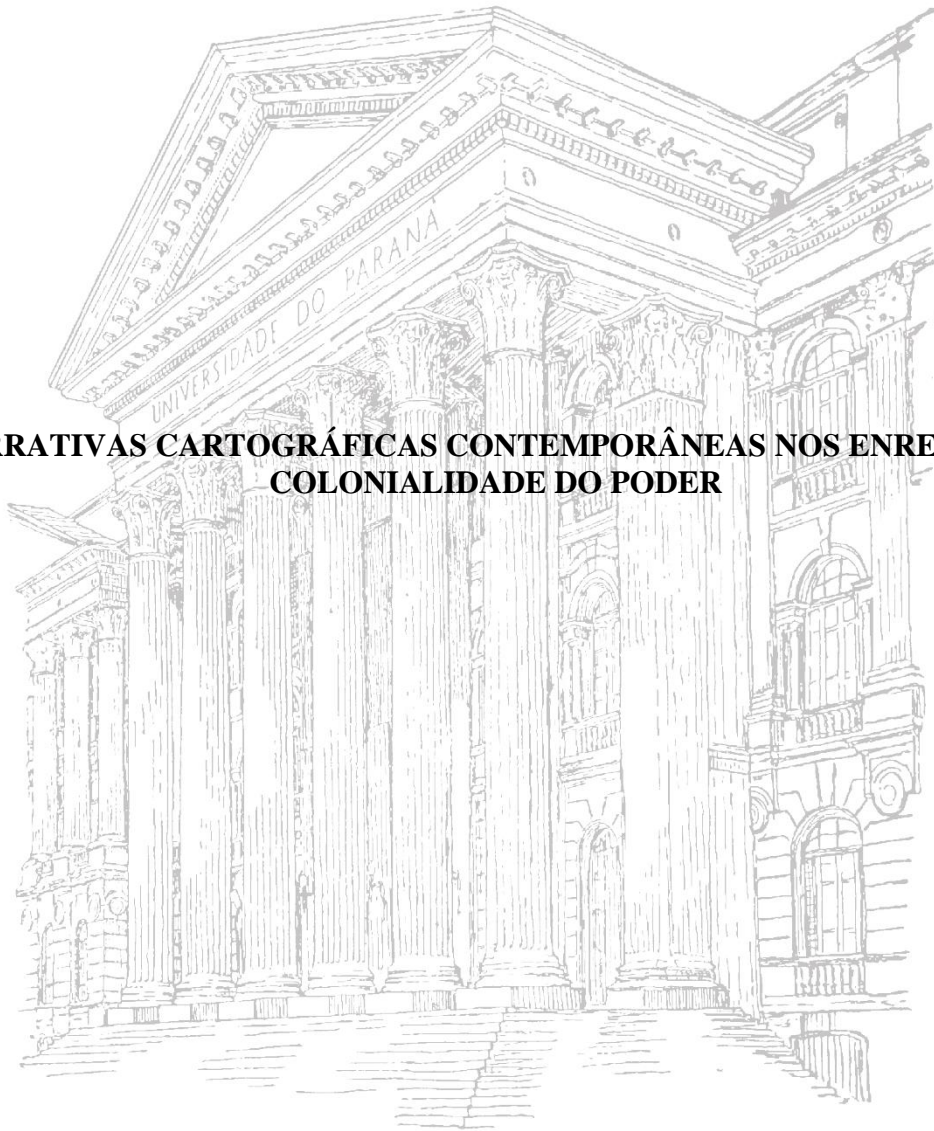


**OTÁVIO GOMES ROCHA**

**NARRATIVAS CARTOGRÁFICAS CONTEMPORÂNEAS NOS ENREDOS DA  
COLONIALIDADE DO PODER**



**CURITIBA**

**2015**

**OTÁVIO GOMES ROCHA**

**NARRATIVAS CARTOGRÁFICAS CONTEMPORÂNEAS NOS ENREDOS DA  
COLONIALIDADE DO PODER**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Ramón Montenegro Gómez

**CURITIBA**

**2015**

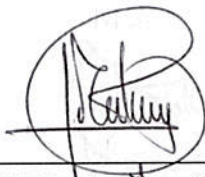
PARECER

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia reuniram-se para a arguição da Dissertação de Mestrado, apresentada pelo candidato **OTÁVIO GOMES DA ROCHA** intitulada **"NARRATIVAS CARTOGRÁFICAS CONTEMPORÂNEAS NOS ENREDOS DA COLONIALIDADE DO PODER"** para obtenção do grau de Mestre em Geografia, do Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná Área de Concentração Espaço, Sociedade e Ambiente, Linha de Pesquisa Paisagem e Análise Ambiental.

Após haver analisado o referido trabalho e argüido o (a) candidato (a), são de parecer pela APROVAÇÃO da Dissertação.

Curitiba, 29 de abril de 2015.

Nome e Assinatura da Banca Examinadora:



Prof. Dr. Jorge R. Montenegro Gomez - orientador



Prof. Dr. Renato Emerson dos Santos - UERJ



Prof.ª. Dr.ª. Joseli Maria da Silva – UEPG



Prof.ª. Dr.ª. Angela Katuta - UFPR/Litoral

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a toda minha família, tios, tias, primos e prima, mas em especial minha mãe, Denise, e minha avó, Vera, pois qualquer lapso de sensibilidade que espero transmitir com este trabalho não seria possível sem a presença delas na minha formação como ser humano. Também sou grato ao Juarez, por estar sempre presente e afável. Agradeço a todxs que participaram ou estiveram junto de alguma forma dos momentos que marcaram a construção desta pesquisa, que não reflete uma narrativa individual, mas uma trajetória coletiva, plural, desenhada nos mais diversos espaços de diálogo. Ao coletivo Encontra, e todxs que por aí passaram e deixaram suas impressões nesta vivaz experiência de contra-hegemonia acadêmica. Seria impraticável nomear todas as pessoas que somaram forças nestes anos de vida encontrera, mas expresso gratidão especial a meu orientador, Jorge, que desde o acolhimento no início da minha vida acadêmica, sempre transmitiu persistência e a indignação que move esta pesquisa adiante. Sou grato à Associação dos Geógrafos Brasileiros por toda a riqueza da experiência que esta entidade proporciona e, principalmente, axs companheirxs da AGB-Curitiba. Um agradecimento especial à tertúlia do meu pago (o batismo dos sem nome, rodeio dos desgarrados, o grito de alerta do pampa, tribuna de injustiçados, o campo sonoro sem porteira ou aramados, onde o violão e o poeta podem chorar abraçados), que estive junto nas dificuldades e alegrias, Angelo, Anna, Caiçara, Chapa, Gilson, Gustavo, Nathan, Maria, Santi. Meu sincero muito obrigado. Por fim, agradeço à banca examinadora pelas grandiosas contribuições, que acenderam faíscas para novas perspectivas possíveis. E a todxs aqueles que, entre o rabisco de um mapa e a resistência cotidiana, nunca perderão de vista o horizonte da utopia...



*“El pensamiento es tarea de vagos y maleantes. Hay que saber perderse para trazar un mapa: vagar por los márgenes y por el desierto, fuera de las fortalezas en las que están encerrados la verdad, el bien y la belleza. Sólo los nómadas descubren otros mundos. Hay que saber pervertir la ley (jugar con ella) y a veces subvertirla (ponerla en cuestión) para cambiar y/o quitar la ley: provocar malos pensamientos en los bien-pensantes, asediar las sedes de la verdad, el bien y la belleza. Sólo los malditos mejoran este mundo.”*

JESÚS IBÁÑEZ

## RESUMO

Os mapas são, desde sempre, objetos de disputa entre classes, grupos e indivíduos devido a sua aptidão nos processos de apropriação e controle territorial: produzir mapas é sinônimo de poder. Na tradição cartográfica da modernidade, os mapas caracterizam-se pela cientificidade, cartesianismo, exclusividade do Estado no controle de sua produção e distribuição, e estiveram associados à ampliação dos mercados globais no contexto de expansão europeia, às finalidades militares e de controle dos territórios por agentes hegemônicos. Com a popularização e uma suposta democratização do acesso às técnicas de mapeamento, que nutrem a multiplicidade de mapas nos dias atuais surgem novas interpretações e dúvidas quanto ao papel da cartografia. As incertezas que presenciamos atualmente são resultados da visibilidade que se estabelece sobre cartografias não-hegemônicas, movimento que pode estar associado a diversos fatores, e é intrínseco às transformações que atravessam a sociedade de uma maneira geral. Estes movimentos são ordinariamente tratados a partir de leituras ocidentais como “superações”, “giros” e “viradas”, porém compreensões deste tipo podem estar amarradas a visões lineares e simplificadoras. Considerando que a riqueza da experiência social do mundo sempre esteve além daquilo que é aceito e divulgado pelos padrões institucionalizados de saber do Ocidente, este trabalho busca nas reflexões realizadas pela perspectiva descolonial, em torno da ideia de colonialidade como o lado oculto e indissociável da modernidade, suporte para uma investigação exploratória sobre os enredos da atualidade da produção cartográfica.

Palavras-chave: cartografia, modernidade, colonialidade do poder.

## **RESUMEN**

Los mapas son, desde siempre, objetos de disputa entre clases, grupos e individuos debido a su aptitud en los procesos de apropiación y control territorial: producir mapas es sinónimo de poder. En la tradición cartográfica de la modernidad, los mapas se caracterizan por la científicidad, cartesianismo, exclusividad del Estado en el control de su producción y distribución, y se asociaron con la ampliación de los mercados globales en el contexto de la expansión europea, a fines militares y del control de territorios por agentes hegemónicos. Con la popularización y una supuesta democratización del acceso a las técnicas de mapeo que nutren la multitud de mapas actual, surgen nuevas interpretaciones y dudas sobre el rol de la cartografía. Las incertidumbres que estamos presenciando hoy son el resultado de la visibilidad que se establece en la cartografía no hegemónica, movimiento que puede estar asociada con varios factores, y es intrínseco a los cambios de la sociedad en general. Estos movimientos se tratan habitualmente en lecturas occidentales como "superación" y "giros", pero comprensiones de este tipo pueden estar vinculadas a miradas lineales y simplistas. Considerando que la riqueza de la experiencia social del mundo ha sido siempre más allá de lo que es aceptado y publicado por patrones institucionalizados del conocimiento occidental, esta trabajo busca en las reflexiones de la perspectiva descolonial, en torno a la idea de colonialidad como la face oculta e inseparable de la modernidad, el soporte para una investigación exploratoria de las tramas actuales de la producción cartográfica.

Palabras-clave: cartografía, modernidad, colonialidad del poder.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Paradoxo de Russell-Frege: o conjunto de todos os conjuntos que não são membros de si próprios <i>é e não é</i> membro de si próprio. ....	22
Figura 2 - Mapa-mundi de Psalter (1265) (Detalhe: Jerusalém no centro do mapa).....	33
Figura 3 - <i>Nova Hispaniae Descriptio</i> . ....	34
Figura 4 - Mapa da população germânica na Europa e no mundo (detalhe) <i>Geschichtsatlas... Deutsch</i> (1933). ....	39
Figura 5 – Cartografia social dos faxinalenses do núcleo metropolitano sul de Curitiba (Nova Cartografia Social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil). ....	52
Figura 6 – Region of Rat-Bitten Babies. ....	54
Figura 7 – Where commuters run over black children on the pointes-downtown track. ....	54
Figura 8 – conjunto de mapas elaborados por bunge no livro "nuclear war atlas". ....	55
Figura 9 - Otra Pampa es posible. Radiografía del corazón del modelo sojero (ICONOCLASISTAS). ....	57
Figura 10 - “El revés de la trama”. ....	58
Figura 11 - Biopolitics Map Venice. ....	59
Figura 12 – “ <i>this is rafah: Cartografía crítica de la frontera de Egipto y Gaza</i> ” ....	60
Figura 13 - Routs of least Surveillance.. ....	61
Figura 14 - <i>Universalis Cosmographia secundum Ptholomaei traditionem et Americi Vespucii aliorumque lustrationes</i> , de Martin Waldseemüller (1507). ....	70
Figura 15 – Mapa T/O: representa a partição do mundo em três continentes baseada no mito cristão de Sem, Cam e Jafet.....	73
Figura 16 - <i>Theatrum orbis terrarum</i> - Capa do Atlas de Abraham Ortelius (1570). ....	85
Figura 17 - <i>Typus orbis terrarum</i> - Mapa mundi de Abraham Ortelius (1570). ....	86
Figura 18 - Sequência ideológica da Grécia à Europa moderna.....	89
Figura 19 - Sequência histórica do mundo grego à Europa moderna.....	89
Figura 20 - Detalhe de “Carta do Brasil” (Atlas de Sebastião Lopes, 1565). ....	93
Figura 21 - Amazônia: O Eldorado que surpreenderá o mundo - SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). ....	101
Figura 22 – Diagrama: elementos para refletir sobre a <i>virada cartográfica</i> . ....	113
Figura 23 - Mecanismos de distorção dos mapas segundo Monmonier (1991) e Santos (1998). ....	116

Figura 24 – Mapa “dhulan” de <i>Dalarrwi</i> , território do clã Gumatj.....	120
Figura 25 – Diagrama de ilustração dos elementos utilizados como suporte metodológico..	122
Figura 26 – Mapa Descartógrafos. ....	125
Figura 27 – Detalhe do mapa Descartógrafos: a vila Pequeno Espaço. ....	126
Figura 28 – Mapa Relacional Pequeno Espaço .....	128
Figura 29 – Mapa Pequeno Espaço .....	129
Figura 30 – Capa do catálogo Nova Cartografia Social .....	136
Figura 31 – Alguns fascículos do projeto Nova Cartografia Social. ....	136
Figura 32 – Legenda da cartografia social do fascículo “Fundos de Pasto. Nosso jeito de viver no sertão”, Série: Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, volume 2. ....	138
Figura 33 – Legenda da cartografia social do fascículo “Faxinalenses do Núcleo Metropolitano Sul de Curitiba”, Série: Faxinalenses no Sul do Brasil, volume 5. ....	139
Figura 34 – Legenda da cartografia social do fascículo “Pipipã”, Série: Povos Indígenas do Nordeste, volume 5.....	139
Figura 35 – Legenda da cartografia social do fascículo “Fé e Esperança: Mulheres guerreiras de Campos Salles” Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia, volume 5..	140
Figura 36 – Mapa da cartografia social do fascículo “Ribeirinhos, Extrativistas e Agricultores da Associação das comunidades do lago do Antônio – Humaitá/AM”, Série: Movimentos Sociais, Identidade Coletiva e Conflitos, volume 22.. ....	142
Figura 37 – Uso de imagem LANDSAT georreferenciada na cartografia social do fascículo “Pescadores e pescadoras artesanais do Açude Público Cocorobó”, Série: Pescadores e Pescadoras Artesanais do Rio São Francisco, volume 2.. ....	143
Figura 38 - Detalhe da cartografia social do fascículo “Cipozeiros de Garuva”, Série: Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, volume 9.....	144
Figura 39 - Cartografia social do fascículo “Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis (LBGT) Manaus/AM”, Série: Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia, volume 9.....	145
Figura 40 - Projeto México Indígena (Localização).....	151
Figura 41 – Sierra Juarez: localização das comunidades impactadas pelo Projeto México Indígena. ....	152
Figura 42 – Equipe de pesquisa do projeto México Indígena. ....	159
Figura 43 – Captura de tela do website do projeto México Indígena.....	160

Figura 44 – Captura de tela da plataforma de SIG online da área de estudo Huasteca Potosina, do projeto México Indígena.....	161
Figura 45 - Captura de tela da plataforma de SIG online da área de estudo Huasteca Potosina, do projeto México Indígena.....	161
Figura 46 - Da não-participação à participação autêntica. Uma escala de avaliação .....	171

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1 METANARRATIVAS CARTOGRÁFICAS E MODERNIDADE EM CRISE? (OU “ALGO DEVE MUDAR PARA QUE TUDO CONTINUE COMO ESTÁ?”) .....</b>	<b>18</b>
1.1 Metanarrativas da modernidade em crise (das metanarrativas legitimadoras à legitimação dos microrrelatos?) .....	20
1.2 A produção de ausências (ou como se manifestam no espaço os efeitos metanarrativos da modernidade ocidental) .....	26
1.3 Modernidade, cartografia e ciência: os mapas na modernidade e a crise da tradição cartográfica moderna.....	28
1.4 Os mapas contra a parede: a crítica teórica à cartografia.....	36
1.5 Outras cartografias: subversão, ação e a guerra dos mapas .....	47
1.6 “Algo deve mudar para que tudo continue como está”: a desconfiança no horizonte de uma “virada cartográfica” .....	64
<b>2 TECENDO A COLONIALIDADE DO PODER ATRAVÉS DOS MAPAS.....</b>	<b>68</b>
2.1 A invenção da América.....	68
2.2 Aproximações à perspectiva descolonial do projeto modernidade/colonialidade: o sistema-mundo moderno/colonial. ....	75
2.3 A modernidade iniciada em 1492 .....	79
2.4 Simultaneidades em tensão: a heterogeneidade histórico-estrutural.....	88
2.5 Do discurso da “pureza de sangue” à colonialidade do poder .....	94
2.6 Ciência, colonialidade do saber e a <i>hybris</i> do ponto zero .....	102
<b>3 NOS ENREDOS DA ATUALIDADE DA CARTOGRAFIA: UMA DERIVA EXPLORATÓRIA .....</b>	<b>108</b>
3.1 A cartografia em micronarrativas para além da celebração da diversidade: uma deriva exploratória pelas experiências cartográficas contemporâneas.....	110
3.2 Produção colonial da escala, projeção e simbolização.....	116
3.3 Descartografia/Recartografia: a experiência cartográfica do coletivo <i>E/Ou</i> em Curitiba/PR.....	122



3.4	Nova Cartografia Social e o novo contexto das disputas territoriais .....	131
3.5	Projeto México Indígena: um caso de “geopirataria participativa” .....	149
<b>4</b>	<b>SOBRE OS MAPAS QUE FAZEMOS E NOS FAZEM E OS MAPAS QUE FAZEMOS E NOS VENDEM .....</b>	<b>165</b>
4.1	“Não há necessidade de ficção científica para se conceber um mecanismo de controle que dê, a cada instante, a posição de um elemento no espaço [...]” .....	167
4.2	Mapas que fazemos e nos vendem (ou a heterarquia da dominação) .....	174
4.3	Mapas que fazemos e nos fazem (ou a heterarquia da resistência).....	181
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: NOTAS DE UM OTIMISTA RECÉM-CONVERTIDO .....</b>	<b>188</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>195</b>

## APRESENTAÇÃO

Rir, detestar e deplorar. A tensão entre estes impulsos está, segundo Nietzsche, na raiz da compreensão de algo. Os três instintos têm em comum – agora parafraseando Foucault – o fato de rejeitarem a proximidade do objeto que se pretende conhecer, de o conservarem a uma distância suficientemente segura para se diferenciar dele. Justamente porque estes instintos são constantemente conflitantes entre si, são capazes de produzir conhecimento. “Não há, portanto, no conhecimento uma adequação ao objeto, uma relação de assimilação, mas, ao contrário, uma relação de distância e dominação; não há no conhecimento algo como felicidade e amor, mas ódio e hostilidade; não há unificação, mas sistema precário de poder” (FOUCAULT, 2002, p. 22). A relação desenvolvida com o objeto de estudo desta dissertação, a cartografia, está arraigada em sua origem ao ódio e à hostilidade. De uma trajetória acadêmica que se iniciara num curso de Engenharia Cartográfica e, esperançosa de mudanças radicais, havia migrado para uma Geografia onde a tecnocracia parece ganhar cada vez mais espaço, não poderíamos esperar algo muito diferente. Ironicamente ou não, o “[...] conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que, tendo por base os resultados de observações diretas ou da análise de documentação, se voltam para a elaboração de mapas, cartas e outras formas de expressão ou representação [...]” (ACI, 1964, s/p.) – a cartografia – não abandonou a caminhada. Mas desta vez ela apareceu com outras roupagens. No ano de 2009 me aproximei de uma experiência da qual pouco, ou quase nada, tinha conhecimento. Tratava-se da “cartografia social”, uma ferramenta de mapeamento participativo muito utilizada por povos e comunidades tradicionais de todo o Brasil como estratégia de afirmação de identidades coletivas e lutas pela manutenção dos territórios de vida destes grupos. Do envolvimento com este projeto abriram-se janelas para um universo cartográfico completamente distinto da insipidez que a cartografia tradicional me acometera. Porém, os três impulsos, rir, detestar e deplorar, já estavam tão arraigados ao sentimento nutrido pelos mapas que não haveria outra saída para as novas descobertas que não fosse tornarem-se objeto da curiosidade investigativa marcada pela crítica. Esta pequena apresentação tem o intuito de auxiliar o leitor/a leitora a encontrar com mais facilidade o lugar de enunciação, e, assim, possibilitar sua participação ativa na narrativa construída.

## INTRODUÇÃO

A cada tipo de sociedade, evidentemente, pode-se fazer corresponder um tipo de máquina: as máquinas simples ou dinâmicas para as sociedades de soberania, as máquinas energéticas para as de disciplina, as cibernéticas e os computadores para as sociedades de controle. Mas as máquinas não explicam nada, é preciso analisar os agenciamentos coletivos dos quais elas são apenas uma parte. Face às formas próximas de um controle incessante em meio aberto, é possível que os confinamentos mais duros nos pareçam pertencer a um passado delicioso e benevolente. (DELEUZE, 1992, p. 216)

Vivemos um momento de incertezas. Anuncia-se uma nova ordem, mas o que mais nos salta aos olhos é a intensificação de tudo aquilo que já vimos antes. As transformações sociais são reduzidas a uma repetição acelerada do presente e a criatividade libertadora que nos dava esperança parece ser aprisionada antes mesmo de ser concebida. As macro-instâncias onde depositávamos nossa energia emancipadora estão, com razão, cada vez mais desacreditadas. A ciência moderna, por exemplo, malograda pelo monopólio epistemológico que se arrogou a si mesma, pouco ou quase nada penetrou as barreiras impostas pelo capitalismo e pela lógica global da colonialidade do poder – a não ser para se colocar a serviço da mercantilização técnica do mundo. Temos ferramentas mas não sabemos como usá-las (ou as usamos por dentro de uma lógica insana), e talvez seja este o grande drama de nossa época. Se as máquinas cibernéticas são a metáfora da nossa sociedade, nos parece mais difícil tentar explicá-las, e mais árduo ainda lhes oferecer resistência.

A produção de mapas também vive momentos de incertezas. Novas possibilidades surgem com a popularização e uma suposta democratização do acesso às técnicas de mapeamento, que alimentam a multiplicidade de mapas nos dias atuais. Estes mapas tornam-se cada vez mais evidentes e causam calafrios nos cartógrafos mais conservadores. Ao mesmo tempo, a própria institucionalidade da cartografia mobiliza-se para incorporá-la e disciplinar seu uso.

Os mapas são, desde sempre, objetos de disputa entre classes, grupos, indivíduos devido a sua aptidão nos processos de apropriação e controle territorial: produzir mapas é sinônimo de poder. Assim, mapas “hegemônicos” e “contra-hegemônicos” sempre existiram, não são uma invenção hodierna. O que presenciamos hoje é uma emergência da visibilidade que a cartografia não hegemônica produz, movimento que pode estar associado a diversos fatores. Movimento que é indissociável, sem dúvida, das incertezas que vive a sociedade de uma maneira geral. Estamos acostumados, desde o olhar ocidental, a tratar estes movimentos e transformações como “rupturas paradigmáticas”, “superações”, “giros” e “viradas”, figuras

que são até certo ponto aprisionadas em uma visão linear da história, característica da racionalidade moderna ocidental.

A riqueza da experiência social do mundo sempre esteve muito além daquilo que é aceito e divulgado pelos padrões de saber do Ocidente. As mudanças no interior das próprias instâncias de conhecimento institucionalizadas pela modernidade ocidental que ocorrem no ato da incorporação de experiências já existentes mas invisibilizadas, responde muito mais a um jogo de tensionamentos de saberes e poderes. Portanto, se falamos em movimentos de viradas, giros e rupturas, os concebemos no interior da própria estrutura do saber ocidental, como anúncio de um contexto de instabilidade. Como falar, por exemplo, em um “giro descolonial”, quando sabemos que experiências e práticas de descolonização existem desde a própria invenção do colonialismo, porém foram invisibilizadas ou produzidas como não-existentes? Se existe um “giro”, ele só pode ocorrer na própria estrutura de saber/poder institucionalizada pela racionalidade dominante, que passa a enxergar e produzir além daquilo que lhe era consentido.

Se escutarmos falar em um “giro descolonial” na Geografia, devemos atentar ao fato de que, enquanto prática social, “geografias descoloniais” existem desde que existe uma “Geografia colonial”, produzidas nas zonas fronteiriças do saber legitimado pela modernidade e pelo Estado. O saber é produzido e flui em toda a extensão do campo social; não se trata apenas do que é aceito pelo cânon acadêmico, publicado em idiomas europeus e legitimados por ilustres senhores do conhecimento. Se existe de fato um “giro descolonial” ou uma “virada cartográfica”, é porque estes movimentos fazem sentido numa certa institucionalidade do saber, com a qual esta pesquisa não tem a pretensão de se desligar completamente (ou seríamos, com razão, acusados de levianos ou hipócritas). Entretanto, sabemos que existem limites no que está dado, e por isso, queremos explorar o que há além, esticar o instituído. “Mais além” da quimérica modernidade que nos promete emancipação e progresso, mas nos oferece um mundo de restrições, “mais além” da pós-modernidade que brinda o fim da história e celebra a diversidade das minorias sem questionar o porquê de serem minorias as majorias, “mais além” do capitalismo e do desenvolvimento, com seus estratagemas sutis e sedutores.

Explorar o que há “mais além” exige que reconheçamos nossos limites, que examinemos nossas próprias fraquezas neste processo. Requer flexibilidade. Nesse sentido, este não é, e nunca será, um trabalho acabado. É um processo, um movimento contínuo de descolonização interior que, ao mesmo tempo em que busca explorar o que há “mais além”, deve imergir no mais profundo aquém, como um exercício permanente de autoconhecimento.

Livrar-se dos cabrestos ocidentais é, ao mesmo tempo, o primeiro e o último passo. Trata-se de uma atitude ou de um desejo permanente e inalcançável, que somente tem valor quando questionamos o quanto do colonizador está dentro de nós mesmos.

Este trabalho de investigação e seus objetivos devem ser entendidos dentro de uma proposta exploratória, que procure trajetórias outras, “mais além” das narrativas hegemônicas, para compreender a atualidade da cartografia. Uma trajetória dotada de serendipidade, uma combinação de sagacidade e acaso com a desenvoltura da capacidade de observação. Nesse sentido, a construção do “objeto de pesquisa” ocorre de forma lenta e gradual, e pode confundir-se num primeiro momento. Nesse sentido, adiantamos que a construção narrativa desta pesquisa exploratória divide-se em algumas etapas:

1) No intento de alargar os limites do terreno, pretendemos identificar o contexto em que esta pesquisa se insere nos movimentos da sociedade, de forma ampla e sistematizada através de questionamentos sobre as metanarrativas da modernidade e a crítica à tradição cartográfica moderna.

2) Tendo como meta a construção de uma narrativa crítica à modernidade que não desconsidere as assimétricas estruturas de poder produzidas e persistentes desde a vigência desta ordem até hoje, encontramos no par modernidade/colonialidade elementos que nos abrem alguns caminhos. Nesse sentido, procuramos alinhar a trajetória da cartografia na modernidade com a perspectiva “descolonial”, que orbita em torno da ideia de colonialidade (como o lado mais ou menos oculto, porém indissociável da modernidade). Procuramos também nos afastar de narrativas que possuam um não-lugar epistemológico, afastar-nos do universalismo abstrato que impregna as teorias eurocêntricas e caminhar por uma trajetória de conhecimento que assuma o lugar de onde se produz. Não se está diante de uma história local carregada de discursos e práticas concretas, mas de um saber situado que também situa saberes.

3) No intuito de trazer a pesquisa a um nível mais concreto e nos aproximarmos da tarefa de construção do “objeto de pesquisa”, faremos uma incursão (deriva) exploratória através de três experiências contemporâneas de mapeamento que possuem certos elementos de descontinuidade (e outros de continuidade) em relação à tradição cartográfica hegemônica. Mais do que apontar para um movimento de superação numa perspectiva linear, queremos mostrar a simultaneidade de tensões que existem e se fazem visíveis na produção cartográfica hodierna. Com estas experiências não temos a pretensão de estabelecer um arquétipo ou um sistema de classificação capaz de abranger toda a complexidade e diversidade da produção de

mapas, mas explorar zonas de tensionamento existentes a partir de alguns elementos teórico-metodológicos previamente estabelecidos.

4) Livrar-nos dos filtros “ocidentalocêntricos” existentes em nosso olhar é um desejo contínuo; porém, o receio de, sem querer, acabar produzindo uma “nova metanarrativa” pode limitar e muito o desencadeamento da investigação. O medo da acomodação deve ser maior que o medo da contradição. A ousadia de propor deve extrapolar os temores de cair nas armadilhas de nossos próprios questionamentos e, portanto, nos permitiremos sugerir algumas amarrações que costurem a pesquisa como um todo. Dessa forma, ao ressituar a cartografia contemporânea nas simultaneidades de tensões do mundo em que vivemos, não devemos ter como foco prioritário evitar cair na tentação de metanarrar, mas sim criticar contundentemente essas metanarrativas da dominação multifacetaria da modernidade.

Este é, em linhas grossas, o desenho da pesquisa e de como nela se inscrevem os seus objetivos, métodos e aportes teóricos. Desde a perspectiva da tensão de simultaneidades, mais que uma visão linear da história, compreendemos o processo de investigação como transformador de si mesmo e em transformação com o mundo. Não pretendemos nos ajustar a uma corrente teórica exclusiva ou a um determinado campo de saber, e sabemos do risco de propor diálogos entre lógicas que não tem aptidão para conversarem entre si. Contudo, adotamos a concepção de que a multiplicidade de vozes, embora muitas vezes dissonantes, engrossam o coro da crítica e da resistência às múltiplas faces das narrativas desta modernidade/colonialidade de destruição.

Se por um lado, a crise de legitimidade das metanarrativas modernas de dominação encontra-se com interpretações que se preocupam mais em celebrar a nova realidade que problematizar os possíveis redimensionamentos das estratégias de controle e manutenção da ordem social vigente, possibilitam, por outro lado, o aprofundamento da crítica à insustentável racionalidade moderno-colonial, produtora de formas coloniais de poder responsáveis por dividir o mundo em múltiplas hierarquias, assimetrias estruturais e heterárquicas formas de subalternização. A possibilidade do aprofundamento da crítica à essência perversa da modernidade (ou à sua capacidade de produção da diferença colonial, das zonas do ser e não-ser, de existências e não-existências) corresponde, em primeira instância, não a uma teoria positiva, porém a um sentimento de indignação e horror frente a sua territorialização.

Considerando a produção de novas metanarrativas de legitimação do poder baseadas precisamente na retórica da diversidade, esta pesquisa exploratória deve constituir-se em um contexto de análise sobre a atualidade do processo de produção de mapas e na forma como os mesmos são interpretados por aqueles que se dedicam a compreendê-los. Acautelados pela

constante desconfiança de que “algo deve mudar para que tudo continue como está” imergiremos e transitaremos pelos ambientes criados pela produção de “mapas outros”, que dissidem de alguma forma dos pressupostos da tradição cartográfica moderna. Deste modo, nos parece ganhar nitidez o cenário das experiências cartográficas na atualidade, suas propostas de ação, subversão e as disputas que se estabelecem em seu entorno.

Todavia, para a conformação de um ponto de vista (e um *locus* epistemológico concreto) apto a criticar profundamente o universalismo da modernidade ocidental, introduziremos a perspectiva descolonial consolidada a partir da última década no pensamento social crítico latino-americano através do programa de investigação Modernidade/Colonialidade. Caminharemos por algumas premissas elementares e consensuais e por reflexões que apresentam pontos de dissidência entre alguns dos integrantes do debate sobre a colonialidade, que dão certa “unidade heterogênea” para este *paradigma outro* que se coloca como uma importante contribuição para a transdisciplinaridade. A análise de sistema-mundo, a tese da invenção da América e consequente inauguração do sistema-mundo moderno/colonial como ato fundador da modernidade, a heterogeneidade histórico-estrutural em contraposição às perspectivas evolucionistas, mecanizadas e lineares sobre a história e a sociedade, a racialização das relações sociais como ato fundante da diferença colonial e do padrão colonial de poder característico da moderno-colonialidade, são alguns dos temas abordados nesta reflexão.

Este conjunto de reflexões e problematizações teórico-metodológicas apresenta-se como proposta crítica às formas moderno-coloniais de dominação/subsunção, capaz de desconstruir e opor-se à retórica da modernidade/colonialidade e do “pós-modernismo contemplativo e celebratório”. Com isso, pretendemos afastar os olhares ingênuos sobre o panorama atual da produção cartográfica.

Considerando a indissociabilidade entre o que se faz e o que se pensa, adotamos a noção de *colonialidade do poder* como perspectiva central para o suporte teórico-metodológico da pesquisa. A colonialidade do poder, padrão de dominação elementar da modernidade ocidental atua na nossa sociedade em múltiplas escalas, desde o global até a escala do indivíduo. É responsável pela produção de hierarquias e assimetrias estruturais de poder que se manifestam na naturalização das relações historicamente construídas entre os seres humanos, concedendo a alguns, qualidades naturalizadas intransponíveis. Este padrão de poder possui vinculações fundamentais com o Estado-nação, como entidade geográfica crucial de controle e dominação sobre o território e a vida social na sociedade moderna. Vincula-se também à produção do conhecimento a partir da capacidade de estabelecer formas



de saber legítimas e não legítimas desde uma perspectiva monocultural – a geopolítica do conhecimento na modernidade é determinada pela diferença colonial criada pela colonialidade do poder.

Estas transformações não se iniciam em uma determinada data e tampouco podem ser descritas como um movimento homogêneo. O contexto que procuramos enxergar é histórico e estruturalmente heterogêneo, e não deve ser desconectado de sua complexidade. Um olhar curioso, serendípico, porém autovigilante, em direção a experiências sociais que não se enquadram em parâmetros da ciência tradicional requer um processo de abertura epistemológica e metodológica não excludente, que reconheça e valorize a experiência social além dos limites que impomos às nossas próprias percepções e visão de mundo.

Contudo, a desconfiança é o sentimento dessa exploração. Recorreremos a três experiências de produção cartográfica com características distintas, mas que possuem em comum a subversão das relações entre sujeito, mapa e território que as diferem da tradição hegemônica do ato de produzir mapas na modernidade ocidental: 1) o caso dos Descartógrafos/Recartógrafos, experiência urbana realizada em Curitiba/PR, aproxima-se do campo da arte que se apropria da cartografia como ferramenta de crítica e denúncia de processos responsáveis pela produção de não-existências; 2) o caso da Nova Cartografia Social, projeto amplamente disseminado pelo Brasil que possibilita aos povos e comunidades tradicionais a experiência do automapeamento como estratégia de luta por reconhecimento da identidade e do território; 3) por último, o caso do projeto México Indígena, empreendido pelas Expedições Bowman, uma agremiação de geógrafos estadunidenses, acusado de “geopirataria” por atuar em nome das forças armadas dos Estados Unidos para extrair informações sobre territórios indígenas através do mapeamento participativo.

A incursão ou deriva exploratória através destas experiências não tem o intuito de criar uma divisão bipolarizada e maniqueísta entre “práticas boas” e “práticas ruins”, mas buscar “mais além” das interpretações que aí estão, caminhos para enveredar-se na construção de alternativas ao projeto destrutivo da modernidade ocidental capitalista, eurocêntrica e patriarcal.

## 1 METANARRATIVAS CARTOGRÁFICAS E MODERNIDADE EM CRISE? (OU “ALGO DEVE MUDAR PARA QUE TUDO CONTINUE COMO ESTÁ”?)

“Do Rigor na Ciência

...Naquele Império, a Arte da Cartografia alcançou tal Perfeição que o mapa de uma única Província ocupava toda uma Cidade, e o mapa do império, toda uma Província. Com o tempo, esses Mapas Desmesurados não foram satisfatórios e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império, que tinha o tamanho do Império e coincidia pontualmente com ele. Menos Afeitas ao Estudo da Cartografia, as Gerações Seguintes entenderam que esse dilatado Mapa era Inútil e não sem Impiedade o entregaram às Inclemências do Sol e dos Invernos. Nos desertos do Oeste perduram despedaçadas Ruínas do Mapa, habitadas por Animais e por Mendigos; em todo o País não há outra relíquia das Disciplinas Geográficas. (BORGES, 1998, p. 95)

No fragmento supracitado de Jorge Luis Borges, intitulado “Do Rigor na Ciência”, o escritor argentino explicita sua visão crítica em relação ao saber científico moderno, revelando sua pretensão de assumir-se como saber universal, único capaz de alcançar um conhecimento legítimo, verdadeiro. O escritor vai além, e questiona a possibilidade de se atingir a verdade através do acúmulo de conhecimento e, ainda, a própria existência de um conhecimento puro e verdadeiro. A construção do mapa do império em escala 1/1 representa a extenuante jornada da ciência de abarcar toda a realidade mundana em seus domínios e sua soberba voracidade de explicar tudo e todos. Borges argumenta, com simplicidade literária, a impossibilidade de alcançar tal feito e a inutilidade de persistir encabrestado por tal ambição. Todo conhecimento possui uma insígnia espacial e temporal e o acúmulo de saberes promovido pela ciência não pode ser desconectado de sua contextualidade social e histórico-geográfica. Portanto, aquilo que significou um grande progresso para uma geração, pode representar um desperdício maior ainda para as gerações seguintes, como figurado pelo grandioso mapa em escala 1/1.

A racionalidade científica e sua construção discursiva moldaram-se em função das relações sociais que configuram a modernidade. A relação entre a modernidade e a racionalidade científica pode ser demonstrada a partir das reflexões realizadas por Douglas Santos ao abordar os contextos de produção de uma racionalidade geográfica burguesa nos marcos do conhecimento científico (SANTOS, D. 2002).

As transformações que antecederam a consolidação do discurso científico moderno buscavam responder a uma série de crises que impunham novas necessidades à sociedade pré-moderna (SANTOS, D. 2002, p. 41). Diversas mudanças das condições gerais da sociedade

que se concretizaram com a revolução burguesa ampararam-se no discurso científico e, ao mesmo tempo, deram sustentação para sua universalização. Esta relação de cumplicidade entre o discurso científico e a estruturação da sociedade moderna (na forma da hegemonia da classe social burguesa) pode ser vista claramente em diversos momentos da história ocidental e nos próprios elementos estruturais do modo de produção capitalista, como a consolidação do Estado nacional no século XIX como espaço político por excelência, seu agenciamento pela burguesia e sua configuração pelo positivismo.

A ascensão de uma cosmologia moderna baseada no racionalismo e no discurso científico buscava dar respostas a certas necessidades impostas pelas crises do feudalismo e ascensão da burguesia. Do mesmo modo, se existe uma crise atual da ciência moderna, que toma força a partir da segunda metade do século XX, representa-se pelo desdobramento de uma série de necessidades que exigem respostas que não são mais oferecidas pelo paradigma dominante. No contexto de instabilidade social, política, ambiental e existencial, o discurso científico é deslocado de sua posição de saber intocável e passa a ser objeto de crítica sob a luz de diversas perspectivas (FEYERABEND, 2011 [1978], DUSSEL, 1979; LYOTARD, 1998 [1979]; SANTOS, 1999).

Neste capítulo, buscamos enxergar o contexto em que esta pesquisa se insere nos movimentos da sociedade, de forma ampla e sistematizada através de questionamentos sobre as metanarrativas da modernidade e a crítica à tradição cartográfica moderna. Não entoamos, contudo, uma reflexão que relega ao segundo plano as assimétricas relações de poder que estruturam a sociedade em primazia de uma suposta harmonia social baseada na participação e no consenso, que reduza a transformação social à repetição acelerada do presente (movimento ao qual Boaventura de Sousa Santos (1999, p. 214) chamou de “pós-modernismo celebratório”). Ao contrário, esforçamo-nos para assumir uma perspectiva crítica à retórica do consenso e da diversidade características do discurso pós-moderno, a fim de evitar leituras simplificadoras e contemplativas.

Neste sentido, as reflexões de Lyotard devem oferecer uma entrada<sup>1</sup> para a contextualização deste processo de uma suposta crise da modernidade, as quais o autor entende como crise de metanarrativas (LYOTARD, 1998, p. 11). Adiante, avançaremos para um debate sobre os efeitos produzidos pela legitimação das metanarrativas modernas, para, enfim, alcançar a discussão sobre os efeitos de uma crise da modernidade na cartografia.

---

<sup>1</sup> Partimos aqui das ideias tratadas por Lyotard na obra “Condição Pós-moderna” (1998) para, mais além, adentrar a crítica da perspectiva descolonial, que possui outros lugares de enunciação e atinge outros patamares. Isso não significa que ambas as propostas convergem; ao contrário, apresentam divergências em pontos cruciais de suas narrativas.

### 1.1 Metanarrativas da modernidade em crise (das metanarrativas legitimadoras à legitimação dos microrrelatos?)

Antes de adentrar a problemática dos mapas, pretendemos ampliar e esclarecer algumas reflexões sobre um contexto de crises de metanarrativas<sup>2</sup> modernas.

Uma narrativa pode ser entendida como a forma de construção e transmissão de um determinado saber. Entendemos *metanarrativa*, como a força aglutinadora de diferentes formas de saber (narrativas) dentro de uma mesma racionalidade, ou de um entendimento comum sobre o mundo (LYOTARD, 1998, p. 61). Na modernidade, esta força aglutinadora chamada metanarrativa é responsável pela universalização de certos saberes e certas lógicas, que no interior deste paradigma, não podem ser questionadas em absoluto.

Lyotard (1998, p. 69) afirma a existência de duas metanarrativas legitimadoras do projeto da modernidade, uma especulativa e outra emancipatória, que creem, respectivamente, na progressão do ser humano (sujeito coletivo) rumo à verdade absoluta através do acúmulo de conhecimento, e no conhecimento científico como caminho para a emancipação universal. Ambas têm em comum a ideia de liberdade universal baseada numa concepção burguesa do indivíduo. Metanarrativas são, portanto, conjuntos de discursos capazes de universalizar a legitimação de determinados saberes.

Ao tratar da *condição pós-moderna*, Lyotard descortina o momento crítico atravessado pelas metanarrativas da modernidade e abre as brechas para que possamos compreender o terreno em que estas se edificam. Nesse sentido, o autor argumenta que o saber científico é atravessado pelos dois metarrelatos modernos: a crença da modernidade no acúmulo sempre progressivo de conhecimento e a crença de que tal acúmulo constitui o único caminho para a emancipação humana (LYOTARD, 1998, p.70). Estes relatos, além de promoverem a legitimação universal da ciência, situaram-na num patamar inatingível por qualquer outra forma de saber, naturalizando-a e retirando toda sua relatividade histórico-geográfica, como se a ciência, seus métodos e seus resultados, fossem um fenômeno atemporal e universal, unanimemente benévolos para todas as culturas.

---

<sup>2</sup> Utilizaremos as noções de metanarrativa e metarrelato como sinônimos neste trabalho.

Entretanto, o descrédito depositado sobre estes “metarrelatos” para Lyotard constituem um momento em que as regras do jogo passam a ser questionadas e surgem apostas em novas formas de legitimação do saber.

“Na sociedade e na cultura contemporânea, sociedade pós-industrial, cultura pós-moderna, a questão da legitimação do saber coloca-se em outros termos. O grande relato perdeu sua credibilidade, seja qual for o modo de unificação que lhe é conferido: relato especulativo, relato da emancipação.” (LYOTARD, 1998, p. 69).

A proposição de Lyotard sobre as transformações “pós-modernas” nas ciências e a crise das metanarrativas legitimadoras podem ser esclarecidas no fragmento abaixo:

Resumindo muito a diferença entre o que Lyotard identifica como moderno ou pós-moderno, pode-se dizer que, na alternativa moderna, os diferentes tipos de saber, com suas diferentes regras do jogo, referenciam-se em um metajogo que lhe confere critérios universais para ajuizar sobre sua legitimidade, sobre sua utilidade e sobre sua veracidade. A alternativa pós-moderna seria aquela em que os jogos encontram legitimidade em sua própria pragmática, podendo compartilhar zonas de intersecção com outros jogos, sem que confiem a um metajogo os parâmetros para sua legitimação. Nessa alternativa, esse metajogo, além de ser alvo da incredulidade, não se apresenta com suficiente consistência e a mesma capacidade de aglutinação dos outros jogos. A esse metajogo foi dado o nome de metanarrativa. (NASCIMENTO, 2011 p. 33)

Enxergamos, portanto, um paralelismo entre os argumentos tecidos por Lyotard sobre as metanarrativas da modernidade e os argumentos aqueles implicitamente esboçados por Borges na metáfora do mapa imperial em escala 1/1. As regras que regem o jogo do saber científico, expressão discursiva essencial da modernidade, representam metanarrativas que se autodeclaram universais e atemporais, porém estas expressões são válidas apenas para uma determinada época e para um determinado grupo social. A perfeição dos mapas elaborados por uma determinada geração de cartógrafos – que para estes, tal feito representa a aproximação máxima à verdade absoluta atingível a partir do acúmulo desmedido de conhecimento – para as gerações seguintes, pode perder completamente o sentido, pois estas são guiadas por outras narrativas, outras regras do jogo.

Borges relata, referindo-se ao saber científico com a metáfora da cartografia, a inutilidade da construção do mapa de um império em escala 1/1. Além de inútil, tal empreendimento demonstra-se impraticável, inclusive no âmbito teórico, por diversos fatores. Ao empreender a construção de tal representação, o império se torna automaticamente irrepresentável.

Umberto Eco imagina a possibilidade teórica de se construir o mapa proposto por Borges, e demonstra, a partir de alguns postulados, que qualquer solução imaginada leva a “dificuldades práticas e paradoxos teóricos intransponíveis” (ECO, 1993). Por exemplo, ao mapa 1/1 aplicar-se-ia o paradoxo de Russell-Frege, em que, dada a construção do mapa do império, seu território passa a caracterizar-se como um território que possui um mapa sobre ele, e dessa característica, o mapa não dá conta. Seria necessário um segundo mapa para representar o território recoberto pelo primeiro mapa, porém, este também seria insuficiente, e assim sucessivamente, levando ao infinito a necessidade de mapeamento para alcançar o “mapa perfeito”, ou seja, à sua impossibilidade.

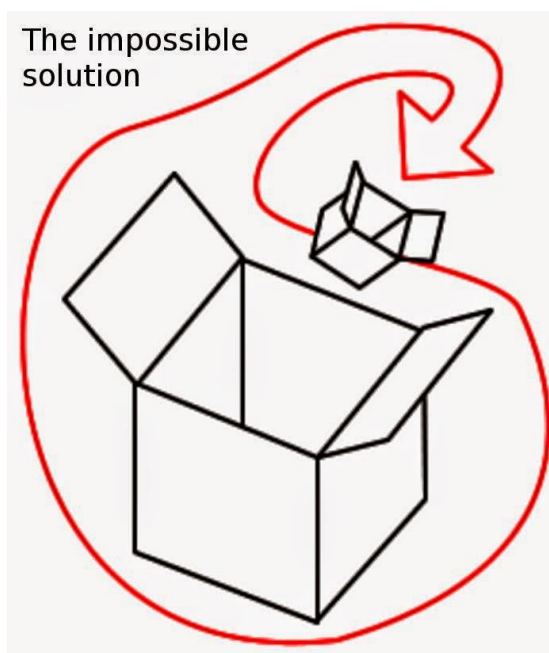


Figura 1: Paradoxo de Russell-Frege: o conjunto de todos os conjuntos que não são membros de si próprios *é e não é* membro de si próprio. Fonte: mindfuckmath<sup>3</sup>

Com estes argumentos, Eco chega às seguintes conclusões: “[...] todo mapa em escala 1/1 do território traz sempre uma representação infiel do território”; e “[...] no momento em que empreende a realização do mapa, o império se torna irrepresentável” (ECO, 1993). O obstáculo teórico que se interpõe pode ser descrito da seguinte maneira: o desenvolvimento desmedido da ciência (ou de paradigma científico baseado na verdade, no real como externos aos grupos humanos) leva à descoberta de suas próprias limitações: logo, o mapa 1/1, quando finalizado, representará apenas uma realidade ultrapassada e superada.

<sup>3</sup> MINDFUCKMATH. Disponível em: <<http://mindfuckmath.com/post/69927274702/fathom-the-universe-mathematical-paradoxes-get>> Acesso em: 21 de agosto de 2014

Feyerabend complementa esta assertiva em relação à ciência, e insere o elemento *cosmológico* como um dos fatores mais importantes para a relativização dos metarrelatos. “Os padrões que usamos e as regras que recomendamos só fazem sentido em um mundo que tem determinada estrutura. Eles passam a ser inaplicáveis ou ficam ociosos em um domínio que não exhibe essa estrutura” (FEYERABEND, 2011 p. 44). Para este crítico radical do método positivista, a centralidade/unanimidade do saber científico na organização política da sociedade deveria ser questionada, pois esta forma de saber representa uma saber ideológico tanto quanto qualquer religião, afirmando que sua objetividade e neutralidade são meramente ilusórias e significa relevante ameaça à democracia (FEYERABEND, 2011 p. 131).

As limitações do universalismo da ciência também foram exploradas com proficuidade por Boaventura de Sousa Santos, ao tratar da crise do paradigma dominante<sup>4</sup> na obra *Um discurso sobre as ciências*. Dentre um contexto de interações plurais de condições sociais e teóricas, o autor observa que “[...] a identificação dos limites, das insuficiências estruturais do paradigma científico moderno é o resultado do grande avanço no conhecimento que ele propiciou. O aprofundamento do conhecimento permitiu ver a fragilidade dos pilares em que se funda<sup>5</sup>” (SANTOS, 2006, p. 41).

Ampliando a própria perspectiva, Santos volta o olhar às condições sociais que atravessam a crise do paradigma dominante, procurando em contextos sociais marginalizados pelos centros geográficos da produção acadêmica, respostas para dita crise. Ao reconhecer as limitações da racionalidade científica, aprisionada sob o pretexto de legitimação pelas metanarrativas modernas, o sociólogo português assume que a tradição científica ocidental moderna e os metarrelatos filosóficos que a sustentam, não são capazes de reconhecer e valorizar a amplitude e variedade das experiências sociais do mundo (SANTOS, 2002, p. 238).

A incapacidade descrita decorre de algumas características intrínsecas à racionalidade moderna, das quais destacamos aquela que o autor denomina *razão metonímica*: a obsessão pela ideia de totalidade sob a forma de ordem. Esta característica da racionalidade moderna

---

<sup>4</sup> Santos descreve o paradigma dominante da racionalidade científica resgatando suas origens na revolução científica do século XVI, adotando como caracterização o predomínio das ciências naturais, a observação, experimentação e quantificação como procedimento padrão, e a matemática como instrumento de análise. Caracteriza-o “como um modelo totalitário, na medida em que nega o carácter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas”. (SANTOS, 2006, p. 21).

<sup>5</sup> Dentre as condições teóricas que provocaram a crise do paradigma científico dominante, o autor aponta quatro que considera de grande importância: a teoria da relatividade de Einstein, a mecânica quântica de Heisenberg e Bohr, a incompletude da matemática demonstrada por Gödel e a teoria das estruturas dissipativas e o princípio da ordem a partir da desordem de Prigogine.



reivindica-a como única forma válida de racionalidade, tornando-a incapaz de dialogar ou, até mesmo, reconhecer outras cosmologias. Nas palavras do autor, “[...] não é capaz de aceitar que a compreensão do mundo é muito mais do que a compreensão ocidental do mundo” (SANTOS, 2002, p. 242). Deste fato, decorre a ideia de que o pensamento moderno ocidental dimensiona-se em uma forma de “pensamento abissal”, “[...] no sentido em que ele mesmo cria o limite do que pode ser considerado existente e do que se produz como inexistente, ou seja, não existente sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível, esgotando o campo da realidade possível fora da ‘linha abissal’”. (SANTOS, 2007, p. 4)

Nem mesmo as ciências sociais podem ser deixadas de fora desta análise. Nos marcos do projeto da modernidade, as mesmas trabalharam basicamente com mecanismos produtores de alteridades, que estabeleceram padrões de comportamento e hierarquização social.

Tal como lo ha mostrado Foucault, las ciencias humanas contribuyeron a crear este perfil en la medida en que formaron su objeto de conocimiento a partir de prácticas institucionales de reclusión y secuestro. Cárceles, hospitales, manicomios, escuelas, fábricas y sociedades coloniales fueron los laboratorios donde las ciencias sociales obtuvieron a contraluz aquella imagen de ‘hombre’ que debía impulsar y sostener los procesos de acumulación de capital. Esta imagen del ‘hombre racional’, decíamos, se obtuvo contrafácticamente mediante el estudio del ‘otro de la razón’: el loco, el indio, el negro, el desadaptado, el preso, el homosexual, el indigente. La construcción del perfil de subjetividad que requería el proyecto moderno exigía entonces la supresión de todas estas diferencias. (CASTRO-GÓMEZ, 2000, p. 174)

Lyotard aponta para um desfecho em que os metarrelatos legitimadores das regras universais são substituídos na pós-modernidade pela irrestrita variedade de microrrelatos construídos pelos próprios participantes dos jogos de poder. Em uma visão linear da história, a pluralidade na construção do conhecimento, a diversidade de identidades individuais e coletivas e a miscigenação cultural, por exemplo, substituem as leis universais e os padrões monolíticos da sociedade. Ou seja, deixariam de existir as instancias transcendentais que determinam regras e padrões pré-existentes.

Em contrapartida, Castro-Gómez afirma que a coexistência de diferentes jogos de linguagem representa a afirmação de um **novo relato legitimador**. Este “relato da diversidade” seria responsável por disfarçar as faces do sistema-mundo produtoras de desigualdades e hierarquias sociais.

Afirmar que ya no existen reglas definidas de antemano equivale a invisibilizar – es decir, enmascarar - al sistema-mundo que produce las diferencias en base a reglas definidas para todos los jugadores del planeta. Entendámonos: la muerte de los metarrelatos de legitimación del sistema-mundo no equivale a la muerte del sistema-mundo. Equivale, más bien, a un cambio de las relaciones de poder al interior del

sistema-mundo, lo cual genera nuevos relatos de legitimación como el propuesto por Lyotard. Sólo que la estrategia de legitimación es diferente: ya no se trata de metarelatos que muestran al sistema, proyectándolo ideológicamente en un macrosujeto epistemológico, histórico y moral, sino de microrelatos que lo dejan por fuera de la representación, es decir, que lo invisibilizan. (CASTRO-GÓMEZ, 2000, p. 175)

Sob a mesma perspectiva, Santos expõe a ideia de que uma oposição entre o “pós-moderno celebratório” e uma “teoria crítica pós-moderna” teria implicações teóricas e políticas mais relevantes do que o antagonismo entre o moderno e o pós-moderno (SANTOS, 1999 p. 214). Em estudos recentes, o autor optou por referir-se de formas distintas à proposta epistemológica formulada a partir da articulação entre a crítica à modernidade e a teoria crítica interior à modernidade, julgando que o termo “pós-moderno” não poderia ser utilizado no sentido que imaginara. Deixemos que o autor fale por si:

Ao transitar do campo epistemológico para o campo social e político, tornou-se evidente que o conceito de pós-modernidade que propunha tinha pouco a ver com o que circulava tanto na Europa como nos EUA. Este último incluía na sua recusa da modernidade – sempre pensada como modernidade ocidental – a recusa total dos seus modos de racionalidade, os seus valores e as grandes narrativas que os transformava em faróis de transformação social emancipadora. Ou seja, o pós-modernismo nessa acepção incluía na crítica da modernidade a própria ideia de pensamento crítico que ela tinha inaugurado. Por esta via, a crítica da modernidade redundava paradoxalmente na celebração da sociedade que ela tinha conformado. (SANTOS, 2004a, p. 4)

A preocupação de Boaventura de Sousa Santos decorre, sobretudo, da incapacidade das concepções que o autor entende como “pós-modernas” de enxergarem e valorizarem como possibilidades sérias e reais, alternativas à práxis moderno-ocidental, experiências sociais constituídas fora dos centros hegemônicos de produção do saber.

Destarte, posicionamo-nos no interior da ampla e diversificada crítica à modernidade universalista e exclusivista, desde uma perspectiva que não desconsidere as estruturas de saber e de poder responsáveis pela produção contemporânea de desigualdades, hierarquizações e autoritarismos. A partir daí, direcionaremos nosso olhar para as perturbações que tensionam as bases das metanarrativas da modernidade. Julgamos, portanto, necessário identificar aqueles elementos que, quando bem demarcados, permitem observar com maior inteligibilidade este processo.

## 1.2 A produção de ausências (ou como se manifestam no espaço os efeitos metanarrativos da modernidade ocidental)

Ao aprofundar a crítica à modernidade para o campo epistemológico, Boaventura de Sousa Santos enfatiza a necessidade da construção de substantivos críticos e, assim, abandona o emprego da terminologia “pós-modernismo de oposição”. Recentemente, o autor optou por referir-se às “Epistemologias do Sul” como o conjunto de propostas teóricas que expressam uma oposição crítica, tanto ao saber metanarrativo moderno quanto ao “pós-modernismo celebratório”. A partir da compreensão do pensamento moderno ocidental como pensamento abissal, propõe um afastamento da tradição crítica eurocêntrica para o estabelecimento de uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências.

A sociologia das ausências proposta por Santos, caracteriza-se por mostrar que o inexistente é, sempre, produzido como não-existente, ou seja, como uma alternativa incrível ao que existe. A sociologia das emergências consiste em construir um futuro de possibilidades plurais e concretas, substituindo o vazio que representa o futuro concebido pela temporalidade linear da racionalidade moderna. (SANTOS, 2010, p. 37)

A fim de demonstrar sob quais elementos buscamos fundamentar nossa perspectiva crítica aos metarrelatos do projeto moderno, distingue-se cinco formas de produção de ausências ou não-existências realizadas pela racionalidade moderna, para a qual aceitamos acionar o adjetivo de “monocultural”. Estas cinco lógicas atravessam o cerne das metanarrativas modernas, sustentando-as em seu ambicioso projeto de universalização e naturalização do projeto moderno ocidental.

A primeira lógica de produção de ausências que nos sinaliza Santos deriva da *monocultura do saber e do rigor do saber*, produzindo a ignorância ou incultura através da adoção da ciência e da alta cultura como critérios únicos de verdade e qualidade estética. A segunda lógica, a *monocultura do tempo linear*, é responsável por produzir o atrasado ou primitivo, mediante a exclusividade da temporalidade linear, que estabelece a ideia de que a história tem sentido e direção únicos e conhecidos baseados na ideia de desenvolvimento. A lógica da classificação social ou *monocultura da naturalização das diferenças* que naturaliza hierarquias sociais construídas, bem como suas classificações e categorizações, representa a terceira forma de produção de ausências. A *monocultura da escala dominante* produz o particular e o local como não existente, através da adoção do global e/ou universal como escala dominante, ou seja, subjugando ao descrédito ao atribuir alcunha de particular a tudo o

que se manifesta de maneira distinta da lógica hegemônica. A quinta e última lógica de produção de ausências, a *monocultura dos critérios de produtividade*, resulta no improdutivo (estéril, preguiçoso), pois admite o desenvolvimento e o crescimento econômico como objetivo inquestionável e racional, aplicável tanto ao trabalho humano quanto à própria dinâmica da Natureza (SANTOS, 2004b, p.789).

A proposta formulada por Boaventura de Sousa Santos para contrapor-se às “racionalidades monoculturais” mencionadas, baseia-se na construção de *ecologias* ou *racionalidades ecológicas*. Estas narrativas são dotadas de criatividade e criticidade, e têm como fundamento não perder de vista as relações de poder nas sociedades produtoras de desigualdades, bem como os discursos, práticas e instituições que as sustentam. São estas as propostas: *ecologia de saberes*, *ecologia das temporalidades*, *ecologia dos reconhecimentos*, *ecologia das trans-escalas*, *ecologia de produtividade* (SANTOS, 2004b p. 794).

Compreendemos, contudo, que a sistematização das “lógicas monoculturais de produção de ausências” não absorve todos os discursos e estruturas que sustentam a modernidade. Porém, é capaz de sistematizar elementos que podem oferecer um cenário do que significa o fenômeno ao qual nos referimos como crise da modernidade, a partir da ruptura ou descrédito de suas metanarrativas.

Podemos inferir que os elementos monoculturais de produção de ausências pairam sobre a racionalidade moderna como suas entidades legitimadoras. Ou seja, funcionam como metarrelatos que autenticam a validade e a irrefragabilidade de todo conhecimento produzido a partir da racionalidade científica. Determinam certas condições apriorísticas, anteriores à construção do conhecimento, que estabelecem previamente o terreno sobre o qual esta deverá ocorrer. A separação entre espaço e tempo, resultante no esvaziamento destas duas categorias, é uma marca evidente da cosmologia moderna: “[...] o tempo ainda estava conectado com o espaço (e o lugar) até que a uniformidade de mensuração do tempo pelo relógio mecânico correspondeu à uniformidade na organização social do tempo” (GIDDENS, 1991, p. 28). Ou seja, com o reconhecimento universal de um sistema de datação padronizado, impõe-se a ideia irrefutável da linearidade da história, de que o tempo avança do passado para o futuro de maneira idêntica para todos os seres humanos.

Outro exemplo que pode ser acionado para argumentar sobre o papel legitimador dos metarrelatos modernos (ou, como vimos, lógicas de produção de não-existências) sobre o discurso científico associa-se à exclusão do significado emocional que as experiências cotidianas de espaço e tempo possui em outras cosmologias não-modernas.

A ideia de realidade e de cientificidade foi construída em torno da *res extensa* – domínio fisicamente extenso de matéria e movimento. O domínio dos pensamentos, dos sentimentos e das experiências espirituais (*res cogitans*) foi excluído ou banido sob a égide do cartesianismo e dos métodos e práticas da ciência, transformando-se em irrealidade. (KATUTA, 2006, p. 52)

Por intermédio das linguagens, seres humanos em diferentes momentos construíram suas próprias formas de enxergar o mundo, de conceber espaço e tempo de acordo com suas abstrações enquanto grupos sociais. Se considerarmos mapas de períodos históricos distintos “[...] podemos verificar que na medida em que a noção de espaço, tempo, natureza, ou seja, a cosmologia de uma época se modifica, as referidas figurações espaciais também se alteram” (KATUTA, 2006, p. 53).

Douglas Santos registra opinião similar ao tratar da construção histórica do discurso geográfico nos marcos da tradição científica moderna, e sustenta seus argumentos com base na relevância da linguagem na construção de uma concepção do espaço. Para este autor, o discurso geográfico é construído sobre a base de duas linguagens intercomplementares: a linguagem cartográfica e o texto discursivo propriamente dito. Para o autor,

Do ponto de vista cartográfico, o que pode nos servir de referência fundamental é que todos os mapas conhecidos, em todos os momentos da história, representam, de uma maneira ou de outra, a leitura de mundo da sociedade que o construiu (e ainda constrói) e são , portanto, potencialmente capazes de nos oferecer elementos de leitura da cosmologia subjacente a seus autores (SANTOS, D. 2002, p. 25)

Concordamos com Katuta e Santos ao assumirem que os mapas podem ser vistos como portas de acesso para nos aproximarmos da cosmologia daqueles que o produziram, ou seja, das narrativas que sustentam um determinado conhecimento. Questionaremos a seguir sobre a possibilidade de existir um processo equivalente à crise das metanarrativas da modernidade na cartografia, sobretudo na tradição cartográfica hegemônica do Ocidente.

### 1.3 Modernidade, cartografia e ciência: os mapas na modernidade e a crise da tradição cartográfica moderna

A cartografia é utilizada por Borges como discurso metafórico encarregado de representar o saber científico moderno e, assim, denunciar os limites do universalismo da ciência. Como nós a conhecemos e definimos segundo os parâmetros científicos tradicionais, a cartografia é um instrumento de representação do espaço do qual transbordam oceanos de

neutralidade e objetividade, e representa um dispositivo que tomou forma no interior da ciência moderna, constituindo-se, portanto, como um aparato da modernidade. A cartografia “[...] constituiu-se como expressão de uma cosmologia lentamente elaborada desde o final da Idade Média, que culminou com a Revolução Científica Moderna” (KATUTA, 2006, p. 52).

Atualmente, os chamados “microrrelatos” ganham força em diversos campos do saber. Diversas áreas do conhecimento científico passam a expressar movimentos plurais de ruptura com as narrativas hegemônicas – ainda que, como veremos, esta pluralidade possa representar um novo metarrelato legitimador de manutenção da ordem social vigente. A cartografia atravessa um processo similar, em que a pluralidade de práticas e experiências, as formas de apropriação das técnicas e a variedade de usos, caracterizam um momento de ruptura com a hegemonia do metarrelato cartográfico moderno. A cartografia oficial do Estado, cartesiana e positivista, é deslocada de sua exclusividade e incontestabilidade.

Uma vastidão de produtos, processos, práticas e experiências dão outro sentido para o uso da cartografia, nos quesitos forma, conteúdo e processos de produção. Mapeamentos empreendidos por populações marginalizadas a partir de experiências coletivas, produções cartográficas realizadas por artistas que enfatizam suas potencialidades estéticas subversivas; cartografias de protesto que denunciam os efeitos destrutivos de projetos desenvolvimentistas; abordagens participativas na construção crítica de conhecimento; são alguns casos desta diversidade de narrativas em processo de emergência e visibilidade, que se tornam evidentes neste momento chave da história da cartografia.

Estamos diante de uma complexa trama que envolve crises da modernidade, o descrédito depositado sobre o racionalismo científico, a crítica à cartografia oficial e a emergência plural de novas (e não tão novas) formas de fazer e pensar cartografia.

Diversos elementos característicos da modernidade que influenciaram o discurso geográfico, quanto às mudanças nas condições gerais da sociedade e quanto às transformações no discurso científico, são esboçados por Douglas Santos (2002). Em relação às transformações ocorridas nas relações socioespaciais, o autor destaca a consolidação do Estado como espaço político por excelência, a constituição e dissolução do colonialismo<sup>6</sup>, a proletarianização da força de trabalho, as mudanças radicais nos modelos técnicos/científicos de controle do trabalho e a consolidação da relação cidade-campo como espacialidade básica do modo de produção capitalista. Quanto às mudanças no discurso científico, o autor aponta a eleição da linguagem matemática como linguagem científica por excelência, a objetividade

---

<sup>6</sup> O autor se refere às formas puras de colonialismo político-administrativo, hegemônicas desde o século XV e vigentes até a metade do século XX.

científica voltada para a *res extensa* cartesiana, o nascimento e consolidação da mecânica newtoniana e a institucionalização do discurso geográfico (SANTOS, D. 2002, p. 31).

Todos estes elementos levantados por Santos são atravessados pelas lógicas monoculturais da modernidade ocidental. Elas criam um conjunto de discursos, práticas e instituições que possuem faces geográficas associadas aos seus desdobramentos no espaço e no discurso sobre o espaço (discurso científico geográfico). A cartografia, forma de representação do espaço por excelência, desempenha funções relevantes para estes dois sentidos de movimentos:

- a) Enquanto **representação do espaço** atua na sua transformação, como ferramenta que produz, dialeticamente, o espaço geográfico material e simbólico;
- b) Enquanto uma das formas de **representação do discurso geográfico**, atua sobre este, produzindo-o também de forma interacional e conflitiva.

Em ambos os caminhos, a cartografia na tradição hegemônica moderna pode ser vista como agente ativo (que exerce influência) e agente passivo (que sofre influência), pois desempenha papéis ativos na transformação do espaço e do discurso geográfico, todavia também padece das determinações que lhe são impostas pela racionalidade moderna dos sujeitos que lhe conferem existência, restringindo seu campo de atuação dentro de um terreno limitado.

Como agente ativo, atuando a serviço da expansão europeia, sobretudo a partir do século XVI, a cartografia cunhou formas de apropriação do território pertencentes exclusivamente à lógica ocidental. Desenhou linhas imaginárias que dividiram territórios já constituídos e os povos que neles viviam; apagaram os nomes dos lugares e substituíram-nos por toponímias ocidentais/cristãs; tornou invisíveis civilizações inteiras confinando-as no esquecimento; impôs o modelo do Estado-Nação como única forma possível de governabilidade sobre o território. Dessa forma, a cartografia hegemônica trabalhou ao lado da construção de metarrelatos universais que elevaram a modernidade ocidental ao patamar superior dentre todas as formas de enxergar o mundo.

Como agente passivo, tomamos o caso da delimitação conceitual da cartografia, que estabelece critérios excludentes para definir que tipo de representação pode ser considerado “um mapa de verdade”, e quais elementos este deve obrigatoriamente conter para poder ser, ao menos, considerado como tal. Estabelece uma fronteira fixa que descarta tudo o que se situa em seu exterior. Cria-se, com o pragmatismo do discurso científico moderno, uma “linha



abissal” (resgatando o esquema formulado por Boaventura de Sousa Santos) que exclui todas as formas possíveis de existência da cartografia que não sejam inteligíveis pelo metadiscorso da modernidade. Assim, criam-se cartografias não-existentes, ou seja, que não podem ser consideradas como tais, limitando suas possibilidades, e desprezando outras experiências cartográficas em primazia de uma “racionalidade cartográfica monocultural”.

A cartografia moderna pressupõe uma série de elementos e características que a configuram como um artefato rígido e estático, e cria o mito de que os métodos científicos que a sustentam são as evidências de sua objetividade. A matematicidade, a acurácia métrica, a padronização e universalização de conceitos e convenções (como paralelos e meridianos, norte e sul, elementos semióticos, etc.) são elementos em torno dos quais se criou uma metanarrativa cartográfica, um metadiscorso que, desde os preceitos da modernidade define os critérios para decidir o que pode ser considerado cartografia e o que não pode. Para a modernidade, existe apenas uma forma de se fazer ou conceber a cartografia: é a cartografia dos cartógrafos profissionais, do Estado, dos militares, da engenharia. Ela é universal e unânime, e está livre de qualquer interferência das subjetividades. Uma cartografia monocultural.

As representações cartográficas relacionam-se diretamente com a transformação do espaço e com a produção do discurso geográfico. Estes dois movimentos estão intimamente relacionados uma vez que a produção do espaço implica em formatar discursos sobre este, e a construção do discurso geográfico também possui seus impactos na forma como nos apropriamos do espaço e o produzimos. Ao considerar um contexto de crises paradigmáticas no cerne do discurso científico, não podemos negar a existência de processos críticos na própria forma como nos relacionamos com o (e no) mundo. Não temos, portanto, a pretensão de refletir sobre a cartografia como um objeto puramente abstrato, ou que se manifesta exclusivamente no plano discursivo, pois entendemos que seria leviano desconsiderar a indissociabilidade entre o que se faz e o que se pensa. Enxergamos a cartografia, desde esta perspectiva, e buscamos situá-lo dentro de um amplo contexto de crises e conflitualidades que se manifestam enquanto formas de saber e de poder.

Nosso olhar para os mapas, portanto, não se restringe aos seus aspectos semióticos ou estéticos. Entendemos que as relações que os mapas possuem com os territórios que retratam extrapolam as intencionalidades e subjetividades de quem os produzem. Os mapas possuem diversas formas de se relacionar com o mundo, e são afetados pelas dinâmicas que transformam o espaço assim como cria os efeitos para que tais transformações ocorram.

Nesse sentido, ressaltamos alguns aspectos relevantes no contexto de uma cartografia própria da modernidade. Os mapas que, a partir de meados do século XIX consolidam sua matriz cartesiana, e se assumem científicos, objetivos, matematizados e positivistas, carregavam sinais que apontavam para estas características desde o século XV, quando as grandes navegações tornam-se relevantes no contexto político e econômico da Europa Ocidental. Com o Renascimento e a influência do pensamento clássico – podemos citar *A Geografia* de Claudius Ptolomeu – os estudos cartográficos voltados para a navegação tiveram ampla repercussão. A corrida da expansão territorial dos embrionários Estados europeus requisitou à cartografia um teor de objetividade e realismo diferente dos mapas produzidos no período da Idade Média. A

Figura 2 representa um mapa-mundi típico do período medieval europeu, onde a cosmologia judaico-cristã é explicitamente manifestada com o oriente no topo da representação e a cidade de Jerusalém em seu centro.



Figura 2 - Mapa-mundi de Psalter (1265) (Detalhe: Jerusalém no centro do mapa). Fonte: Karl Whittington (2013, p. 21)

Sobre esta “virada” que retirou da cartografia hegemônica o encantamento e misticismo dos mapas da Idade Média, Viana Jr. salienta sua vinculação com as demandas surgidas em função das grandes navegações, quando passariam a ser essenciais para a expansão comercial – e colonial – da Europa. Associa esta virada nas formas de produzir mapas a diversas mudanças que estavam ocorrendo, paulatinamente, em toda a sociedade:

A evolução da cartografia ocidental é parte de um movimento mais geral de ‘desencantamento do mundo’, conceito weberiano de análise do processo de modernização que levaria à diferenciação técnica, à racionalização dos ‘domínios essenciais à vida humana’ – direito, religião, ciência, política, economia e arte. (VIANA JR, 2009 p. 36)



Considera-se que a racionalidade ocidental burguesa moldou uma tradição cartográfica que responde em primeira instância às institucionalidades modernas. Ao evocar uma “tradição cartográfica moderna”, estamos considerando diversos aspectos e finalidades de usos. Por exemplo, a cientificidade objetiva e cartesiana na organização da informação, a exclusividade do Estado no controle de sua produção e distribuição, a ampliação dos mercados globais no contexto de expansão europeia, as finalidades militares, bélicas e de controle institucional sobre o território.



Figura 3 - *Nova Hispaniae Descriptio*. Fonte: Biblioteca Digital Mundial<sup>7</sup>

Segundo Haesbaert, a territorialidade do Estado-Nação configura-se como uma das marcas da universalização da modernidade ocidental:

(...) podemos afirmar que as territorialidades dominantes no mundo moderno de matriz europeia impuseram inicialmente uma padronização territorial, de caráter pretensamente universal e exclusivista, cuja matriz foi o Estado e seus domínios em área, construindo “territórios-zona” que não admitiam sobreposição e cuja

<sup>7</sup> BIBLIOTECA DIGITAL MUNDIAL. Disponível em: < <http://www.wdl.org/es/item/7328/>> Acessado em 21 de agosto de 2014.

multiterritorialidade tinha um caráter meramente funcional, dentro de uma mesma lógica piramidal de controle. (HAESBAERT, 2004, p. 4)

Os mapas elaborados pelo e para o Estado expressam uma forma ocidentocêntrica de produção e apropriação dos espaços. Os usos dos territórios impõem certa elaboração cartográfica que legitima a forma espaço Estado Nacional, cujas leis condicionam e legitimam usos dos territórios e também a prevalência do valor de troca sobre o valor de uso. Estes mapas carregam em seu discurso o cerne da racionalidade moderna, e possuem a institucionalidade geográfica do Estado como elemento fundamental. São, portanto, cúmplices da lógica do Estado de apropriação territorial e de intencionalidades específicas, e ao mesmo tempo, vítimas da institucionalidade do conhecimento que o produz.

A tradição cartográfica moderna, portanto, manifesta-se como “expressão do domínio da *res extensa* no pensamento científico” (KATUTA, 2006, p. 52), ou seja, desenvolve seu jogo dentro dos limites do racionalismo objetivo e cartesiano e da institucionalidade do Estado (institutos, universidades, exército, etc.) e dos interesses econômicos dos setores hegemônicos, excluindo e/ou deslegitimando outras formas possíveis de se pensar e fazer cartografia.

Voltamos, doravante, ao contexto atual de descrédito das metanarrativas modernas e emergência de racionalidades múltiplas e alternativas. Com o olhar direcionado para a cartografia, todavia considerando o momento crítico das metanarrativas que sustentam os discursos e práticas da modernidade, percebemos que estas transformações também irrigam o terreno da produção de mapas.

Este pode ser caracterizado pelas relações entre a cartografia e o processo complexo de rupturas e continuidades dos tempos hodiernos, em que as crises de metanarrativas assumem um papel preponderante. Como já afirmamos no início deste texto, pretendemos nos debruçar sobre estes processos que, apesar de distintos, encontram-se absolutamente arraigados às mesmas contextualidades: de um lado, a crítica sobre o papel dos mapas a serviço das instâncias modernas que se amparam por um conhecimento científico metanarrativo. De outro, a vastidão de produtos, processos, práticas e experiências que dão outros sentidos para a cartografia, nos quesitos forma, conteúdo e processos de produção, deslocando-a para fora da exclusividade do Estado, dos discursos, das práticas e das instituições modernas.

O processo crítico da tradição cartográfica moderna, visto desde o prisma da crise dos metarrelatos e ascensão de outras narrativas, pode ser compreendido de diversas formas. A partir da segunda metade do século XX, a cartografia moderna passou a ser alvo de diversos

questionamentos e reflexões críticas desde múltiplas perspectivas no interior das ciências sociais. Dentre os aspectos que passam a ser questionados, destacam-se as pretensas objetividade e neutralidade, o caráter universalizante e eurocêntrico. A relação da cartografia com o Estado também é questionada, a partir de abordagens sobre as relações sociais intrínsecas à produção cartográfica, que restringe este processo e limita sua funcionalidade às vontades das elites. As relações entre conhecimento e poder são tensionadas para denunciar que mapas são produtos ideológicos, e respondem às intencionalidades e subjetividades daqueles que os produzem.

A crítica à cartografia tomou forma a partir da contribuição de diversos ramos das ciências humanas, abordando aspectos sociais e culturais a partir de leituras que evocam relações de poder, relações econômicas, colonialismo, linguagem e discurso, relação sujeito-objeto, etc. Entretanto, entendemos que a pluralidade de abordagens críticas à cartografia tradicional converge no seguinte aspecto: grande parte destes estudos insere-se em contextos mais amplos de crítica à racionalidade científica e aos metarrelatos da modernidade. A partir desta premissa, buscamos construir um relato sobre a atualidade da crítica à cartografia oficial moderna, que será apresentado em sequência.

#### 1.4 Os mapas contra a parede: a crítica teórica à cartografia

A relativização dos mapas em seus contextos sociais e históricos foi pauta de diversos debates realizados após a segunda metade do século XX. A partir de estudos realizados em vários campos das ciências sociais, os mapas passaram a ser vistos como constructos históricos, sociais e culturais, que distorcem o espaço que representam como condição essencial para sua simples existência. Acionaremos neste tópico alguns trabalhos que podem ser considerados chaves para esta virada crítica nos estudos cartográficos.

A cartografia foi alvo de reflexões a partir de diversas perspectivas: desde reflexões que tratavam de sua existência material enquanto objeto de afirmação de poder, até os sentidos metafóricos dados por filósofos e antropólogos críticos da modernidade ao tratarem de reflexões mais amplas associadas, sobretudo, à racionalidade científica e sua lógica taxonômica e hierarquizante. Almeida atribui um importante destaque à contribuição destas reflexões para alavancar os estudos críticos sobre a cartografia:

A análise crítica das práticas de cartografar, tornou-se mais recentemente objeto de reflexão e debate filosóficos (Foucault, Deleuze, Guattari, Agamben) e de sociólogos e antropólogos (Bourdieu, Bateson, Baudrillard, Goody), invertendo direções, recompondo paisagens, alargando horizontes, abrindo debates e arrebatando a questão dos domínios estritos do conhecimento técnico em que ela já estaria consolidada como tributária da geografia e de disciplinas militares. (...) O arrebatamento da questão por filósofos e cientistas sociais tem forçado, deste modo, aqueles domínios de conhecimento, já instituídos formalmente para pensar o processo cartográfico, a proceder a redefinições, ressemantizações e relativizações de noções básicas da cartografia, que haviam se tornado lugar comum e não mais requeriam explicações ou demonstrações de sua eficácia científica (ALMEIDA, 2013, p. 159).

Um exemplo destas ressignificações propostas por filósofos que se utilizaram da cartografia como método de pesquisa para contrapor-se a formas dicotomizadas e simplificadoras da enxergar o mundo, é aquele proposto por Deleuze e Guattari, que pode ser apresentado, de maneira muito breve, com o seguinte fragmento:

Para tentar apreender, mesmo que transitoriamente, a processualidade que a transdisciplinaridade propaga, pode-se trabalhar com a cartografia, método proposto por Deleuze e Guattari, utilizado em pesquisas de campo voltadas para o estudo da subjetividade (...). A cartografia se apresenta como valiosa ferramenta de investigação, exatamente para abarcar a complexidade, zona de indeterminação que a acompanha, colocando problemas, investigando o coletivo de forças em cada situação, esforçando-se para não se curvar aos dogmas reducionistas (ROMAGNOLI, 2009, p. 169).

Se a cartografia tomava forma como experimentalismo metodológico utilizado por filósofos e sociólogos para contrapor-se aos métodos reducionistas frente a percepções do mundo cada vez mais complexas, o olhar sobre a própria cartografia também se complexificou. Especialmente nas últimas três décadas apresentaram-se diversos debates e resultados de investigações em diversos campos das ciências humanas que trataram de desmontar a visão positivista sobre os mapas. Estes novos olhares sobre os mapas conformaram um amplo movimento crítico que, desde perspectivas distintas, já foi caracterizado como “virada cultural na cartografia” (SEEMANN, 2010, p. 119) e “cartografia crítica” (CRAMPTON; KRYGIER, 2008, p. 89).

Crampton e Krygier (2008, p. 90) resgatam a historiografia da crítica teórica à cartografia (dentro de uma perspectiva que se restringe aos estudos produzidos nos países do hemisfério Norte), e afirmam que os anos 1980 e início dos anos 1990 presenciaram a consolidação de uma corrente, que apesar de diversa, contribuiu para um sólido debate

epistemológico em torno dos mapas e práticas de mapeamento<sup>8</sup>. A crescente utilização dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) também foi alvo de discussões teóricas, e muitos dos estudiosos dedicados à crítica cartográfica debruçaram-se sobre esta ferramenta e debates mais amplos sobre o papel das tecnologias.

No contexto das novas abordagens sobre a cartografia neste período, a contribuição de John Brian Harley (1932 – 1991) merece destaque. Ao questionar a objetividade da ciência cartográfica utilizando-se de elementos culturais e recursos linguísticos, enfatizava o processo de mapeamento como produção humana. “O mapa não é mais visto como um mero produto cartográfico, mas como uma manifestação cultural inserida em processos socioculturais, econômicos e políticos” (SEEMANN, 2010, p. 120).

Ao traçar a relação entre os mapas e o exercício de poder, Harley argumenta sobre a potencialidade dos mapas de produzir metadiscursos, ou seja, saberes que, em determinadas condições sociais, estão além da possibilidade de serem questionados. “A ideia de que os mapas podem produzir uma imagem “cientificamente” exata do mundo, em que as informações fáticas são representadas sem pré-julgamentos, está bem fundada na nossa mitologia cultural.” (HARLEY, 2009, s/p.)<sup>9</sup>.

Debruçando-se sobre a cartografia do Estado moderno, Harley refletiu sobre o uso do mapa como estratégia de controle social e territorial a partir de três problemáticas: o contexto político dos mapas, ou seja, as forças sociais que historicamente regulam sua produção e utilização; a relação entre o conteúdo dos mapas e a produção do espaço; o poder simbólico e os efeitos sociais do conhecimento cartográfico (ANGEL, 2009, p. 186).

Harley identificou duas formas nas quais os mapas podem ser manipulados: distorções intencionais e inconscientes. As distorções intencionais do conteúdo dos mapas, segundo Harley, estão associadas a finalidades geopolíticas, justificada pelo conjunto de relações de poder que se escondem por trás daqueles que elaboram os produtos cartográficos (Estados). A prática geopolítica para fins militares recorre frequentemente ao artifício da distorção

---

<sup>8</sup> Apesar das décadas de 1980 e 1990 terem presenciado a consolidação de um campo teórico da crítica à cartografia, é preciso ressaltar que este permaneceu quase que restrito aos debates acadêmicos nas universidades dos Estados Unidos. No Brasil, por exemplo, pouco se teve acesso a estas discussões, e raros são os estudos sobre a cartografia na Geografia Crítica, por exemplo. Esta ausência tem relação com certas hegemonias no campo do saber, que constroem invisibilidades. Entretanto, conforme demonstrado por Crampton e Krygier (2008) a corrente teórica crítica à cartografia é sucessora de outros processos contestatórios, que se constituem instantaneamente a sua consolidação como disciplina científica no final do século XIX.

<sup>9</sup> Texto publicado originalmente com o título “Maps, knowledge and power” em 1988 em “The iconography of landscape: Essays on the symbolic representation, design and use of past environments”, compilado por Denis Cosgrove e Stephen Daniels.



intencional de representações espaciais, seja acrescentando, manipulando ou omitindo informações cruciais (HARLEY, 2009, s/p.).

O autor apresenta um mapa (Figura 4) retirado de um atlas escolar alemão datado de 1933 sobre as populações germânicas na Europa, que omite a legenda relacionada à simbologia utilizada. Assim, “[...] as minorias alemãs nos países europeus eram sempre muito menos aparentes (menos de 4% da população total) do que o é sugerido por meio da utilização de símbolos excessivos” (HARLEY, 2009, s/p.).



Figura 4 - Mapa da população germânica na Europa e no mundo (detalhe) Geschichtsatlas... Deutsch (1933).  
Fonte: John Harley (2009, s/p.).

Com relação às distorções inconscientes, o autor reflete sobre a geometria, os silêncios e as tendências à hierarquização nas representações cartográficas como elementos subliminares, difíceis de serem percebidos.

O processo sutil pelo qual os valores da sociedade que produz os mapas influem sobre seu conteúdo é também interessante para aquele que estuda a iconologia cartográfica. Toda a história social dos mapas deve se interessar por essas regras ocultas do conjunto de imagens cartográficas e por suas conseqüências. (HARLEY, 2009, s/p.).

Ao reconhecer o caráter subliminar de muitas formas de distorção cartográfica, Harley aprofunda sua abordagem em direção às estruturas de linguagem presentes nos mapas em formas retóricas e metafóricas. Diante do obstáculo linguístico, propõe a desconstrução como ferramenta metodológica para “ler entre as linhas do mapa”, entendendo que mapas são como “textos culturais”.

Harley entende o ato da desconstrução como “[...] reinscrever e relocalizar significados, eventos e objetos dentro dos movimentos e estruturas mais amplas; é, por assim dizer, inverter o lado do tapete, a fim de expor em todo o seu deslegante e confuso emaranhado, os fios que constituem a abastada imagem que se apresenta para o mundo.” (EAGLETON, 1986<sup>10</sup> apud HARLEY, 1989, p. 8, tradução nossa).

Ou seja, os fatos cartográficos somente são fatos dentro de perspectivas culturais específicas (HARLEY, 1989, p. 3). Para o autor, contudo, a desconstrução “[...] exige uma leitura do texto cartográfico mais estreita e profunda do que tem sido a prática geral, seja na cartografia ou na história da cartografia. [A desconstrução] Pode ser considerada como uma busca de significados alternativos.” (HARLEY, 1989, p. 8, tradução nossa).

Ao explorar as relações entre cartografia, conhecimento e poder, e o papel dos mapas em termos culturais, sociais e políticos, Harley abriu caminho para que a historiografia da cartografia presenciasse uma “revolução em termos de expectativas disciplinares e resultados acadêmicos.” (ANGEL, 2009 p. 180).

Outra importante contribuição para a historiografia crítica da cartografia refere-se aos escritos de Mark Monmonier. Assumindo que a mentira é uma característica essencial de qualquer mapa<sup>11</sup> (não existe um mapa que conte uma verdade), Monmonier destaca os elementos referentes à escala, projeção e simbolização como mecanismos que invariavelmente distorcem as representações cartográficas<sup>12</sup>. O autor direciona o olhar para o uso dos mapas como propaganda política, como produtor de orgulhos nacionalistas, e agentes de “desinformação” para fins militares (MONMONIER, 1991).

Enquanto Harley e Monmonier entendiam o mapa como produto de relações sociais, culturais e políticas, que poderia ser desconstruído a partir da compreensão de seus aspectos de intencionalidade e “inconsciência”, Wood (1992) propôs uma nova definição para os

<sup>10</sup> Citado de “EAGLETON, Terry. *Against the Grain*. London: Verso, 1986”

<sup>11</sup> Mark Monmonier não está preocupado neste momento em problematizar sobre a existência ou não da verdade como ente externo aos mapas, mas sim em demonstrar os métodos utilizados na cartografia que invariavelmente distorcem os mapas enquanto representações.

<sup>12</sup> Estes elementos posteriormente seriam resgatados e utilizados como metáforas por Boaventura de Sousa Santos para falar sobre uma “cartografia simbólica das representações sociais” (SANTOS, 2002, p. 197).

mapas que almejava desestabilizar os compromissos ontológicos da cartografia. Para ele, as representações cartográficas, se forem despojadas da “máscara” científica da neutralidade, não são diferentes de qualquer imagem ou desenho. Entretanto, a fusão de “imagens multiconectadas de um mundo que o próprio mapa traz para a existência”, é capaz de criar territórios (WOOD, 1992, p. 73). Wood utiliza a noção de “arma” para referir-se aos mapas. “Não menos do que punhos e revólveres, que tanques e caças, mapas estão envolvidos na subjugação do mundo, na intimidação dos seus habitantes, na legitimação do *status quo*... e daqueles que o contestarem.” (WOOD, 1992, p. 67, tradução nossa).

Wood identifica elementos que limitam a “desconstrução” pretendida por Harley (como a acepção ingênua de que distorções cartográficas podem ser inconscientes ou não intencionais), todavia ele também nos leva para uma leitura por vezes determinista e funcionalista do poder que molda o pragmatismo cartográfico, ao enfatizá-lo de uma maneira demasiada literal (PICKLES, 2004, p. 68).

Compete-nos destacar neste momento que os estudos críticos sobre a cartografia nos anos 1980 e 1990 foram amplamente influenciados pelo pensamento pós-estruturalista de Michel Foucault, sobretudo com relação a sua noção de poder, conforme nos esclarecem Crampton e Krygier:

(...) ao falar em poder, Foucault não se refere a algo como a “falsa consciência” da ideologia no sentido frankfurtiano. Para Foucault, o poder não é uma força negativa que deve ser dissipada, nem os sujeitos são impedidos de realizar seu verdadeiro potencial por um Estado repressivo poderoso. A concepção de poder de Foucault era mais sutil, e enfatizava a política do conhecimento. O poder não emanava do topo de uma hierarquia de classes, mas era, antes, estendido de forma horizontal e altamente fragmentada e diferenciada. (CRAMPTON; KRYGIER, 2008, p. 88)

Entretanto, as reflexões de Harley, Monmonier e Wood sobre a cartografia desde esta perspectiva sobre o poder, esbarraram em alguns entraves. A estratégia da Harley e Monmonier foi identificar as políticas de representação, a fim de revelar as verdades escondidas por trás dos mapas. Porém, negligenciaram o fato de que não há como escapar do emaranhado de poder/saber. Cabe lembrar que Harley estava mais interessado em construir uma historiografia crítica dos mapas ocidentais do que propor uma teoria crítica da cartografia.

Wood, por sua vez, adotou outra estratégia para enfrentar a crise dos mapas, direcionando o olhar para a produção de contra-mapeamentos (mapas feitos por interesses diversos que fornecem pontos de vista alternativos ao do Estado e da cartografia comercial). No entanto, sua análise também não se mostrou capaz de atingir o estatuto ontológico do

mapa, limitando-se em comparar diferentes políticas de produção cartográfica (KITCHIN & DODGE, 2007, p. 2). Em outras palavras, existe um elemento nuclear fundacional na tradição cartográfica moderna que inquestionavelmente reforça seu caráter metanarrativo (ôntico, que se apresenta como verdadeiro).

Crampton, por sua vez, assume a tarefa de atingir o estatuto ontológico dos mapas, repensando suas bases filosóficas. A partir de uma perspectiva “contingente e relacional”, Crampton afirma que a politização dos mapas deve ir além de uma crítica de mapas existentes e buscar a consolidação de um projeto mais abrangente de análise, que explore as formas como eles são conceitualmente enquadrados com fins de dar sentido ao mundo (CRAMPTON, 2003<sup>13</sup> apud KITCHIN & DODGE, 2007, p. 3).

O crescente uso dos Sistemas de Informações Geográficas (SIG) nos anos 1990 também foi alvo de questionamentos a partir da tradição de crítica teórica à cartografia que se fortalecia. Sobre os debates que envolveram as tecnologias de informação espacial e particularmente o SIG, os geógrafos norte-americanos Crampton e Krygier (2008, p. 90). sintetizam:

Pickles sugeriu que os SIGs representavam um retorno ao positivismo tecnocrático (Pickles 1991), enquanto Smith apresentou um argumento convincente de que os SIG viabilizaram a intervenção militar norte-americana na Guerra do Golfo (Lacoste 1976; Smith 1992). Usuários de SIG responderam à altura, acusando os teóricos sociais de ignorar os grandes *insights* possíveis com os SIG (Openshaw 1991) e de atacar uma das poucas contribuições reais da geografia para além da disciplina. Por alguns anos, tais polêmicas foram, para a geografia, sua própria versão das ‘guerras culturais’. Porém, como Schuurman demonstrou, havia um dissimulado e forte interesse pela reconciliação, que resultou em algum reconhecimento da validade dos argumentos de ambos os lados (Schuurman 1999, 2000; Schuurman 2004). Durante os anos 1990, fez-se um esforço para desenvolver uma abordagem denominada SIG crítico ou social, que possui muitas afinidades com a cartografia crítica.

Atualmente, os impactos sociais das tecnologias de informação espacial e o uso SIGs participativos (PGIS ou SPIG, em português) são objetos de profundo debate no campo da crítica teórica à cartografia. As perspectivas variam desde aquelas que enxergam amplas possibilidades nestas ferramentas como projetos de oposição à cartografia oficial (PERKINS, 2007), àquelas que enxergam ressalvas importantes a serem feitas à disseminação desmesurada destas tecnologias (FRENIERRE, 2007; CRAMPTON, 2009). Também há aqueles que possuem visões mais pessimistas sobre as tecnologias de informação espaciais,

---

<sup>13</sup> Citado de: CRAMPTON, Jeremy. The political mapping of cyberspace. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2003.

sobretudo em relação às ferramentas participativas que enaltecem um discurso democrático na produção cartográfica (DUNN, 2007; FOX et al., 2008).

O amplo debate sobre a cartografia realizado desde as ciências humanas e as abordagens socioculturais desenvolvidas a partir dos anos 1980 principalmente nos EUA, foram absorvidos de forma rarefeita pela geografia brasileira. A corrente da Geografia Cultural, a partir do enfoque fenomenológico, deu destaque aos mapas através da percepção e das imagens mentais. Neste contexto, os mapeamentos mentais configuram-se como aportes metodológicos de fundamental importância para a percepção/cognição como fundamento geográfico (KOZEL, 2006). A produção acadêmica em Geografia no Brasil também apresenta grande variedade de qualificados estudos sobre a educação cartográfica e outros aspectos que correlacionam a cartografia e a prática escolar. Entretanto, veremos que a cartografia não teve um impacto tão profundo e imediato para a Geografia Crítica, importante corrente que se desenvolveu no Brasil a partir do final da década de 1970.

No Brasil, a corrente chamada geografia crítica possui grande importância na história recente da disciplina, tendo desenvolvido “[...] uma trajetória notável do ponto de vista da abordagem acadêmica” (MOURA et al., 2008, n.p.). O contexto de emergência desta corrente no final dos anos 1970 caracterizava-se por romper com os preceitos, tanto da geografia teórico-quantitativa quanto da geografia tradicional (CORREA, 1995, p. 23). A ampla utilização de métodos quantitativos (supostamente objetivos e neutros), em um contexto de grande instabilidade política, foi alvo de profundo questionamento. De acordo com Moura et al. (2008, s/p.):

(...) pautada em métodos quantitativos, [a geografia quantitativa] encobria o compromisso ideológico de justificar a expansão capitalista sem exprimir a essência da realidade social. É nesse contexto de dominação pelo uso ideologizado da informação, assim como de agravamento das tensões sociais nos países centrais e movimentos por independência nos países subdesenvolvidos, que a geografia crítica emerge como uma corrente que se opõe à quantitativa.

Logo, a geografia crítica, em geral, teve como postura a rejeição de métodos quantitativos que autoproclamavam neutralidade científica, uma vez que os pensadores desta corrente não compactuavam com tal forma de produção acadêmica. Assim, muitas ferramentas e técnicas pertinentes à Geografia foram abandonadas.

De acordo com Eduardo Girardi (2008 p.43), no Brasil, a cartografia foi negligenciada pela geografia crítica, tanto como ferramenta quanto como objeto de investigação, por estar associada ao pragmatismo/positivismo das correntes tradicionais do discurso geográfico:

Esta visão do uso da técnica nos estudos geográficos acarretou na negligência do uso do mapa e de técnicas estatísticas na Geografia Crítica. Disso decorre uma confusão entre visão do mundo e os procedimentos de pesquisa, como se a técnica tivesse vontade própria e o seu uso possibilitasse somente uma leitura de mundo. (GIRARDI, E. 2008, p. 52)

Expoente da geografia crítica e um dos inspiradores desta corrente no Brasil, Yves Lacoste abordou a importância dos mapas no contexto de sua crítica à institucionalidade da Geografia, na qual evidenciou a promiscuidade da disciplina em relação ao Estado. Para Lacoste (1988, p.37), “[...] a Geografia é claramente percebida como um saber estratégico e os mapas, assim como a documentação estatística, que dá uma representação precisa do país, são reservados à minoria dirigente”. Afirma ainda que:

Muito mais que uma série de estatísticas ou que um conjunto de escritos, a carta é a forma de representação geográfica por excelência; é sobre a carta que deve ser colocadas todas as informações necessárias para a elaboração de táticas e estratégicas. Tal formalização do espaço que é a carta, não é nem gratuita, nem desinteressada: meio de dominação indispensável, de domínio do espaço, a carta foi, de início criada por oficiais e para os oficiais. A produção de uma carta, isto é, a conversão de um concreto mal conhecido em uma representação abstrata, eficaz, confiável, é uma operação difícil, longa e onerosa, **que só pode ser realizada pelo aparelho de Estado e para ele**. A confecção de uma carta implica num certo domínio político e matemático do espaço representado, e é um instrumento de poder sobre esse espaço e sobre as pessoas que ali vivem. (LACOSTE, 1988, p. 23, grifo nosso)

Algumas interpretações sobre o tratamento dado à cartografia por Lacoste, como um objeto de dominação cujo uso e elaboração são restritos ao Estado, afastaram da Geografia – que neste momento se pretendia crítica ao Estado elitista – as possibilidades de apropriação contra-hegemônica dos mapas e as potencialidades de democratização de seus processos de produção.

Entretanto, não houveram iniciativas somente desde a Geografia para este distanciamento. De acordo com Gisele Girardi houve naquele momento em nível internacional

(...) a estruturação da Cartografia como campo específico do conhecimento requerendo para si o domínio de todas as etapas do processo cartográfico, desde a confecção até o estudo dos usos do mapa. Nesse processo, a Geografia deixaria de ser construtora e passaria à condição de usuária dos mapas, o que poderia fornecer fundamentação para uma crítica das representações cartográficas. No entanto a Geografia relegou-se ao papel de consumidora de mapas. (GIRARDI, G. 2000, p. 42)

Ao abdicar-se (ou ser abdicada) da produção e, inclusive, do uso dos mapas, a Geografia reduziu a cartografia ao papel de ilustração, sem que houvesse o emprego consciente e crítico que levasse em consideração o conhecimento sobre “o que se está utilizando e para quê” (GIRARDI, G. 2000, p. 42). O discurso de que “a cartografia é apenas uma técnica” possui rebatimentos na formação e prática de professores de Geografia, e acaba inculcando em divisões bipartidárias que fragmentam o próprio campo de saber e os processos de formação docente (SOUZA; KATUTA, 2001, p. 142).

Todavia, a reflexão crítica sobre a cartografia na Geografia brasileira, apesar de sua escassez, está longe de ser inexpressiva ou nula. A pesquisa em Cartografia Geográfica no Brasil possui um amplo arsenal de autores e estudos realizados, sobretudo no que se refere às contribuições ao campo do ensino de Geografia, vinculando-se principalmente às metodologias de ensino, teorias de aprendizagem e técnicas de comunicação cartográfica (SOUZA; KATUTA, 2001, p. 57).

Há que se enfatizar a grande contribuição das pesquisas de Gisele Girardi no âmbito da Cartografia Geográfica como reflexão sobre a técnica, e não apenas como capacitação técnica (GIRARDI, G. 2005, p. 47). A partir das perspectivas oriundas do debate norte-americano sobre a linguagem cartográfica (HARLEY 1991; WOOD; FELS, 1993 apud GIRARDI, G. 2005, p. 65), a autora recorre aos mitos presentes na cartografia para efetuar sua análise. O aprofundamento do olhar sobre as cartas topográficas revela que “[...] a imagem da carta topográfica mascara e legitima a ordem social no momento em que a transforma em natureza do lugar<sup>14</sup>” (GIRARDI, G. 2005, p. 69).

O campo da Cartografia Geográfica também se constitui fundamental para o trabalho de Eduardo Girardi. Atrelado ao paradigma da questão agrária, o autor questiona a insuficiência de materiais cartográficos que representem os conflitos e as dinâmicas agrárias no Brasil, desde a perspectiva crítica ao modelo latifundista. A partir da delimitação conceitual de uma “Cartografia Geográfica Crítica”, o autor apropria-se de instrumentos como a coremática<sup>15</sup> para a confecção do Atlas da Questão Agrária Brasileira (GIRARDI, E., 2008). O trabalho deste autor diferencia-se por trazer a cartografia para dentro de um debate

---

<sup>14</sup> Gisele Girardi aponta quatro exemplos de valores sociais que são naturalizados na carta topográfica: o Estado, que se materializa na representação da oficialidade; a religião, que se materializa na toponímia e com os ícones (exclusivamente da igreja católica); a propriedade privada, concretizada pela representação das sedes de fazendas, porém ocultas pela ausência da demarcação de limites; a ciência, que se naturaliza em todos os códigos, coordenadas, etc. (GIRARDI, G. 2005, p. 70).

<sup>15</sup> Conjunto de técnicas desenvolvido pelo geógrafo francês Roger Brunet para atribuir maior dinamismo às representações espaciais, que sistematiza iconografia para fluxos, dinâmicas e conflitos (BRUNET, 1980).

tradicional da Geografia Crítica, entretanto, não tem pretensões de aprofundar um debate sobre a cartografia a partir dos paradigmas críticos da Geografia.

A compreensão da cartografia como linguagem para a comunicação e visualização dos fenômenos geográficos é parâmetro da reflexão de Sinthia Cristina Batista para afirmar que:

Sob tal perspectiva a cartografia opõe-se a ser entendida como metodologia, procedimento ou método de investigação mas, como um meio que pode ser colocado de forma direta e/ou indireta ao usuário do mapa com o objetivo de construir um raciocínio no caminhar e não com um fim em si mesmo. (BATISTA, 2012, p. 12)

A autora discute, relacionando elementos da linguagem aos conceitos geográficos, a ideia de visualização cartográfica e os fundamentos da semiologia gráfica. Questiona a possibilidade da cartografia, a partir de suas formas fixas e estruturas rígidas, dialogar com a geograficidade do mundo, cada vez mais complexa e dinâmica (BATISTA, 2012 p. 15).

Ângela M. Katuta tem como enfoque a cartografia pensada como produto de imagens estruturantes da imaginação humana. Suas reflexões aproximam-se dos debates promovidos nos Estados Unidos em torno da crítica à cartografia. Aproximam-se também das perspectivas que adotamos na introdução deste trabalho, no que se refere a sua crítica à cartografia moderna, ao rigor científico e à determinação cosmológica dos mapas. A linguagem científica característica da modernidade ocidental limitou a cartografia à expressão matemática e objetiva. Dessa forma, expulsou de seu campo institucional quaisquer formas de representação que não possuam o licenciamento do metadiscurso científico (KATUTA, 2006).

Ademais, a autora relata que a consolidação do projeto de modernização da cartografia atravessou inclusive uma mudança de nome. Informa-nos que o vocábulo “cartografia” é uma invenção recente, e remete ao ano de 1839. “Antes de esse termo ser divulgado e consagrado, fato que ocorreu na segunda metade do século XIX, o vocábulo tradicionalmente usado era cosmografia, termo também entendido como descrição geral do Universo”. A autora esclarece que “[...] a adoção, divulgação e consagração de um novo vocábulo podem ser entendidas como expressões ocorridas nas representações simbólicas dos grupos humanos” (KATUTA, 2006, p. 47).

Nos últimos anos temos observado um significativo crescimento do número de pesquisas com abordagens críticas à cartografia na Geografia brasileira. O recente movimento de popularização da cartografia, associado tanto à difusão da técnica e facilidades de acesso e uso, quanto ao resgate da dimensão territorial reivindicada por movimentos populares de



diversas esferas nas últimas décadas, abriu espectros de possibilidades de inserção da pesquisa social, desde as mais convencionais, até práticas de “pesquisa-ação participativa”, no universo cartográfico (ACSELRAD, 2010, p. 9). Porém, a atenção dada a esta temática tem partido majoritariamente de outros campos do saber, como a antropologia e a ecologia política.

Acreditamos que as pesquisas geográficas – realizadas desde uma perspectiva crítica e que possuam a cartografia como objeto de reflexão – podem e devem contribuir para um campo de investigação que está longe de se esgotar. Entendemos que a Geografia possui e deve cumprir um papel chave para o estudo dos aspectos sociais, culturais e políticos que envolvem a cartografia e todas suas nuances.

Os bastidores de um mapa são constituídos por práticas sociais que possuem dimensão espacial tão importante quanto a representação do mapa em si. Mapas não são apenas representações territoriais, mas são também territórios, assim como afirma Siegert: “[...] o mapa é território na medida em que a elaboração de mapas configura-se como uma técnica cultural que, por exemplo, a serviço do Estado, produz o território como uma realidade política” (SIEGERT, 2011, p. 15, tradução nossa). O mapa configura-se como uma porta de acesso à complexidade da espacialidade humana e, portanto, deve ser visto pela Geografia como algo que vai muito além de ilustrações e representações do espaço geográfico.

Veremos a seguir que a diversidade de perspectivas da crítica teórica à cartografia ganha sentido real a partir da proliferação de experiências também diversas de práticas e produtos cartográficos, ressignificações, subversões e apropriações sociais da produção dos mapas, que lhes deram novos sentidos e novos usos.

### 1.5 Outras cartografias: subversão, ação e a guerra dos mapas

A ampla e diversa crítica teórica à cartografia que se supõe neutra e objetiva é acompanhada por um amplo processo de ressignificação e subversão da forma que compreendemos os mapas. Este processo, realizado por diversos sujeitos sociais, permite que se criem representações alternativas do território, da vida, dos conflitos e das formas de resistência, manifestam-se também artisticamente e expressam suas formas particulares de se relacionar com o espaço.

Diversos foram os termos que se propagaram a partir da disseminação de experiências e práticas cartográficas que passaram a ser visibilizadas: cartografia social, contra-cartografia,

cartografia cidadã, mapeamentos participativos e cartografias artísticas, são algumas terminologias que se destacam. Este amplo processo de apropriação e ressignificação dos mapas, aliado às rupturas das formas tradicionais de se pensar e fazer cartografia desde o racionalismo do discurso científico e geográfico foi designado como *reencantamento da cartografia* (VIANNA JR, 2009, s/p.). Crampton e Krygier (2008, p. 102) identificam, sem a pretensão de cravar conclusões definitivas, os mapeamentos artísticos, mapeamentos correntes, mapas como resistência e o hackeamento de mapas como algumas das manifestações possíveis destas experiências<sup>16</sup>.

Entretanto, existem muitas outras formas de entender e sistematizar a pluralidade destas cartografias. No contexto dos produtos e práticas associadas às novas formas de fazer cartografia, é inegável a relevância atual das *cartografias participativas*. Estas práticas vêm ocorrendo em contextos diversos, podendo estar vinculadas a múltiplos e diversificados atores e interesses.

A prática de mapeamentos participativos pode estar associada a grupos sociais tradicionalmente excluídos do processo de produção de mapas, que passam a questionar as representações oficiais dos territórios em que vivem. Com o intuito de criar representações coletivas sobre o território, estas experiências apresentam-se como possibilidade de afirmação de territorialidades e identidades particulares, como busca de visibilidade frente aos processos que os invisibilizam. De acordo com Cáceres,

Os mapas ditos participativos aparecem como alternativa na construção do conhecimento, subvertendo os lugares de enunciação das formas positivas da ciência ocidental e encarnando a tentativa de ‘democratização’ do acesso e controle por um domínio técnico hegemônico. Nesse sentido, os exercícios de contra-mapeamento promovidos por atores locais desafiam a invisibilidade de populações tradicionais ou subalternas nos mapas oficiais dos Estados. (CÁCERES, 2008, p. 125)

Entretanto, as chamadas cartografias participativas apresentaram formas de usos e apropriações tão diversas ao longo das últimas décadas, que se tornou inviável tecer delimitações conceituais em torno deste termo. Ao contrário, às perspectivas atuais para esta prática apontam para diversas linhas que se encontram e se distanciam sem homogeneidades nas suas formas de manifestação.

---

<sup>16</sup> *Mapeamentos artísticos*, cujo efeito é o desafio às noções pré-concebidas de espaço, conhecimento e poder; *mapeamentos correntes*, aos quais se atribui motivação popular, e podem ser performativos, lúdicos, afetivos ou narrativos; *mapas como resistência*, caracterizados como contra-mapeamentos ou mapeamentos participativos que “[...] apropriam-se de mapas e da política de modo a, explicitamente, oferecer mapeamentos alternativos do espaço não representado pelas agências oficiais do Estado”; *hackeamento de mapas*, práticas associadas a aplicações de mapeamentos livres que dão novos usos e sentidos à tecnologia (CRAMPTON; KRYGIER, 2008, p. 102).

A historiografia sobre as cartografias participativas relata que a aplicação pioneira desta prática está associada ao Canadá e Alaska, durante os anos 1970 e início dos anos 1980, em projetos de planejamento de uso e ocupação de terras, realizados por grupos tradicionais *inuítas* destas regiões. Destas práticas desenvolveu-se uma grande variedade de metodologias, “[...] desde abordagens consideradas ‘altamente participativas’ envolvendo mapas de esboço em vilarejos até esforços de caráter mais técnico, com uso de Sistemas Geográficos de Informação (SIG)” (ACSELRAD; COLI, 2008, p. 16).

A partir dos anos 1990 a metodologia da cartografia participativa dissemina-se em todo o mundo, envolvendo diversos agentes e grupos sociais. Torna-se recorrente a utilização desta prática, seja por povos indígenas em processo de demarcação e reconhecimento territorial, povos ribeirinhos, grupos étnicos e comunidades tradicionais em busca de afirmação identitária, etc. (HERLIHY; KNAPP, 2003). Sua utilização na América Latina é crescente nas últimas duas décadas, e aparece geralmente associada ao contexto de redefinição jurídica que inseriu a autodefinição identitária no processo de demarcação de terras tradicionalmente ocupadas<sup>17</sup>.

No Brasil, o termo *cartografia social* difundiu-se com maior eficácia devido à abrangência alcançada pelo projeto “Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil”<sup>18</sup>, que desde 2005 se esforça para viabilizar a diversos grupos a possibilidade de realizarem seus próprios mapeamentos, articulando ferramentas de resistência aos processos associados ao desenvolvimento<sup>19</sup>. A amplitude deste projeto alcançou tamanho reconhecimento que o termo cartografia social – que se referia a formas específicas de utilização da cartografia participativa em contextos de disputas territoriais – passou a ser usado de maneira genérica, referindo-se a quaisquer formas de apropriação desta metodologia.

---

<sup>17</sup> Para uma leitura mais aprofundada sobre o contexto das disputas territoriais na América Latina, buscar a contribuição de Offen (2003), Almeida (2004) e as compilações de Acselrad (2010; 2013).

<sup>18</sup> O projeto é desenvolvido desde julho de 2005 e coordenado pelo antropólogo Alfredo Wágner Berno de Almeida e tem sede em Manaus/AM. Maiores informações sobre o projeto e acesso às suas publicações podem ser encontrados na página <[www.novacartografiasocial.com](http://www.novacartografiasocial.com)> ou na compilação “Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social” (ALMEIDA; FARIAS JR, 2013b). Dedicaremos uma seção no capítulo 3 exclusivamente para falar desta experiência.

<sup>19</sup> A racionalidade monocultural eurocêntrica, a partir da segunda metade do século XX, elegeu a retórica do desenvolvimento como estratégia mais eficaz para a manutenção do padrão de poder vigente no sistema-mundo. “Independientemente de que fueran democracias o dictaduras, los países del Sur proclamaron el desarrollo como su aspiración primaria, después de haber sido liberados de su subordinación colonial” (SACHS, 1996, p. 10). A invenção do subdesenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial reorientou as forças políticas no sistema-mundo reafirmando a colonialidade do poder (capítulo 2) como estrutura fundamental de hierarquização social da escala global à local.

Além de possibilitar um desprendimento em relação aos pressupostos cartesianos e positivistas da cartografia, as cartografias participativas possuem grande potencial para exercer um importante papel político nas disputas territoriais, quando utilizadas pelos grupos marginalizados para tal fim. A relevância da cartografia nestes processos aparece marcada pela noção de “guerra dos mapas”, “[...] processo de disputa entre diversas forças sociais pela capacidade de configurar e delimitar representações cartográficas e lutar por uma definição legítima que seja capaz de fazer valer seus interesses e pretensões” (ACSELRAD; VIÉGAS, 2013, p. 31). Todavia, Acselrad avalia com proficuidade que a noção de cartografia participativa surge marcada pela ambiguidade:

Construída para dar a palavra às comunidades de base e grupos desfavorecidos – integrando inclusive, segundo alguns, um projeto territorializado de contra-cultura-política – sua realização mostra-se dependente da estrutura de poder na qual se instaura. No vasto espectro de experiências conhecidas no mundo, podemos verificar que elas podem estar associadas à afirmação identitária de grupos subalternos, assim como à fundamentação cognitiva da gestão racional de recursos naturais, a mecanismos de explicitação de conflitos sócio-territoriais e ambientais ou a formas de antecipação dos mesmos para fins de controle estatal do território. (ACSELRAD, 2010, p. 10)

Refletindo sobre a diversidade das cartografias participativas no contexto das disputas territoriais, Acselrad (2010, p. 23) sugere uma sistematização que as identifica como práticas de mapeamento realizadas por desenvolvimentistas “participacionistas”, ambientalistas e atores envolvidos em lutas por reconhecimento identitário e territorial.

Os primeiros estariam interessados em aperfeiçoar, com esta prática, a identificação e gestão de recursos territoriais, a fim de exercer um controle mais eficaz sobre o território, porém legitimados pela retórica da participação democrática e estratégias de um desenvolvimento “*soft*”. Tornou-se muito comum nas últimas décadas a prática de mapeamentos participativos incentivados ou promovidos por agências multilaterais de desenvolvimento, empresas e ONGs dos mais diversos interesses. Neste processo ambivalente, ao mesmo tempo em que a produção de mapas assume um caráter liberatório e rompe com esquemas tradicionais de dominação, criam-se novas formas de dominação “[...] calcadas, por exemplo, no processo de produção e uso da ideologia do desenvolvimento sustentável.” (ACSELRAD; VIÉGAS, 2013, p. 18).

Os ambientalistas apropriam-se da cartografia participativa, dentre outros fins, como ferramenta para a elaboração de planos de manejo em unidades de conservação. Estas iniciativas caracterizam-se também como estratégia para apropriação utilitária de conhecimentos sobre territórios e recursos. Os atores envolvidos neste tipo de mapeamento,

ao adquirirem certa legitimidade através da ambientalização das lutas das populações locais abrem terreno para “modelos ação ‘de cima para baixo’”. Assim, eventualmente, “a linguagem da conservação e da comunidade pode servir para transferir recursos usados tradicionalmente por grupos locais para interesses institucionais poderosos, sejam empresariais, científicos ou administrativo-militares” (ACSELRAD, 2010, p. 26).

O caso dos atores envolvidos em luta por reconhecimento territorial envolve a criação de territorialidades específicas e politização da cultura e da identidade. Trava-se em processos de resistência e luta pela manutenção do direito ao território tradicionalmente ocupado e, em geral, materializam experiências de empoderamento e mais efetiva apropriação do processo de mapeamento pelos grupos sociais que o constroem. Estes atores em situação de conflitualidade territorial “[...] lutam por manter a especificidade de seus grupos sociais, (...) marcando diferenças culturais e construindo signos identitários de pertencimento de maneira relacional, embasando demandas por reconhecimento territorial” (ACSELRAD, 2010, p. 27).

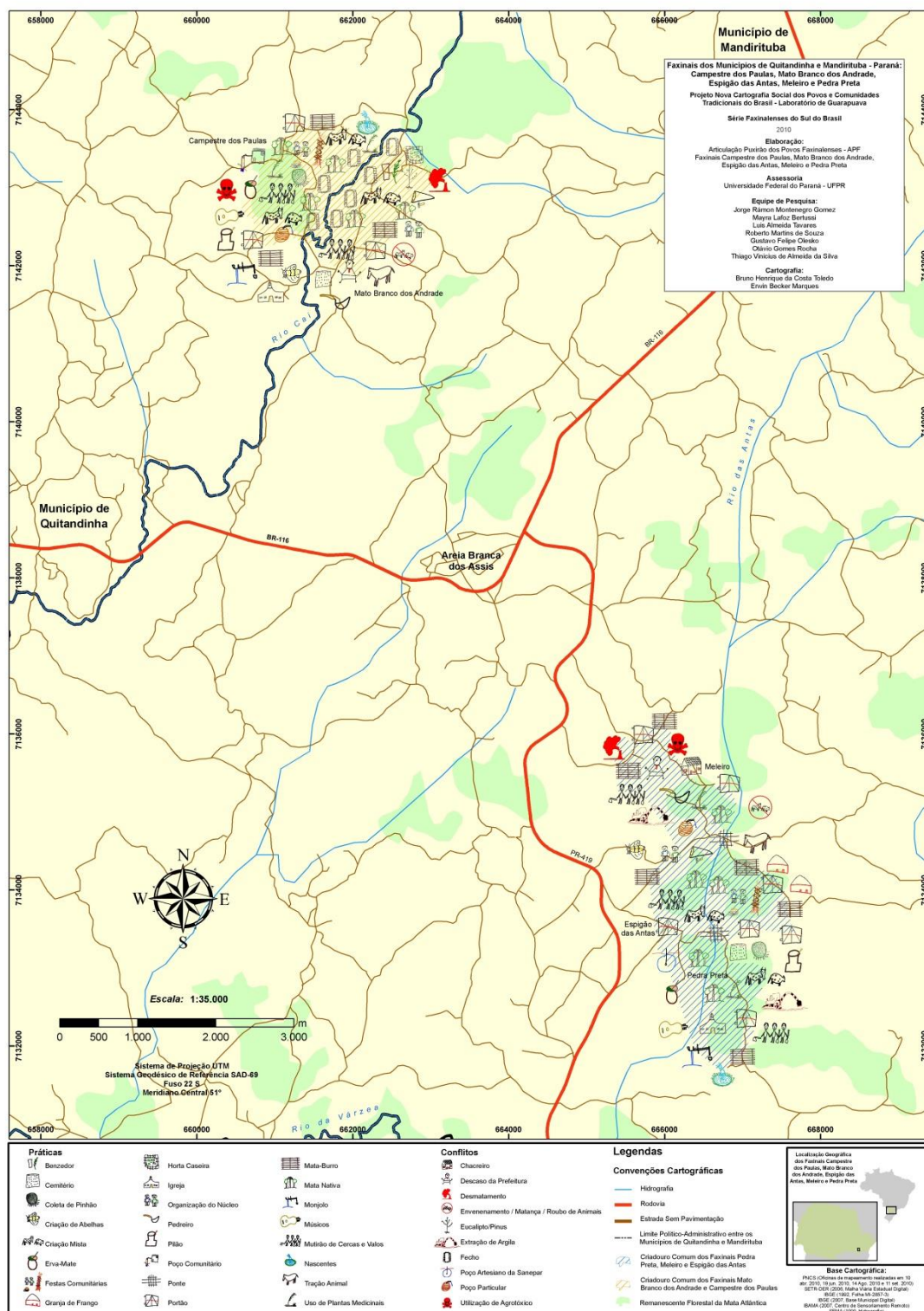


Figura 5 – Cartografia social dos faxinalenses do núcleo metropolitano sul de Curitiba (Nova Cartografia Social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil). Fonte: PNCSA (2011)

A vertente dos mapeamentos participativos que caminha sobre os trilhos do ambientalismo e do desenvolvimentismo, cuja aplicação é geralmente operada por ONGs,

organismos internacionais de fomento econômico e pelo próprio Estado, expressa um fenômeno preocupante de institucionalização desta prática. Apesar de que cada contexto possui suas particularidades políticas e geográficas, Cáceres (2010, p. 137) acredita que, com este panorama, “[...] vem à tona a inquietude de como interpretar a institucionalização do mapeamento participativo. Seja pelo Estado ou pelos financiadores internacionais, a sua imposição de cima para baixo atenta contra seu possível caráter emancipador”.

A reflexão dos autores culmina em algumas questões que podem concretizar importantes encaminhamentos metodológicos, capazes de problematizar a própria noção de “participativo”:

(...) quem propõe a atividade e como ela retorna para quem a propôs?; como as populações, os sujeitos, se apropriam ou não dessas atividades, de acordo com a força política que cada grupo social possui; de que forma se dá a produção e o controle da informação espacial e que direitos as populações locais possuem sobre essa informação; e como esses processos de mapeamentos e seus resultados reforçam as organizações dos povos e comunidades envolvidas. (ACSELRAD; VIÉGAS, 2013, p. 20).

As cartografias participativas expressam uma das mais recorrentes formas de ressignificação ou subversão da tradição cartográfica moderna, e têm contribuído para o crescente interesse das ciências sociais, inclusive da própria Geografia, sobre as representações cartográficas. Contudo, existem outras vertentes que há longo tempo se utilizam da cartografia como suporte de crítica social, e devem ter sua importância destacada. Apesar de certa distância com o contexto das cartografias sociais ou participativas, os trabalhos desenvolvidos por William Bunge são referenciados como uma importante contribuição para pensar criticamente as representações cartográficas, calcadas também em uma aproximação da produção de mapas com a disputa pelo território de vida.

William Bunge é frequentemente mencionado como um dos mais importantes geógrafos dos Estados Unidos entre as décadas de 1960 e 1970. Suas contribuições intelectuais ofereceram importantes aportes para a geografia quantitativa, todavia seu grande legado remete a abordagens de cunho social para a geografia crítica em ascensão naquele momento. A cartografia foi proveitosamente utilizada por este autor como instrumento de denúncia e de crítica ao capitalismo e, sobretudo, como ressignificação do olhar sobre as periferias urbanas, os guetos e as populações marginalizadas, configurando uma das principais características de seus trabalhos. Seus mapas pouco convencionais espacializavam, por exemplo, mordidas de ratos e atropelamento de crianças negras na cidade de Detroit (Figura 6 e Figura 7), evidenciando a apropriação desigual do espaço urbano e os conflitos existentes.

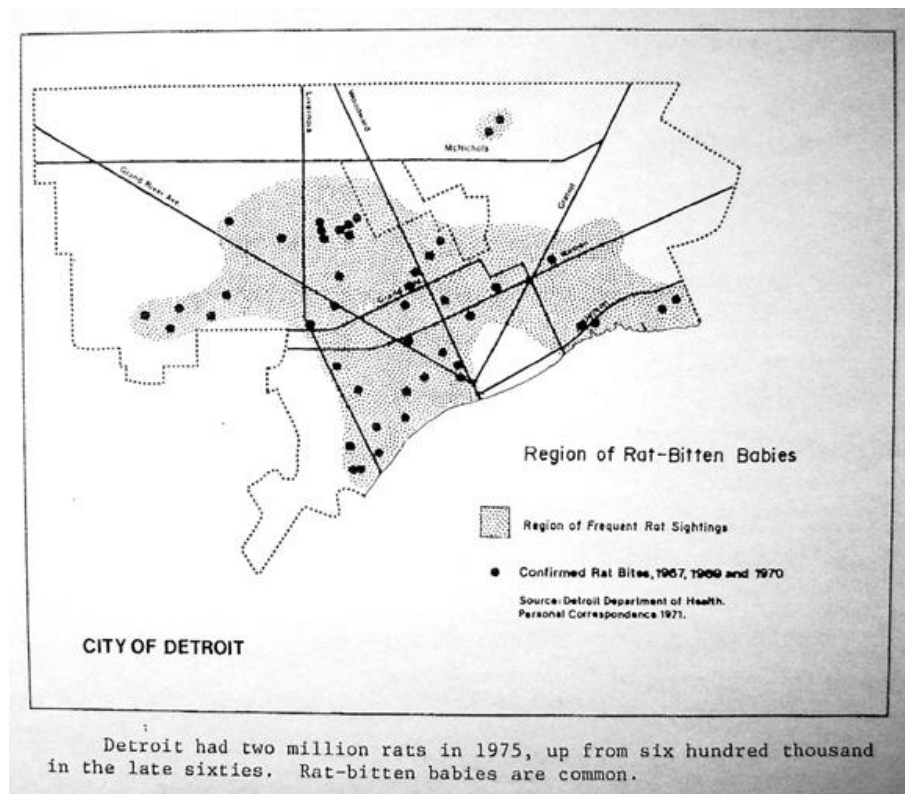


Figura 6 – Region of Rat-Bitten Babies. Fonte: Indiemaps<sup>20</sup>

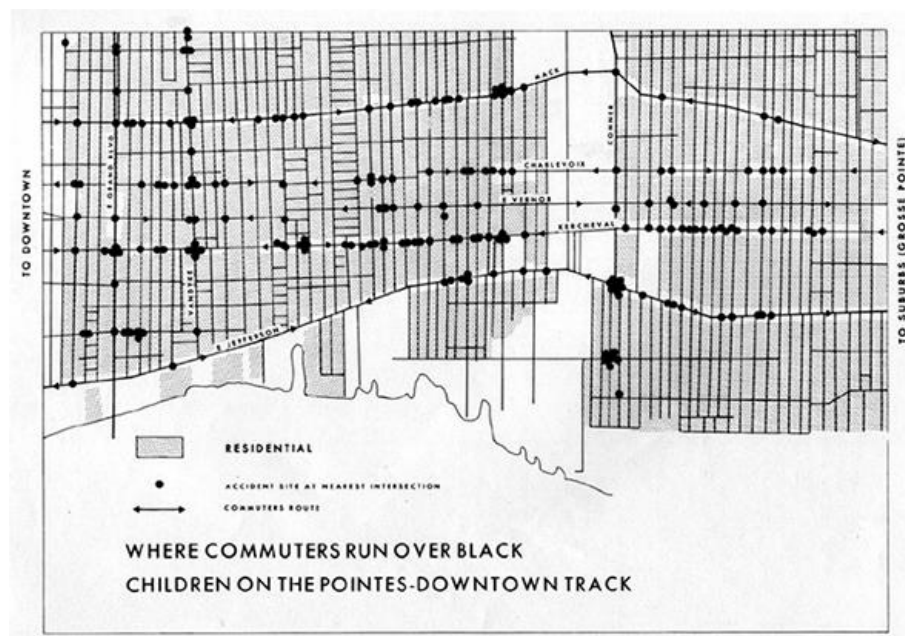


Figura 7 – Where commuters run over black children on the pointes-downtown track. Fonte: Indiemaps

<sup>20</sup> INDIEMAPS. Wild Bill Bunge. Disponível em: <<http://indiemaps.com/blog/2010/03/wild-bill-bunge/>> Acesso em 24/08/2014.



Outro exemplo de sua postura crítica quanto ao uso da cartografia, pode ser citado o “Nuclear War Atlas” publicado em 1988, como denúncia das consequências do processo de armamentismo no contexto da Guerra Fria.

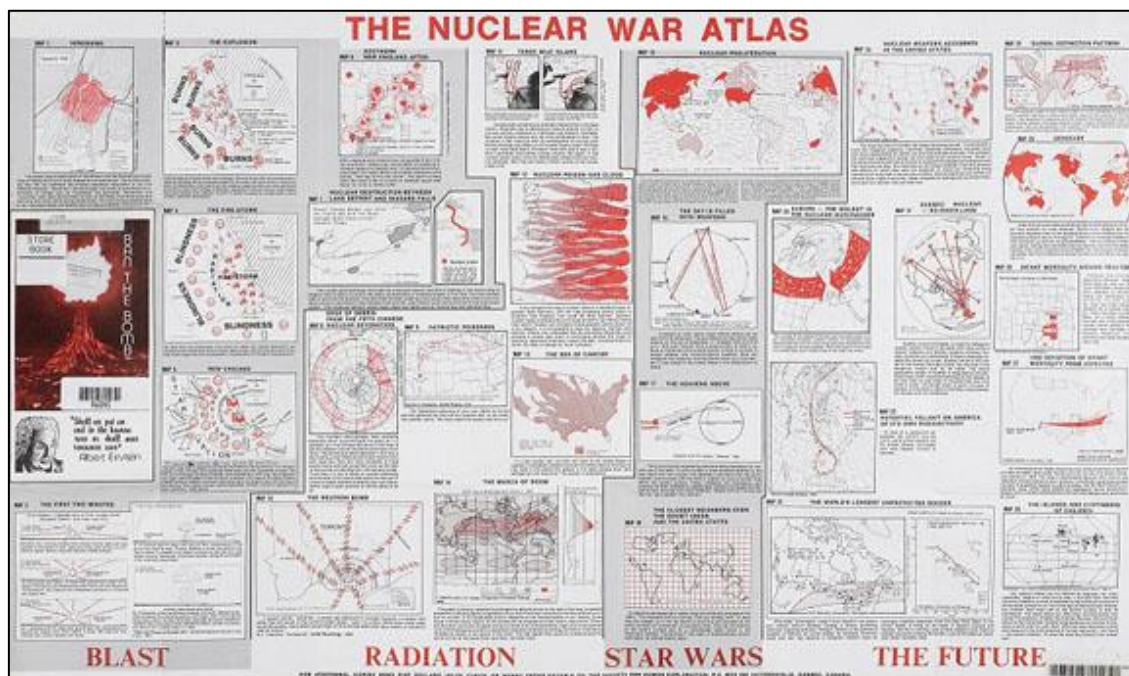


Figura 8 – conjunto de mapas elaborados por bunge no livro "nuclear war atlas". Fonte: Indiemaps

A peculiaridade dos mapas de William Bunge converge, em certo sentido, com diversas outras produções mais atuais de cartografia crítica cujas características principais referem-se à postura de se posicionar contra modelos hegemônicos de organização social. Têm como marca particular a busca incessante por desestabilizar relações de poder estabelecidas. Estas iniciativas partem das mais diversas fontes e caracterizam um amplo espectro de subversões cartográficas, desde mapas de denúncia promovidos por coletivos militantes em espaços políticos informais, até cartografias desenvolvidas pela arte contemporânea em projetos de profunda experimentação e criatividade.

Los trabajos cartográficos antagonistas, además, desarrollan procesos arqueológicos que rescatan las ‘otras historias’, ese negativo de la memoria que permanecía enterrado, permitiendo la visibilización de conflictos y subjetividades olvidadas. Pero al mismo tiempo, la inclusión de imaginarios alternativos, de historias urbanas no oficiales y de modos de vida excluidos en la sociedad actual, nos indica que los procesos arqueológicos se utilizan también para crear presente y proyectar futuro. Los cartógrafos antagonistas son también arqueólogos del futuro. Se desarrolla de este modo un tipo de cartografía bajo la idea de archivo colectivo, capaz de reposicionar la territorialidad del mundo, incidiendo en la subjetividad y pluralidad de los individuos que lo habitan. (ALONSO, 2011, p. 44)

Não é possível delimitar uma linha concreta que faça uma distinção sobre estas “cartografias alternativas” entre aquelas com viés primordialmente político e aquelas que se caracterizam como propostas artísticas. A crítica que promovem é necessariamente, em maior ou menor grau, política e estética, fator que possibilita a estas experiências serem potenciais questionadores dos paradigmas da racionalidade moderna.

Diana Alonso (2011), ao elaborar um catálogo de cartografias críticas, sistematiza-as em **cartografia de conflito**, **cartografia de memória**, **cartografia do imaginário** e **cartografia em tempo real**, das quais sintetizamos os elementos principais e fornecemos alguns exemplos com ilustrações coletadas pela autora:

- **Cartografía de conflicto:** o espaço não é lugar de consenso, existe possibilidade de criticá-lo e transformá-lo. Cartografias de conflito põem em evidencia os contínuos conflitos sociais, territoriais e culturais. Exemplo: “*Otra Pampa es posible. Radiografía del corazón del modelo sojero*” (Figura 9).



Figura 9 - Otra Pampa es posible. Radiografía del corazón del modelo sojero (ICONOCLASISTAS). Fonte: Diana Alonso (2011 p. 59)



- **Cartografia de memória:** tem como objetivo o resgate daquilo que foi enterrado pela história hegemônica. Emergência do passado “não-oficial” para uma ampliação das possibilidades contra-hegemônicas do presente. Exemplo: “*El revés de la trama*” (Figura 10).

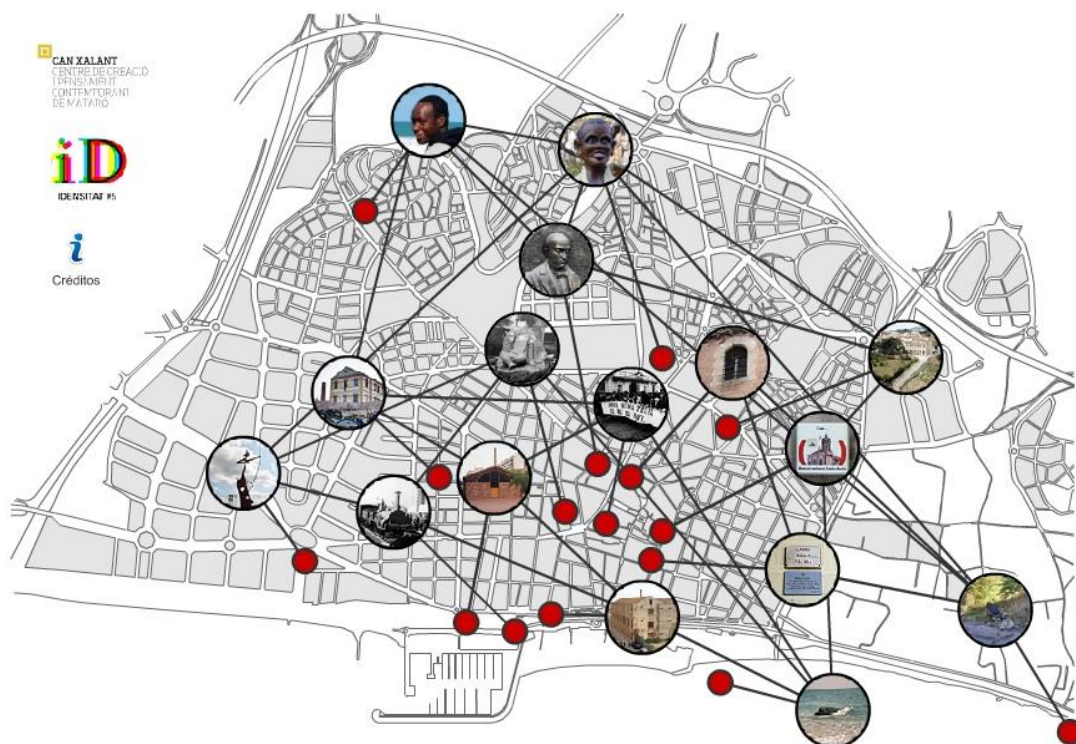


Figura 10 - “El revés de la trama”. Fonte: Diana Alonso (2011 p. 80)

- **Cartografia do imaginário:** em contraposição aos sistemas de poder biopolíticos, busca outras formas de subjetividades baseadas no pluralismo. Sua crítica reside em representar aquilo que é produzido como não-existente, todavia faz parte da vida cotidiana dos sujeitos. Exemplo: “*Biopolitics Map Venice*” (Figura 11).



Figura 11 - Biopolitics Map Venice. Fonte: Diana Alonso (2011 p. 93)

- **Cartografia em tempo real:** compreendendo a vida como sucessão de momentos espontâneos e contrapondo-se ao sedentarismo urbanístico, busca repensar a espacialidade humana em relação ao direito à mobilidade. Relacionam-se, em geral, com suportes virtuais e, por isso, está associada à democratização das tecnologias de mapeamento. Exemplo: “*this is rafah: Cartografía crítica de la frontera de Egipto y Gaza*” (Figura 12).

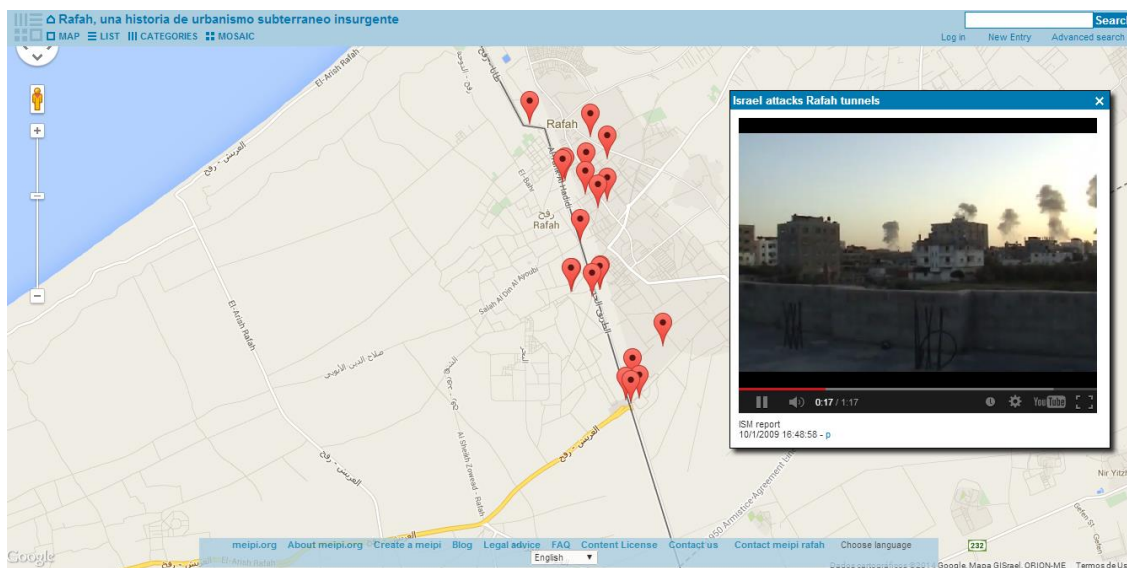


Figura 12 – “*this is rafah: Cartografía crítica de la frontera de Egipto y Gaza*” (Captura de tela)  
Fonte: Diana Alonso (2011 p. 98)

A análise destes mapas empreendida pela autora do catálogo permite esboçar algumas características comuns, como a utilização de métodos transversais de investigação (processos documentais, derivas urbanas coletivas, coleta de dados e socialização das informações em oficinas coletivas). Muitos deles pretendem-se experimentos prévios para intervenção social, desenvolvem-se mediante processos participativos, e utilizam suportes técnicos livres como *softwares* de código aberto (2011, p. 109).

Caminhando por uma vertente muito similar, a publicação “Atlas of Radical Cartography” (MOZEL; BHAGAT, 2008) reúne dez mapas e ensaios com temas tão variados quanto os padrões estéticos que utilizam. Com visões contra-hegemônicas sobre a geopolítica na contemporaneidade, os mapas fornecem perspectivas críticas sobre uma gama de fenômenos sócio-espaciais globalmente significativos. A imagem a seguir (Figura 13) ilustra um dos mapas que compõem a coletânea: um tanto mais assustador do que efetivamente funcional, o objetivo literal deste mapa é identificar trajetos com menor incidência de

vigilância possível, através do mapeamento de todas as câmeras de segurança da ilha de Manhattan. Porém, o mapa carrega um sentido muito mais profundo de alertar para o extremo estado de vigilância que ameaça liberdades individuais, sobretudo em grandes centros urbanos como Manhattan.

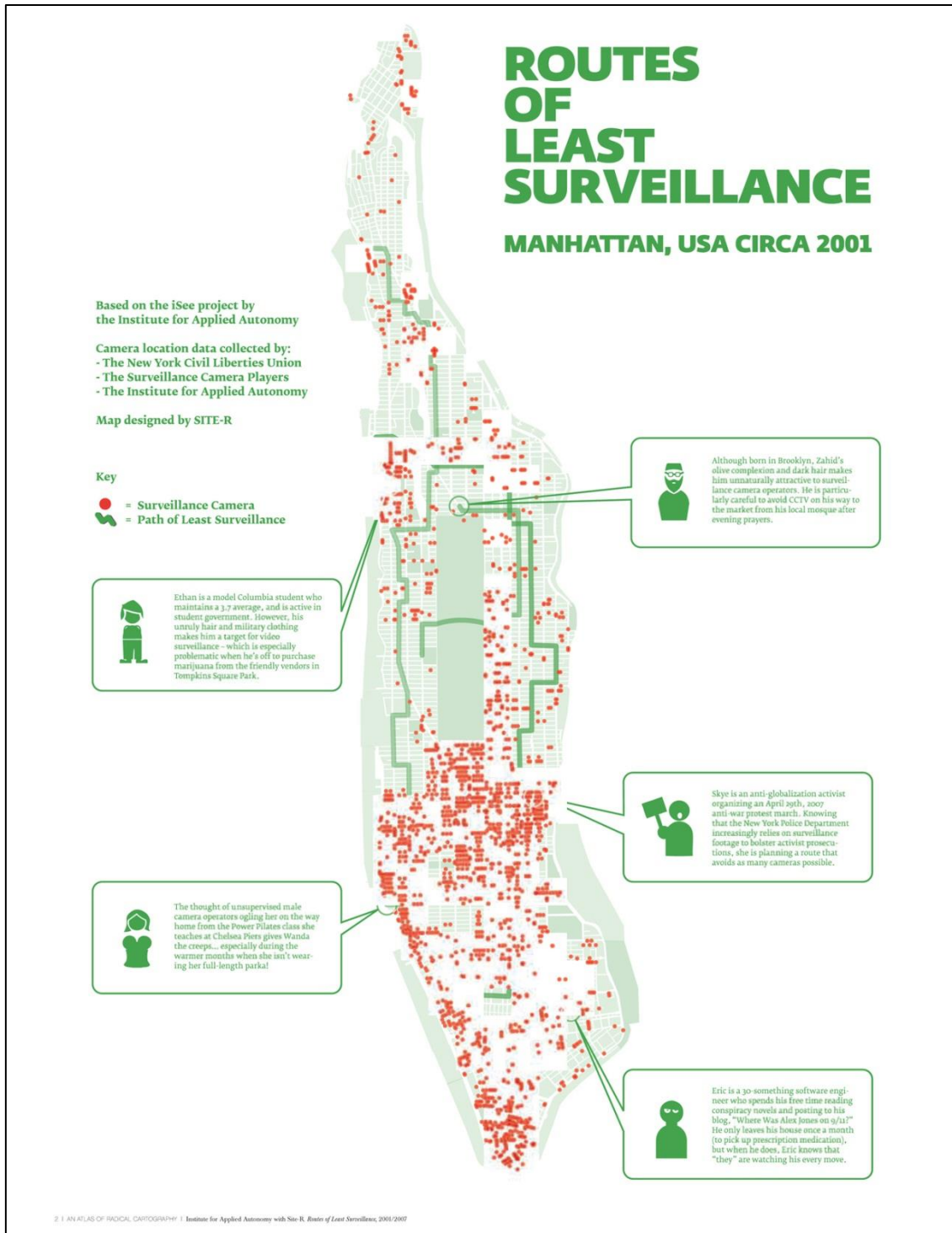


Figura 13 - Routs of least Surveillance. Fonte: Mozel e Bhagat (2008).

Para muitos, este mapa pode ser encarado como um mero guia para conspiracionistas. Porém, a proficuidade deste tipo de mapeamento reside em sua capacidade de iluminar objetos ocultos no espaço que possuem relações diretas com a vida cotidiana, ainda que, para muitos, estes objetos são isentos de qualquer preocupação. Ao grafar no plano representativo a distribuição das câmeras de vigilância, o mapa as inscreve na paisagem, criando assim, um novo território, o território da vigilância. Segundo Heidrich (2010, p. 39):

A marcação no mapa é, por sua ação, marcação no espaço. A marcação e a demarcação são os elos que ligam sujeito e espaço: expressam território, intenção de fazer território, de registrar a liga, de colocar no espaço o que há no pensamento e, dialeticamente, construir no pensamento o modo como o espaço se refaz.

Diversas experiências de cartografias críticas ou *contra-cartografias* foram realizadas no Brasil na última década, a partir dos mais diversos enfoques. A difusão e a facilidade de uso das tecnologias de mapeamento contribuem para a propagação destas experiências. Muitos projetos de mapeamento que exprimem uma postura crítica – em relação à própria cartografia e/ou às estruturas da sociedade – têm utilizado plataformas e metodologias colaborativas. Estas experiências criam mapas cuja dinamicidade de informações permite compreensões coletivas sobre o espaço que absorvem a complexidade que os mapas tradicionais deixam escapar. Ainda, muitos destes projetos caracterizam-se pela total abertura do processo de entrada de informações, pulverizando o ato de sua produção.

A disseminação da técnica e a facilidade de mapear contribuem para o surgimento de inúmeros produtos cartográficos como estes casos ilustrados acima. Tratam de temáticas tão diversificadas que se torna difícil, para não dizer impossível, contabilizá-los ou sistematizá-los. A pluralidade dos agentes promotores destas cartografias configura outro aspecto nebuloso. Não podemos menosprezar o fato de que a produção cartográfica está sendo retirada da exclusividade do Estado, e com isso, ganhando novos significados; porém, faz-se necessário conhecer os novos sujeitos produtores de mapas questionando-se constantemente: para quem e para que estas informações irão servir?

De acordo com Offen, “os mapas não são panaceia”:

A ideia do potencial emancipatório da cartografia feita pelos ‘de baixo’, porém, deveria ser moderada por uma preocupação com o fato de que os mapas têm consequências colaterais não intencionadas. Por sua natureza, os mapas usam pontos e linhas para criar lugares e limites; os mapas tornam estático o que na realidade são, frequentemente, processos fluidos e negociados. Os mapas podem ser constitutivos de, e ao mesmo tempo, constituídos por, relações sociais que conectam pessoas a lugares, identidade a território, e, por essa razão, elas têm o potencial de criar novas, e com frequência, perturbadoras relações de poder. (OFFEN, 2010 s/p.)



Além do cuidado com o manejo de informações e consequências não intencionais de sua espacialização, a elaboração de mapas participativos deve sempre considerar a diferença entre ferramenta e tecnologia para assumir uma postura crítica a sua própria produção.

Ferramentas são produtos dos processos tecnológicos. Elas são usadas por indivíduos, empresas ou nações e são avaliadas com base em sua utilidade para as tarefas específicas. Em contraste, as tecnologias consistem em padrões disseminados de práticas materiais e conceituais que incorporam e executam valores e sentidos estratégicos particulares (...). As tecnologias são sistemas complexos que promovem e institucionalizam padrões relacionais destinados a realizar fins particulares. As tecnologias não podem ser neutras do ponto de vista dos valores e não operam de forma isolada umas das outras, mas em famílias ou linhagens. (FOX et al., 2008, p. 73)

Frente ao exposto, nos indagamos sobre a própria facilidade e acessibilidade ao uso destas ferramentas. Atualmente qualquer um em posse de um telefone celular, acessível até mesmo às classes sociais economicamente desfavorecidas, pode mapear com precisão lugares e objetos do seu cotidiano. A disseminação destas ferramentas não é desinteressada e esforços para sua compreensão crítica também são absolutamente necessários.

Sobretudo quando nos munimos de questionamentos em relação à lógica de financiamento das experiências de mapeamentos participativos, voltamo-nos à sugestão de que os mapas não são panaceia. Nesse sentido, emerge a questão: a quem interessa hoje que todos os territórios e sujeitos estejam mapeados?

Os efeitos paradoxais das tecnologias de informação espacial demonstram que, embora elas sejam apropriadas e até mesmo construídas “de baixo para cima”, “[...] uma vez que isto esteja plenamente realizado, a tecnologia começa a exercer determinações de cima para baixo em seus sistemas componentes, conformando-os funcionalmente a suas próprias necessidades sistêmicas” (FOX et al., 2008, p. 75). Isto pode significar, por exemplo, que uma “cartografia das câmeras de segurança no espaço público” que busca denunciar o estado de vigilância, implicaria, a partir de sua própria elaboração e divulgação, na intensificação deste estado de vigilância.

Buscamos até o momento apresentar um panorama que expusesse a multiplicidade de formas, temáticas e atores envolvidos, a fim de enfatizar a complexidade da trama que estes elementos compõem, e as precauções que devem ser consideradas ao tratar desta problemática.

A diversidade destas experiências resulta em um sem fim de micronarrativas cartográficas, que acentuam o descrédito sobre os preceitos universais e totalizantes da

cartografia convencional. Muitas dessas experiências possuem capacidade, ainda, de questionar estruturas de saber e de poder que são dadas pela racionalidade moderna como verdades inevitáveis. Nesse sentido, as práticas críticas de cartografia têm potencial para desestabilizar as metanarrativas modernas em seu sentido amplo e, dessa forma, intensificar o processo crítico atravessado pela modernidade ocidental. Por outro lado, muitas destas experiências acabam funcionando como uma nova estratégia de legitimação do poder biopolítico desempenhado pelas instituições modernas, amparadas pela retórica pós-moderna do culturalismo, da participação e do desenvolvimento sustentável.

#### 1.6 “Algo deve mudar para que tudo continue como está”: a desconfiança no horizonte de uma “virada cartográfica”

Iniciamos este item com a citação de Giuseppe Tomasi di Lampedusa: “algo deve mudar para que tudo continue como está”, como uma forma de endossar a desconfiança sobre a recepção calorosa e contemplativa da pluralidade cartográfica em alguns setores da ciência e sociedade.

De fato, concordamos com Crampton e Krygier (2008, p. 86) sobre o processo de “indisciplinamento” da cartografia no momento em que esta se liberta dos limites do Estado, da Universidade e das classes hegemônicas. Os autores destacam neste movimento duas tendências que pudemos acompanhar até então: a crítica teórica à tradição cartográfica moderna e a apropriação crítica da cartografia em práticas insurgentes de lutas territoriais.

Isto é, essas duas tendências resistem e desafiam a prática e o método de mapeamento recebidos e estabelecidos quando a cartografia tornava-se uma disciplina acadêmica. Essa ‘insurreição de conhecimentos’ [...] não ocorreu sem luta e reação. Está operando de baixo para cima de maneira difusa, sem controle de cima para baixo. Ainda assim, trata-se de um movimento que persiste com ou sem o envolvimento da disciplina acadêmica da cartografia. [...] É nesse sentido que podemos dizer que a cartografia está sendo indisciplinada: isto é, libertada dos limites acadêmicos e aberta para a população. (CRAMPTON; KRYGIER, 2008, p.86)

A apropriação da cartografia por um número maior de pessoas resultou em diversos produtos cartográficos, políticos por natureza, dos mais variados conteúdos e formas. Apresenta-se, assim, a ideia de uma Cartografia Crítica, definida como “[...] um conjunto

tanto de teorias críticas sobre a geo-histórica produção cartográfica quanto de novas práticas de mapeamento que geram formas outras de mapas” (NACIF; NAME, 2013, n.p.).

Vimos que, desde o ponto de vista do trabalho teórico, a cartografia atravessa, há algumas décadas, um momento de instabilidade e incertezas. Identificamos assim, um momento de abertura de possibilidades para questionar pressupostos, noções e convenções naturalizadas e universalizadas, relativizando-as em seus contextos históricos, sociais e relacionados à cosmologia da qual advém. A cartografia convencional, cúmplice da razão metonímica e do processo de produção de ausências associado à modernidade ocidental, passa a ser questionada a partir de diversas vertentes do pensamento crítico. Já as cartografias subalternas ou excluídas, vítimas do pensamento moderno, passam a compor o movimento de subversão dos pressupostos modernos nos mapas.

A crítica à tradição cartográfica moderna evidencia que os elementos que a fundamentam são produtos de uma racionalidade pré-moldada, associada às metanarrativas da modernidade. A ideia de que a progressão da ciência é o caminho para a verdade, que este caminho é essencialmente benéfico para toda a humanidade, que toda transformação na sociedade delinea-se em um sentido unidirecional e progressivo, são algumas expressões das “regras do jogo” na qual todos os participantes devem inevitavelmente jogar.

O uso contra-hegemônico dos mapas feito por sujeitos subalternizados abre caminhos para narrativas cartográficas outras, que questionam os metarrelatos. Levy introduz a noção de “virada cartográfica” para refletir sobre este contexto. “Se há uma *virada cartográfica*, feita de movimentos contraditórios, é como componente de uma *virada geográfica*<sup>21</sup>, que concerne o conjunto de relações entre nossa sociedade e seus espaços” (LÉVY, 2008, p. 153). Contudo, ao sugerir um movimento pontual de virada cartográfica ou geográfica, o autor desconsidera a ampla produção de mapas construídos de forma contra-hegemônica, a partir de outros matizes de racionalidade territorial, e toma por foco os “circuitos acadêmicos superiores” da discussão geográfica e cartográfica.

Lévy propõe a ideia de virada cartográfica para referir-se a um ambiente pluralista, em que a cartografia moderna e sua pretensão universalista entram em crise junto com o Estado demiúrgico ao qual esteve vinculada, porém o autor restringe seu ponto de vista à própria compreensão moderna do fenômeno, sinalizando para uma virada que ocorre no interior ou

---

<sup>21</sup> A partir de um crescente interesse pela espacialidade, anuncia-se a aproximação entre a Geografia e as outras ciências sociais. Jacques Levy assinalou que a Geografia havia iniciado uma “virada geográfica” para construir um novo edifício teórico em forte diálogo com outras ciências sociais que passaram a se interessar pelo espaço. Esta aproximação resulta do reconhecimento que a complexidade do mundo requer aproximações interdisciplinares e construção de novos corpos teóricos. (LÉVY, 1999; HIERNAUX; LINDÓN, 2006, p. 9).

tangencialmente ao movimento predominante dos debates científicos sobre as representações cartográficas.

A dificuldade em enxergar novos contextos, sobretudo quando falamos em processos de “virada”, requer certa relativização sobre a forma como se concebe a novidade. De acordo com Vainer<sup>22</sup> (apud CRUZ, 2013, p. 134), o novo pode se apresentar ao pesquisador a partir de duas formas. A primeira equivale às transformações concretas e efetivas no campo da experiência social, “que afetam e reconfiguram as estruturas, as ações, as morfologias e as representações de uma certa ordem socioespacial”. A segunda forma de surgimento do novo condiz às reconfigurações no olhar do observador, uma transformação na sua capacidade perceptiva. Nesse sentido, experiências sociais que já existem há muito tempo emergem como novidade a partir da visibilidade que o novo olhar lhe confere.

Ou seja, no contexto de emergência da visibilidade de “novas” experiências, cairíamos num gnosticismo dualista se afirmássemos que o “novo” substituiu o “velho”. Ao contrário desta visão maniqueísta, a simultaneidade de tensões na produção cartográfica existe desde que a humanidade constrói mapas em nome de qualquer tipo de exercício de poder sobre os territórios.

A multiplicidade das formas de pensar e fazer cartografia que se tornam evidentes no atual contexto apenas aparenta reforçar o descrédito dessas metanarrativas expansão dos microrrelatos, da pluralidade epistemológica, das formas de entender o mundo. Se os mapas podem ser entendidos como portas de acesso para uma compreensão de contextos sociais e históricos, ou seja, das narrativas que sustentam um determinado conhecimento, os contra-mapeamentos podem ser vistos apenas em parte como evidências da crise dos metarrelatos cartográficos. Precauções devem ser tomadas para não cairmos na armadilha de acreditar que simplesmente o contexto da diversidade é suficiente para perturbar estruturas de poder. A própria ideia da pluralidade pode ser compreendida como um novo discurso de legitimação de velhas narrativas, que as ocultam e permitem a continuidade do exercício de poder sobre os rumos da sociedade.

O declínio das metanarrativas faz com que a modernidade não seja mais projetada sobre um único “macrosujeito” moral e epistemológico. Todavia, a crise das metanarrativas, quando situada dentro do *sistema-mundo moderno/colonial* (QUIJANO, 2000) não corresponde à superação deste sistema. Sendo assim, as não-existências continuam a ser

---

<sup>22</sup> VAINER, Carlos Bernardo. Reflexões sobre o poder de mobilizar e imobilizar na contemporaneidade. In: NETO, Helion Povia; FERREIRA, Ademir Pacelli. Cruzando Fronteiras Disciplinares: um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

produzidas pelos arranjos da *colonialidade do poder* sob formas que aparentemente correspondem a rupturas profundas com as estruturas da modernidade, alargando desigualdades, aprofundando a violência sobre os sujeitos subalternizados, promovendo a morte sobre aqueles que resistem nas fronteiras do sistema. Nesse sentido, buscaremos em reflexões que considerem a *colonialidade* como a face oculta da modernidade para um aprofundamento das questões que se colocam no atual contexto da cartografia.

A inspiração teórica para a construção de uma estratégia teórico-metodológica capaz de aprofundar a reflexão que se pretende realizar será fornecida por uma aproximação ao programa de investigação Modernidade/Colonialidade e ao conceito de *colonialidade do poder* e outras ideias que se articulam, que serão explanadas a partir do capítulo II. A opção por este suporte teórico sustenta-se na adoção de um *locus* de enunciação crítico à modernidade ocidental e à subalternização de saberes por ela promovida. Destarte, a ideia de colonialidade do poder deve amparar uma reflexão crítica sobre os contextos atuais da cartografia e as interfaces deste contexto com o Estado, a ciência e a retórica do desenvolvimento.

## 2 TECENDO A COLONIALIDADE DO PODER ATRAVÉS DOS MAPAS

Vimos que os mapas, além de artefatos arqueológicos que descortinam a visão de mundo daqueles que o desenharam, são instrumentos de poder utilizados para conquistar e controlar territórios. Legitimados pelo saber científico, configuram ferramentas de dominação e controle social em múltiplas escalas e formas de ação. Nutridos pelo positivismo, adquirem a vestimenta da neutralidade e a aparente certeza de contar uma história/geografia universal, uma fábula metanarrativa. Interessa-nos neste capítulo o cruzamento entre aportes reflexivos sobre a subjetividade dos mapas e as múltiplas formas de *colonialidade* que se manifestam no plano material e simbólico.

Olhar para os mapas pode ser de grande utilidade para refletir sobre a *colonialidade*, pois estes artefatos foram – e permanecem sendo – ditames de uma forma de construir uma visão de mundo. A cosmologia moderno-colonial baseada na racionalidade eurocêntrica e cristã conformou, durante séculos de imposição colonial, a constituição do ser não-ocidental a sua imagem e semelhança, espelhos deformados do ser humano padrão: o homem cristão europeu ocidental. Conformou também uma trama de poder enraizada em alicerces coloniais, ditada por um esquema geopolítico-econômico centrado na Europa e profundamente entranhado por séculos de dominação colonial/imperial. Ainda, constituiu um padrão exclusivo e universal de saber, a única forma de conhecimento válido e verdadeiro, teatro de sombras na caverna da mentalidade humana: a Ciência.

Para nos acercarmos da construção teórico-metodológica baseada na perspectiva descolonial, serão postos em diálogo, de um lado, imagens de representações cartográficas que forneçam uma visão sobre a construção histórica da cartografia na modernidade ocidental e, de outro, os elementos e conceitos fundamentais elaborados e discutidos no interior da rede de investigação Modernidade/Colonialidade.

### 2.1 A invenção da América

A ilustração a seguir (Figura 15) é uma reprodução do *Universalis Cosmographia*, um mapa elaborado no ano de 1507 pelo alemão Martin Waldseemüller. O mapa original era monumentalmente composto por 12 cartas separadas de 43 x 59 cm cada uma e, gravado em

xilogravura, foi impresso na cidade de Estrasburgo, no nordeste da França. O excêntrico formato do globo terrestre representado neste mapa resulta da utilização da projeção cônica de Ptolomeu, fato que dá origem ao seu (também monumental) título completo: *Universalis cosmographia secundum Ptholomaei traditionem et Americi Vespucii aliorumque lustrationes* (Cosmografia universal segundo a tradição ptolomaica, as descobertas de Américo Vespúcio e outros).

Todavia, nosso interesse neste artefato histórico não está relacionado ao seu formato excêntrico ou seus aspectos geométricos. O que nos chama atenção neste mapa é que ele foi o responsável pela primeira aparição da palavra “América” como referência a um território. A história deste mapa é a caricatura do porquê vivemos em um continente cuja alcunha homenageia um navegante e mercador italiano, do porquê isto que chamamos de continente sempre foi imaginado como apêndice subjacente à Europa, do porquê continuamos colonizados mesmo após dois séculos de independência.

O *Universalis Cosmographia* é caricato, pois além de batizar com um vocábulo europeu o pedaço de terra que veio a se chamar América, revela um momento de transição entre diferentes formas de enxergar o mundo. A passagem de um universo místico que já dava os primeiros passos rumo ao desencantamento e à acepção modernizadora fundamentada na extensão física da matéria e movimento. A *res extensa* cartesiana e a filosofia do esclarecimento seriam os pilares de um novo universo aceso pelo iluminismo. Francis Bacon (1561-1626) com seu aparelhamento do conhecimento pelo método científico indutivo propôs que a ciência deveria controlar a Natureza para servir ao homem, deixando-se guiar apenas pela razão. “A natureza, na opinião dele, tinha que ser ‘acossada em seus descaminhos’, ‘obrigada a servir’ e ‘escravizada’. Devia ser ‘reduzida à obediência’, e o objetivo do cientista era extrair da natureza, sob tortura, todos os seus segredos” (CAPRA, 1982, p. 42).





Figura 14 - Universalis Cosmographia secundum Ptholomaei traditionem et Americi Vespucii aliorumque lustrationes, de Martin Waldseemüller (1507).  
Fonte: Lester (2012).



A geometrização do mundo é o efeito inerente à cartografia neste contexto histórico. Todavia, trata-se uma geometrização europeia, branca, cristã, masculina, heterossexual e burguesa, que vai amparar, como um eficaz recurso discursivo, a espacialização das relações capitalistas, da propriedade privada e do Estado-nação. Segundo Haesbaert:

(...) as territorialidades dominantes no mundo moderno de matriz europeia impuseram inicialmente uma padronização territorial, de caráter pretensamente universal e exclusivista, cuja matriz foi o Estado e seus domínios em área, construindo “territórios-zona” que não admitiam sobreposição e cuja multiterritorialidade tinha um caráter meramente funcional, dentro de uma mesma lógica piramidal de controle. (HAESBAERT, 2004, p. 4)

A tradição cartográfica moderna, neste contexto, alcança o status de um discurso *metanarrativo*, ou seja, além das possibilidades de ser questionada. Desempenha funções especulativas e emancipatórias (no sentido dado por Lyotard) ao legitimar a crença na progressão não-recuável através do acúmulo do conhecimento (científico) e na libertação humana como resultado deste acúmulo. Como produtos da ciência, os mapas modernos têm o poder de naturalizar e universalizar espacialidades e visões de mundo. Podem ser ainda mais poderosos que textos científicos, pois, como as fotografias, se apresentam como imagens verídicas de um determinado fenômeno, são evidências absolutas de sua existência (ou não-existência).

Provavelmente o *Universalis Cosmographia* não teria o mesmo efeito em relação ao batismo da América<sup>23</sup> caso se resumisse a um livro cheio de palavras. Porém, mais do que inventar um nome, este mapa inventou um território que não existia, nem para os europeus ocidentais, tampouco para aqueles que já o habitavam. Como afirmou Porto-Gonçalves (2008, p. 4), dar nome próprio é apropriar-se: “É tornar próprio um espaço pelo nome que se atribui aos rios, às montanhas, aos bosques, aos lagos, aos animais, às plantas e por esse meio um grupo social constitui seus mundos de vida, de significação e tornando um espaço seu espaço

<sup>23</sup> De fato resulta duvidoso o motivo da escolha por América, em homenagem a Américo Vespúcio, em detrimento de qualquer alusão a Cristóvão Colombo, uma vez que é sabido que este foi, na verdade, o primeiro europeu a aportar no novo mundo. A diferença entre o genovês Colombo e o florentino Vespúcio é que o segundo vivenciara o auge do florescimento intelectual e artístico de Florença, cidade polo do humanismo renascentista. Entre 1497 e 1502 fizera pelo menos duas expedições ao novo mundo: a primeira pela Espanha e a segunda a serviço do rei de Portugal. Entretanto, uma carta – acredita-se que foi falsificada – amplamente difundida em várias cidades europeias e supostamente assinada por Vespúcio, disseminou informações que alegavam que este havia realizado quatro viagens às Índias Ocidentais. Nesta carta anuncia-se a descoberta de uma enorme costa litorânea no hemisfério Sul, fato que teria propiciado a Américo Vespúcio a conscientização de que tais terras não pertenciam ao continente asiático, como acreditara Colombo. Entretanto, a carta – descrita por historiadores como “o problema Vespúcio” – diverge de outras cartas efetivamente assinadas pelo navegador e destinadas à família em que relata, em tom menos autoenaltecedor, a descoberta de terras asiáticas desconhecidas. É este contraditório documento que termina nas mãos de Waldseemüller e lhe provoca a inspiração para elaborar o *Universalis Cosmographia* (LESTER, 2012).

– um território”. É exatamente isto que se enxerga no *Universalis Cosmographia*: um apanhado de rios recém-visitados – a costa atlântica da América do Sul foi percorrida pelos europeus pela primeira vez no máximo sete anos antes –, todos eles acompanhados por substantivos próprios europeus, cristãos e majoritariamente masculinos. Anuncia-se assim o prelúdio do sonho de Bacon: uma *América de conhecimento* pronta para ser torturada, açoitada em seus descaminhos, escravizada e reduzida à obediência.

A tese da *invenção* da América, em contraposição à perspectiva do *descobrimento*, é defendida por Mignolo a partir da noção de que a ideia de descobrimento nutre-se do imperialismo colonial eurocêntrico, e constrói o imaginário de que certos povos não formam parte da história da humanidade. Quase cinco séculos foram necessários para uma transformação conceitual que permitisse enxergar a América como uma invenção europeia. *Descobrimento e invenção* tratam-se não apenas de diferentes terminologias, mas pertencem a paradigmas de conteúdos discursivos distintos (MIGNOLO, 2007, p. 29). São “figuras históricas que tem conteúdos teóricos, espaciais e diacrônicos distintos”, diferentes experiências existenciais que merecem ser analisadas separadamente (DUSSEL, 1994, p. 23).

A linha que separa estes dois paradigmas é a da transformação na geopolítica do conhecimento; não se trata somente de uma diferença terminológica, mas também do conteúdo do discurso. O primeiro termo [descobrimento] é parte da perspectiva imperialista da história mundial adotada por uma Europa triunfal e vitoriosa, algo que se conhece como ‘modernidade’, enquanto que o segundo [invenção] reflete o ponto de vista crítico daqueles que foram deixados de lado, dos que se espera que sigam os passos do progresso contínuo de uma história a qual não creem pertencer. (MIGNOLO, 2007, p. 29)

O debate crítico sobre a noção de “descobrimento” do qual se nutrem Dussel e Mignolo, foi primeiramente discutido por Edmundo O’Gorman (1995 [1958]), que trouxe outros sentidos à historiografia do continente americano. “En un análisis histórico-filosófico, de estilo heideggeriano, el gran historiador mexicano [O’ Gorman] describe la “experiencia ontológica” tal como fue vivida por Cristóbal Colón” (DUSSEL, 1994, p. 23).

É importante lembrar que a percepção de mundo dos europeus ocidentais anterior à inclusão da América em seus imaginários tinha uma conotação diretamente relacionada ao discurso religioso judaico-cristão. A partição do velho mundo em continentes foi realizada pelos europeus cristãos baseando-se no mito judaico que destinava cada uma destas porções de terra a um dos filhos de Noé: Ásia, a Sem; África, a Cam e Europa, a Jafet. De acordo com o mito, Cam fora amaldiçoado por seu pai e determinado a servir Jafet: este seria o indício fundamental que dá embasamento para a superioridade étnica europeia sobre outros povos

(trataremos deste assunto adiante). Os novos territórios ocidentais e sua população não foram vistos como distinções ontológicas da Europa, mas como seu prolongamento natural (CASTRO-GÓMEZ, 2005a, p. 54).

Durante el siglo XVI, cuando ‘América’ empezó a ser conceptualizada como tal, no por la corona española sino por intelectuales del norte, estaba implícito que América no era ni la tierra de Sem (el oriente), ni la tierra de Cam (Africa), sino la prolongación de la tierra de Jafet. No había otra razón que la distribución geopolítica del planeta implementada por el mapa cristiano T/O para percibir el mundo como dividido en cuatro continentes; y no había ningún otro lugar en el mapa cristiano T/O para ‘América’ que su inclusión en los dominios de Jafet, esto es, en el Occidente. El occidentalismo es, entonces, el más antiguo imaginario geopolítico del sistema-mundo moderno/colonial (MIGNOLO<sup>24</sup> apud CASTRO-GÓMEZ, 2005a).

A perspectiva exposta, acerca do imaginário europeu sobre a América durante o século XVI, distancia este território de sua própria história. A inserção da América em um sistema mundial desenhado pelo homem europeu a partir de seu ponto de observação fortalece, ainda, o esquema de distribuição e hierarquização racial que embasará, a partir deste momento, uma racialização moderna das relações de poder.

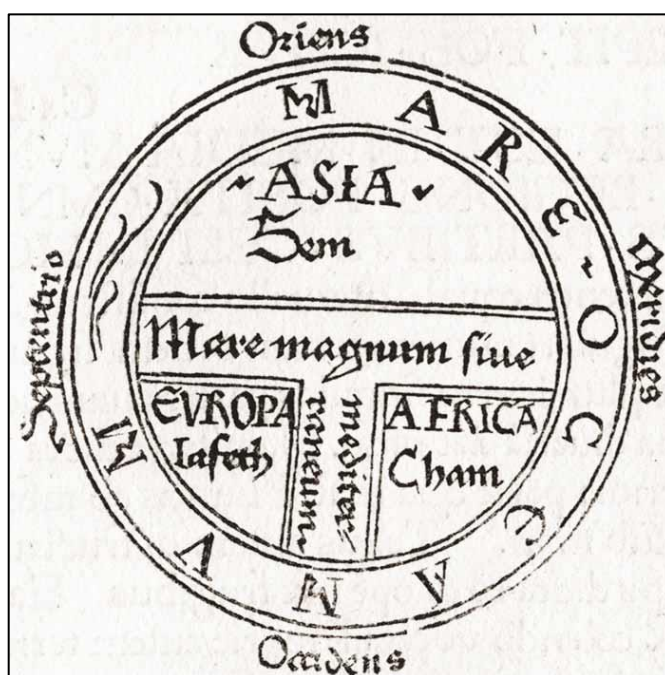


Figura 15 – Mapa T/O: representa a partição do mundo em três continentes baseada no mito cristão de Sem, Cam e Jafet. Fonte: Mignolo (2003)

Até este momento, o centro do mundo para os europeus era a cidade de Jerusalém. O surgimento de uma quarta parte do mundo deslocou a Europa Ocidental diretamente para o

<sup>24</sup> MIGNOLO, Walter. **Local histories/global designs**. University of Princeton Press: Princeton, 2000.

centro do mapa, tanto no imaginário do europeu quanto na materialização do sistema-mundo moderno/colonial (QUIJANO, 2000) com o circuito comercial estabelecido no oceano Atlântico. Ou seja, a afirmação da Europa como centro geopolítico do mundo só foi possível com a introdução da América no sistema global de comércio: “Sem o ouro e a prata da América, sem a ocupação de suas terras para o plantio da cana-de-açúcar, do café, do tabaco e tantas outras especiarias, sem a exploração do trabalho indígena e escravo, a Europa não se faria nem moderna, nem centro do mundo” (PORTO-GONÇALVES e QUENTAL, 2012, n.p.).

Dussel (1994, p. 21) afirma que as experiências do “descobrimento” e, principalmente, da “conquista” foram essenciais para a constituição do “ego moderno” ocidental como subjetividade de “centro” e “fim da história”. Estas experiências permitem a criação do mito emancipador, mas igualmente vitimizador e destrutivo de um “europeísmo que se funda em uma falácia eurocêntrica e desenvolvimentista” (DUSSEL, 1994, p. 22).

A invenção da América, ocultada pela noção de descobrimento, porém materializada com os mapas europeus, teve consequências profundas para a existência de outras civilizações e culturas que, imediatamente, deixaram de ter um lugar no curso da história humana. Pessoas de outras culturas, com outras formas de enxergar o mundo e relacionar-se com o território, de um momento a outro deixaram de ser aquilo que acreditavam que eram. A palavra América coexistiu por mais de três séculos com o vocábulo Índias Ocidentais, um Ocidente cujo sentido é diferente do que é chamada a civilização ocidental. O *Ocidente* em “Europa Ocidental” é um substantivo, autorreferencia-se como tal. Em “Índias Ocidentais” a palavra é um adjetivo, que indica pertencimento: as Índias *pertencentes ao* Ocidente. Nesse sentido Mignolo (2007, P. 121) argumenta que o Ocidente nunca foi a “alteridade” da europa, mas seu diferencial no âmago da “mesmidade”: “las Índias Occidentales y América Latina fueron el extremo de Occidente, no su alteridade”.

As independências nacionais no continente no início do século XIX contextualizaram a consagração do termo América. A “desculturação” e a espoliação (material e espiritual) durante o processo de colonização aprofundaram-se de tal maneira que extinguíram a possibilidade do sujeito não-europeu inserir-se no jogo de poder. A apropriação do poder pela elite *criolla*, filhos e netos de europeus, resultou na criação dos termos América Latina e América Anglo-saxônica, que tampouco levaram em consideração qualquer forma não-europeia de conceber o território.

A noção de como se constrói uma ideia europeizada de América e de como esta embasa um primeiro imaginário europeu sobre um sistema-mundial em que a própria Europa

representa seu centro, será aqui ponto de partida para que possamos adentrar os elementos que compõem o paradigma da Modernidade/Colonialidade. Trataremos a seguir de uma das ideias chave deste paradigma, a perspectiva do *sistema-mundo moderno/colonial* e seus pressupostos epistemológicos.

## 2.2 Aproximações à perspectiva descolonial do projeto modernidade/colonialidade: o sistema-mundo moderno/colonial.

A relação entre modernidade e colonialidade constitui-se no eixo central do debate materializado a partir de uma rede transdisciplinar de pesquisadores latino-americanos, que ganhou corpo no final dos anos 1990 e possui rebatimentos significativos em diversas áreas do conhecimento. Tal debate irriga novas proposições em temas como sociologia e história latino-americana, colonialismo, pós-colonialismo, filosofia do conhecimento, questões étnico-raciais e estudos culturais. As propostas deste debate foram sistematizadas e apresentadas por Arturo Escobar como “Programa de Investigación Modernidad/Colonialidad”, destacando o suporte deste programa às interpretações e discussões atuais sobre o mundo globalizado (CASTRO-GÓMEZ, 2005a, ESCOBAR, 2003).

Evitando elaborar uma complexa genealogia epistemológica da proposta do programa Modernidade/Colonialidade, Escobar (2003, p. 53) destaca alguns aportes teóricos que podem ser apontados como influências para o referido grupo:

[...] existe un significativo número de factores que podría plausiblemente entrar en la genealogía del pensamiento de este grupo, incluyendo: la Teología de la Liberación desde los sesenta y setenta; los debates en la filosofía y ciencia social latinoamericana sobre nociones como filosofía de la liberación y una ciencia social autónoma (e.g., Enrique Dussel, Rodolfo Kusch, Orlando Fals Borda, Pablo González Casanova, Darcy Ribeiro); la teoría de la dependencia; los debates en Latinoamérica sobre la modernidad y postmodernidad de los ochenta, seguidos por las discusiones sobre hibridez en antropología, comunicación y en los estudios culturales en los noventa; y, en los Estados Unidos, el grupo latinoamericano de estudios subalternos.

Apesar de não ser destacada por Escobar, a teoria ou análise de Sistema-Mundo também pode ser situada entre os elementos teórico-metodológicos que fornecem embasamento para este paradigma. Wallerstein (1979) inscreve a teoria de sistema-mundo como unidade de análise dotada de certo nível de abstração capaz de apreender a economia

mundial dentro de um esquema que considere as assimétricas relações centro-periferia<sup>25</sup>. Esta perspectiva situa o observador frente a uma zona espaço-temporal, integrada por práticas, discursos e instituições que obedecem a certas regras sistêmicas, e que atravessa múltiplas unidades políticas e culturais. Não se trata de uma mirada sobre economias e impérios de *tudo* o mundo, porém sobre sistemas, economias e impérios que *são* um mundo (apesar de que, muito provavelmente, não ocupem a totalidade do globo) (WALLERSTEIN, 2006, p. 17).

A análise de sistema-mundo contribui fundamentalmente para o deslocamento do olhar eurocentrado da história, que considera apenas os processos ocorridos na Europa como determinantes para a história da humanidade. Esse deslocamento permite-nos enxergar o continente latino-americano no interior do sistema-mundo moderno e elucidar a relevância da “periferia” para a inauguração de processos globais que são descritos pela Europa a partir, apenas, da própria Europa. Quijano e Wallerstein (1992, p. 459, tradução nossa) são enfáticos ao afirmar que:

O sistema-mundo moderno nasceu durante o século XVI. As Américas, como constructo geo-social, nasceram durante o século XVI. A criação desta entidade geo-social, as Américas, foi o ato constitutivo do sistema-mundo moderno. As Américas não foram incorporadas a uma já existente economia-mundo capitalista. Não poderia haver economia-mundo capitalista sem as Américas.

O pressuposto da simultaneidade entre a invenção da América e o surgimento, em 1492, do primeiro e único sistema-mundo moderno já existente, caracterizado pela inauguração da economia em escala global, levou o sociólogo peruano Aníbal Quijano a refletir sobre a composição colonial da modernidade. Se a modernidade representa um fenômeno global que centraliza seus efeitos no continente europeu (centro), deveria haver um “outro lado da moeda” deste mesmo fenômeno que aponta para a periferia do sistema-mundo. Quijano (2000) cunhou assim a ideia de *sistema-mundo moderno/colonial*, alertando que não poderia existir modernidade sem colonialidade.

Um exemplo prático desta proposição é descrito por Castro-Gómez em relação ao humanismo renascentista, fenômeno cultural que emerge no século XVI normalmente caracterizado como um fenômeno intra-europeu, sucedido pelo iluminismo e pela filosofia moderna. Entretanto, ao observar que o domínio econômico e político da Europa na economia-mundo sustentou-se sobre a exploração colonial justamente a partir do mesmo século XVI, torna-se impossível considerar qualquer “elevação cultural” ou aprimoramento

<sup>25</sup> A noção de “centro-periferia” foi utilizada primeiramente por Raúl Prebisch para descrever a configuração mundial do capitalismo após a II Guerra Mundial, e utilizada por Wallerstein, junto ao conceito marxiano de “capitalismo mundial”, para a formulação da teoria de sistema-mundo (QUIJANO, 2000, p. 226).

do conhecimento como um simples fenômeno “espiritual” que responde apenas às condições locais, ou que atua independente do sistema-mundo moderno/colonial no qual surgiu. “O “ouro das Índias” possibilitou uma grande afluência de riquezas provenientes da América para a Europa mediterrânea; esta situação fortaleceu as condições para o florescimento da “revolução humanista” no século XVI” (CASTRO-GÓMEZ, 2005a, p. 73, tradução nossa).

Outro fator que nos indica o caráter indissociável da relação entre o moderno e o colonial consiste no fato de que o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade. O padrão de poder no atual sistema-mundo é marcado pela colonialidade nas instâncias transcendentais de conhecimento, nas formas hierarquizadas de classificação social baseadas na racialidade dos seres humanos, na supremacia racial europeia e na divisão internacional do trabalho. Este padrão manifesta-se na produção de ausências e de universalidades como o culto ao progresso, ao produtivo, ao desenvolvido, e na aniquilação do sujeito que não admite adaptar-se ao rolo compressor da modernidade. Para Quijano, a universalização dos valores modernos europeus implica em:

(...) um piso básico de práticas sociais comuns para todo o mundo, e uma esfera intersubjetiva que existe e atua como esfera central de orientação valorativa do conjunto. Por isso as instituições hegemônicas de cada âmbito de existência social, são universais para a população do mundo como modelos intersubjetivos. Assim, o Estado-nação, a família burguesa, a empresa, a racionalidade eurocêntrica. (QUIJANO, 2000, p.223)

Tais efeitos, contudo, não se restringiram aos períodos de colonização do mundo moderno. A modernidade funciona, portanto, como uma narrativa europeia que mascara seu lado oculto, a colonialidade, inclusive no mais policêntrico mundo capitalista atual. A expressão “modernidade global” implica em “colonialidade global” “[...] no sentido preciso de que a matriz colonial de poder [...] está sendo disputada por muitos concorrentes. Se não pode existir modernidade sem colonialidade, então não pode haver modernidade global sem colonialidade global” (MIGNOLO, 2009, p.39, tradução nossa).

No final da década de 1990, a energia dos debates críticos sobre a globalização do modelo econômico neoliberal trouxe contribuições de peso como, por exemplo, a obra “Império”, de Hardt e Negri, e “A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais”, compilada por Edgardo Lander, ambas publicadas em 2000. Esta última pode ser mencionada como uma das mais importantes para os integrantes do grupo que veio a ser mencionado como Programa de Investigação Modernidade/Colonialidade, pois é o principal produto dos

primeiros debates realizados em 1998 entre as figuras-chave deste grupo<sup>26</sup>. Os debates ocorridos naquele ano concretizaram o encontro transdisciplinar entre o sociólogo peruano Aníbal Quijano, o semiólogo argentino Walter Mignolo e o filósofo, também argentino, Enrique Dussel.

Dussel era conhecido en América Latina por ser uno de los fundadores de la ‘filosofía de la liberación’ en los años setenta, mientras que Mignolo empezaba a ser reconocido en el creciente círculo de los estudios poscoloniales a raíz de su libro *The Darker Side of the Renaissance*. Fue en este congreso en donde Dussel, Quijano y Mignolo se reunieron por primera vez para discutir su enfoque de las herencias coloniales en América Latina, en diálogo con el análisis del sistema-mundo de Wallerstein. (CASTRO-GÓMEZ e GROSFOGUEL, 2007, p. 10)

Os debates promovidos nos anos finais da década de 1990 resultaram também na dissolução do Grupo Latinoamericano de Estudos Subalternos, movimento formado por intelectuais latino-americanos nos Estados Unidos inclinados aos estudos culturais e à perspectiva pós-colonial. Apesar da tentativa destes pesquisadores de elaborar uma crítica radical e alternativa, acabavam por reproduzir esquemas de investigação que subestimavam perspectivas provenientes da própria região latino-americana e privilegiavam epistemologias ocidentais/europeias. A cisão deste grupo acabou aproximando da perspectiva da Modernidade/Colonialidade e da análise de sistema-mundo aqueles que interpretavam os estudos subalternos como uma crítica descolonial (e não apenas uma crítica pós-moderna), ou seja, uma crítica do eurocentrismo desde conhecimentos subalternizados e silenciados pela colonialidade (GROSFOGUEL, 2006, p. 19).

Neste contexto, diversos elementos-chave fundamentais para a consolidação do paradigma Modernidade/Colonialidade que já vinham sendo trabalhados individualmente por cada um dos autores passam a irrigar o terreno disciplinar alheio. Por exemplo, os aportes semiológicos de Mignolo foram fundamentais para uma “descolonização” da análise de sistema-mundo e da perspectiva de “geocultura” baseada na concepção marxista de infraestrutura/macroestrutura. Emerge o entendimento de que o âmbito discursivo/simbólico é

---

<sup>26</sup> O contexto dos debates ocorridos no final da década de 1990 que culminaram na obra “A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais” foi relatado por Castro-Gómez e Grosfoguel: “En el año de 1998, Edgardo Lander (sociólogo radicado en Venezuela), por un lado, y Ramón Grosfoguel y Agustín Lao-Montes (ambos activos en la Universidad Estatal de New York), por el otro, organizaron talleres independientes uno de otro pero ambos apuntando en la misma dirección. Desde la Universidad Central de Venezuela y con el apoyo de la CLACSO, Edgardo organizó en Caracas un evento al cual fueron invitados Mignolo, Escobar, Quijano, Dussel y Coronil. De ese evento salió uno de los libros más importantes producidos hasta el momento por el grupo: La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, editado por Lander y publicado en Buenos Aires en el año 2000” (CASTRO-GÓMEZ e GROSFOGUEL, 2007, p. 10)



constitutivo da acumulação de capital na economia-mundo desde o século XVI, e não apenas um aspecto complementar referenciado às ideologias globais no sistema-mundo.

A riqueza de perspectivas, contudo, não é a única contribuição factível do programa Modernidade/Colonialidade. Este deve ser visto, de acordo com Mignolo, não como um novo paradigma latino-americano, mas como um “paradigma outro”, que não se encontra no interior de uma história linear de paradigmas ou epistemes: ou seja, não deve ser integrado à história do pensamento moderno. Ao contrário disto, como afirma Escobar (2003, p. 54):

[...] el programa MC [Modernidade/Colonialidade] debe ser entendido como una manera diferente del pensamiento, en contravía de las grandes narrativas modernistas – la cristiandad, el liberalismo y el marxismo –, localizando su propio cuestionamiento en los bordes mismos de los sistemas de pensamiento e investigaciones hacia la posibilidad de modos de pensamiento no-eurocéntricos.

Nesse sentido, a crítica ao caráter intra-europeu atribuído à modernidade fundamenta-se como uma das perspectivas elementares assumidas por este “paradigma outro”. O deslocamento do “lugar de observação” e, portanto, do “lugar de enunciação” evidencia um novo sentido para o fenômeno da modernidade que coloca em primeiro plano a escalaridade global como causa deste fenômeno, e não apenas como consequência. Como veremos adiante, as contribuições de Enrique Dussel são fundamentais para este “giro<sup>27</sup> epistêmico descolonial” no entendimento da modernidade.

### 2.3 A modernidade iniciada em 1492

Vimos no primeiro capítulo, a partir de perspectivas identificadas como “pós-modernas”, (LYOTARD, 1998) que a modernidade manifesta-se no plano discursivo a partir de metanarrativas, ou seja, metadiscursos que legitimam a imposição de certos padrões de controle em múltiplas escalas. Colocamos em cena o descrédito das metanarrativas em um contexto “pós-moderno”, identificando aspectos relativos à produção cartográfica que apontassem para a ruptura das metanarrativas modernas e a emergência de microrrelatos.

---

<sup>27</sup> Os termos “giro” ou “virada” (associados ao vocábulo saxônico *turn*) são constantemente acionados no contexto da perspectiva descolonial associada ao grupo Modernidade/Colonialidade. É importante demarcar que o pensamento ou uma atitude descolonial existe desde o exato momento em que há uma prática colonial. É sua contrapartida imediata. O uso da ideia de “giro” neste trabalho refere-se única e exclusivamente ao movimento acadêmico que, nos meandros da institucionalidade do saber ocidental, abre brechas para outros matizes de pensamento.

Interpusemos no debate a perspectiva de Castro-Gómez, (2000, p. 175) que demonstra que a morte das metanarrativas modernas não significa uma transformação radical no atual sistema-mundo, porém uma mudança nas relações de poder na estrutura deste, que acarreta em novos metarrelatos de legitimação, como aqueles identificados por Lyotard. Introduzimos a crítica elaborada à modernidade no campo da epistemologia por Boaventura de Sousa Santos (2002, p. 238) a partir daquilo que o autor identificou como *razão metonímica*, a obsessão da racionalidade moderna pela totalidade sob a forma de ordem, distinguindo-a em diferentes formas de “racionalidades monoculturais” como mecanismos modernos de produção de ausências.

Todavia, para uma “descolonização” do sentido da modernidade, necessitamos dar um passo adiante, a fim de compreender a origem do significado da modernidade para os europeus (sejam eles críticos ou coniventes) e apontar para um sentido global. Ou seja, pretendemos elucidar um entendimento sobre a modernidade como fenômeno que caracteriza um sistema-mundo (ou um *sistema-mundo moderno/colonial*) e deve ser lido a partir dele, e não como um acontecimento intra-europeu, como são os aportes de Lyotard. Não temos a intenção de imergir em um extenso debate conceitual sobre a modernidade; pretendemos aqui demarcar a perspectiva que embasa a noção do programa Modernidade/Colonialidade sobre este assunto, que solidifica uma das bases conceituais deste *paradigma outro*.

O giro conceitual necessário a esta leitura é atribuído ao filósofo argentino Enrique Dussel, um dos teóricos da *Filosofia da Libertação*. A partir da crítica à noção hegeliana sobre a emergência do espírito moderno na Europa centro-setentrional, Dussel desconstrói o mito por trás da concepção hegemônica e eurocêntrica da modernidade, que tem em si mesma o princípio de sua plena realização. A citação de Hegel acionada pelo argentino demonstra o ponto que pretende atingir:

El Espíritu germánico (germanische Geist) es el Espíritu del Nuevo Mundo (neuen Welt), cuyo fin es la realización de la verdad absoluta, como autodeterminación infinita de la libertad, que tiene por contenido su propia forma absoluta. [...] El principio del Espíritu libre se ha hecho aquí bandera del mundo, y desde él se desarrollan los principios universales de la razón [...] La costumbre y la tradición ya no valen; los distintos derechos necesitan legitimarse como fundados en principios racionales. Así se realiza la libertad del Espíritu. (HEGEL<sup>28</sup> apud DUSSEL, 1994, p. 18)

---

<sup>28</sup> HEGEL. Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte, en Werke, Suhrkamp, Frankfurt, t. 12, p. 413; ed. española, t. II, p. 258.

O que Dussel pretende demonstrar é como o mito da modernidade se constrói sob o fundamento de que o espírito europeu moderno nada tem para aprender de outras culturas ou outros mundos. A enunciação hegeliana configura, para Dussel, a melhor definição não só de eurocentrismo, mas da própria legitimação do poder imperial/colonial do Norte (ou centro) sobre o Sul (ou a periferia). Parafraseando Dussel (1994, p. 20): “Creo que no son necesarios comentarios. Los textos [de Hegel] hablan en su espantosa crueldad, de un cinismo sin medida, que se transforma en el “desarrollo” mismo de la “Razón” ilustrada (de la Aufklärung)”.

A mesma perspectiva eurocêntrica sobre a modernidade é expressa pelo filósofo Jürgen Habermas<sup>29</sup>. Para o teórico frankfurtiano, assim como para Hegel, o descobrimento da América e a inauguração de uma economia-mundo não possui nenhuma relevância para a constituição da modernidade, ou seja, também se caracteriza para ele como um fenômeno intra-europeu. Para Habermas, os acontecimentos históricos determinantes para a implantação do princípio da subjetividade moderna são a Reforma, o Iluminismo e a Revolução Francesa (DUSSEL, 1994, p. 21), e assim a “particularidade” europeia se identifica como a “universalidade” mundial e assume seu lugar.

Dessa forma, Dussel afirma que existem duas formas de conceituar a modernidade: a primeira como *mito*, perspectiva defendida pelos citados Hegel e Habermas, é *eurocêntrica*, *provinciana* e *regional*. Nesta perspectiva, “[...] a modernidade é uma emancipação, uma ‘saída’ da imaturidade a partir de um esforço da razão como processo crítico, que proporciona à humanidade um novo desenvolvimento do ser humano” (DUSSEL, 2005, p. 27).

Entretanto, a modernidade possui outro conteúdo, este negativo, em que atua como justificativa da práxis irracional da violência. Dussel a descreve a partir de sete elementos: a) a civilização moderna se autodefine como a mais desenvolvida; b) a superioridade lhe obriga a desenvolver aos mais primitivos, bárbaros, como uma “exigência moral”; c) o caminho de desenvolvimento a ser seguido é aquele unilinear determinado pela Europa; d) em caso de oposição do “primitivo” ao processo de modernização, a violência deve ser exercida para destruir os obstáculos ao desenvolvimento; e) a destruição e as vítimas produzidas por este processo é um fato inevitável e possui certo sentido ritualístico de sacrifício para a “salvação”; f) Para o sujeito moderno, o bárbaro carrega a “culpa” de opor-se ao processo civilizatório, o que permite que a práxis moderna apresente-se como emancipatória da culpa

---

<sup>29</sup> Dussel (1994 p. 21) aborda o ponto de vista de Habermas a partir da obra *Der Philosophische Diskurs der Moderne* (Suhrkamp, Frankfurt, 1988 (El discurso filosófico de la modernidad, Taurus, Buenos Aires, 1989).

de suas próprias vítimas; g) interpretam-se como “inevitáveis” os custos, o sofrimento, os sacrifícios de outros povos, outras raças, etc. (DUSSEL, 1994, p. 176).

Dussel afirma, a partir de sua contraposição às perspectivas eurocêntricas, que tanto a experiência do “Descobrimento”, quanto – e *especialmente* – a experiência da “Conquista” serão essenciais para a constituição do “ego” moderno como subjetividade de “centro” e “fim” da história humana. A constituição do “Ego” moderno atravessa a expressão “descobrimento”, sobretudo quando, em 1507, Martin Waldseemüller descreve a “quarta parte do mundo” e a chama *América*. O fundamento ontológico desta experiência não pode ser descrito como “descobrimento”, mas como o ato em que o europeu começa a inventar sua própria imagem e semelhança. “América no es descubierta como algo que resiste distinta, como el Otro, sino como la materia a donde se le proyecta "lo Mismo". No es entonces la "aparición del Otro", sino la "proyección de lo Mismo": *en-cubrimiento*” (DUSSEL, 1994, p. 35).

Esta reflexão leva Dussel a propor uma segunda forma de conceber a modernidade a partir de seu sentido mundial, como um “paradigma planetário”. Ou seja, a determinação fundamental para a inauguração da modernidade é a sua localização no centro da história mundial (empiricamente, nunca houve história mundial até 1492, início do *sistema-mundo moderno/colonial*). Ou, como afirma Castro-Gómez (2005a, p. 46): “[...] la modernidad no es un fenómeno europeo sino mundial que posee una fecha exacta de nacimiento: 12 de octubre de 1492.”

A partir deste pressuposto, a península Ibérica pode ser caracterizada como o primeiro “centro” da história mundial e *locus* de consagração da subjetividade moderna:

A Espanha, como primeira nação moderna (com um Estado que unifica a península, com a Inquisição que cria de cima para baixo o consenso nacional, com um poder militar nacional ao conquistar Granada, com a edição da Gramática castelhana de Nebrija em 1492, com a Igreja dominada pelo Estado graças ao Cardeal Cisneros, etc.) abre a primeira etapa Moderna: o mercantilismo mundial. As minas de prata de Potosi e Zacatecas (descobertas em 1545-1546) permitem o acúmulo de riqueza monetária suficiente para vencer os turcos em Lepanto vinte e cinco anos depois de tal descoberta (1571). O Atlântico suplanta o Mediterrâneo. **Para nós, a centralidade da Europa Latina na História Mundial é o determinante fundamental da Modernidade.** Os demais determinantes vão correndo em torno dele (a subjetividade constituinte, a propriedade privada, a liberdade contratual, etc.) são o resultado de um século e meio de Modernidade: são efeito, e não ponto de partida. A Holanda (que se emancipa da Espanha em 1610), a Inglaterra e a França continuarão pelo caminho já aberto. (DUSSEL, 2005, p. 27, grifo nosso).

A esta modernidade atribuída aos séculos XVI e XVII denominou-se “Primeira Modernidade”, e nela é construída a centralidade europeia no sistema-mundo

moderno/colonial. A centralidade europeia não é resultado de uma superioridade interna acumulada durante o período medieval europeu. Trata-se do efeito do “des-cobrimento”, conquista, colonização e subsunção da América. Não há, portanto, modernidade sem colonialismo, assim como não há colonialismo sem modernidade: são fenômenos mutuamente dependentes.

Fica evidente que a “perspectiva mundial” sobre a modernidade enredada por Dussel possui estreitas vinculações metodológicas com a análise de sistema-mundo de Wallerstein. Entretanto, a proposta do filósofo argentino não se configura apenas como uma “aplicação” ou inscrição da análise de sistema-mundo à sua crítica à modernidade eurocêntrica. Configura-se, contudo, como uma leitura do sistema-mundo moderno a partir dos parâmetros da Filosofia da Libertação, fato que lhe permite enxergar que a Primeira Modernidade foi responsável por produzir as primeiras manifestações culturais de ordem mundial, entendida como um sistema de símbolos, que teve centralidade na Espanha dos séculos XVI a XVIII. A noção de “geocultura” entendida por Wallerstein como um fenômeno moderno produzido pela Revolução Francesa é alvo de um deslocamento fundamental, que a traslada para o século XVI associada ao efeito direto do “Ego conquisto” moderno europeu. Ou seja, “El mundo hispanoamericano de los siglos XVI al XVIII no sólo “aportó” al sistema-mundo mano de obra y materias primas, como pensó Wallerstein, sino, también, los fundamentos epistemológicos, morales y políticos de la modernidad cultural” (CASTRO-GÓMEZ, 2005a, p. 48).

Este ponto de dissidência foi desenvolvido posteriormente por Mignolo. A noção de “geocultura” foi proposta por Wallerstein para designar a hegemonia cultural do sistema-mundo moderno que se estabeleceu na França a partir da Revolução Francesa e disseminou-se em termos de hegemonia intelectual e, segundo o autor, não existiu um padrão de subjetividade mundializado com anterioridade a este evento. Todavia, Mignolo recorda que a ideologia cristã global que vigorou entre os séculos XVI e XVIII também poderia traduzir-se em termos de uma “geocultura”. No entanto, o autor utiliza o termo “imaginário” para designar o “discurso globalizante do Ocidentalismo”, que guia a modernidade desde o século XVI até o neoliberalismo, onde adquire nova semântica em termos de um novo projeto civilizatório sustentado pelo mercado global e pelas corporações transnacionais (MIGNOLO, 2003, p. 84).

A Primeira Modernidade descrita por Dussel, assim como o argumento de Mignolo sobre o imaginário do sistema-mundo neste período, pode ser compreendida com maior facilidade a partir de um olhar para os mapas. A partir de meados do século XVI, a cartografia

teve amplo desenvolvimento na Holanda – não por acaso um território administrado naquele período pela coroa espanhola – tendo como principais personagens os cartógrafos Gerard Mercator e Abraham Ortelius. Mercator tornou-se notório ao revolucionar a cartografia com a projeção cilíndrica do globo terrestre que leva seu nome, enquanto Ortelius, designado geógrafo oficial do rei da Espanha, foi o criador do *Theatrum Orbis Terrarium*, publicado em 1570 e considerado o primeiro Atlas moderno.

Alguns fatos podem ser destacados, como a devoção católica de ambos os cartógrafos: Mercator, até os anos finais de sua vida, buscou canais de integração entre a emergente matemática renascentista e a teoria criacionista e outras concepções católicas; Ortelius, por sua vez, foi “atestado” como devoto da fé católica para poder exercer atividade de geógrafo para a corte espanhola. Outro elemento interessante levantado por Harley (1988 s/p.) figura na ilustração da capa do Atlas de Abraham Ortelius (Figura 16) a representação subjetiva dos quatro continentes, estando a Europa sentada ao trono, acima dos demais. A cristandade não aparece explícita, contudo, na representação mais importante deste Atlas – o *Typus Orbis Terrarium* (Figura 17) – como se costumava figurar em adornos de anjos e outras imagens sacras em mapas deste tipo. O barroquismo neste mapa resume-se às nuvens que envolvem o globo e alguns pequenos detalhes na sua superfície, fato que o aproxima dos mapas ditos modernos.





Figura 16 - Theatrum orbis terrarum - Capa do Atlas de Abraham Ortelius (1570). Fonte: Library of Congress Geography<sup>30</sup>

<sup>30</sup> LIBRARY OF CONGRESS GEOGRAPHY. Disponível em: [http://memory.loc.gov/cgi-bin/query/r?ammem/gmd:@field\(NUMBER+@band\(g3200m+gct00003\)\)](http://memory.loc.gov/cgi-bin/query/r?ammem/gmd:@field(NUMBER+@band(g3200m+gct00003)))> Acessado em 25 de julho de 2014.







Outro detalhe relevante está relacionado à separação dos continentes, muito visível neste mapa, sobretudo a fronteira demarcada entre a Ásia e Europa. Percebe-se uma clara releitura do mapa T/O, que mantém suas definições, porém há um novo delineamento em relação àquela representação, que situa a Europa agora no centro do mapa. Este projeto seria plenamente consolidado com a invenção do Meridiano de Greenwich no século XVIII.

Sin considerar el mapa T/O no sería posible identificar los cuatro continentes em el mapa de Ortelius. Sin embargo, la complicidad entre la geografía y la epistemología se mantiene intacta: el observador del planeta se ubica em Europa y al mismo tiempo por encima y más allá del continente. (MIGNOLO, 2007, p. 50).

Com o Atlântico em destaque, funda-se uma nova narrativa planetária responsável por delinear o imaginário moderno. “A emergência de um novo circuito comercial centrado no Atlântico, que inclui tanto a Espanha como seus domínios nas Américas e Filipinas, é uma das transformações básicas que originou um novo imaginário” (MIGNOLO, 2003, p. 95). A este imaginário abrangedor do sistema-mundo moderno, Mignolo chamou “ocidentalismo”, uma construção *transatlântica*, no estrito sentido de que a América passa a representar a expansão territorial da Europa<sup>31</sup>. O ocidentalismo foi, desde os primeiros missionários do Renascimento até os filósofos iluministas, um contundente instrumento de subalternização de conhecimentos “[...] estabelecendo simultaneamente um modelo epistemológico planetário” (MIGNOLO, 2003, p. 122).

A invenção da América (ou a invenção do imaginário do sistema-mundo moderno, ou o ocidentalismo) representada pelos cartógrafos flamengos do século XVI não como “alteridade” da Europa, mas como sua “mesmidade” contribuiu para a criação de uma identidade americana, que é, ademais, ocidental. Essa identidade não considera nem Anáhuac, nem Tawantinsuyu (circuitos comerciais existentes antes da invasão europeia), tampouco Abya-Yala<sup>32</sup>. A supressão destes conceitos consolida-se como “modernidade”, como se a própria modernidade fosse uma “força histórica necessária”, abençoada pelo direito de negar e

<sup>31</sup> “Durante el siglo XVI, cuando “América” llegó a conceptualizarse como tal, no gracias a la corona española sino a los intelectuales del norte [...], se asumió que América no era ni la tierra de Sem (el Oriente) ni la de Cam (África), sino la ampliación de la tierra de Jafet, esto es, en Occidente. El motivo no fue outro que la distribución geopolítica del planeta llevada a cabo por el mapa T/O Cristiano con el fin de percibir el planeta como dividido en cuatro continentes; y no hubo ningun lugar para “América” en el mapa T/O Cristiano que no fuera su inclusión en los domínios de Jafet, esto es, em Occidente (MIGNOLO, 2003, p. 121).

<sup>32</sup> En la lengua del pueblo kuna, Abya Yala significa “tierra madura”, “tierra viva” o “tierra en florecimiento” y es sinónimo de América. El pueblo kuna es el originario de Sierra Nevada, en el norte de Colombia [...]. Y es esa denominación de Abya Yala que se viene usando como una autodesignación de los pueblos originarios del continente en contraposición a América [...].” (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 39).

suprimir tudo o que não convém ao modelo de história do mundo considerado “um processo histórico essencial” (MIGNOLO, 2007, p. 51).

O novo imaginário-mundo inaugurado no século XVI constitui novos discursos e práticas que serão levados a cabo pela modernidade/colonialidade, como o discurso da “pureza de sangue”, metáfora inicial da “diferença colonial”, e a “sucessão histórica linear”, narrativa essencial do rolo compressor do desenvolvimento.

#### 2.4 Simultaneidades em tensão: a heterogeneidade histórico-estrutural

A constituição do imaginário do sistema-mundo moderno/colonial no século XVI conformou discursos ou narrativas “universais”, desenhos globais criados a partir de histórias locais (europeias). A linearidade histórica, ou a construção da história a partir de uma sucessão linear de acontecimentos cuja centralidade sempre remete à Europa é uma das narrativas criadas pelo imaginário moderno/colonial. Esta unilinearidade moderna ignora a existência simultânea do moderno e do colonial como componentes de um mesmo processo no tempo e no espaço.

A noção de um ápice moderno como resultado de uma sucessão de acontecimentos é uma elaboração ideológica para o continente europeu, e a universalização desta ideologia pelo imaginário moderno do sistema-mundo caracteriza o sequestro e a aniquilação de histórias locais para a composição de uma “história universal” que, na verdade, é uma “história moderna”, produzida a partir da experiência histórica da modernidade europeia. Dussel (2005) esquematiza a construção da sequência ideológica que adapta a história europeia a um processo linear contínuo, que caminha do oriente em direção ao Ocidente, em que toda a história do oriente serve apenas à composição de uma pré-história europeia, e a cultura helênica é, exclusivamente, a própria origem da cultura ocidental (Figura 18). Em seguida, demonstra a complexidade geohistórica que leva à composição de uma unidade cultural moderna (Figura 19).



Figura 18 - Sequência ideológica da Grécia à Europa moderna. Fonte: Dussel (2005)

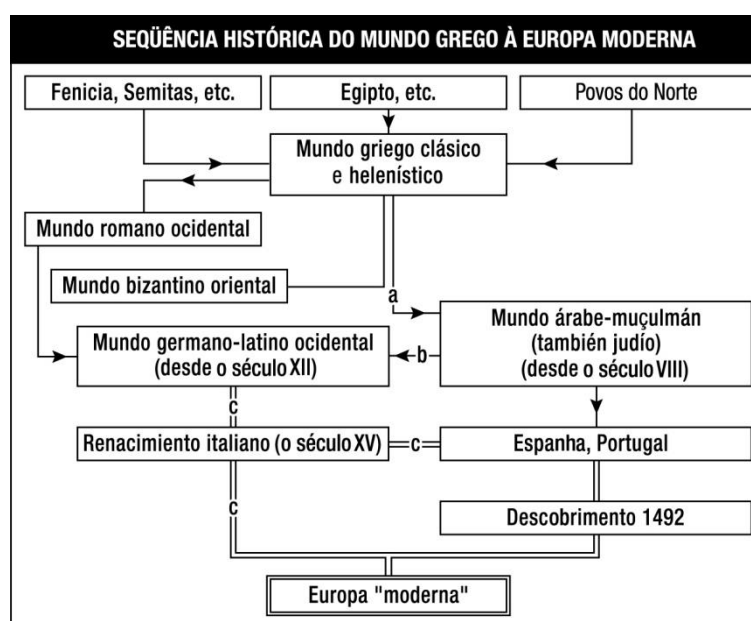


Figura 19 - Sequência histórica do mundo grego à Europa moderna. Fonte: Dussel (2005)

Os debates sobre a teoria da invenção da América, a análise de sistema-mundo e o deslocamento do início da modernidade do século XVIII para o século XVI considerando a centralidade dos países ibéricos na conformação do imaginário mundial da modernidade alimentam perspectivas que destoam da noção unilinear da história. O que Dussel afirma em suas representações esquemáticas é a *heterogeneidade histórico-estrutural*. Esta perspectiva, comum na abordagem do programa Modernidade/Colonialidade, considera a interatividade entre processos históricos simultâneos, não apenas em relações de sucessão. Uma visão como esta não poderia surgir no interior das fronteiras do imaginário do sistema-mundo moderno/colonial, mas a partir da experiência da invenção colonial da América, como realizou o peruano Aníbal Quijano (MIGNOLO, 2007, p. 189).

De acordo com Quijano, a crise radical das metanarrativas eurocêntricas abre um campo repleto de questões, e daí surgem duas ideias que ajudam a formular o que o autor entende por heterogeneidade histórico-estrutural.

Primeiro, uma idéia da mudança histórica como um processo ou um momento no qual uma entidade ou unidade se transforma de maneira contínua, homogênea e completa em outra coisa e abandona de maneira absoluta a cena histórica. Isto permite à outra entidade equivalente ocupar o lugar, e tudo isto continua numa cadeia seqüencial. De outro modo não teria sentido, nem lugar, a idéia da história como uma evolução unidirecional e unilinear. Segundo, dali se desprende que cada unidade diferenciada, por exemplo uma ‘economia/sociedade’ ou um ‘modo de produção’ no caso do controle do trabalho (capital ou escravidão) ou uma “raça/civilização” no caso de grupos humanos, é uma entidade/identidade homogênea. São, cada uma, estruturas de elementos homogêneos relacionados de maneira contínua e sistêmica (o que é distinto de sistemática) (QUIJANO, 2005, p. 11).

Ou seja, a heterogeneidade descrita por Quijano é *histórica*, pois considera que a história não se manifesta apenas como sucessão linear de acontecimentos, sendo estes também coincidentes e simultâneos; e também é *estrutural*, pois se entende que cada unidade de análise não deve ser vista como uma totalidade monolítica, sendo composta por estruturas de elementos heterogêneos que se relacionam entre si e com o conjunto de forma heterogênea, descontínua e conflitiva. Esta perspectiva pode se aplicar às formas de controle do trabalho/recursos/produtos, relações de produção, modos de produção, a uma economia, sociedade, raça ou civilização. (QUIJANO, 2005, p. 11). Não existe, tampouco, uma teleologia linear das distintas formas de acumulação capitalista, como o prenunciado tanto pela perspectiva liberal como pelo enfoque do materialismo histórico; as múltiplas formas de acumulação também coexistem simultaneamente.

Pode-se interpretar a adoção desta perspectiva como um passo a mais de distanciamento das perspectivas eurocêntricas, das metanarrativas modernas e dos grandes relatos como a cristandade e o iluminismo. Ainda, pode significar um distanciamento da canonização marxista do materialismo histórico<sup>33</sup> (ou “marxo-positivismo”<sup>34</sup>). Dessa forma,

<sup>33</sup> “A autodenominada corriente del materialismo histórico ideada principalmente por Georgi Plejánov, a principios del siglo XX, es probablemente el movimiento más reductivo y acrítico dentro de la extensa herencia del marxismo, y de ninguna manera pueden reducirse a él los presupuestos epistémicos de Marx. El materialismo histórico contribuyó efectivamente a la desnaturalización de las concepciones liberales dominantes de la época, y propuso un modelo de análisis alternativo, pero a la postre se instituyó con la pretensión de convertir la obra crítica de Marx en una ciencia positiva al mejor estilo del Circulo de Viena, otorgándole a sus postulados no sólo una capacidad explicativa, sino además, un carácter predictivo y futuroológico, con un hondo corte darwiniano. La corriente del materialismo histórico acotó al plano ontológico artificial de “lo económico” los demás ámbitos vitales de la existencia social humana, y los mostró como objetos mecánicamente derivativos y determinados, en última instancia, por el control de la fuerza de trabajo.” (GESCO, 2010, s/p.)

<sup>34</sup> A ideia de “marxo-positivismo” é desenvolvida em Quijano (2000b).

assenta-se sobre uma base teórica calcada nas “histórias locais” e não na leviandade quimérica das metanarrativas modernas, abrindo um terreno capaz de comportar diversos pontos de vista e processos históricos. Como afirma Mignolo (2007, p. 73):

En lugar de considerar la “modernidad” como un proceso histórico triunfal o un Papá Noel que hace felices a los niños necesitados, la heterogeneidad histórico-estructural pone de relieve que los sueños de felicidad se han hecho realidad con un gran costo em términos de vidas humanas (con el genocidio de índios y africanos durante la conquista de América) y que la situación no cambiará (como muestran las muertes causadas por los “errores de cálculo” en la guerra de Irak) mientras la retórica de la modernidad mantenga su poder de persuasión y refuerce la idea de que la historia es un proceso lineal cuyo objetivo final es, hoy en día, el neoliberalismo.

Os efeitos da retórica da modernidade ao impor-se sobre histórias locais são constitutivos da modernidade mesma, como vimos, sob o disfarce da colonialidade. A colonialidade pressupõe heterogeneidades histórico-estruturais na medida em que as relações sociais na periferia, independente do sistema político ou econômico, são, invariavelmente, compostas por diversas formas enredadas de dominação e controle. A América Latina tem atravessada em toda sua história, da conquista ao neoliberalismo, múltiplas e simultâneas formas de controle do trabalho e das subjetividades humanas: escravidão, servidão, acumulação primitiva e por espoliação, racismo, machismo e patriarcado, perseguição aos indígenas e militarização das favelas, etc.

Este padrão de heterogeneidades que formata a colonialidade em toda América Latina existe desde o século XVI até hoje, e condiz com a condição de fronteira ou exterioridade do sistema-mundo moderno/colonial, não pode ser compreendido desde o centro a partir de teorias eurocêntricas. Ainda, foi a partir deste padrão de heterogeneidades que se conformou a dependência estrutural da América Latina em relação à Europa e a própria centralidade da Europa no sistema-mundo. Aníbal Quijano refere-se ao personagem Dom Quixote para ilustrar, tanto a heterogeneidade histórico-estrutural na constituição da Primeira Modernidade na Europa Ocidental, quanto os efeitos da imposição deste padrão na América Latina.

A fabulosa cena na qual Dom Quixote arremete contra um gigante e é derrubado por um moinho de vento é, seguramente, a mais poderosa imagem histórica de todo o período da primeira modernidade: o des/encontro entre, de um lado, uma ideologia senhorial, cavalheiresca – a que habita a percepção de Dom Quixote –, à qual as práticas sociais já não correspondem senão de modo fragmentário e inconsistente e, de outro, novas práticas sociais – representadas pelo moinho de vento – em vias de generalização, mas às quais ainda não corresponde uma ideologia legitimadora consistente e hegemônica. Como diz a velha imagem, **o novo não acabou de nascer e o velho não terminou de morrer**. (QUIJANO, 2005b, p. 10)

A associação entre a mentalidade arcaica da cavalaria e a tecnologia modernizadora dos moinhos – que, ironicamente, fora trazida pelos árabes e judeus sefarditas ao mediterrâneo europeu – representa “[...] estruturas fragmentárias e mutantes de relações, de sentidos e de significados, de múltiplas procedências geohistóricas e de simultâneas e entrecruzadas ações, todas, no entanto, partes de um mesmo e único mundo novo em plena constituição” (QUIJANO, 2005b, p. 11). Neste contexto, a América funciona como fator diferencial, elemento que, através da exploração do trabalho de negros e índios para a acumulação de riquezas imensuráveis, possibilitou à mentalidade senhorial da nobreza ibérica expulsar as comunidades autônomas árabes e judaicas, em um movimento violento de retrocesso democrático e humanístico.

Todavia, desde aquele momento até o mundo atual, segundo Quijano, é a perspectiva eurocêntrica que opera na América Latina do mesmo modo que a “mentalidade cavaleiresca” atuava sobre a visão de Dom Quixote. Limitada em sua constituição histórica a subjugar-se ao exercício da colonialidade, assiste impotente à hegemonia do eurocentrismo como único horizonte de produção e controle do conhecimento. Configura-se um cenário de desencontros entre a experiência, o conhecimento e a memória histórica latino-americana.

As consequências deste inédito padrão de poder que se funda na América (ou na inauguração do circuito comercial atlântico) instaura também um novo sistema de exploração e dominação social. Este novo padrão surge enredado por continuidades e discontinuidades, que se confluem a partir das relações sociais na península ibérica durante a Primeira Modernidade, a configuração da alteridade europeia e de sua “mesmidade” em forma de ocidentalismo, a ideologia cristã e a mentalidade senhorial, a renascença e a latente modernidade/colonialidade. “O novo sistema de dominação social teve como elemento fundador a ideia de *raça*. Esta é a primeira categoria social da modernidade” (QUIJANO, 2005b, p. 17).

Para uma tentativa de ilustrar o contexto histórico-estrutural de consolidação deste novo sistema de dominação social, direcionaremos o olhar para o mapa “Carta do Brasil”, de Sebastião Lopes, datado de 1565 (Figura 20). Este tipo de mapa característico do século XVI, também conhecido como “iluminura”, não tinha como função apenas localizar elementos no espaço ou facilitar a navegação. Eram relatos que deveriam informar a aristocracia e a intelectualidade europeia sobre os novos territórios conquistados, e eram, junto com as pinturas, os únicos meios de comunicação imagética sobre o novo mundo. Foram estes mapas que criaram naqueles que permaneceram no velho mundo uma “imagem mental” do território encontrado pelos europeus na América.

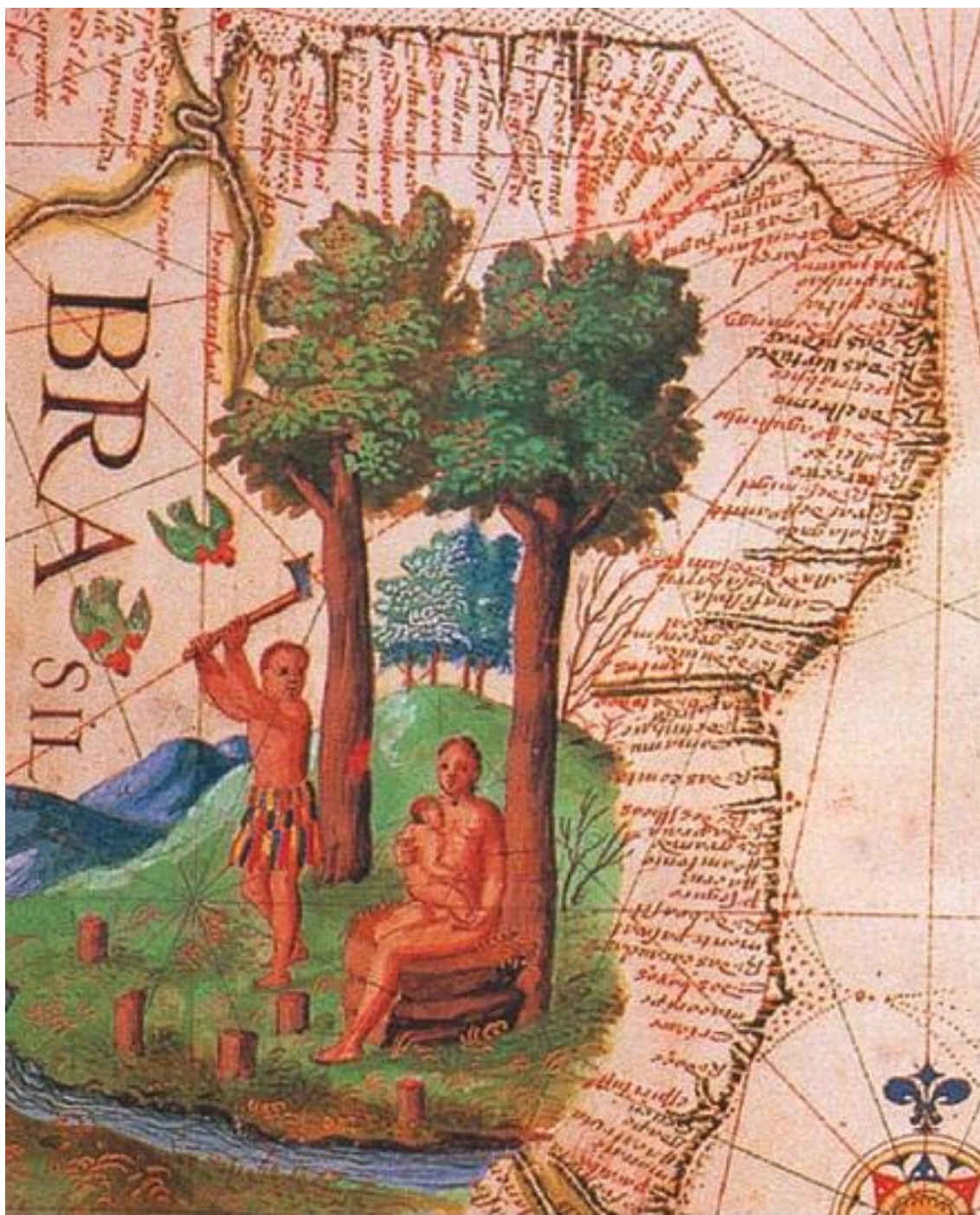


Figura 20 - Detalhe de “Carta do Brasil” (Atlas de Sebastião Lopes, 1565). Fonte: Rocha, Pressoto e Cavalheiro (2007)

A “Carta do Brasil” do português Sebastião Lopes é, em forma e conteúdo, uma caricatura da heterogeneidade histórico-estrutural. Perde-se entre o que já passou e aquilo que ainda não compreende. É *barroca*, no sentido da palavra que lhe confere Borges (1998, p. 13): “[...] aquele estilo que deliberadamente esgota (ou pretende esgotar) suas possibilidades e faz limite com a própria caricatura”. Uma cartografia quixotesca, em vias de desencantamento, rumo à racionalização eurocêntrica dos domínios essenciais da vida humana e da natureza,



que, todavia, não chegara a incorporar aspectos geométricos mais acurados, como um sistema de coordenadas geográficas, que já eram utilizados na época pelos geógrafos holandeses.

O domínio humano sobre a Natureza, na forma de Pau-Brasil e da “desnaturalização” do indígena através do trabalho forçado (que na verdade é sua desumanização), antecipa o sonho de Francis Bacon. Como queria o filósofo, a Natureza foi “escravizada”, “acossada em seus descaminhos”, e “reduzida à obediência”. Entretanto, há outro elemento imbricado à heterogeneidade histórico-estrutural que compreende a colonialidade latino-americana visível na iluminura que pode ser entendido como *racialização das relações sociais*, um novo sistema de dominação social e controle do trabalho característico do sistema-mundo moderno/colonial a partir do século XVI<sup>35</sup>.

Foi um produto mental e social específico daquele processo de destruição de um mundo histórico e de estabelecimento de uma nova ordem, de um novo padrão de poder, e emergiu como um modo de naturalização das novas relações de poder impostas aos sobreviventes desse mundo em destruição: a idéia de que os dominados são o que são, não como vítimas de um conflito de poder, mas sim enquanto inferiores em sua natureza material e, por isso, em sua capacidade de produção histórico-cultural. (QUIJANO, 2005b, p. 17)

Este novo padrão de poder que determinará os mecanismos de controle do trabalho, seus recursos e seus produtos, enreda-se também à determinação das subjetividades humanas, e opera através do imaginário moderno/colonial. Trataremos a seguir de um dos discursos que conformaram o imaginário do sistema-mundo na Primeira Modernidade, o discurso da “pureza de sangue”, cujo sentido para a composição discursiva da modernidade/colonialidade muito se aproxima da noção de racialização das relações sociais.

## 2.5 Do discurso da “pureza de sangue” à colonialidade do poder

Existe uma continuidade fundamental entre a cristandade característica dos mapas anteriores ao século XVI, que atravessa diversos padrões de civilização e culmina no projeto de globalização atual. Pode-se afirmar que os desenhos globais constituídos pelo imaginário do sistema-mundo moderno/colonial, desde 1492 até hoje, constituíram o projeto hegemônico de gestão da humanidade na modernidade. Este projeto continua vivo e ainda carrega todas

---

<sup>35</sup> De acordo com Quijano (2005b), não existe registro de que tenha havido na história da humanidade outro momento em que as relações de hierarquia social tenham se baseado no conceito de raça, tal como ocorre na modernidade/colonialidade.



suas formulações já existentes, embora sua propensão à lógica do mercado global e das corporações transnacionais seja atualmente a mais visível (MIGNOLO, 2003, p. 82). O primeiro destes discursos, talvez o fundador do imaginário moderno, foi o “discurso da pureza de sangue”.

Este discurso torna-se o elemento fundamental da subjetividade dos atores sociais inseridos no circuito comercial atlântico no século XVI – que inaugura o sistema-mundo moderno/colonial. Sua origem não está relacionada à mentalidade burguesa ou liberal, porém, paradoxalmente, com a mentalidade aristocrática/quixotesca da Primeira Modernidade.

Este discurso operó en el siglo XVI como el primer esquema de clasificación de la población mundial. Aunque no surgió en el siglo XVI sino que se gestó, lentamente, durante la Edad Media Cristiana, el discurso de la pureza de sangre se tornó hegemónico gracias a la expansión comercial de España hacia el Atlántico y el comienzo de la colonización europea. Una matriz clasificatoria perteneciente a una *historia local* (la cultura cristiana medieval europea) se convirtió, en virtud de la hegemonía mundial adquirida por España durante los siglos XVI y XVII, en un *diseño global* que sirvió para clasificar a las poblaciones de acuerdo a su posición en la división internacional del trabajo (CASTRO-GÓMEZ, 2005b, p. 54).

Ao relatar que o discurso da pureza de sangue não foi criado no século XVI, Castro-Gómez tem a intenção de transmitir a ideia de que ele não surge naquele momento como um fenômeno isolado, sem qualquer relação com certos nós históricos que perpassam os atores envolvidos. Esta narrativa foi cultivada durante a Idade Média como princípio de afirmação do Ego europeu em relação aos mouros e judeus sefarditas que habitavam a península Ibérica e a região do Mediterrâneo. Sua formalização no século XVI está relacionada à perseguição e expulsão destes povos dos territórios europeus, atitude propiciada, apenas, graças às riquezas acumuladas com a extração de recursos naturais nas “Índias Ocidentais”.

É a partir do traslado da ideia de pureza de sangue para as colônias espanholas na América que nasce outra narrativa que vai marcar a modernidade: o discurso dos “direitos humanos”. O famigerado debate de Valladolid, entre Ginés de Sepúlveda e Bartolomé de las Casas sobre a condição de humanidade dos índios americanos deu o pontapé inicial para a formulação do discurso universal iluminista formalizado na Revolução Francesa através da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Os direitos humanos constituíam inicialmente um debate sobre os ameríndios, baseado na doutrina teológica cristã, deixando fora deste sistema de classificação todos os povos negros africanos.<sup>36</sup> Recorremos, mais uma

<sup>36</sup> A inferioridade do habitante das “Índias Ocidentais” em relação ao europeu, neste caso, não responde a uma diferença ontológica, mas fundamenta-se a partir de uma diferença histórico-temporal. Ao europeu é incumbida

vez, à criatividade de Borges que desconstrói a ilusão da liberdade emancipadora presente no discurso dos “direitos humanos” indigenistas do século XVI:

Em 1517, o padre Bartolomé de las Casas sentiu muita pena dos índios que se consumiam nos penosos infernos das minas de ouro das Antilhas e propôs ao imperador Carlos V a importação de negros para que se consumissem nos penosos infernos das minas de ouro das Antilhas. (BORGES, 1998, p.21)

A diferença entre o discurso dos direitos humanos do século XVI e o da Revolução Francesa é que o primeiro articula as fronteiras de exterioridade do sistema-mundo, configurando a face oculta da modernidade colonial, já o segundo “constitui o imaginário que opera desde o interior do próprio sistema”, e dá forma à “universalidade humana” tal como é vista na Europa – visão possibilitada graças à acumulação de riquezas provenientes da exploração colonial (MIGNOLO, 2003, p. 90). A “diferença colonial” só pode ser visualizada, portanto, no exterior da história universal do sistema-mundo moderno/colonial.

O discurso da pureza de sangue foi, portanto, a narrativa que legitimou a racialização das relações de poder, processo em que a noção de raça surge como matriz de dominação. Este processo é responsável pelo enraizamento da dominação colonial nas tramas de poder material e intersubjetivo, e dessa forma, converteu-se no componente mais profundo do atual padrão de poder no sistema-mundo moderno/colonial. A este componente, Aníbal Quijano chamou “colonialidade do poder”. (QUIJANO, 2000a; 2000b; 2002)

De acordo com o autor, o atual padrão de poder consiste na articulação entre o capitalismo como padrão de exploração social; o Estado-nação como forma de controle da autoridade; o eurocentrismo como forma hegemônica de controle da intersubjetividade e da produção de saber; e a colonialidade do poder, que fundamenta a ideia de raça como elemento fundante do padrão universal de classificação social básica e de dominação social (QUIJANO, 2002, p. 4). A colonialidade do poder entrelaça-se de modo a condicionar todas as outras dimensões do padrão de poder no sistema-mundo moderno/colonial ao processo de racialização das relações sociais.

Desse modo, alguns eixos de implicação da colonialidade de poder no mundo capitalista podem ser analisados de forma sistemática para expor as principais questões imbricadas: a) a colonialidade da classificação social universal; b) colonialidade da articulação política e geo-cultural; c) colonialidade da distribuição mundial do trabalho; d)

---

a tarefa da colonização embasada na noção de linearidade histórica e progresso, em que o europeu encontra-se em uma etapa evolutiva superior àquela experimentada pelo indígena (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 274).

colonialidade das relações de gênero; e) colonialidade das relações culturais ou intersubjetivas; f) dominação/exploração, colonialidade e corporeidade (QUIJANO, 2000b).

A noção formulada por Quijano sobre a colonialidade do poder e suas implicações tem importância central para a perspectiva do programa de investigação Modernidade/Colonialidade, caracterizando-se uma categoria chave para este debate na América Latina. Castro-Gómez lembra que este arranjo de poder constituiu-se a partir da relação imposta pelos conquistadores europeus na América a partir de 1492, que não se resumiu à conquista militar, mas da imposição de uma relação fundada na superioridade “intransponível” étnica e epistêmica.

No se trataba tan sólo de someter militarmente a los indígenas y destruirlos por la fuerza sino de transformar su alma, de lograr que cambiaran radicalmente sus formas tradicionales de conocer el mundo y de conocerse a sí mismos, adoptando como propio el universo cognitivo del colonizador. (CASTRO-GÓMEZ, 2005a, p. 58)

Nesse sentido, a característica fundamental da colonialidade do poder revela-se a partir da dominação por mecanismos não exclusivamente coercitivos. Ou seja, não se refere apenas à conquista militar ou imposição da força física, mas de sua capacidade de legitimar relações de dominação a partir da *naturalização* e *universalização* do imaginário geo-cultural europeu.

A colonialidade do poder transpassa todas as formas de dominação e controle criadas pela razão eurocêntrica, desde a conquista até a globalização neoliberal, e entrelaça-se a todas as dimensões do processo de subalternização colonial. Todavia, esta categoria não representa uma entidade homogênea que exerce determinações idênticas em todos os grupos subalternizados. Os efeitos da colonialidade do poder são experimentados de maneira diversificada por diferentes grupos sociais, como nos recorda Walsh (2007, p. 53) e Grosfoguel (2006, p. 26).

Ao direcionar o olhar às sociedades contemporâneas tendo em vista a possibilidade da construção de projetos de descolonização, Walsh reconhece que as dimensões sociais de influência da colonialidade do poder possuem níveis diferenciados de importância em grupos sociais distintos. Assumindo a *interculturalidade* como horizonte possível para uma ruptura com as relações de colonialidade e superioridade eurocêntrica que determinam a produção do saber, a autora relata que grupos sociais diferentes, como as sociedades indígenas e afro-americanas no Equador, priorizam diferentes projetos de descolonização que têm como alvo diferentes mecanismos de produção de subalternização. Enquanto os movimentos indígenas no Equador direcionam suas ações a projetos de transformação social e política, os afro-

equatorianos apontam à necessidade de reconhecer e dar visibilidade a conflitos associados à questão racial (WALSH, 2007, p. 53).

A multiplicidade de níveis e dimensões que articulam as determinações da colonialidade do poder sobre distintos grupos sociais e suas diferentes formas de subalternização levou Grosfoguel a refletir sobre a *heterarquia* destas relações. Assumindo a colonialidade do poder como o padrão que situa a ideia de raça como princípio organizativo de todas as formas de hierarquias no sistema-mundo moderno/colonial, o autor destaca a multiplicidade de determinações deste padrão sobre outras formas de hierarquização social ou produção de subalternidade, que constitui uma complexa rede de *heterarquias* de poder. Por exemplo, o controle das formas de trabalho que confluem no processo de acumulação capitalista é organizado de acordo com a distribuição populacional global a partir de sua condição racial, ou seja, a divisão internacional do trabalho no sistema-mundo corresponde à racialização das relações de poder em escala global. Da mesma forma, a colonialidade do poder sobrepõe-se à hierarquia global de gênero, produzindo o efeito de que, no sistema-mundo moderno/colonial, mulheres brancas europeias assumem status mais elevado de acesso a recursos (de qualquer natureza) do que os homens situados na exterioridade da colonialidade do poder, de origem não europeia (GROSFOGUEL, 2006, p. 26). Ou seja:

En una heterarquía, la integración de los elementos disfuncionales al sistema jamás es completa, como en la jerarquía, sino parcial, lo cual significa que en el capitalismo global no hay lógicas autónomas ni tampoco una sola lógica determinante ‘en última instancia’ que gobierna sobre todas las demás, sino que más bien existen procesos complejos, heterogéneos y múltiples, con diferentes temporalidades, dentro de un solo sistema-mundo de larga duración. (CASTRO-GÓMEZ e GROSFOGUEL, 2007, p. 18)

A noção de heterarquia é apresentada por Grosfoguel (2006, p. 27) como “una articulación imbricada de múltiples jerarquías, en las que la subjetividad y el imaginario social no es derivativo sino constitutivo de las estructuras del sistema mundo”. Considera-a uma característica estrutural da colonialidade do poder por sua capacidade de enraizar-se de forma, ao mesmo tempo, simultânea, descontínua e conflitiva sobre múltiplas formas de produção de subalternidades (ou produção de ausências). Nesse sentido, a colonialidade do poder resulta em um princípio que organiza a dominação e o controle de múltiplas dimensões da vida social, desde as relações políticas, econômicas, culturais, sexuais, de gênero, epistêmicas, espirituais, etc.

A colonialidade do poder produz o racismo como uma hierarquia global de superioridade e inferioridade, traçando uma linha divisória que Frantz Fanon chamou de “zona do ser” e “zona do não-ser”:

La zona del ser y no-ser no es um lugar geográfico específico sino una posicionalidad en relaciones raciales de poder que ocurre a escala global entre centros y periferias, pero que también ocurre a escala nacional y local contra diversos grupos racialmente inferiorizados. Existen zonas del ser y no-ser a escala global entre centros occidentalizados y periferias no-occidentales (colonialidad global) pero también existen zonas del ser y no-ser tanto en el interior de los centros metropolitanos como también dentro de las periferias (colonialismo interno). (GROSFOGUEL, 2012, p. 3).

A categoria racial atravessa relações de opressão de classe, sexualidade, gênero, etc., criando uma rede de heterarquias, como demonstrou Ramón Grosfoguel (2006). A interseccionalidade das relações de poder que envolvem as múltiplas dimensões da subjetividade humana ocorrem em ambas “zonas” descritas por Fanon. O mesmo fenômeno é descrito por Boaventura de Sousa Santos ao fazer referência à *linha abissal* que estrutura a modernidade a partir da diferença colonial, criando um sistema de distinções visíveis e invisíveis, responsável pela produção de ausências ou *não-existências*, em relação aos sujeitos sociais que situam-se abaixo da linha abissal. (SANTOS, 2007 p. 31).

A *zona do não-ser* ou o lado inferior da linha abissal é heterogênea e estratificada, visto que, além da inferioridade estrutural em relação à *zona do ser*, o padrão de poder heterárquico configura opressões exercidas desde dentro entre os sujeitos pertencentes a dita zona. Os conflitos situados na *zona do ser* são geridos com mecanismos de regulação e emancipação, através de códigos de direitos civis, espaços de negociação e ações políticas. Ao contrário, na inferioridade da linha abissal, a administração dos conflitos ocorre através do estado de exceção, violência e violações de direitos humanos. “En resumen, en la zona del ser tenemos formas de administrar los conflictos de paz perpetua con momentos excepcionales de guerra, mientras que en la zona del no-ser tenemos la guerra perpetua con momentos excepcionales de paz.” (GROSFOGUEL, 2012, p. 4).

No bojo das estratégias de disciplinamento da subjetividade humana e do território utilizadas pelo Estado-nação, a cartografia possui papel que merece destaque. A consolidação do Estado-nação como entidade legitimada a exercer a regulamentação da sociedade e do território (reduzindo a própria noção de território exclusivamente a sua perspectiva) remete à cartografia, pois se utiliza de seu status de neutralidade para impor determinações que lhe sejam favoráveis. Assim como a estatística, a demografia e as ciências sociais em geral, os

mapas foram e são utensílios básicos do Estado no exercício da biopolítica. A reflexão realizada no primeiro capítulo, agora sob a ótica da colonialidade como estrutura de saber/poder no sistema-mundo moderno/colonial, revela que os mapas oficiais do Estado carregam consigo as marcas da colonialidade do poder que é própria aos discursos e práticas do Estado-nação.

A imagem a seguir (Figura 21) combina o emprego da cartografia, o discurso desenvolvimentista do Estado-nação, o disciplinamento do espaço e a produção de não-existências. Visto sob a ótica do discurso eurocêntrico da modernidade, contextualizando-se o momento histórico do capitalismo no início da década de 1970 no Brasil sob um forte apelo ao desenvolvimento, ao nacionalismo e ao crescimento econômico, o mapa elaborado pela SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) demonstra a intenção do Estado nacional brasileiro em criar um impacto positivo de reconhecimento internacional em relação aos recursos minerais e produtivos (agrário e industrial) disponíveis na Amazônia. Desde uma perspectiva crítica ao capitalismo, revelar-se-ia às intenções do capital em territorializar-se, acirrando o desenvolvimento geográfico desigual na região. Ainda, desdobra-se a promiscuidade de um Estado nacional-desenvolvimentista com o capital internacional, voraz interessado em apropriar-se dos recursos deste território.

Tendo em vista a colonialidade do poder como agente estruturante das relações capitalistas e ações estatais no interior do sistema-mundo moderno/colonial, percebemos que este mapa, sua prática discursiva e a institucionalidade que representa, respondem à estratégia biopolítica de tornar inexistente outras formas de manifestação social que difiram daquela propagada pelo Estado. Jogando com a representação do vazio demográfico como forma de criar uma verdade territorial onde não existe vida além da esfera produtiva e econômica, nega a possibilidade de existência àqueles que vivem neste espaço. Cria a inexistência do sujeito social que possui outra forma de produzir, outra forma de pensar, outra forma de relacionar-se com a Natureza... Remete-se ao discurso da pureza de sangue tal quais os mapas que retratavam a América no século XVI e suas fartas jazidas de ouro e prata. Neste mapa, o Estado-nação assume o papel de conquistador de seu próprio território, num ato anacrônico de colonialismo interno, em que a “invenção do outro”, ou a subalternização, passa a condizer com a imediata e contígua aniquilação do sujeito subalternizado.

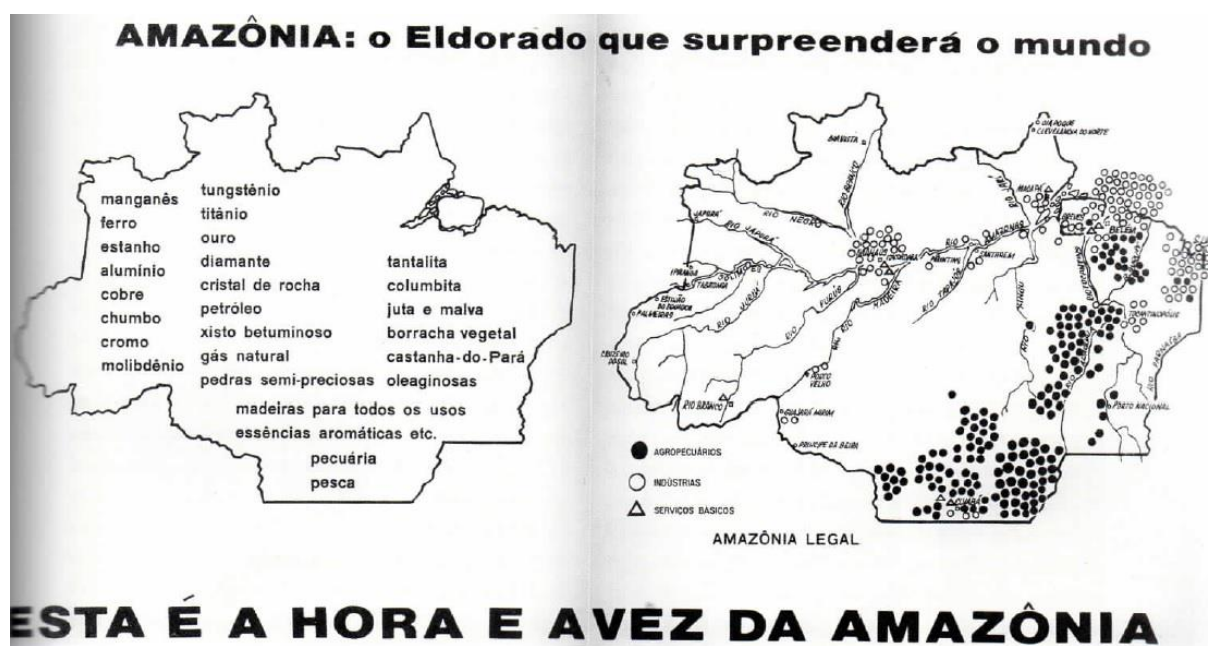


Figura 21 - Amazônia: O Eldorado que surpreenderá o mundo - SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). Fonte: Brannstrom (2011)

A não-existência do indígena produzida pelo discurso do mapa da SUDAM corresponde à reafirmação do Estado-nação como entidade eurocêntrica constituída pela colonialidade do poder. O Estado nacional moderno é incompatível com a coexistência de identidades e não permite racionalidades que contradigam o corolário da cidadania branca/masculina/heterossexual/cristã/capitalista. Esta incompatibilidade constitui a essência do Estado-nação, desde sua configuração até hoje, conforme afirma Quijano (2005, p. 122):

O processo de homogeneização dos membros da sociedade imaginada de uma perspectiva eurocêntrica como característica e condição dos Estados-nação modernos, foi levado a cabo nos países do Cone Sul latino-americano não por meio da descolonização das relações sociais e políticas entre os diversos componentes da população, mas pela eliminação massiva de alguns deles (índios, negros e mestiços). Ou seja, não por meio da democratização fundamental das relações sociais e políticas, mas pela exclusão de uma parte da população. Dadas essas condições originais, a democracia alcançada e o Estado-nação constituído não podiam ser afirmados e estáveis. A história política desses países, muito especialmente desde fins da década de 60 até o presente, não poderia ser explicada à margem dessas determinações.

Revela-se um ato de violência cartográfica que relega à inexistência os povos indígenas da Amazônia incompatíveis com o projeto moderno/colonial de Estado como foi implantado sobre todos os países da América Latina. Reproduz em seu lugar o imaginário mundial da lógica moderna do desenvolvimento econômico e a racionalização do espaço para este exclusivo fim. Trata-se da inserção de territórios situados na zona de fronteira do

ocidentalismo para o interior do sistema-mundo moderno/colonial, ou seja, da *exterioridade* como *negatividade*, desde a qual a sua dominação torna-se obrigatória para a lógica eurocêntrica.

A correlação entre colonialidade do poder e Estado foi alvo da reflexão de Quijano, da qual destacamos a passagem a seguir, em que afirma a legitimação do exercício de poder pelo Estado através da colonialidade do poder como constituinte das relações intersubjetivas que o sustentam.

A força e a violência são requisitos de toda dominação, mas na sociedade moderna não são exercidas de maneira explícita e direta, pelo menos não de modo contínuo, mas encobertas por estruturas institucionalizadas de autoridade coletiva ou pública e “**legitimadas**” por ideologias constitutivas das relações intersubjetivas entre os vários setores de interesse e de identidade da população. [...] tais estruturas são as que conhecemos como Estado. E a **colonialidade do poder, sua mais profunda argamassa legitimatória**. (QUIJANO, 2002, p. 9, grifo nosso).

Assim, o Estado-nação é constituído pela colonialidade do poder como seu agente estruturante, que inscreve na sua própria estrutura heterogênea a *linha abissal* da colonialidade. Incapaz de reconhecer a possibilidade de existência de outras formas de vida social que não seja aquelas demarcadas pela colonialidade estabelecida pelo padrão de poder eurocêntrico/ocidental, desenvolve mecanismos de controle através da regulação disciplinar e da violência estrutural, voltadas aos sujeitos marcados pela diferença colonial, os quais tem negada sua possibilidade de existir enquanto tal, com seus modos de vida, suas diferenças.

## 2.6 Ciência, colonialidade do saber e a *hybris* do ponto zero

A modernidade ocidental iniciada com a conquista da América e, em consequência, com a inauguração do circuito comercial atlântico, adquire vigor com a consolidação do Estado-nação como projeto universal de organização social e a Ciência como projeto universal de organização do conhecimento a partir do Iluminismo. A Ciência moderna constitui a estrutura legitimadora para a imposição do saber europeu (local) acima de todas as formas de conhecimento no mundo (global), relegando-as à impossibilidade de existência. Em termos discursivos pode ser descrita como entidade *metanarrativa*, a partir de suas características *especulativas* e *emancipatórias*, ou seja, crê na acumulação progressiva e infinita de conhecimento e assume neste processo a função essencial de libertação humana.



Nesse sentido, a modernidade estaria apta a progredir e melhorar as condições materiais de vida dos seres humanos e desenvolver a moral da humanidade ou o seu próprio espírito (LYOTARD, 1998).

A universalização da Ciência moderna torna-se a entidade estruturante da diferença colonial epistêmica, ou seja, única forma de organização do saber capaz de diferenciar aquilo que se assume como verdadeiro (existente) daquilo que é irrelevante ou ilegítimo (inexistente). O movimento de suplantação de uma história local (saber europeu moderno) sobre toda e qualquer cosmologia, assumindo a forma de um desenho global, está profundamente arraigado à composição do sistema-mundo moderno/colonial e ao arranjo histórico da colonialidade do poder. A Ciência moderna é dependente (e contribui para o aprofundamento) de relações de dependência histórico-estrutural entre centro e periferia no sistema-mundo.

A relação entre o “lugar geográfico” e a produção do conhecimento (assim como a produção tecnológica), pode ser diretamente associada à composição do sistema-mundo moderno/colonial a partir do século XVI. O conhecimento produzido nos territórios colonizados e áreas regulamentadas pelos desígnios imperiais/coloniais, não era considerado parte do saber universal produzido pela humanidade; aparecia meramente como “objeto de estudo” ou substrato para que os pensadores europeus pudessem conhecer as formas de vida em suas colônias (MIGNOLO, 1998, p. 15). Nesse sentido, torna-se coerente refletir sobre uma *geopolítica do conhecimento* e o processo de produção de ausências criado por esta estrutura.

No processo de consolidação do conhecimento científico moderno, o *ego-cogito* cartesiano (penso, logo existo) foi precedido em 150 anos pelo *ego-conquiro* (conquisto, logo existo) (DUSSEL, 2005, p. 48). As primeiras experiências de exercício colonial europeu na América, simultâneas à origem da modernidade, fundamentou o metarrelato moderno que atribui à racionalidade científica seu caráter universal e elimina a possibilidade de existirem outras culturas com suas formas de conhecimento que não seja como folclore. Atribui-se a este processo a alcunha de *violência epistêmica*, em que o imaginário ocidental estabelece o estágio de desenvolvimento humano europeu como a ponta de lança do progresso e traça a *linha abissal* que separa o “Eu” ocidental e o “Outro” não-ocidental, com sua cultura e seus saberes como não-existência. Na “zona do ser”, ou do “existente”, “reina a civilidade, o Estado de direito, o cultivo da Ciência e das artes. O homem chegou ali a um estado de ilustração em que, no dizer de Kant, pode autolegislar-se e fazer uso autônomo de sua razão.

A Europa [ocidental] demarcou o caminho civilizatório pelo qual deverão transitar todas as nações do planeta”. (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 84).

A formulação da *ego-logia* moderna cartesiana foi finalmente teorizada e institucionalizada com o Iluminismo ao dar a consistência necessária para o deslocamento do critério de legitimação da verdade de Deus para o Homem científico europeu. De acordo com Mignolo (2005, p. 54) a obra kantiana *crítica da razão pura*, foi o escrito necessário para estabelecer a fundação lógica e epistêmica da filosofia ocidental como arbítrio supremo do conhecimento humano.

Dessa forma, a linguagem universal da Ciência diferencia-se de todos os demais saberes humanos por não se situar em qualquer lugar no mapa do conhecimento, ou seja, é realocada pelo Iluminismo no *ponto zero* de observação. O ponto zero é o local em que ao observador lhe é concedida a capacidade de enxergar o mundo sem que possa ser visto ou representado. “Los habitantes del punto cero (científicos y filósofos ilustrados) están convencidos de que pueden adquirir un punto de vista sobre el cual no es posible adoptar ningún punto de vista” (CASTRO-GÓMEZ, 2005b, p. 18). Nesse sentido, a Ciência esclarecida da modernidade ocidental entrega-se ao pecado da *hybris*, conforme a metáfora acionada por Castro-Gómez: na mitologia grega, a *hybris* representa o pecado da ilusória capacidade de transcender a condição de mortal para se tornar um deus. Sinônimo de arrogância e desmesura, a *hybris* supõe o desprezo à *espacialidade* ao desejar não pertencer a qualquer lugar de enunciação.

A *hybris do ponto zero* caracteriza o “início epistemológico absoluto” apregoado pelo discurso do método, em que as velhas opiniões da vida cotidiana são abandonadas para encontrar um sólido ponto de partida onde seja possível construir o edifício do conhecimento. Destarte, o ponto zero materializa também as bases para o controle econômico e social sobre a totalidade do sistema-mundo, ou seja, situar-se no ponto zero significa assumir a capacidade de instituir uma visão sobre o mundo social e natural, que é reconhecida e legitimada pelo Estado. Estabelecem-se os critérios de definição de legitimidade e ilegitimidade dos conhecimentos, de normalidade e anormalidade dos comportamentos, etc. (CASTRO-GÓMEZ, 2005b, p. 25).

A categoria nomeada por Castro-Gómez como *hybris do ponto zero*, relativa às pretensões de objetividade e neutralidade da Ciência moderna, é circunscrita pelo paradigma Modernidade/Colonialidade a partir do entendimento de que tal característica não surge espontaneamente com os filósofos iluministas a partir da experiência localizada europeia. Ela não é uma consequência, por exemplo, da revolução copernicana ou do individualismo

burguês. Sua origem refere-se, todavia, às necessidades de controle sobre o circuito comercial atlântico pelos estados ibéricos e à necessidade de representar as novas conquistas sob o imperativo do controle e delimitação territorial. A cartografia apresenta-se neste processo com a incumbência de operacionaliza-lo.

Até o século XVI, os mapas mundiais elaborados sob a ótica de qualquer cosmovisão apresentavam como característica essencial a coincidência do centro geométrico com o centro étnico. Ou seja, mapas elaborados a partir de determinada cultura representavam em seu centro geométrico o lugar de produção daquela cultura (mapas cristãos medievais representavam Jerusalém em seu centro, mapas chineses dispunham o palácio real do imperador como ponto de referência, etc.). Em todos os casos o centro de referência era relativo, pois não havia preocupação em ocultá-lo; ao contrário, a intencionalidade destes mapas era explícita e manifestava-se de acordo com a cultura, civilização ou religião que representava.

A partir da conquista da América e da necessidade de aperfeiçoar a precisão das representações devido a ameaças externas e disputas territoriais que impunham maior controle e vigilância sobre os territórios conquistados, a cartografia passa a incorporar a geometrização da *perspectiva* que, neste momento, segundo Castro-Gómez, revolucionava as artes pictóricas no contexto do Renascimento italiano.

La perspectiva supone la adopción de un punto de vista fijo y único, es decir, la postulación de una mirada soberana que se encuentra fuera de la representación. **Con otras palabras, la perspectiva es un instrumento a través del cual se ve, pero que, a su vez, no puede ser visto;** la perspectiva, en suma, otorga la posibilidad de tener un punto de vista sobre el cual no es posible adoptar ningún punto de vista. Esto revoluciona por completo la práctica científica de los cartógrafos. (CASTRO-GÓMEZ, 2005b, p. 59, grifo nosso)

A adoção da técnica da perspectiva pela cartografia no século XVI afasta a referência cosmológica (cultural, étnica, civilizatória ou religiosa) do centro de referência dos mapas mundiais. A partir deste movimento responsável por ocultar o ponto de referência desde o qual se observa o mundo, deslegitima-se qualquer forma de representação que esteja arraigada a um olhar específico.

Al tornarse invisible el lugar de observación, el centro geométrico ya no coincide más con el centro étnico. Por el contrario, los cartógrafos y navegantes europeos, dotados ahora de instrumentos precisos de medición, empiezan a creer que una representación hecha desde el centro étnico es precientífica, pues queda vinculada a una particularidad cultural específica. La representación verdaderamente científica y objetiva es aquella que puede abstraerse de su lugar de observación y generar una “mirada universal” sobre el espacio. Es precisamente esta mirada que pretende

articularse con independencia de su centro étnico y cultural de observación, lo que en este trabajo denomino la hybris del punto cero. (CASTRO-GÓMEZ, 2005b, p. 59)

O autor segue argumentando que os mapas-múndi dos séculos XVI e XVII correspondem a representações geopolíticas e ideológicas cuja espacialidade é organizada por compartimentações de diferentes níveis escalares, construídas a partir da cosmovisão cristã europeizada (descendentes de representações como o mapa-múndi T/O). Destarte, o continente europeu continua atuando como centro produtor de conhecimento nos mapas de apelo matemático e a repartição continental desenhada pelos europeus constitui a base espacial sobre a qual serão erguidas, no Iluminismo, as epistemologias modernas e, sobretudo, as teorias sociais evolucionistas (CASTRO-GÓMEZ, 2005b, p. 60).

Com o Iluminismo erigido sobre a colonialidade do poder, as ciências sociais modernas especializaram-se no quesito de classificação racial da população do mundo. Evolucionismo e dualismo tornam-se manifestações essenciais da cientificidade moderna a partir do recém-constituído etnocentrismo europeu. O evolucionismo na teoria social tem como pressuposto básico a noção de natureza como ponto de partida do progresso civilizatório, cujo ápice é a sociedade ocidental europeizada (QUIJANO, 2005a, p.116). O dualismo fundamental da racionalidade eurocêntrica ergue-se a partir da separação entre *razão/sujeito/sociedade* e *corpo/objeto/natureza*, ditame fundamental para a formulação científica das teorias sociais racistas. Ou seja, “Durante o século XVIII, esse novo dualismo radical foi amalgamado com as ideias mitificadas de “progresso” e de um estado de natureza na trajetória humana, os mitos fundacionais da versão eurocentrista da modernidade” (QUIJANO, 2005a, p. 118).

Nesse sentido, pode-se afirmar que as ciências (humanas e naturais) e seus paradigmas constituídos sob a racionalidade moderna, a partir do *locus* de enunciação eurocêntrico (que se desmaterializa em universalismos abstratos), não esboçam em seus horizontes a dimensão da colonialidade como constituinte das relações de poder (e saber) na modernidade. Assim, permanecem atrancados na dificuldade de enxergar, reconhecer ou propor processos históricos distintos daqueles oferecidos por esta cosmovisão.

Contudo, adotamos um lugar de enunciação que nos auxilie a problematizar os enredos atuais da colonialidade do poder no sistema-mundo moderno/colonial, que nos dê munção para uma crítica corrosiva contra as desigualdades e hierarquias produzidas neste sistema-mundo. Uma crítica polifônica, ao mesmo tempo anticapitalista, anti-imperialista e antipatriarcal, que não reduza, num ato de revolta, quaisquer contribuições do Ocidente ao

mero descarte. Afinal, as próprias contribuições que partem do debate em torno do par modernidade/colonialidade não podem ser avaliadas na forma de uma proposta “anti-moderna”, como foi equivocadamente interpretado por Domingues<sup>37</sup>, porém um intenso jogo de tensionamentos de vozes díssonas e heterogêneas que transitam por diferentes espaços de produção de conhecimento. Contudo, ainda, há que se ter em mente ao nos apropriarmos deste conjunto heterogêneo de reflexões que também lhes aflingem limitações e problemas, para que não caiamos num ostracismo acadêmico que subjuga outras experiências e contribuições, por considerá-las “coloniais” demais.

Assim, voltamo-nos à produção de mapas na atualidade a fim de, entre escalas, projeções e simbolizações, nos debruçarmos sobre continuidades e descontinuidades que um suposto contexto de “virada cartográfica” implica, a partir de algumas experiências específicas de mapeamento.

---

<sup>37</sup> Domingues (2011, p. 82), em sua crítica aos trabalhos de Walter Mignolo, aponta como algumas deficiências a “simples inversão das polaridades da teoria da modernização”, “descarte integral da modernidade” e “sobrevalorização da questão étnica”, em um ato fortemente arraigado ao ímpeto de sobrevalorizar sua tese individual sobre os “giros modernizadores”, que se opõe à noção de “colonialidade”. Além disso, o autor ignora toda a diversidade epistemológica e filosófica dos autores associados à perspectiva descolonial citando apenas alguns dos trabalhos de Mignolo como forma de generalização.

### 3 NOS ENREDOS DA ATUALIDADE DA CARTOGRAFIA: UMA DERIVA EXPLORATÓRIA

Chegamos ao contexto atual da colonialidade do poder no sistema-mundo em meio ao descrédito das metanarrativas modernas, fenômeno que caracteriza o momento crítico da racionalidade científica e de muitas das subjetividades que dão forma à modernidade. O fenômeno que simboliza o declínio dos grandes relatos universais foi “celebrado” pela emergência múltipla e diversa de micronarrativas que supostamente deslocaram a autoridade sobre a produção das “regras do jogo” da modernidade de um centro único e hegemônico para a infinidade das individualidades dos “jogadores”. Este deslocamento caracteriza-se pelo declínio das formas modernas de poder e disciplinamento, da autoridade sobre as subjetividades, do redimensionamento das escalas de poder, etc. Destarte, alertamos no primeiro capítulo, a partir da perspectiva de Castro-Gómez (2000), que o discurso “pós-moderno” que celebra a diversidade dos microrrelatos está atuando como disfarce que esconde, que tenta tornar invisível, o sistema-mundo produtor de diferenças.

O declínio das metanarrativas faz com que a modernidade não seja mais projetada sobre um único “macrosujeito” moral e epistemológico. Todavia, a morte das metanarrativas do sistema-mundo moderno/colonial não representa a morte deste sistema-mundo. Sendo assim, as não-existências continuam sendo produzidas pelos arranjos da colonialidade do poder sob formas que aparentemente correspondem a rupturas profundas com as estruturas da modernidade, alargando desigualdades, aprofundando a violência sobre os sujeitos subalternizados, promovendo a morte sobre aqueles que resistem nas fronteiras do sistema.

O panorama que enxergamos no mundo atual não nos permite contemplar com tanto otimismo a diversidade das epistemes, o famigerado multiculturalismo, a multiplicidade de micronarrativas:

Atravesamos una profunda crisis sistémica provocada y agudizada por las concentraciones de poder y de riqueza, convertidas en las tendencias más importantes del mundo actual, que amenazan con aniquilar la vida. El llamado desarrollo tecnológico y científico está fuera de control y es uno de los principales agentes que agudiza la tendencia a la concentración. Los grandes desafíos que enfrentan la humanidad (caos climático y hambre) derivan de la mayor concentración de poder conocida en la historia, que debe ser urgentemente frenada y revertida. Para realizar esta tarea, ni la modernidad ni la cultura occidental tienen las herramientas materiales e intelectuales adecuadas. (ZIBECHI, 2011, p. 59)

A crise de certos arranjos estruturais da modernidade não altera o sentido de sua lógica destrutiva. Tampouco, o descrédito dos paradigmas convencionais da ciência moderna é capaz de frear a produção de ausências e a violência epistêmica promovida pela racionalidade ocidental. Torna-se, portanto, necessário um aprofundamento da crítica à modernidade seja ela expressa em metanarrativas que se projetam em entidades universais monolíticas e bem definidas, ou ancorada no universalismo abstrato dos microrrelatos. Mesmo uma “pós-modernidade” que se define plural e democrática pode seguir como projeção de uma história local em desígnios globais, amarrada no ocidentalismo como produtor do imaginário global, tal qual se conformou o sistema-mundo moderno/colonial desde sua invenção, porém agora sob a falácia do hibridismo cultural, do desenvolvimento local e sustentável.

Descrever as formas e os processos de renovação atual da hegemonia ocidental no sistema-mundo moderno/colonial e suas estratégias para sustentar a acumulação desmesurada produtora de desigualdades e hierarquias, caracteriza um processo distante do esgotamento. A subjetividade moderno-colonial se materializa em representações, e os mapas são utilizados como expressão de sua hegemonia. Assim, voltamos nosso olhar para a produção cartográfica na atualidade e as vinculações do contexto de “virada cartográfica” onde a “celebração da diversidade” desponta como “a bola da vez” do olhar acadêmico direcionado à cartografia.

Em diversas frentes, a cartografia vem exibindo ares de renovação em termos de forma, conteúdo, escalas de ação e processos de produção, uso e distribuição. A cartografia atualmente passa a ser aceita como possibilidade plural, abandonando o posto de instrumento de exclusividade do Estado-nação. As convenções estáticas dos mapas tradicionais modernos também passam a ser questionadas, sobretudo quando as plataformas digitais começam a substituir os mapas feitos em papel.

No capítulo I, pudemos caminhar alguns passos na contextualização deste ambiente de emergência plural de novos produtos cartográficos e novas formas de interpretação destes produtos. Contudo, somos motivados a antevê-lo no âmago da quixotesca modernidade contemporânea que se redimensiona frente a crises paradigmáticas, esbanjando a sedutora novidade dos microrrelatos, que abrem possibilidades de insurgência contra-hegemônica, mas que por outro lado podem acabar salvaguardando vivo e intocado o seu ardiloso padrão colonial de poder. Realizar-se-á neste capítulo um exercício exploratório que estabeleça uma perspectiva crítica ao contexto atual de pluralização dos mapas e de ruptura da cartografia com certos aspectos da modernidade, porém que considere a colonialidade do poder como arranjo estruturante das relações sociais no sistema-mundo moderno/colonial. A partir da

crítica à colonialidade e da perspectiva descolonial, realizaremos uma leitura densa de novos mapeamentos que caracterizam este contexto inédito.

### 3.1 A cartografia em micronarrativas para além da celebração da diversidade: uma deriva exploratória pelas experiências cartográficas contemporâneas

As transformações espaciais inerentes ao contexto contemporâneo da substituição das metanarrativas modernas pelas micronarrativas, associadas à inauguração de um novo ciclo de compressão do tempo-espaço na organização do capitalismo (HARVEY, 1992), exigem transformações também na relação entre as representações do espaço e as novas inteligibilidades espaciais na sociedade. Cinco destas transformações são destacadas por Lévy (2008, p. 160):

- a) O protagonismo do ator espacial individual e sua apropriação sobre diferentes escalas do mundo;
- b) A simultaneidade de velocidades no mundo não permite classificar os indivíduos em grupos estáveis. Assim, as abordagens euclidianas de tempo e espaço tornam-se insuficientes;
- c) A definição das categorias espaciais não é mais auto-evidente, ocasionando incertezas para o planejamento estratégico de controle destes espaços. Destarte, tornam-se deficientes as atribuições de espaços funcionais cujo recorte é exclusivamente político-administrativo.
- d) A importância das redes na produção dos espaços ocasiona a necessidade de transitar entre geometrias diversas, da mais topológica para a mais topográfica;
- e) A reflexão acadêmica sobre o espaço e a espacialidade desenvolvida na Geografia e apropriada por outras ciências sociais passa a interferir nas representações espaciais através da renovação da linguagem cartográfica;

O rebatimento dessas transformações na forma como produzimos e utilizamos mapas na nossa sociedade apresenta diversas e distintas roupagens. Da tragédia ocasionada pela inépcia da cartografia (e dos cartógrafos) em repensar-se e reconstruir-se frente às novas realidades, à multiplicação dos atores envolvidos nos processos de produção cartográfica



(democratização ou banalização?), as questões que se colocam frente à cartografia são inúmeras. O contexto geral destas transformações e as encruzilhadas pelas quais os mapas se desencontram, levaram o geógrafo Jacques Lévy a afirmar que a cartografia atravessa um processo crítico.

A crise do mapa na atualidade é descrita pelo autor a partir da ênfase em alguns aspectos principais: o descrédito sobre a neutralidade dos mapas, a partir da denúncia acadêmica sobre a sua utilização como veículo de interesses e ideologias; o aumento das mobilidades no espaço não é acompanhado por uma expansão proporcional do uso do mapa; o desenvolvimento e popularização de dispositivos de localização como equipamentos de GPS torna o documento cartográfico cada vez mais desnecessário; o mapa não acompanha a complexidade do espaço urbano, pois privilegia a superfície em relação a outras categorias espaciais complexas e interpenetradas, e se torna obsoleto (LÉVY, 2008, p. 158).

Em contrapartida, Lévy é cético em relação a uma suposta “morte do mapa”. Como poderia uma representação espacial essencialmente estática e bidimensional sobreviver no espaço-tempo complexo e interconectado da “pós-modernidade”? O autor argumenta que, assim como a escultura não substituiu a pintura, e o cinema não matou a fotografia, o mapa possui um estatuto válido pelo “constrangimento necessário” que implica. Ou seja, “as duas dimensões correspondem a um aspecto significativo do agenciamento das sociedades, aquilo mesmo que estuda a geografia; a imagem fixa permite um melhor controle do receptor, mantendo-o como leitor, mais do que como espectador” (LÉVY, 2008, p. 159).

Ora, se a relevância do mapa ainda recai sobre suas potencialidades sintetizadoras (bidimensionalidade e fixidez), quais transformações inerentes ao próprio mapa caracterizam a “virada cartográfica”? Nacif e Name (2010, p. 11) destacam a importância dos processos de mapeamento e de atentar-se “[...] sobre o que os usuários/as fazem dos mapas e como por eles efetuam ou têm cerceados seus desejos, não se restringindo apenas aos modos pelos quais são nos mapas autoritariamente representados”. Todavia, os autores reconhecem que “[...] pode ser leviano esquecer-se da poderosa participação das representações na produção do espaço” e que “[...] não se pode ignorar o quanto seu caráter visual é sedutor e o quanto sua função tecnocrática é persuasiva na capacidade de legitimá-lo como verdade” (NACIF; NAME, 2010, p. 11). Poderíamos dizer que dois aspectos são representativos dos eixos principais deste “giro”, ainda que seja impossível dissociá-los completamente. Estes aspectos surgem da diferenciação entre “mapa” e “mapeamento”, e sobre quais destes elementos deve centrar-se a análise.

Nesse sentido, o primeiro aspecto, associado ao *ambiente interno* do mapa, está relacionado à forma e conteúdo da representação em si; compreende os novos paradigmas estéticos, as novas plataformas de mapeamento e o “descrédito” da normalização técnica racionalista. O segundo aspecto está associado ao *ambiente externo* do mapa, ou seja, compreende as transformações fundamentais nos processos de produção, distribuição e utilização dos mapas. A democratização das ferramentas técnicas, a perda do monopólio do Estado sobre estes processos, e a apropriação do processo de mapeamento por grupos subalternizados em contextos dos mais diversos tipos de disputa em que o espaço adquire centralidade, constituem alguns dos principais elementos que compõem este movimento.

No contexto das transformações nos ambientes interno e externo da cartografia, a relativização da emergência do novo deve ser levada em consideração a fim de evitar generalizações simplificadoras ou um essencialismo de uma suposta virada cartográfica descolada dos complexos movimentos da sociedade. Devemos, portanto, situar em nossos questionamentos se o “novo” no contexto contemporâneo da cartografia é de fato um acontecimento inédito ou depende de transformações na forma como enxergamos o fenômeno.

Contudo, a relação entre estas suposições não é de oposição dualizada, mas de complementaridade. O novo fato ou o novo olhar sobre um fato já existente são formas de expressar a complexidade do movimento incessante de transformação do pensamento e recriação das práticas. Da mesma forma, os elementos que nomeamos *externos* e *internos* do mapa são absolutamente complementares e indissociáveis, ou seja, o processo e o contexto de produção interferem nas formas estéticas de representação e no conteúdo dos mapas.

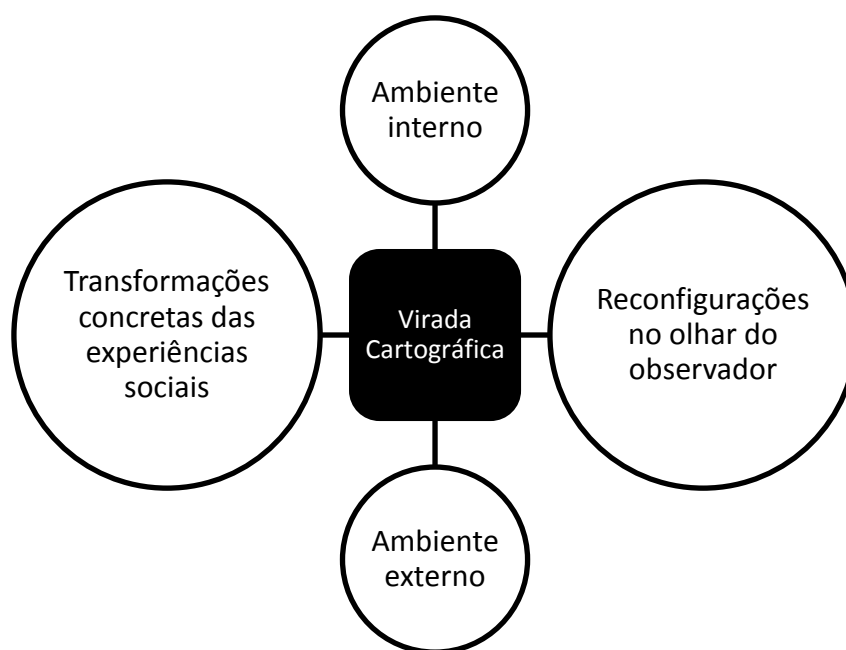


Figura 22 – Diagrama: elementos para refletir sobre a *virada cartográfica*.

Independente da forma como se constrói a emergência do novo, o fato é que a cartografia no mundo contemporâneo não é mais vista como o mesmo objeto homogêneo e sacralizado que fora nos tempos em que o Estado-nação e suas escalas político-administrativas gozavam de maior prestígio. A heterogeneidade contemporânea da cartografia aponta para os mais diversos sentidos e direções. Descrever a complexidade desta trama através de um retrato nítido, rígido e estático manifestaria uma ambição no mínimo descuidada, um equívoco inconsequente tal qual fora o mapa imperial em escala 1/1 narrado por Jorge Luis Borges. (pág. 18) Apreender uma realidade de micronarrativas a partir de um grande relato homogêneo e abstrato seria o mesmo que relegar à contradição tudo o que se procurou (des)construir até aqui.

Todavia, o *ambiente interno* e o *ambiente externo* das transformações contemporâneas da cartografia (os quais mencionamos há pouco), apesar de suas íntimas vinculações, não devem ser interpretados como um movimento uníssono. Um olhar para os mapas em si, para seu ambiente interno, requer alguns mecanismos de desconstrução se queremos ir além da imagem que se apresenta. Desejamos caminhar no sentido de uma desconstrução como proposto por Harley, ou seja, “inverter o lado do tapete, a fim de expor em todo o seu deselegante e confuso emaranhado, os fios que constituem a abastada imagem que se apresenta para o mundo” (HARLEY, 1989, p. 8, tradução nossa).

Para isso, resgataremos os “mecanismos de distorção” (a partir do item 3.2) propostos por Monmonier (1991):

Os mapas possuem três atributos básicos: escala, projeção e simbolização. Cada elemento é um mecanismo de distorção. Quando unidos, eles descrevem a essência das potencialidades e limitações do mapa. Não se pode utilizar ou produzir mapas com segurança e eficácia sem entender escalas, projeções e símbolos cartográficos (MONMONIER, 1991, p. 5, tradução nossa).

O trecho acima foi extraído do livro de Mark Monmonier, *How to lie with maps* [Como mentir com mapas], e refere-se à essência “mentirosa”<sup>38</sup> dos mapas devido aos seus mecanismos de distorção: escala, projeção e simbolização. O autor menciona estes três elementos a partir da análise sobre a transposição da realidade espacial (superfície terrestre) para uma representação plana e em tamanho reduzido, onde os símbolos provavelmente ocuparão espaços que não correspondem a seu verdadeiro tamanho e posição. Destarte, o autor questiona os processos de escolha do mapeador sobre a projeção geométrica utilizada para elaboração do mapa (que transcreve a superfície esférica do globo sobre o plano do papel), a eleição da escala como processo de decisão ideológica para esconder ou enfatizar determinados fenômenos e a escolha da iconografia utilizada para esta mesma finalidade.

A ênfase que aqui se pretende atribuir a estes mecanismos difere dos aportes utilizados pelo autor, em virtude da dimensão fundamental da colonialidade do poder e da diferença colonial demarcada pelo ocidentalismo. Ademais, os avanços nas perspectivas críticas sobre a cartografia (dos quais tratamos no primeiro capítulo) enfatizam aspectos relacionados à subjetividade dos mapas como elementos determinantes de sua intencionalidade essencial – para além dos elementos objetivos e geométricos.

Doravante, as abordagens sobre a escala, projeção e simbolização advêm de reconfigurações conceituais sobre essas três categorias que possibilitem situá-las no contexto contemporâneo da cartografia. Afinal, a compreensão da complexidade requer a complexificação dos conceitos, ou como afirma Boaventura de Sousa Santos (2010), a riqueza do inédito não é visível desde o olhar bitolado das categorias e teorias ultrapassadas.

Contudo, em vistas de uma análise mais sistemática para além dos mapas em si – ou seja, que atinjam seus bastidores, as tramas de poder entremeadas em seus processos de produção – pretendemos percorrer em uma “deriva exploratória” que nos auxilie a desmontar a realidade que se apresenta de forma a evitar o congelamento de um processo complexo e em constante movimento. Este processo exploratório de pesquisa, apesar de sua obstinação, não deseja criar uma narrativa única e verdadeira que explique os fenômenos em sua totalidade.

---

<sup>38</sup> A metáfora de Monmonier que relaciona as distorções essenciais dos mapas à ideia de mentira, nesse caso, não toca a problematização das noções relacionais de “representação” e “verdade”.

Representa uma parte pequena dos nós e fios de um emaranhado de possibilidades que envolvem novas formas de fazer e entender a cartografia.

A partir de um primeiro sobrevoo pela heterogeneidade da cartografia contemporânea tendo em vista a teoria da Modernidade/Colonialidade podemos formular alguns questionamentos generalizantes: em um diálogo com as “perspectivas descoloniais”, o panorama contemporâneo da cartografia poderia representar um movimento de “desprendimento e abertura” em relação ao universalismo abstrato da racionalidade ocidental? Ou trata-se apenas de uma nova roupagem flexível e harmônica pertencente ao processo de rearticulação do poder ocidental/capitalista no interior do sistema-mundo moderno/colonial? A cartografia é uma das múltiplas narrativas dentro do processo de rearticulação do poder, que de forma complexa imbrica-se às transformações da realidade criando também resistências e alternativas.

Compreendida como linguagem ou como objeto/instrumento de poder, a cartografia está em disputa. Acreditamos que uma análise exploratória sobre algumas experiências contemporâneas de mapeamento nos auxiliarão a desconstruir as minúcias deste complexo enredo.

Um exercício para uma interpretação aprofundada das reconfigurações cartográficas contemporâneas não deve pairar apenas sobre as mudanças estéticas de forma e conteúdo nos mapas atuais (ambiente interno), mas cavar a um nível capaz de desconstruir os “novos” sujeitos mapeadores, as experiências de produção de mapas por eles protagonizadas, e as transformações socioespaciais que este fenômeno acarreta (ambiente externo).

Pretende-se estabelecer doravante um exercício exploratório, que funcione como uma deriva, um caminhar, não despretensioso nem desinteressado, sobre algumas cartografias que em alguns aspectos alinham-se com o contexto da chamada “virada cartográfica”. Assim, como proposta de um “exercício serendípico” de análise e interpretação dos novos contextos da cartografia na contemporaneidade, utilizaremos alguns casos emblemáticos, despossuídos de qualquer pretensão de estabelecer uma representação precisa da complexidade das experiências cartográficas contemporâneas, mas como viabilidade metodológica de uma pesquisa exploratória interessada em percorrer verticalmente os significados deste “imapeável” cenário. Todavia, este processo exploratório de pesquisa deve abrir possibilidades que, articuladas à perspectiva descolonial, fortalecem a crítica à colonialidade a partir deste nó, que é a cartografia, em uma rede complexa de múltiplos elementos.

Os casos escolhidos são: o projeto *Descartógrafos*, a experiência da Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil e o projeto Expedições Bowman, dos

quais trataremos nos itens 3.3, 3.4 e 3.5, respectivamente. A análise exploratória utiliza como ferramenta os mecanismos de distorção dos mapas, propostos por Mark Monmonier (1991) e endossados por Boaventura de Sousa Santos (1998), *escala*, *projeção* e *simbolização*, no sentido de aprofundar a dimensão política das representações. Assim, procuramos apontar para uma perspectiva “descolonial” sobre estas categorias, para que sejam ferramentas de tensionamento da colonialidade do poder impressa nestes processos.

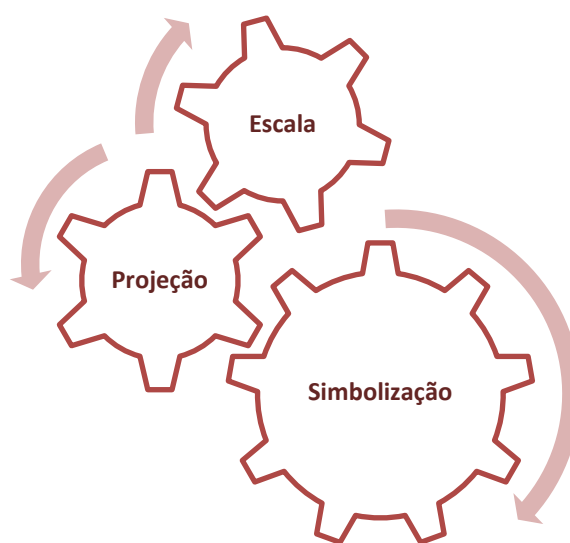


Figura 23 - Mecanismos de distorção dos mapas segundo Monmonier (1991) e Santos (1998).

Assim podemos transitar entre a interioridade dos mapas e seu ambiente externo, ou seja, entre as condicionantes de forma e conteúdo e os contextos e processos de produção e os sujeitos portadores da ação de mapear, interesses envolvidos e demais nuances. Ainda, a fim de melhor compreender o que há de novo nestas experiências deve-se ter em vista a dualidade proposta por Vainer (apud CRUZ, 2013, p. 134) entre as transformações concretas das experiências sociais e as transformações aparentes ocasionadas pelas reconfigurações no olhar do observador.

### 3.2 Produção colonial da escala, projeção e simbolização

De acordo com Santos (2004b, p.789), uma das lógicas monoculturais da razão metonímica (racionalidade moderna ocidental), a *monocultura da escala dominante*, é responsável por produzir as categorias particular e local como expressões da inexistência ou

irrelevância, através da naturalização de escalas generalizantes, como a nacional e global. Destarte, destina à irrelevância experiências sociais válidas ao lhes atribuir a escala de particulares ou localizadas.

A estratégia de blindar um projeto civilizatório com a monocultura da escala nacional foi utilizada pela modernidade ocidental como forma de salvaguardar o sistema-mundo moderno/colonial até as últimas décadas do século XX. Entretanto, nas últimas décadas houve um reescalonamento altamente midiático e discursivo que alterou práticas, discursos e estratégias políticas da escala nacional para a global.

En la década de 1980 ocurrió un cambio discursivo más bien dramático en gran parte de la literatura y la retórica política (...). La economía mundial ha cambiado, o al menos así lo parece, del orden Estado-nación westfaliano a formas fundamentales e irrevocablemente nuevas de organización que trascendieron el sistema mundial tradicional basado en el Estado y dominado por el mismo (SWYNGEDOUW, 2010, p. 50).

Sobre este “reescalonamento”, Swyngedouw afirma que o destaque ao global na retórica política confunde, marginaliza e silencia intensos conflitos socioespaciais. Não se trata, contudo, de um “esvaziamento do Estado”, como proposto pelos teóricos neoliberais. Enquanto são desnacionalizados os processos regulatórios, o Estado-nação retém as funções cruciais de coordenação no sistema-mundo (PECK, 2010, p. 89).

A *monocultura da escala dominante* se expressa na cartografia pela hegemonia do nacional e do global sobre o local. O imaginário ocidental é a origem da produção de desígnios globais a partir de histórias locais, em suma, a história europeia. Portanto, a monocultura das escalas nacional e global é, na verdade, a imposição da escala ocidental sobre todo o mundo<sup>39</sup>.

Em um contexto de simultaneidades em tensão, como se comporta a escala nos mapas contemporâneos que subvertem as lógicas monoculturais da cartografia moderna? Pode-se falar em *ecologias escalares* ou *trans-escalas*? Na era da informação digital e do *Google Earth*, aparentemente a fixidez da escala é página virada na cartografia. O processo de pulverização da produção cartográfica que a retira da exclusividade do Estado pode ser responsável pela trans-escalaridade a partir das relações complexas de indivíduos nos

---

<sup>39</sup> Mesmo em mapas de grande escala (métrica), nos mapas tradicionais, os fenômenos nacionais e globais são dominantes em relação aos fenômenos supostamente locais. Por exemplo, práticas de uso tradicional dos bens comuns, lugares da memória, relações de solidariedade, etc. – apesar de estarem presentes em toda parte do mundo – são associadas ao local, e, portanto, não são passíveis de representação na cartografia moderna que privilegia em seus produtos, por exemplo, relações econômicas e político-administrativas.

processos de mapeamento, que acarretará também em deslocamentos na forma como se constrói os mecanismos de projeção e simbolização nos mapas.

A reflexão promovida pela perspectiva descolonial sobre o paradigma científico moderno e a análise sobre a geopolítica do conhecimento determinada pela colonialidade do poder como padrão de poder global na modernidade deve fundamentar uma leitura sobre as interfaces entre cartografia e ciência na atualidade. A construção de uma ferramenta de interpretação que incorpore este debate deverá pautar, sobretudo, as reflexões de Castro-Gómez acerca da *hybris do ponto-zero*, ideia utilizada pelo autor para referir-se à característica da racionalidade (científica) moderna de situar-se no ponto-zero de observação.

Nesse sentido, a noção de *projeção* ou *perspectiva* fornece um mecanismo de entrada para acercar-se dos mapas, pois é a partir das projeções cartográficas que a tradição cartográfica moderna isenta-se de ocupar um lugar de observação/enunciação, atingindo o ponto-zero. Ou seja, com os mapas modernos, o observador é deslocado da posição que ocupa na sociedade para um “nenhum lugar”, onde não pode ser visto. O mapa torna-se, então, um recurso metanarrativo além das possibilidades de ser questionado, pronto para produzir a subalternização do conhecimento daquele que não tem o direito de mapear.

A noção de projeção, nesse sentido, vai muito além da ideia de projeção geométrica, com a qual nos habituamos a trabalhar desde os estudos cartográficos convencionais. Não se trata aqui de identificar algoritmos geométricos de representação de objetos multiformes em superfícies planas. Trata-se de enxergar a perspectiva que transita no mapa entre o cartógrafo e o observador, ou seja, os patamares da relação constituída entre quem escreve o mapa e quem realiza sua leitura.

Fonseca (2014, s/p.) afirma que, na perspectiva de Boaventura de Sousa Santos, “cada tipo de projeção determina formas e graus distintos de distorção nas regiões de centro e periferia da superfície projetada”. Um exemplo de distorção provocada pela projeção, esta sim de cunho geométrico e objetivo, que acarreta em interesses geopolíticos globais, é o famoso e permanente embate entre os defensores das projeções globais de Mercator e Peters, nas quais o tipo de algoritmo utilizado preserva, respectivamente, forma e tamanho dos territórios. No primeiro caso, os territórios situados no hemisfério setentrional são privilegiados com o ganho aparente de tamanho em relação aos territórios do Sul global. A projeção de Peters, por sua vez, representou um marco importante na crítica ao colonialismo e eurocentrismo presentes na cartografia ocidental.

Uma breve reflexão sobre o uso da projeção como mecanismo de distorção neste caso nos remete aos sentidos coloniais que simbolicamente imperam nas representações que



modificam desproporcionalmente o tamanho dos países. Em um contexto de afirmação geopolítica do Ocidente (Europa e Estados Unidos) sobre o mundo colonizado no processo de imposição do mito da supremacia cultural e histórica, faz todo o sentido uma representação que torne desproporcional o tamanho dos países do norte em relação aos países do sul. Contudo, a adoção da projeção de Peters pode apontar para prerrogativas distintas. Como uma conquista simbólica para os Estados chamados “subdesenvolvidos”, ou os países do Sul, pois estes teriam suas extensões territoriais representadas de forma proporcional ao que realmente são, uma aparente vitória sobre a retórica colonial. Por outro lado, no atual momento histórico do capitalismo global, o ato de revelar as enormes extensões territoriais nos países meridionais pode estar associado à abertura para a expansão do capital nestes territórios guiada pela lógica da acumulação por espoliação e da apropriação dos recursos naturais (HARVEY, 2004; TEUBAL, 2012).

De forma mais subjetiva, a projeção como mecanismo de distorção também pode ser entendida como mecanismo que atribui pontos de referência ao mapa e determina a perspectiva do observador, criando previamente efeitos ideológicos. O ponto-zero de observação é uma característica da tradição cartográfica moderna, criada para afastar o observador de qualquer ponto de referência social, cultural ou político que explicita as condições sociais, culturais e políticas às quais o mapa corresponde. Assim criam-se representações de mapas neutros como as cartas topográficas, onde a linguagem matemática e os atributos físicos suprimem a noção de que cada detalhe destes mapas tem um fundamento ideológico e cosmológico. Para além dos fatores geométricos, portanto, a projeção de um mapa tem a ver com sua *indexicalidade* (WATSON<sup>40</sup> apud ACSELRAD; VIEGAS, 2013, p. 22), ou seja, com a sua capacidade de demonstrar o contexto sociocultural ao qual está arraigado.

De acordo com esta formulação, os mapas modernos ocidentais seriam “não-indexais”, pois se baseiam num sistema de coordenadas e símbolos absolutos validados por uma verdade científica universal. Mapas “indexais”, ao contrário, são elaborados no interior de uma cultura específica e para sua compreensão é necessário conhecer os signos culturais que representam (ACSELRAD; VIEGAS, 2013, p. 23). Contudo, a “não-indexicalidade” da tradição cartográfica moderna somente se faz possível mediante o pecado da *hybris*, uma vez que a compreensão destes mapas de convenções universais, com sistema de símbolos universais,

---

<sup>40</sup> WATSON, Helen. et. Al. Australian Aboriginal Maps. In: TURBULL, David. Maps and Territories. Geelong: Deaking University Press, 1989.

que expressam uma linguagem científica universal, depende do conhecimento do leitor sobre esta linguagem, estes símbolos, estas convenções.

Para os Yolngu (povo aborígine da costa norte da Austrália), a compreensão de uma carta topográfica, com suas curvas de nível, sistemas de coordenadas UTM, divisas político-administrativas, rios azuis e estradas vermelhas (rios não são azuis e estradas não são vermelhas no mundo real!), é tão dificultosa quanto é a compreensão de seus mapas holísticos em forma de crocodilo para um cidadão ocidental (Figura 24). Aliás, não precisa ser nativo de uma ilha remota do Pacífico para ter dificuldade em compreender um típico mapa moderno ocidental. Grande parte da população mundial ocidentalizada não tem qualquer familiaridade com este tipo de linguagem. Podemos então chamá-la de universal?

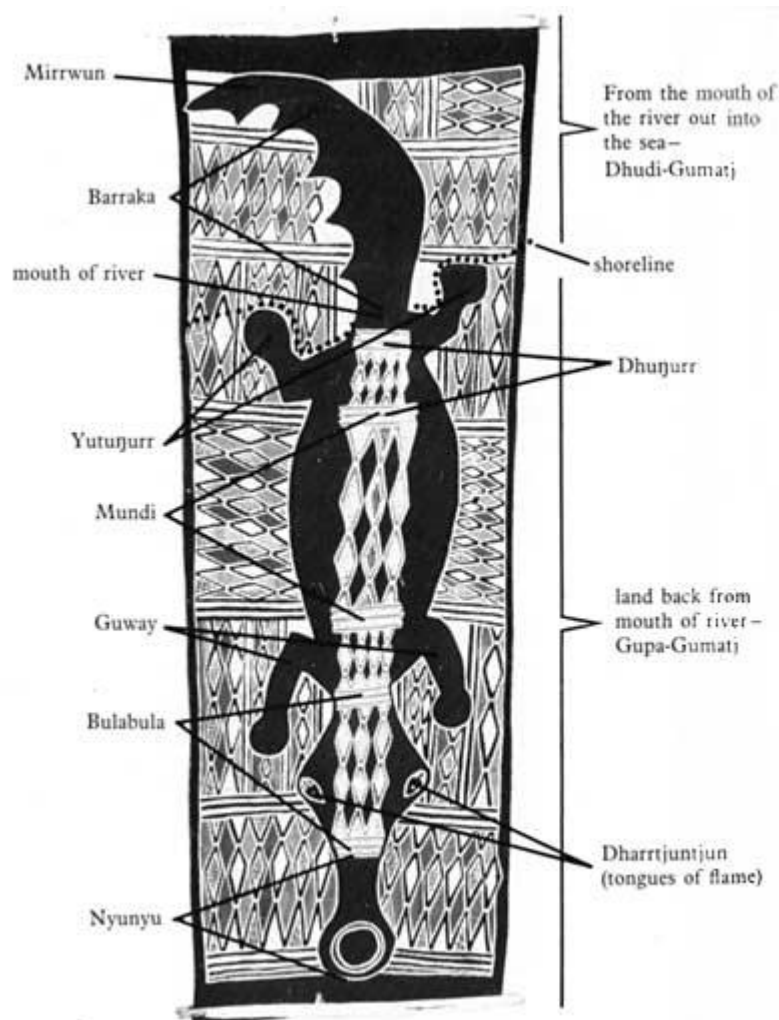


Figura 24 – Mapa “dhulan” de *Dalarrwi*, território do clã Gumatj. Fonte: Watson (1989).

Assim, “a simbolização é a face visível da representação da realidade” (SANTOS, 1998, p. 160), porém, dentre os mecanismos de distorção do mapa, nem sempre é aquele no qual mais facilmente identificamos suas atribuições ideológicas.

A partir destas reflexões em relação aos mecanismos de distorção do mapa, trabalharemos a seguir com algumas experiências de mapeamento características do momento contemporâneo da cartografia, que revelam um movimento de desprendimento e abertura em relação à tradição cartográfica moderna, porém com algumas diferenças substanciais entre si. Em primeiro lugar, trataremos do projeto *Descartógrafos*, experiência de mapeamento comunitário realizada por artistas e ativistas de Curitiba/PR junto a uma comunidade urbana deste município; a experiência da Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, e sua ampla tradição em processos de mapeamento participativo a partir das disputas territoriais empreendidas por estas comunidades; e por fim, o projeto México Indígena, protótipo de um empreendimento realizado pelas Expedições Bowman, da Sociedade Americana de Geógrafos, acusado de “geopirataria militar” por organizações indígenas no sul do México.

Esta deriva exploratória deve levar em conta, além dos mecanismos de distorção dos mapas, os fatores relacionados à forma e conteúdo dos mapas, bem como os elementos relacionados aos processos e contextos de produção, que aqui identificamos como ambiente interno e externo, respectivamente. Ainda, a dualidade proposta por Vainer (2005) que relativiza o “inédito” entre as transformações concretas das experiências e as reconfigurações no olhar do observador, deve estar presente em toda a análise.

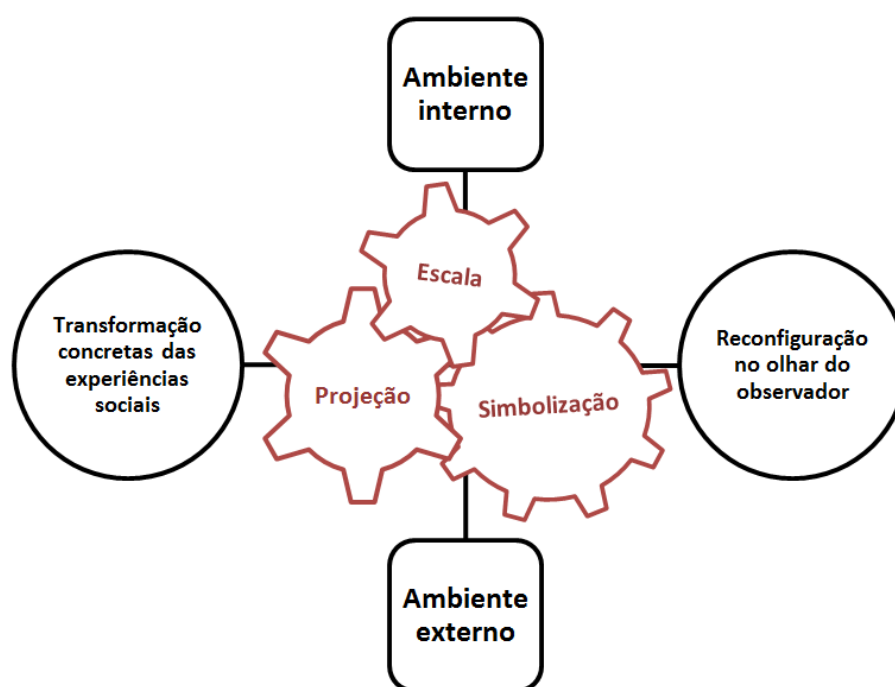


Figura 25 – Diagrama de ilustração dos elementos utilizados como suporte metodológico.

Contudo, a metodologia aqui encaminhada não requer produzir resultados fechados e objetivos, e os elementos apresentados não são – e nem pretendem ser – caminhos de passagem obrigatória. Estes elementos podem ser utilizados ou não de acordo com cada experiência, e não são auto-evidentes, estão inscritos na própria narrativa. Como investigação exploratória que almeja afastar-se das tradições positivistas da ciência, esta proposta parte de um determinado *locus* teórico-epistemológico, que apresentamos como perspectiva descolonial. Nesse sentido, toda interpretação oriunda desta deriva exploratória é inerente a uma crítica (heterogênea, porém coesa) à modernidade ocidental que tem a noção de colonialidade como sustentação e, portanto, deve ser lida a partir destes parâmetros.

### 3.3 Descartografia/Recartografia: a experiência cartográfica do coletivo *E/Ou* em Curitiba/PR

Originado como proposta de arte pública a partir do pensar a cidade como território de construção coletiva, o projeto foi moldado pelos seus proponentes, o coletivo artístico *E/Ou*, como crítica à exagerada normatização do espaço urbano de Curitiba. Elaborado no interior de um terminal de transporte coletivo, “Em Descartografia, o público era convidado a apagar, recodificar e inserir informações no mapa oficial da região sul da cidade” (GOTO, 2010, p. 7).

Impresso em um grande mapa fixado na parede da galeria subterrânea do terminal de ônibus do Pinheirinho, o mapa permaneceu no local por meses, e as informações foram sendo retiradas periodicamente pelos proponentes do projeto.

As estratégias de “cidades empreendedoras” como Curitiba são aclamadas pelos ideólogos neoliberais como exemplos de sucesso de “agenciamentos locais”. Nestes casos, segundo Peck (2010, P. 88), a agência política se exerce, obviamente, à escala urbana, porém elementos como estádios esportivos, centros de compras de alto nível, projetos urbanísticos de gentrificação são depressivamente similares e decididamente não-locais.

A experiência do projeto Descartógrafos revelou não apenas novos signos e grafias sobre o mapa, como novos territórios e grafias sobre o espaço representado, que eram ausentes desde a razão metonímica do mapa oficial. Espaços de expressão escalar verdadeiramente local surgiram na representação, dando novos teores à oficialidade do mapa urbano.

Com o ato de mapear pulverizado em múltiplos atores cujo atributo comum é a transitoriedade pelo terminal de transporte coletivo do bairro Pinheirinho, espaços vazios no mapa, ausentes, tornaram-se espaços emergentes, cheios de vida. Tal resultado demonstra a capacidade do Estado em apagar do mapa, e assim, produzir a não-existência daquilo que não lhe convém. Novas simbologias são inscritas na insípida superfície do mapa base; são símbolos que demonstram outros tipos de apropriação dos espaços, que se materializam na relação direta entre sujeito e território, no território vivido. Nesse sentido, revelam-se também outras escalas, produzidas a partir da vivência, do conhecimento empírico sobre o espaço na relação direta com o corpo do sujeito.

O mapa Descartógrafos (Figura 26) apresenta uma estética caótica, resultante da individualidade dos sujeitos mapeadores e expressa em cada detalhe elementos que simbolizam a relação experimentada com o território por cada um dos participantes. Confere-lhes a possibilidade de opinar, criticar e denunciar fenômenos que vivenciam no espaço a partir da experiência individual, fatos que estão fora do alcance do olhar do Estado por improvidência ou omissão. Abrem-se também possibilidades para a criatividade de propor alternativas, imaginar novos espaços, inscrever outras territorialidades que, frequentemente, são descartadas pela lógica disciplinada e linear da esfera do planejamento. Por exemplo, destaca-se uma grande “área livre verde imaginária”, que problematiza a evidente, porém ignorada, distribuição desigual de parques no espaço urbano curitibano.







Figura 26 – Mapa Descartógrafos. Fonte: E/Ou (2010)



O detalhe representado (Figura 27) revela um dos casos de espaços que são apagados do mapa para que não existam na realidade. A localidade, chamada de Vila Pequeno Espaço, abriga cerca de 80 famílias – muitas estão ali há mais de duas décadas – e reflete a dinâmica perversa da especulação imobiliária nas grandes cidades. Encravado sob uma linha de transmissão de alta voltagem, a comunidade do Pequeno Espaço recorre à estratégia de ocupação de espaços ociosos como forma de existência/resistência na cidade, e estabelecem um conflito cotidiano com a lógica regulamentadora do Estado.



Figura 27 – Detalhe do mapa Descartógrafos: a vila Pequeno Espaço. Fonte: E/Ou (2010)

A marcação da Vila Pequeno Espaço no grandioso mapa da Descartografia levou os proponentes do projeto a uma investigação aprofundada sobre a comunidade, e a uma nova estratégia de mapeamento. Recorreu-se a um mapeamento comunitário (Figura 28) com



moradores e moradoras da Vila, a fim de estabelecer um relato coletivo sobre o território que trouxesse à luz os atores sociais que o produzem cotidianamente, recartografando-o. Baseando-se na ideia de tornar visível um modo de ocupação do espaço urbano, a experiência não se efetivou a partir de um desejo unilateral, mas pela vontade inicial de uma das moradoras de “[...] tornar pública a condição de vida de um grupo de pessoas” (WASHINGTON, 2010, p. 23).

Contudo, a partir da experiência do mapeamento notou-se que o espaço interno também é palco de disputas territoriais, e “[...] a vontade de tornar o lugar visível se choca com a necessidade de permanecer invisível. O que de início foi identificado como um aspecto segregador da política pública, talvez revele uma função dentro do próprio grupo social: a perpetuação de códigos internos de poder” (WASHINGTON, 2010, p. 23). Moradores da vila e os artistas participantes identificaram no mapeamento um potencial de inversão estratégica, a transposição dos limites daquilo que é permitido ocupar.

Os resultados da experiência foram sistematizados e chegou-se ao mapa-síntese (Figura 29), no qual aparecem, além de informações sobre a origem das famílias residentes, algumas reivindicações e conflitos da comunidade, como a falta de numeração das casas e as dificuldades em receber correspondências, a ausência de espaços de lazer como parques e estrutura para prática esportiva, a falta de segurança, a necessidade de lombadas na rua, e a demanda pelo reconhecimento do território, regularização da posse e a casa própria.

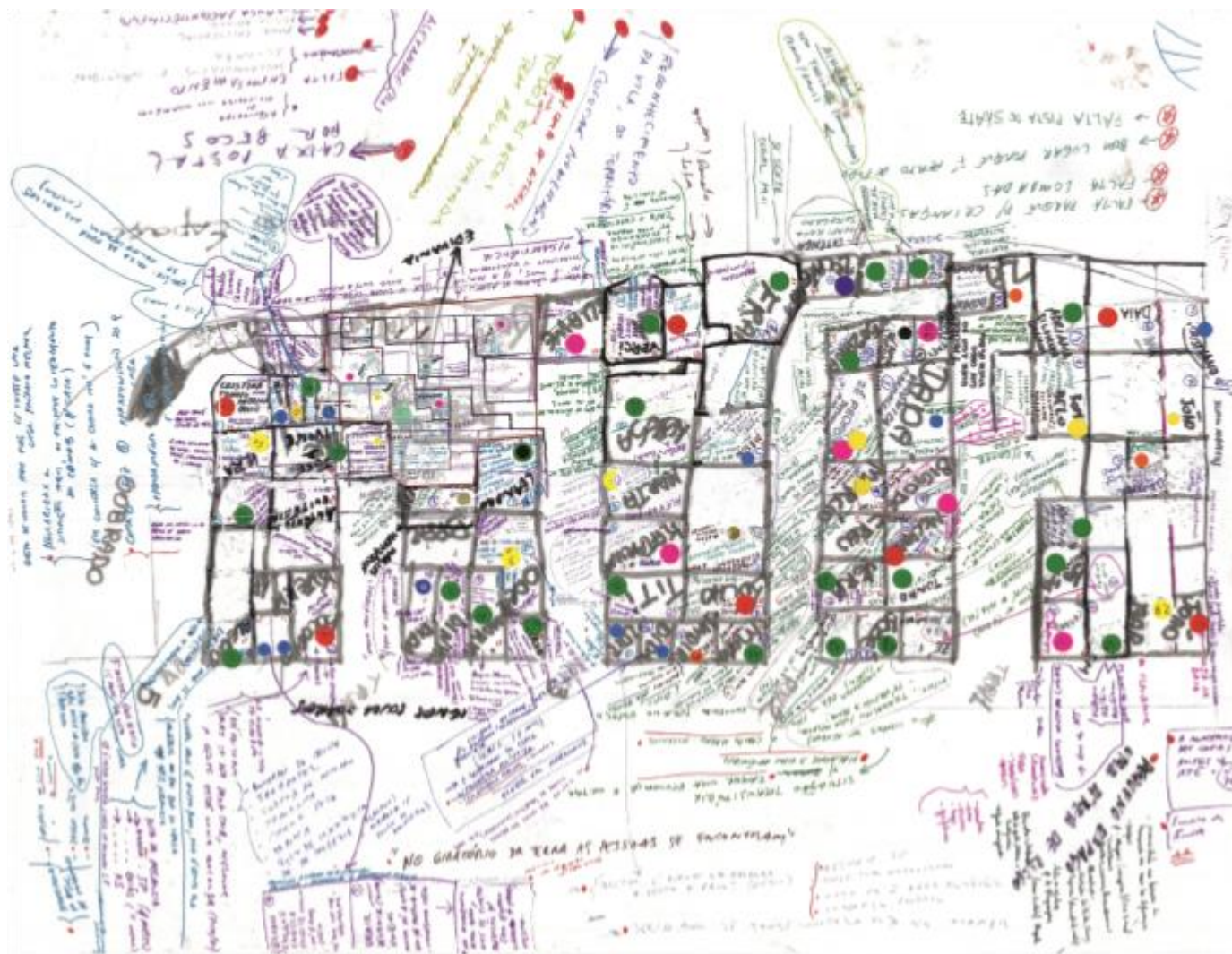


Figura 28 – Mapa Relacional Pequeno Espaço – E/Ou e moradores. Fonte: E/Ou (2010)

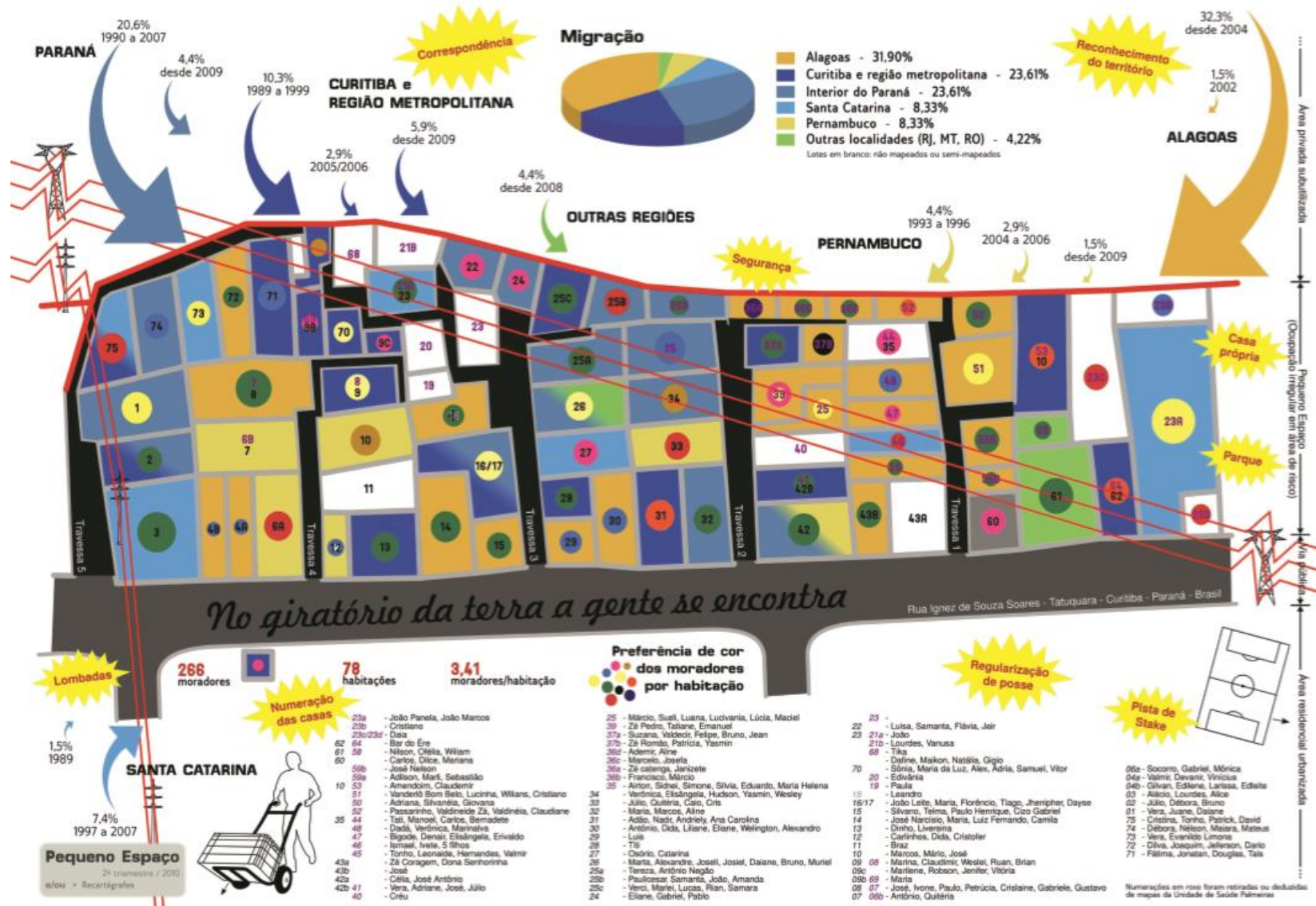


Figura 29 – Mapa Pequeno Espaço – E/Ou. Fonte: E/Ou (2010)

A “des-re-cartografia” da Vila Pequeno Espaço, que também é contra-cartografia, estabelece um discurso contrário ao mapa normativo feito pelo Estado. Com a relativização da escala como constructo social, pode-se perceber que o Pequeno Espaço não é tão pequeno quanto parece aos olhos da ação reguladora do Estado. A riqueza desta localidade é trans-escalar. Materializa-se nas relações que desenvolve com territórios de múltiplas escalas, e disto, o mapa oficial não dá conta, e nem pretende. Sua lógica é outra, a lógica da regulação da zona do não-ser na forma de biopolítica. O “público” se faz ausente não como consequência de uma aspiração globalizante de minimização do Estado-nação, mas como intencionalidade da regulação social na forma de ausência.

O conflito do Pequeno Espaço com o Estado é da ordem da colonialidade, quase ontológico, quando analisado sob a ótica do “direito oficial do Estado”. O fato de ser uma “ocupação irregular” deve ser visto além do “ser ou não ser ilegal”, e questionar a própria construção da linha abissal que divide o legal e o ilegal na estratégia biopolítica de regulação pelo Estado. Assim como se constrói pela projeção geométrica, distorções diferenciais nas áreas centrais e periféricas da superfície cartográfica, através da projeção simbólica do Estado no exercício biopolítico de poder constroem-se distorções diferenciais entre centro e periferia no mundo real.

O legal e o ilegal são as duas únicas formas relevantes de existência perante a lei, e, por esta razão a distinção entre ambos é uma distinção universal. Esta dicotomia central deixa de fora todo um território social onde ela seria impensável como princípio organizador, isto é, o território sem lei, fora da lei, o território do a-legal, ou mesmo do legal e ilegal de acordo com direitos não oficialmente reconhecidos. Assim, a linha abissal invisível que separa o domínio do direito do domínio do não-direito fundamenta a dicotomia visível entre o legal e o ilegal que deste lado da linha organiza o domínio do direito. (SANTOS, 2007, p. 4)

O choque entre as cartografias é ainda mais evidente em uma cidade como Curitiba, especialista em maquiagem suas linhas abissais e esconder as diferenças. Embriagada pelos rótulos de “capital europeia” e “cidade modelo”, e pelo discurso falacioso e chauvinista de abrigar uma população exclusivamente branca, Curitiba convive com a segregação racializada dos territórios. Não é de se surpreender que uma comunidade de ocupação não regularizada como a Vila Pequeno Espaço, ignorada pelos mapas, abrigue tantos imigrantes, sobretudo nordestinos.

A “des-re-cartografia” do Pequeno Espaço é capaz de desmascarar a colonialidade do poder imbricada no Estado-nação da forma como é identificada por Quijano (2002, p. 9). Na nossa sociedade moderna, a força e a violência são exercidas como forma de dominação,



porém encobertas por estruturas institucionalizadas e legitimadas pelo imaginário presente nas relações intersubjetivas entre os vários setores da população. Mais marcante que a linha de transmissão de alta voltagem que corta o céu da Vila Pequeno Espaço é a *linha abissal* que separa sua não-existência no mapa do Estado e a decorrente impossibilidade de ser vista como experiência relevante, de sua emergência no mapa descartografado e recartografado, que desvenda, além de sua existência, o significado da experiência social que ali existe/resiste.

Des-re-cartografar significa a expansão do presente e a contração do futuro, ou seja, a dilatação do domínio das experiências sociais já existentes que são produzidas como não existentes e substituição do futuro do tempo linear (um futuro niilista que é tanto tudo quanto nada) por um futuro de possibilidades plurais e concretas. Demonstra a coexistência de totalidades que são em si heterogêneas e ataca a totalidade que representa a racionalidade hegemônica do Estado moderno ocidental. Assim, a experiência de mapeamento que num primeiro momento descartografou (desconstruiu), e em seguida recartografou (reconstruiu), caminha na mesma direção da sociologia das ausências e das emergências, através de dois procedimentos: torna menos parcial nosso conhecimento das condições do possível e torna menos parciais as próprias condições do possível (SANTOS, 2004b, p. 798).

A experiência dos moradores e das moradoras da Vila Pequeno Espaço junto ao coletivo *E/Ou* registra um ato de enfrentamento, do levantar de vozes contra a lógica perversa do Estado e dos agentes hegemônicos que perpetuam os padrões coloniais de poder na organização do espaço urbano. O ato de des-cartografar e re-cartografar abre ao observador a possibilidade de direcionar olhares renovados ao revelar que este território de exclusão não se resume e não se cala frente aos desígnios coloniais do capital e do Estado. É também território de luta e esperança, de materialização do conflito pela reprodução da vida.

### 3.4 Nova Cartografia Social e o novo contexto das disputas territoriais

No Brasil, grande parte dos mapeamentos participativos envolvendo populações locais, comunidades indígenas, quilombolas, extrativistas e movimentos sociais rurais e urbanos, esteve associada ao reconhecimento de territórios e identidades territoriais. Essas experiências iniciaram-se na década de 1990, consolidando-se a partir de projetos como o “Programa Grande Carajás”, entre 1991 e 1993, que resultou na publicação “Carajás: A Guerra dos Mapas” (ALMEIDA, 1994). Contudo, experiências de mapeamento social no

Brasil apresentaram um aumento quantitativo significativo a partir de 2005, espalhando-se por todas as regiões do País, de acordo com levantamento realizado em 2008 pelo projeto “Experiências em Cartografia Social” do IPPUR/UFRJ, coordenado por Henri Acselrad (ACSELRAD; COLI, 2008).

O termo “cartografia social” foi amplamente difundido dentre as experiências de construção de mapas a partir de metodologias participativas em contextos de conflitos territoriais realizadas no Brasil, devido à abrangência alcançada pelo projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA). Este projeto, que pode ser considerado a principal experiência de mapeamento participativo no Brasil e na América Latina (SANTOS, R., 2012, p. 5), atuante desde 2005, se esforça para viabilizar a diversos grupos a possibilidade de realizarem o mapeamento de seus próprios territórios. O projeto, sediado em Manaus/AM, deve sua trajetória ao antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida (Universidade Estadual do Amazonas), atual coordenador.

Inicialmente o projeto teve foco em processos de mapeamento social na região amazônica, com a publicação da série de fascículos “Movimentos Sociais, Identidades Coletivas e Conflitos”, produzido por comunidades de Quebradeiras de Coco Babaçu nos estados do Pará, Maranhão e Piauí, e comunidades Quilombolas nos estados do Pará, Maranhão e Amazonas. A partir de 2006, houve uma expansão do projeto com a inauguração da série “Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil”<sup>41</sup>.

O foco deste projeto é concentrar seus esforços de mapeamento em prol das questões políticas de disputas territoriais que envolvem os povos e comunidades tradicionais. O recente debate em torno das questões referentes a estes grupos tem ganhado força devido à emergência destes sujeitos mediante suas ações políticas e reivindicativas que os inserem na arena das disputas por território e recursos naturais. São reconhecidas “terras tradicionalmente ocupadas”, amparadas por diversos dispositivos jurídicos que, muitas vezes, enfatizam fatores étnicos e histórico-culturais para instituir novas modalidades de apropriação formal de terras para povos tradicionais como indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades extrativistas. Todavia, a partir do surgir das mobilizações promovidas por estes grupos, as interpretações intelectuais e jurídicas sobre seus direitos territoriais tornam-se mais abrangentes e complexas. (ALMEIDA, 2004)

---

<sup>41</sup> “Entre os anos de 2006 e 2007 foram publicados 10 fascículos, focalizando a diversidade social, a saber: Povos dos Faxinais, Fundos de Pasto, Quilombolas, Pescadores, Ribeirinhos, Cipozeiros e Povoado Pantaneiro, nos Estados do Paraná, Bahia, Pará, Amazonas, Roraima, Pernambuco, Espírito Santo, Santa Catarina e Mato Grosso.” (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL)

A convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos indígenas e tribais ratificada no Brasil pelo decreto legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002, e promulgada pelo Presidente da República no decreto 5.051 de 19 de abril de 2004, enaltece a autodefinição e a consciência da identidade coletiva como critério fundamental para determinar os grupos a que se aplicam as disposições deste documento. Nesta convenção também se atribui importância ao conceito de território vinculado às suas relações com a cultura e valores religiosos, e abrangente de toda a área que os povos ocupam ou utilizam de alguma forma, independente de sua posse formal. Estes novos dispositivos significaram uma grande mudança na arena das disputas pela demarcação de terras, configurando o que alguns autores chamam de “virada territorial” (OFFEN, 2003).

Os povos e comunidades tradicionais possuem identidade coletiva própria e formas de organização social e de uso do território complexas, que não se reduzem à relação econômica com os meios de produção e, portanto, não podem ser compreendidos apenas pelos fatores agrários e de base econômica (ALMEIDA, 2010, p. 111). Na trama dos novos dispositivos jurídicos que legislam sobre as terras ocupadas por estes grupos, o conceito de território assume papel fundamental para uma interpretação que contemple a complexidade dessa realidade. O território é um elemento fundamental para a reprodução social destes grupos, que muitas vezes, dependem do acesso aos recursos territoriais para manutenção de sua forma de vida tradicional.

Processos de mapeamentos participativos inseridos em contextos de disputas territoriais têm como proposta o acirramento do conflito em favor daqueles que constroem mapas como estratégia de reconhecimento de identidades territoriais coletivas. Nesse sentido, estes processos afirmam um deslocamento no contexto das políticas territoriais no que se refere à dualidade entre políticas de distribuição e políticas de reconhecimento, constituindo um importante campo de batalha teórico e político. Baseando-se em Nancy Fraser, Cruz (2013, p. 144) afirma que no mundo contemporâneo, ganham relevância os processos de politização da cultura e as lutas pelas identidades e diferenças (lutas por reconhecimento), porém, reforça a complexa ambiguidade presente neste movimento.

As lutas e os conflitos que envolvem o processo de politização da cultura e as demandas por reconhecimento ampliam-se e intensificam-se nos últimos vinte anos, e a expressão fenomênica desse processo é profundamente diversa em função de problemáticas e contextos específicos, o conteúdo político e ético dessas manifestações é também muito diverso, situando-se em escalas que vão das que são claramente emancipatórias, até aquelas que são absolutamente condenáveis. (CRUZ, 2013, p. 144)

Este dilema é muito similar ao debate que envolve a amplitude das novas formas de produção cartográfica, que se utiliza de abordagens participativas e colaborativas para os mais diversos fins, apoiados por múltiplos interesses. No tocante às demandas territoriais, aqueles que defendem políticas de reconhecimento muitas vezes são acusados de multiculturalistas e “pós-modernos” pelos defensores da ótica distributiva<sup>42</sup>. Contudo, a extrema variabilidade das ações que envolvem este tipo de estratégia torna impossível definir generalizações como esta e aponta para a geração de demandas de investigações sobre contextos específicos.

Todavia, o histórico recente do PNCSA aponta em geral para experiências bem sucedidas de empoderamento dos grupos que realizaram suas cartografias sociais<sup>43</sup>, cumprindo com o objetivo de constituir ambiências que propiciem o autorreconhecimento de identidades territoriais coletivas e o fortalecimento do arraigo territorial.

(...) a cartografia do PNCSA vai valorizar as visões da realidade daqueles que a vivem mas são destituídos de fala na construção das representações hegemônicas. Como esta matriz combate a fixidez na compreensão da realidade (sobretudo, das matrizes estruturalistas e funcionalistas), a cartografia situacional vai se propor também uma representação transitória e parcial de uma realidade – como afirma Alfredo Wagner, o mesmo grupo pode num outro momento refazer um mapa e gerar um produto cartográfico completamente diferente. A valorização de identidades inerente à construção dos mapas enquanto representações ganha, desta maneira, um componente centralmente político, pois é na vivência de conflitos, interlocuções, embates e articulações que são engendrados os esforços mobilizatórios de ação coletiva que constituem os grupos que se põem em processo cartográfico. Cada mapa produzido trata-se, portanto, de uma leitura contextualizada da realidade. (SANTOS, R., 2012, p. 5)

Cabe destacar que dentre as diretrizes das ações de cartografia social desempenhadas dentro do PNCSA, é fundamental o protagonismo das comunidades no processo de mapeamento, distanciando-se do agenciamento de entidades governamentais, como é comum ocorrer em outros processos de cartografia participativa. Não se pode negar, contudo, o

<sup>42</sup> De acordo com Cruz (2013, p. 141), os termos reconhecimento e redistribuição, quando encarados como paradigmas de justiça social, denotam duas formas distintas de conceber ideias e reivindicações no que se refere à luta dos movimentos sociais para apontar caminhos para a transformação social. “No paradigma da redistribuição, os sujeitos coletivos, ‘vítimas’ da injustiça, são as classes ou outras coletividades que tenham um caráter classista no sentido estrutural de inserção nas relações sociais e econômicas de produção. No que se refere ao paradigma do reconhecimento, os sujeitos coletivos ‘vítimas’ da injustiça, são os grupos de *status* definidos por relações de reconhecimento, respeito, estigma, e não pelas relações de produção – como exemplo, grupos étnicos, religiosos, de gênero e de formas diferenciadas de viver a sua sexualidade.” (CRUZ, 2013, p. 144).

<sup>43</sup> Complementando as informações contidas na apresentação deste trabalho, tivemos a oportunidade de acompanhar ativamente um destes processos, envolvendo comunidades faxinalenses da Região Metropolitana de Curitiba entre os anos de 2009 e 2011, e os resultados foram publicados em relatórios de Iniciação Científica (ROCHA, 2010; 2011). Outros processos de cartografia social também tiveram acompanhamento do Coletivo Encontra, como o realizado pelos Pescadores Artesanais da Ilha de Superagüi, e outros ainda a serem publicados.



amparo de uma ampla rede de pesquisadores e apoio logístico e financeiro de diversas universidades que contribuem nos processos de cartografia social de formas diferenciadas em cada processo de mapeamento. Assim, cada caso experimenta diferentes níveis de autonomia dos sujeitos cartografantes em relação ao processo de automapeamento, buscando sempre aprofundar o empoderamento dos sujeitos sobre as técnicas e as discussões pertinentes à cartografia e ao território.

Através dos mapas, o que o projeto permite é que as comunidades locais construam suas memórias e estabeleçam suas identidades. São as discussões livres dentro das comunidades – e não o inquérito conduzido por funcionários governamentais apoiados em classificações arbitrárias e exteriores – que levam ao delineamento de estratégias políticas e identitárias bem como a definição de políticas de memória. É a própria comunidade local que se constitui como sujeito de conhecimento e ação política, funcionando também como comunidade argumentativa. (OLIVEIRA, 2013, p. 13)

Pode-se tomar consciência da dimensão do PNCSA a partir do catálogo publicado em 2013 (Figura 30), que reúne informações sobre todos os materiais já publicados no marco do projeto. De acordo com esta compilação, foram publicados até dezembro de 2012, entre livros, fascículos de cartografia, boletins informativos e cadernos de debate, 182 materiais, totalizando mais de 200 mil exemplares impressos<sup>44</sup>.

---

<sup>44</sup> “Até dezembro de 2012 os produtos deste conjunto de projetos perfaziam 40 livros, 129 fascículos (116 publicados, incluindo 4 em inglês e 1 em espanhol, e 13 no prelo), 5 mapas-sínteses, 5 Boletins Informativos, 3 Cadernos de Debates Nova Cartografia Social e 16 vídeos exibidos pela TV Futura e pelos programas “Globo Ecologia” e “Globo Ciência” e pelo próprio PNCSA, totalizando entre livros e fascículos mais de 200 mil exemplares. Os fascículos estão organizados em onze coleções, assim distribuídas: “Movimentos Sociais, Identidades Coletivas e Conflitos” (39), “Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia” (30), “Crianças e Adolescentes em Comunidades Tradicionais da Amazônia” (3), “Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil” (19), “Faxinalenses do Sul do Brasil” (4), “Quilombolas do Sul” (3), “Pescadores e Pescadoras Artesanais do Rio São Francisco” (4), “Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil Central” (1), “Povos Indígenas do Nordeste” (8), “Direitos e Identidades” (1) e “Nueva Cartografia Social de Pueblos y Comunidades Tradicionales” (1)” (ALMEIDA; FARÍAS JÚNIOR, 2013, p. 11).



Dentre a gama de mapas elaborados por comunidades tradicionais e outros sujeitos sociais nos marcos do projeto – apesar de que cada processo tem sua especificidade e responde a uma dinâmica própria – existem algumas diretrizes comuns que garantem certa homogeneidade ao conjunto dos mapas. Estas diretrizes correspondem a certos procedimentos no decorrer do mapeamento, como a realização de oficinas de elaboração de croquis e legendas, e a certos padrões estético-visuais na composição dos mapas. Ainda, todos os fascículos de cartografia social são compostos, além do mapa em si, por transcrições de falas dos integrantes das comunidades selecionadas pelos próprios sujeitos, relacionadas ao território, aos conflitos e à organização social do grupo. É comum também aparecerem relatadas demandas e conquistas da comunidade ou da organização social que articula a mobilização em torno do processo de mapeamento.

Os processos de mapeamento do PNCSA são desenvolvidos mediante organização de oficinas pelas comunidades, que geralmente contam com participação de cerca de 30 pessoas. Em geral, participam das oficinas alguns “mediadores”, geralmente ligados a universidades ou organizações que procuram dar suporte ao processo. Contudo, são os próprios membros da comunidade que devem ditar a organicidade do processo, cabendo aos participantes externos respeitarem as decisões e os tempos dos sujeitos sociais envolvidos. Na Nova Cartografia Social a iconografia assume função de destaque na representação cartográfica, pois se trata do grande diferencial estético destes mapas: todos os ícones da legenda são desenhados pelos próprios sujeitos, a fim de representar os fenômenos por eles escolhidos para figurar no mapa. “Ou seja, além de questionar “o que se representa”, também questionam o “Como se representa”, investindo em símbolos e ícones de valor simbólico e político (dimensões indissociáveis) para os próprios grupos” (SANTOS, R., 2012).

Com a iconografia desenhada pelos sujeitos que são historicamente excluídos do processo de construção das representações, há um deslocamento do ponto de enunciação, da forma como se conta a história do território. Deste processo surgem representações dos conflitos, das formas de organização social, das práticas culturais invisibilizadas, da história contada a partir da vivência, etc. Figuram a seguir alguns exemplos de legendas presentes em mapas elaborados no marco do PNCSA, respectivamente, de comunidades de Fundos de Pasto (BA), comunidades Faxinalenses (PR), povos indígenas da etnia Pipipã (PE), e associação de mulheres de um bairro da cidade de Manaus/AM.

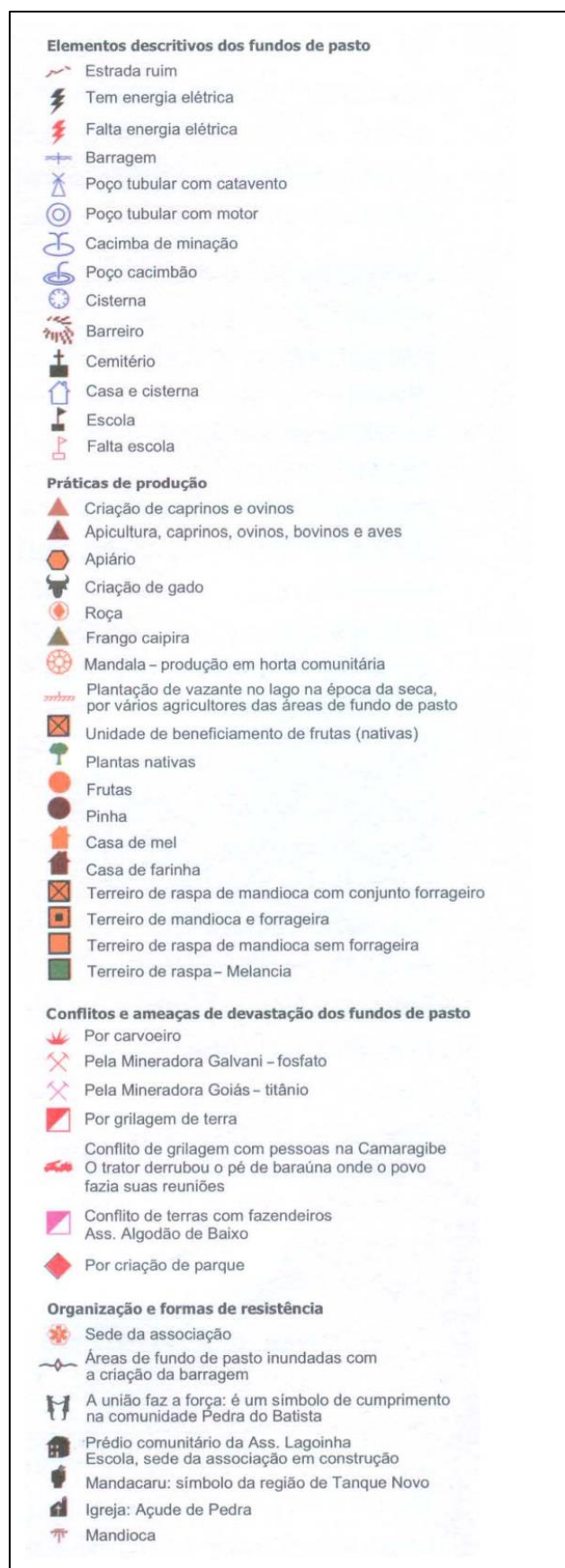


Figura 32 – Legenda da cartografia social do fascículo “Fundos de Pasto. Nosso jeito de viver no sertão”, Série: Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, volume 2. Fonte: Fundos de Pasto. Nosso jeito de viver no sertão





Figura 33 – Legenda da cartografia social do fascículo “Faxinalenses do Núcleo Metropolitano Sul de Curitiba”, Série: Faxinalenses no Sul do Brasil, volume 5. Fonte: Faxinalenses do Núcleo Metropolitano Sul de Curitiba.



Figura 34 – Legenda da cartografia social do fascículo “Pipipã”, Série: Povos Indígenas do Nordeste, volume 5. Fonte: Pipipã.



Figura 35 – Legenda da cartografia social do fascículo “Fé e Esperança: Mulheres guerreiras de Campos Sales”, Série: Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia, volume 5. Fonte: Fé e Esperança: Mulheres guerreiras de Campos Sales.

As legendas representadas acima são uma pequena amostra do padrão de iconografia dos mapas do PNCSA. Os ícones presentes nos mapas são escolhidos pelos sujeitos mapeadores a partir do que lhes interessa mapear. Nesse sentido, ícones representando os conflitos que ocorrem no território são muito comuns neste tipo de mapeamento, pois a organicidade deste processo tem o conflito territorial como eixo central.

As cartografias do PNCSA são elaboradas sobre bases cartográficas convencionais, que lhes conferem certa legitimidade frente aos organismos que muitas vezes configuram o foco de interesse dos grupos em estabelecer relações para viabilizar suas demandas. Por exemplo, grupos que travam lutas por demarcação de terras tradicionalmente ocupadas necessitam do diálogo com as entidades governamentais competentes ao assunto, e a cartografia social pode ter um peso fundamental nessas negociações. Assim, faz parte do processo de mapeamento a apropriação destes sujeitos sobre alguns métodos convencionais de mapeamento, como o manuseio de equipamentos de coleta e tratamento de dados espaciais.

Dessa forma, os mapas da Nova Cartografia Social possuem, em certa medida, a aparência de um mapa convencional, tendo como diferencial estético, o arquétipo de iconografia próprio dos grupos sociais que o elabora. Apropriando-se das técnicas modernas de mapeamento, estes grupos tornam os mecanismos de distorção das representações cartográficas reféns de seus próprios interesses e, assim, passam a exercer outro tipo de poder sobre o território em que vivem: o poder simbólico de representa-lo. As imagens a seguir representam recortes e detalhes de alguns mapas pertencentes ao PNCSA, que demonstram a apropriação dos sujeitos sobre as técnicas modernas/convencionais de mapeamento.

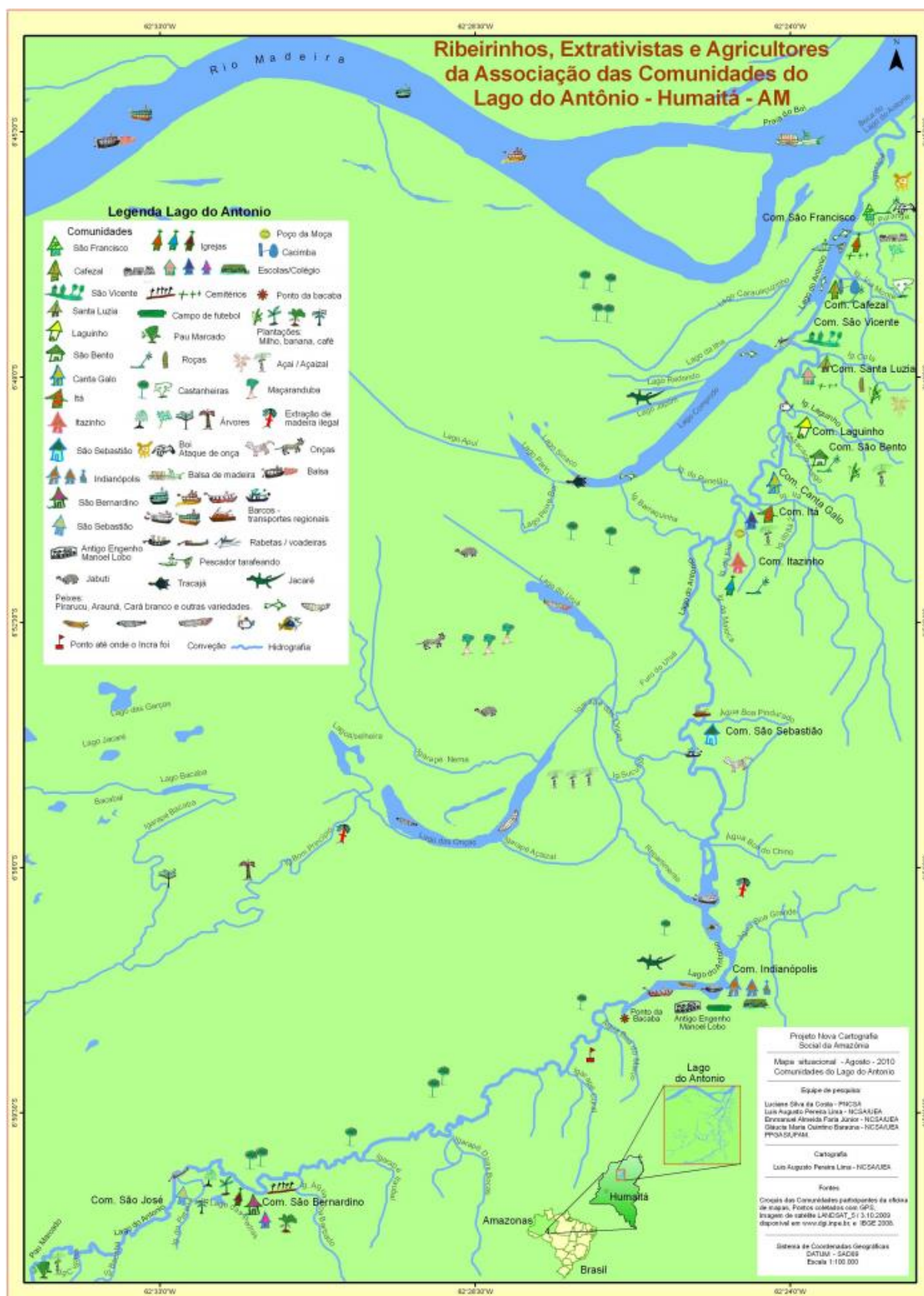


Figura 36 – Mapa da cartografia social do fascículo “Ribeirinhos, Extrativistas e Agricultores da Associação das comunidades do lago do Antônio – Humaitá/AM”, Série: Movimentos Sociais, Identidade Coletiva e Conflitos, volume 22. Fonte: Ribeirinhos, Extrativistas e Agricultores da Associação das comunidades do lago do Antônio – Humaitá/AM.



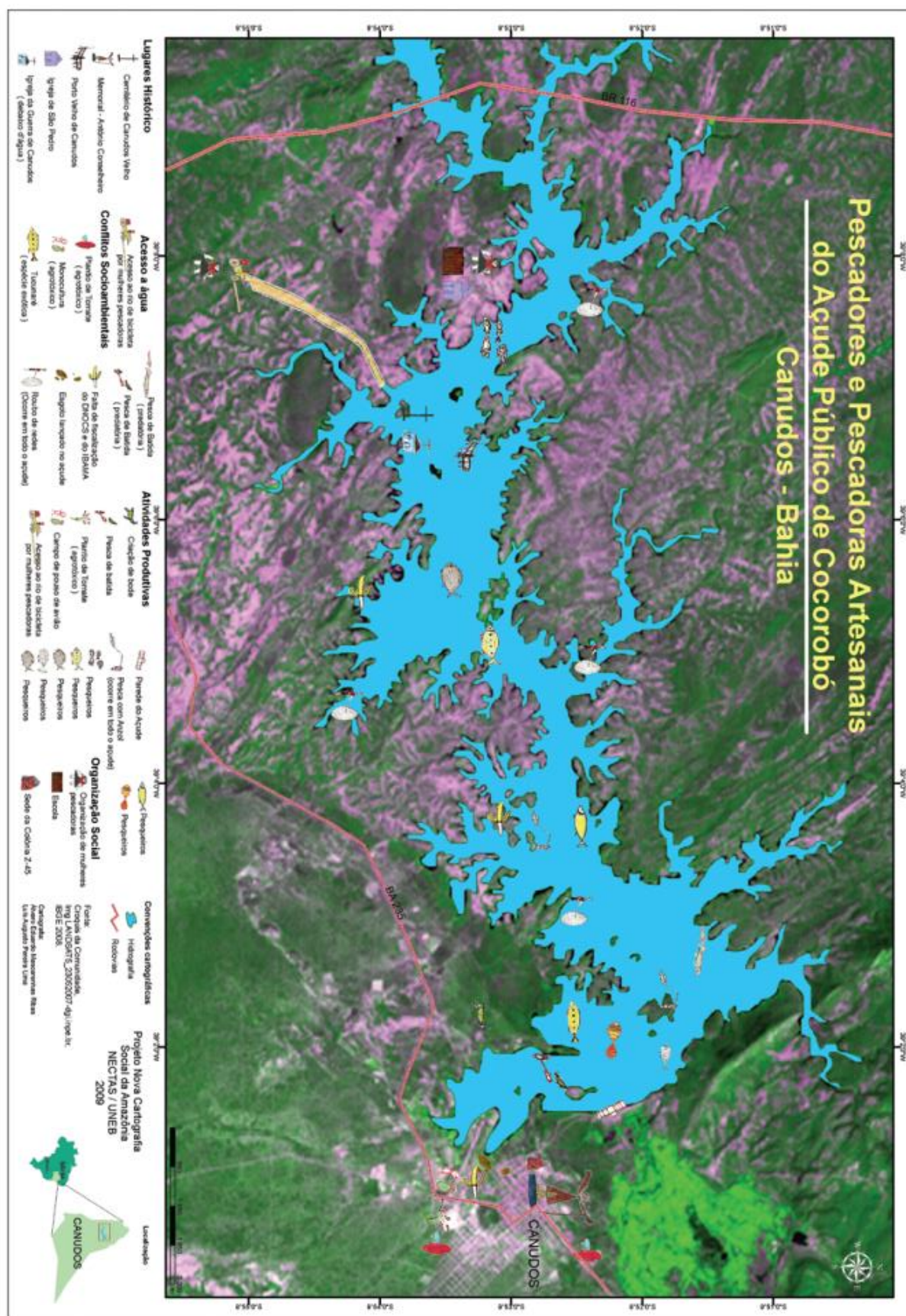


Figura 37 – Uso de imagem LANDSAT georreferenciada na cartografia social do fascículo “Pescadores e pescadoras artesanais do Açude Público Cocorobó”, Série: Pescadores e Pescadoras Artesanais do Rio São Francisco, volume 2. Fonte: Pescadores e pescadoras artesanais do Açude Público Cocorobó.

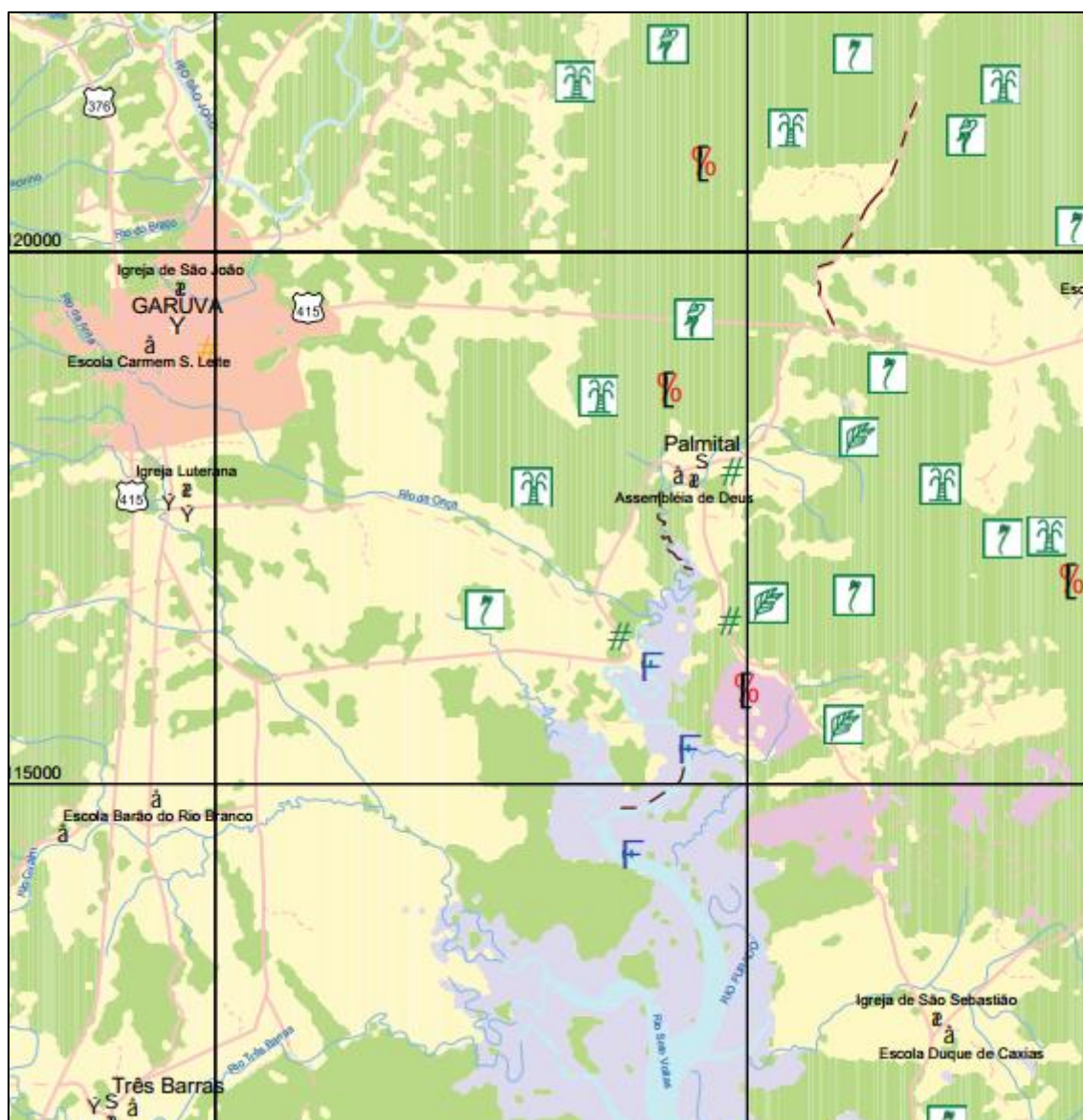


Figura 38 - Detalhe da cartografia social do fascículo “Cipozeiros de Garuva”, Série: Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, volume 9. Fonte: Cipozeiros de Garuva.



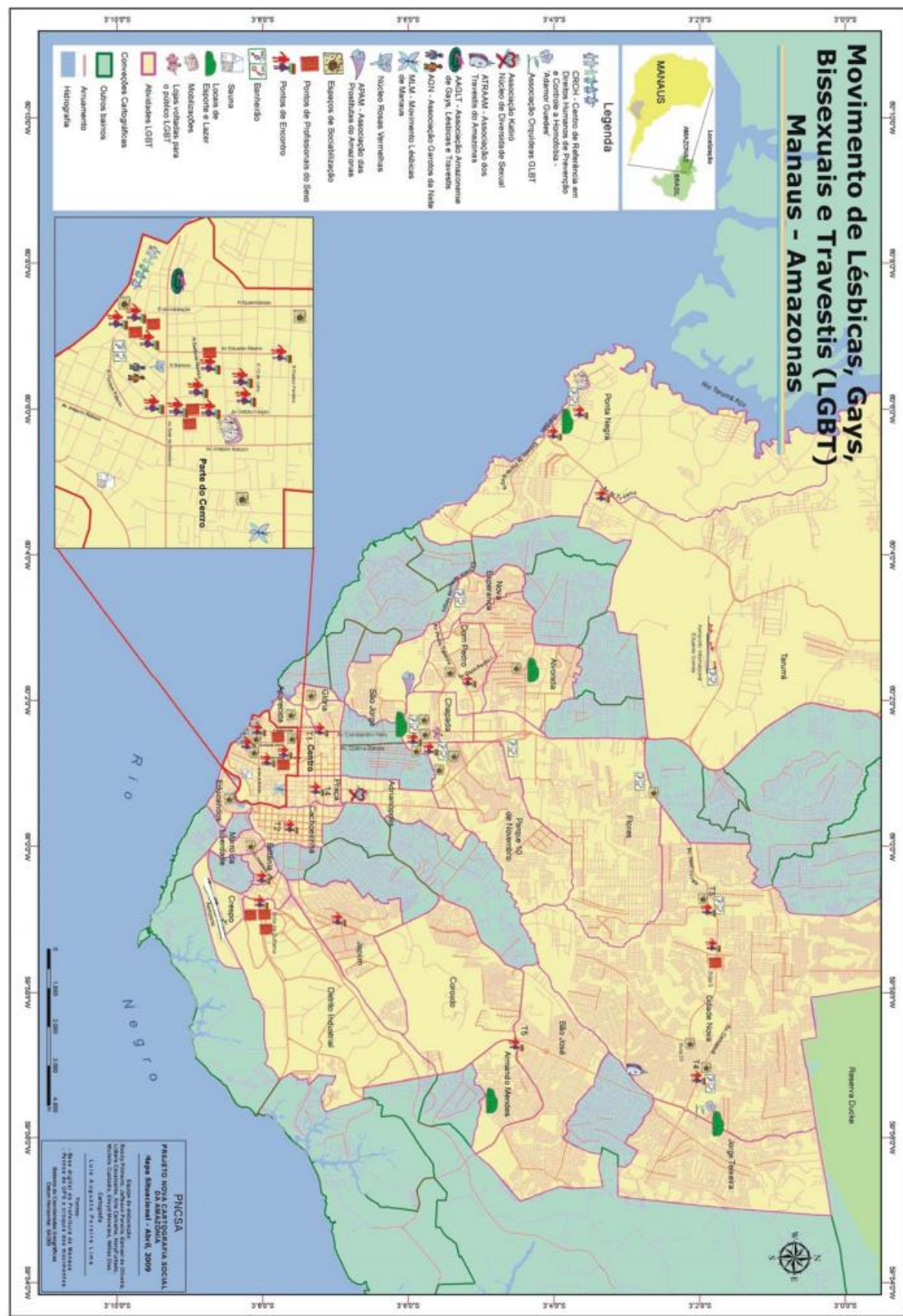


Figura 39 - Cartografia social do fascículo “Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis (LBGT) Manaus/AM”, Série: Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia, volume 9. Fonte: Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis (LBGT) Manaus/AM.

Diante da complexa diversidade que caracteriza os sujeitos que desenvolvem este tipo de cartografia, torna-se impossível criar sistematizações rígidas sobre as problemáticas tratadas nestas cartografias. São centenas de mapas criados em processos amplamente diversificados, por grupos que possuem características distintas, que vão desde movimentos sociais urbanos focados nas questões de acessibilidade, até povos indígenas que pouco têm contato com dinâmicas urbanas. Ainda, muitos destes mapas tratam de diversos assuntos, a partir da síntese das conflitualidades da comunidade, não se atendo apenas a uma temática.

Contudo, um olhar abrangente sobre a iconografia destas cartografias permite identificar certa coesão em relação aos conflitos mapeados, mesmo que não explicitamente, mas como denúncias a várias faces de um mesmo modelo hegemônico. Esta sincronia nas vozes dos sujeitos da cartografia social fora percebida por Acselrad. Segundo o autor, “entre os sujeitos da cartografia social, encontramos atores que afirmam identidades e territorialidades que julgam estarem ameaçadas pelo projeto desenvolvimentista hegemônico” (ACSELRAD, 2013, p. 5). O autor continua:

Assim, as experiências autônomas de mapeamento, frequentemente situadas na contramão das linhas de expansão das fronteiras da acumulação de riqueza, não apontam necessariamente para arranjos institucionais consensuais, mas, com frequência, para o dissenso e para a produção não-hegemônica de sentidos e territórios. Os conflitos próprios às tramas territoriais em que veem-se engajados estes sujeitos, são, pois, ao mesmo tempo simbólicos – âmbito em que se inscreve a própria disputa cartográfica – e materiais. (ACSELRAD, 2013, p. 5)

O “projeto desenvolvimentista hegemônico” apontado por Acselrad caracteriza-se por um conjunto enredado de práticas, discursos e instituições que atravessa o imaginário moderno-colonial baseado na ideia de que a humanidade avança em direção e sentido únicos e exclusivamente delineados pela realidade ocidental. Assim, no que se refere a grupos sociais como os povos tradicionais, indígenas e comunidades marginalizadas nas periferias urbanas, a colonialidade do poder atua com a criação da ideia de que a estas pessoas lhes faltam desenvolvimento, e compete ao Estado lhes “desenvolver”. Atualmente, a retórica do desenvolvimento, seja em sua versão mais ríspida quanto nas vertentes “sustentáveis”, caracteriza-se como um dos principais responsáveis por enraizar e naturalizar o padrão de poder colonial-eurocêntrico.

Os materiais produzidos nos marcos do PNCSA possuem de forma geral características que os situam do lado crítico ao desenvolvimento ao expor, mesmo que de forma implícita na iconografia e no vocabulário utilizado, as mazelas deste projeto hegemônico. Os conflitos associados ao desenvolvimento escancarados na Nova Cartografia

Social apontam para diversas esferas, de acordo com a realidade de cada grupo que realiza o mapeamento. Seja como problemática ambiental, trabalhista, associada aos megaempreendimentos e infraestruturas, disputas territoriais, formas hegemônicas de produção agrícola, cultural ou sobre a produção do saber, os conflitos revelados por estes grupos têm uma linha comum que os costura, a linha da crítica ao projeto desenvolvimentista hegemônico.

Contudo, muitas das transformações que vêm ocorrendo no mundo dos mapas possuem estreitas vinculações com os metamorfismos do estratagema desenvolvimentista. A incorporação de processos participativos de mapeamento e a abertura das possibilidades de produzir mapas a sujeitos sociais que antes eram impossibilitados, deve ser analisada sob uma ótica que considere a crítica ao desenvolvimento no prisma da (des)colonialidade do poder.

Desta inquietude decorre, ainda, o questionamento sobre a lógica dos financiamentos das experiências de mapeamento participativo como fator elementar para a compreensão do jogo político e das forças sociais que se estabelecem no contexto da guerra dos mapas. O financiamento do PNCSA constantemente é alvo de questionamentos por pesquisadores da área, pois grande parte dos recursos que sustentam o projeto é angariada pela empresa estadunidense Fundação Ford. “Da mesma forma que há uma diversidade de experiências cartográficas, existe também uma diversidade de instituições que se relacionam com essas experiências como doadores e financiadores” (ACSELRAD; VIÉGAS, 2013, p. 19). A reflexão dos autores culmina em algumas questões que podem concretizar importantes encaminhamentos metodológicos, capazes de problematizar a própria noção de “participativo”:

(...) quem propõe a atividade e como ela retorna para quem a propôs?; como as populações, os sujeitos, se apropriam ou não dessas atividades, de acordo com a força política que cada grupo social possui; de que forma se dá a produção e o controle da informação espacial e que direitos as populações locais possuem sobre essa informação; e como esses processos de mapeamentos e seus resultados reforçam as organizações dos povos e comunidades envolvidas (ACSELRAD; VIÉGAS, 2013, p. 20).

A pluralidade dos agentes promotores destas cartografias configura outro aspecto nebuloso. Não podemos menosprezar o fato de que a produção cartográfica está sendo retirada da exclusividade do Estado, e com isso, ganhando novos significados; porém, faz-se necessário conhecer os novos sujeitos produtores de mapas questionando-se constantemente: para quem e para quê estas informações “georreferenciadas” irão servir? Como bem nos lembra Offen, “os mapas não são panaceia”:

A ideia do potencial emancipatório da cartografia feita pelos “de baixo”, porém, deveria ser moderada por uma preocupação com o fato de que os mapas têm consequências colaterais não intencionadas. Por sua natureza, os mapas usam pontos e linhas para criar lugares e limites; os mapas tornam estático o que na realidade são, frequentemente, processos fluidos e negociados. Os mapas podem ser constitutivos de, e ao mesmo tempo, constituídos por, relações sociais que conectam pessoas a lugares, identidade a território, e, por essa razão, elas têm o potencial de criar novas, e com frequência, perturbadoras relações de poder. (OFFEN, 2010 s/p.)

Uma das considerações recorrentes quando se trata de análises acadêmicas sobre o PNCSA e cartografias sociais em geral é a importância do processo de construção dos mapas para os grupos que o fazem. É nas oficinas de mapa que a comunidade pode aprofundar as discussões sobre seus conflitos e suas formas de organização, e assim recriar as relações sociais comunitárias e territoriais. Este fenômeno costuma ser positivo quando a comunidade possui controle social sobre o processo de mapeamento, ou seja, quando os próprios sujeitos tem total poder de definir o que deve ou não ser mapeado, os tempos e as etapas do mapeamento, se o mapeamento deve ou não ocorrer, etc.

O PNCSA adota como diretriz central a garantia destes parâmetros, porém é impossível registrar a complexidade de cada processo, que envolve múltiplas situações e atores. Os desdobramentos da elaboração de um material de cartografia social são imprevisíveis e, em geral, seu sucesso depende da continuidade das ações tomadas pelas comunidades nos seus processos de luta e organização social. Além disso, os fascículos publicados pelo PNCSA são públicos e de fácil acesso e, por isso, as comunidades que se propõem a realizar o mapeamento devem ter ciência do que querem ou não expor. É necessário lembrar que todos os materiais referentes ao processo de mapeamento que guardam informações que não necessariamente foram publicadas, devem ficar em posse da comunidade ou da entidade parceira, somente sendo acessível com autorização da própria comunidade.

Porém não são todos os processos de mapeamento comunitário participativo que dão estas garantias aos sujeitos mapeadores. Casos em que a entidade mediadora do processo assume relevância nos processos de decisão maior que a própria comunidade, podem revelar outros interesses e merecem um olhar especial, como o Projeto México Indígena, realizado pelas Expedições Bowman da Sociedade Americana de Geógrafos, no estado de Oaxaca, no México.

### 3.5 Projeto México Indígena: um caso de “geopirataria participativa”

O projeto México Indígena (MI) foi um protótipo elaborado nos Estados Unidos e empreendido pela Sociedade Geográfica Americana (American Geographical Society, ou AGS), a partir das Expedições Bowman, programa criado com a finalidade de coletar dados espaciais sobre a população de outros países. Este projeto foi coordenado por uma equipe de geógrafos “latinoamericanistas”, e teve financiamento direto do Gabinete de Estudos Militares Estrangeiros dos Estados Unidos (Foreign Military Studies Office, ou FMSO), um departamento pertencente às forças armadas do país.

A AGS foi fundada em 1851 quando as ciências geográficas dedicavam-se quase exclusivamente à exploração de lugares desconhecidos. Reivindica-se a entidade acadêmica mais antiga da América anglófona, e adquiriu relevância internacional com os estudos exploratórios que desenvolveu sobre a região do Ártico. O geógrafo Isaiah Bowman presidiu a AGS entre 1915 e 1935, período em que também serviu à presidência dos Estados Unidos como conselheiro territorial, inclusive tendo participado com notoriedade da Conferência da Paz de Paris, em 1919. Também foi conselheiro de assuntos estrangeiros para o presidente Roosevelt, durante a Segunda Guerra Mundial. Bowman, que era declaradamente anti-semita, ficou conhecido como o “Haushofer Americano” e teve um papel fundamental na consolidação de uma Geografia Política estadunidense (SMITH, 2003).

No ano de 2005, a AGS homenageou o geógrafo que fora seu presidente durante duas décadas da primeira metade do século XX, fundando as Expedições Bowman. Este programa apresentou-se como um projeto de pesquisa internacional colaborativo, de cunho acadêmico, explicitando interesse em atuar em nome do conhecimento científico. No mesmo ano, o Gabinete de Estudos Militares Estrangeiros (FMSO) apresentara o programa Human Terrain System, uma base de dados global, também chamado de Cultural Operations Research, dedicado a pesquisas militares sobre a cultura de populações em países em situação de conflito, como Iraque e Afeganistão. Poderia parecer apenas mera coincidência se o FMSO não fosse o principal financiador do programa lançado pela AGS.

A suposta diferença entre as Expedições Bowman e o Humain Terrain System está apontada nos próprios relatórios das atividades desenvolvidas pelo primeiro: “O protótipo Expedições Bowman da AGS – em contraste com as controversas equipes de Terreno Humano – é liderado por geógrafos, e não militares, que colaboram com universidades, e não

batalhões militares<sup>45</sup>” (HERLIHY et. al, 2008, p. 2). Os geógrafos citados incluem alguns especialistas em práticas de mapeamentos participativos, como Peter Herlihy, da Universidade de Kansas, que desde o início da década de 1990 desenvolve este tipo de atividade em diversas localidades da América Central e Caribe. Peter Herlihy é também um dos pesquisadores pioneiros em práticas de cartografia participativa, tendo desenvolvido o PRM (Participatory Research Mapping), principal metodologia empregada nas Expedições Bowman.

Em 2006, uma equipe de geógrafos comandada por Herlihy apresentou para algumas comunidades Zapotecas no sul do México, o protótipo México Indígena. De início, o projeto apresentava como objetivo fornecer pesquisas às comunidades para auxiliar na compreensão do processo de privatização das terras sofrido no México desde a década de 1990. Ou seja, o protótipo vendia a proposta de, a partir do mapeamento participativo e a utilização de SIG, investigar como o programa neoliberal de reforma agrária mexicano havia transformado os ejidos e demais terras comunais em propriedade privada, e como esta nova estrutura fundiária havia impactado as comunidades indígenas.

A metodologia, baseada em sistemas de informação geográfica e abordagens participativas, divide-se em quatro etapas: pesquisa documental, pesquisa de campo, mapeamento participativo (PRM) e sistemas de informação geográfica (SIG) (HERLIHY et. al, 2008, p. 12). O protótipo foi aplicado de início em três regiões que concentravam comunidades indígenas no México (Sierra Tarahuama, Huasteca Postosina e Sierra Juárez) conforme ilustra o mapa a seguir (Figura 40), todavia, daremos um enfoque maior ao caso de Sierra Juárez, devido aos desdobramentos que ali ocorreram.

---

<sup>45</sup> “The AGS Bowman Expeditions prototype – in contrast to the controversial humanterrain teams – is led by geographers, not military personnel, who collaborate with universities, not military battalions.”





Figura 40 - Projeto México Indígena (Localização). Fonte: (HERLIHY et. al, 2008, p. 28)

A aplicação do projeto MI em Sierra Juarez, no estado mexicano de Oaxaca, ocorreu entre 2006 e 2007, com grupos indígenas Zapotecas, que representam 12% da população total do estado. A região de Sierra Juarez caracteriza-se pela rica biodiversidade e por possuir cerca de 1.200.000 ha contínuos de terras comunais. O projeto foi aplicado sobre quatro comunidades, pelo menos: Guelatao, San Miguel Tiltepec, San Juan Yagila e Santa Cruz Yagavila.

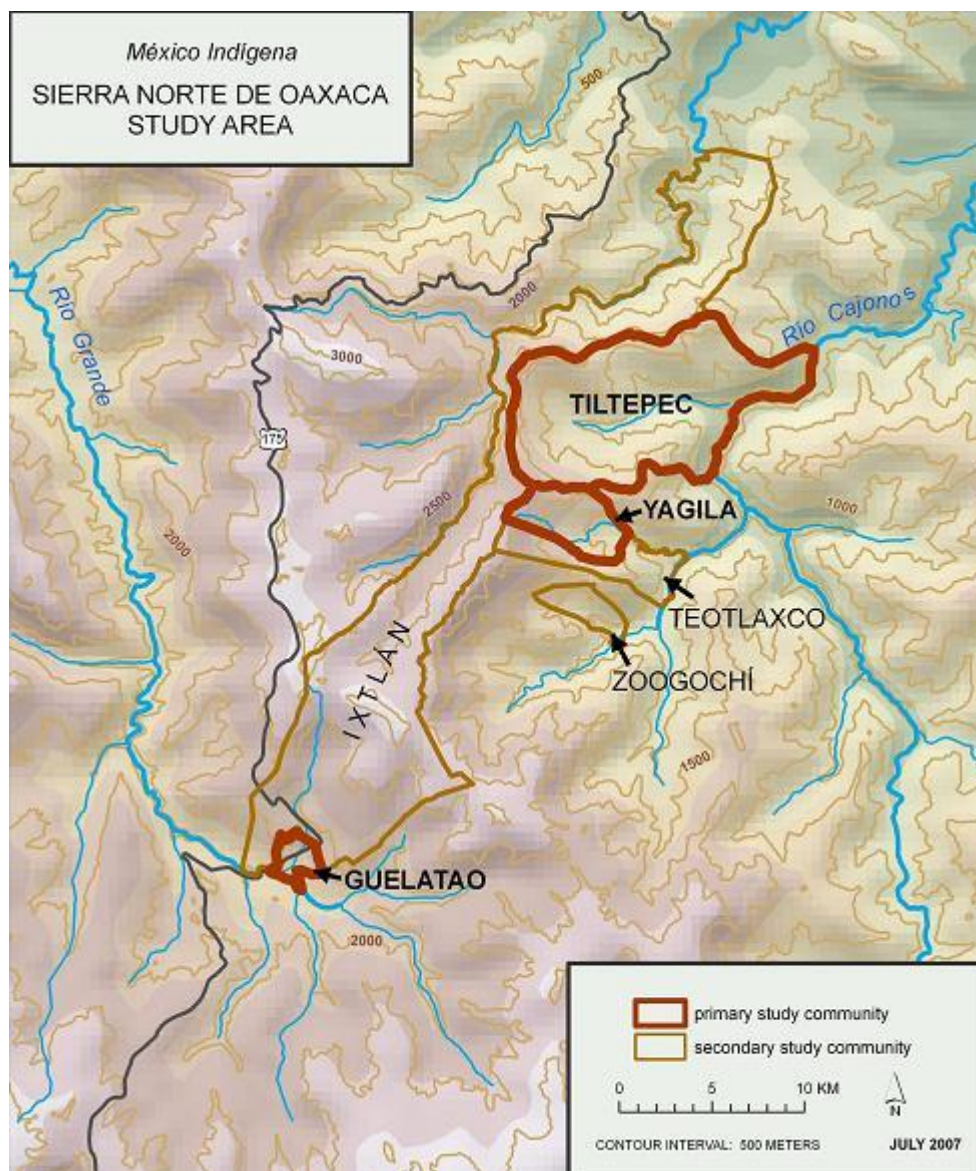


Figura 41 – Sierra Juárez: localização das comunidades impactadas pelo Projeto México Indígena. Fonte: MÉXICO INDÍGENA<sup>46</sup>

Os grupos que participaram do projeto recebiam treinamento com equipamentos de GPS e oficinas de mapeamento participativo – muito semelhantes àquelas utilizadas no projeto Nova Cartografia Social – nas quais eram induzidos a registrar os conhecimentos que possuíam sobre o território, seus conceitos sobre posse individual e coletiva da terra, a toponímia própria, localização de recursos naturais, etc. Estas informações seriam, de acordo com as informações difundidas pelos organizadores do projeto, resguardadas aos interesses da própria comunidade, e utilizadas em pesquisas acadêmicas lideradas pela Universidade de

<sup>46</sup> Disponível em: <[http://www.prmapping.res.ku.edu/Mexico\\_Indigena/oaxaca\\_study\\_area.htm](http://www.prmapping.res.ku.edu/Mexico_Indigena/oaxaca_study_area.htm)> Acesso: 21 de janeiro de 2015.

Kansas que contribuíssem para reverter os impactos da reforma agrária neoliberal empreendida pelo governo mexicano nos anos de 1990.

Todavia, no início de 2009, iniciou-se um processo de difusão entre geógrafos dos Estados Unidos, de diversas informações referentes ao projeto México Indígena. Em janeiro daquele ano, uma carta-denúncia divulgada pelos grupos indígenas de Sierra Juárez, a partir da organização social UNOSJO (Unión de Organizaciones de Sierra Juárez de Oaxaca), expunha a situação à qual o projeto MI lhes acometera:

Até o fim de 2008, os resultados do projeto de pesquisa **México Indígena** foram entregues a duas comunidades Zapotecas em Sierra Juárez, na forma de mapas. A investigação foi iniciada há dois anos por uma equipe de geógrafos da **Universidade de Kansas**. O que inicialmente parecia ser um projeto benéfico para as comunidades agora deixa muitos dos participantes se sentindo vítimas de geopirataria. (UNOSJO, 2009, tradução nossa<sup>47</sup>)

A carta divulgada relatava a falta de informação prestada pelos organizadores do projeto antes e durante sua aplicação,

O líder do projeto e geógrafo **Peter Herlihy** explicou os objetivos do projeto para UNOSJO, S.C, inicialmente afirmando que serviria para documentar os impactos da PROCEDE (um programa de Governo do México sobre as comunidades indígenas). Ele não mencionou, no entanto, que este protótipo de pesquisa foi financiado pelo **Gabinete de Estudos Militares Estrangeiros (FMSO)** do Exército dos Estados Unidos e que os relatórios sobre a sua obra seria entregue diretamente a este gabinete. Herlihy deixou de mencionar isto, apesar de ser expressamente convidado a esclarecer a eventual utilização dos dados obtidos por meio de pesquisas. (UNOSJO, 2009, tradução nossa<sup>48</sup>)

Além de deixar de mencionar a participação das forças armadas dos Estados Unidos no financiamento do projeto, Herlihy também não esclareceu aos participantes do mapeamento sobre a interferência da empresa Radiance Technologies, companhia especializada no desenvolvimento de armamento e inteligência militar. A UNOSJO denunciou também a publicação de material referente aos mapeamentos participativos que

---

<sup>47</sup> “Towards the end of 2008, the results of the research project **México Indígena** (Indigenous Mexico) were handed over to two Zapotec communities in the Sierra Juárez in the form of maps. Research had been undertaken two years earlier by a team of geographers from **University of Kansas**. What initially seemed to be a beneficial project for the communities now leaves many of the participants feeling like victims of geopyracy.”

<sup>48</sup> “Project leader and geographer **Peter Herlihy** explained the project objectives to UNOSJO, S.C., initially stating that it was to document the impacts of PROCEDE [a Mexican Government program has had on indigenous communities. He failed to mention, however, that this research prototype was financed by the **Foreign Military Studies Office (FMSO)** of the United States Army and that reports on his work would be handed directly to this Office. Herlihy neglected to mention this despite being expressly asked to clarify the eventual use of the data obtained through research.”

não fora autorizado pelas comunidades indígenas, e ainda, apenas no idioma inglês, que em geral não é compreendido pelos habitantes da região de Sierra Juarez. Além da publicação dos mapas, foi criado pela equipe do projeto MI, um banco de dados contendo nomes dos membros das comunidades associado à localização geográfica de suas parcelas de terra e o uso formal e informal dessas terras, além de outros dados que não podem ser acessados via internet.

Ainda, a profundidade da acusação chegou à relação deste projeto e das Expedições Bowman com os interesses do grande projeto associado ao sistema de Terreno Humano e suas finalidades militares.

(...) A investigação revelou que o México Indígena faz parte das Expedições Bowman, um extenso projeto de pesquisa geográfica apoiado e financiado pelo FMSO, entre outras instituições. O FMSO insere as informações em um banco de dados global, que faz parte integrante do Sistema de Terreno Humano (HTS), uma estratégia de contra-insurgência do Exército dos Estados Unidos projetado pelo FMSO e aplicado dentro de comunidades indígenas, entre outros. Desde 2006, o HTS tem sido empregado com fins militares no Afeganistão e no Iraque e de acordo com o que temos sido capazes de determinar, Bowman Expeditions está com projetos em andamento no México, Antilhas, Colômbia e Jordânia. (UNOSJO, 2009, tradução nossa<sup>49</sup>)

A denúncia dos povos originários Zapotecas teve rebatimento imediato na comunidade acadêmica nos Estados Unidos. Em alguns meses, diversos documentos haviam sido redigidos por entidades científicas e pesquisadores, fato que gerou um amplo debate sobre o caráter ambíguo do projeto e sobre a ética na relação de pesquisa em processos ditos participativos<sup>50</sup>. O fato gerou também uma série de respostas e tentativas de esclarecimento das partes envolvidas no projeto. O tema aparece no próprio relatório entregue pelos pesquisadores ao FMSO, em uma pequena seção no início do texto intitulada “ressalvas profissionais”:

Nosso desenvolvimento do protótipo México Indígena, das Expedições Bowman da Sociedade Geográfica Americana (AGS) baseia-se na convicção de que nossa compreensão geográfica é essencial para a manutenção da paz, resolução de conflitos, e prestar ajuda humanitária em todo o mundo.

<sup>49</sup> “Investigation revealed that México Indígena forms part of the **Bowman Expeditions**, a more extensive geographic research project backed and financed by the FMSO, among other institutions. The FMSO inputs information into a global database that forms an integral part of the **Human Terrain System (HTS)**, a United States Army counterinsurgency strategy designed by FMSO and applied within indigenous communities, among others. Since 2006 the Human Terrain System HTS has, since 2006, been employed with military purposes in both Afghanistan and Iraq and according to what we have been able to determine Bowman Expeditions are underway in Mexico, the Antilles, Colombia and Jordan.”

<sup>50</sup> Muitos destes documentos, cartas de repúdio, cartas de esclarecimento por parte dos envolvidos e artigos publicados sobre a temática podem ser acessados no acervo reunido por Zoltán Grossman, em <<http://academic.evergreen.edu/g/grossmaz/bowman.html>> Acesso em 14 de janeiro de 2015.

(...) Reconhecemos que a informação geográfica pode ser usada para fins militares, assim como para qualquer investigação acadêmica. Como pesquisadores desta expedição protótipo, assentamo-nos na convicção de que é necessário termos uma melhor compreensão geográfica das terras e povos estrangeiros para ajudar a evitar intervenções militares e aprimorar o desenvolvimento econômico e humanitário" (HERLIHY et. al, 2008, p. 2).

As escusas dos pesquisadores envolvidos não convenceram as organizações unidas na UNOSJO em Sierra Juarez, que solicitaram a retirada dos materiais referentes ao mapeamento de seus territórios do acesso público na internet. Todavia, não é possível afirmar que este material não tenha sido entregue ou acessado anteriormente pelo FMSO e as informações geográficas integradas ao banco de dados global do sistema de Terreno Humano. Também não foram suficientes para evitar a insatisfação da comunidade acadêmica estadunidense e internacional, além de provocar reações de outros movimentos sociais envolvidos com a causa dos povos originários no México.

Das críticas acadêmicas mais contundentes ao projeto México Indígena, destacam-se as alegações de Joe Bryan, da Universidade de Colorado-Boulder. Bryan foi responsável, junto com Joel Wainwright (Universidade de Ohio), por alertar a Associação de Geógrafos Americanos (AAG, ou Association of American Geographers) sobre a ocorrência do caso, solicitando a abertura de um inquérito para investigar possíveis violações de conduta ética. Esta solicitação motivou o Grupo de Trabalho sobre Povos Indígenas da AAG (Indigenous People Speciality Group, ou IPSG) a elaborar um documento para normatizar os procedimentos de pesquisa envolvendo comunidades indígenas no que se refere à conduta ética<sup>51</sup>.

Todavia, Bryan foi além, e publicou alguns textos nos quais reunia críticas ao trabalho desenvolvido pela AGS, na figura das pesquisas de seu presidente Jerome Dobson, e pelas Expedições Bowman, a qual, segundo Bryan, reforçaria o caráter militarista e colonial da Geografia tradicional. Escreve Bryan:

[El] Presidente Dobson de AGS desarrolló las Expediciones Bowman para avanzar en su afirmación de que "la inteligencia extranjera es geografía" (Dobson, 2005; véase también Herlihy et al., 2008b: 400). Según la perspectiva de Dobson, la falta de conocimiento de los diseñadores de políticas hace que los Estados Unidos sea "un inmenso poder global debilitado por la ignorancia abismal de su vasto domino global" (Dobson, 2005: 1; véase también Dobson, 2007). Esta ignorancia les guía a los diseñadores de políticas a enfatizar la fuerza militar y no el entendimiento cultural, resultando en innecesarias víctimas civiles y aumentando los riesgos enfrentados por tropas americanas en lugares como Irak y Afganistán (Dobson,

51 AAG Indigenous Peoples Specialty Group's declaration of key questions about research ethics with indigenous communities. Disponível em:

<<http://academic.evergreen.edu/g/grossmaz/IPSGResearchEthicsFinal.pdf>> Acesso em: 16 de janeiro de 2015.

2006a). “Una cosa es saber dónde caerá cada bomba, y el GPS te lo puede decir” escribe Dobson. “Otro asunto es saber dónde están las personas y para esto se necesita un GPS”.

Ainda, o autor refuta as controvertidas tentativas de Herlihy e da AGS de negar a relação existente entre o projeto e os interesses militares, expondo seus próprios argumentos. Segundo Bryan, Dobson e Herlihy declararam que o projeto teve êxito e resultara em um sistema de informações geográficas que “satisfacía a la FMSO mientras otorgaba poderes a la comunidad, capacitación de estudiantes, y desarrollo de una geografía regional del siglo 21” (HERLIHY et. al, 2008<sup>52</sup> apud BRYAN, 2010). Ainda, relatórios do projeto MI afirmam repetidamente suas aplicações militares e seus esforços para contribuir com mapas de “Terreno Humano” (AGS, 2008<sup>53</sup>; HERLIHY et al., 2008<sup>54</sup> apud BRYAN, 2010).

A resposta de Peter Herlihy paira sobre alegações do caráter não acadêmico da crítica de Bryan, acusando-o de utilizar-se do meio científico para praticar ativismo: “En éste y otros asuntos, la táctica de Bryan es la retórica sesgada de un activista, no de un erudito.” (HERLIHY, 2010). O pesquisador acusa também algumas lideranças da UNOSJO de querer promover instabilidade política com falsas acusações e reafirma seu compromisso de atuar para o bem-estar das comunidades indígenas, negando a interferência militar no decorrer do trabalho. Todavia, o investigador não nega que manteve parcerias com instituições militares em sua trajetória de práticas de mapeamento participativo em diversos países da América Latina (HERLIHY, 2010).

Um dos aspectos mais interessantes do debate entre Herlihy e Bryan assenta-se sobre a concepção de conhecimento científico que cada um carrega. Se para Bryan está claro que Herlihy e a AGS utilizam-se da posição de poder legitimada pelo saber científico para extrair conhecimento territorial dos povos originários e transferi-lo para os interesses militares do Estado, reafirmando posições imperialistas e colonialistas historicamente constituídas dentro das ciências, Herlihy defende-se a partir da ideia de que o conhecimento e a ciência são invariavelmente benéficos para a emancipação humana, e ir contra o conhecimento científico significa ir contra o patrimônio humano.

Como eruditos mantenemos predominante la creencia que el conocimiento es bueno y que vemos cómo puede otorgarles poderes, ser útil, y bueno para pueblos

<sup>52</sup> HERLIHY, P. H., DOBSON, J. E., AGUILAR ROBLEDO, M., SMITH, D. A., KELLY, J. H., & RAMOS VIERA, A. A digital geography of indigenous Mexico: prototype for the American Geographical Society's Bowman Expeditions. *Geographical Review*, 98(3), 2008, 395–415.

<sup>53</sup> AMERICAN GEOGRAPHICAL SOCIETY (AGS). Report to the Foreign Military Studies Office. 2008.

<sup>54</sup> <sup>54</sup> HERLIHY, P. H., DOBSON, J. E., AGUILAR ROBLEDO, M., SMITH, D. A., KELLY, J. H., & RAMOS VIERA, A. A digital geography of indigenous Mexico: prototype for the American Geographical Society's Bowman Expeditions. *Geographical Review*, 98(3), 2008, 395–415.

indígenas. No obstante, Bryan afirma en términos vagamente acusatorios que el conocimiento geográfico hiere a personas indígenas. Otra vez, es hora de un baldazo de realidad. ¿En dónde están los conflictos del mundo hoy? La mayoría, por mucho, están en regiones poco conocidas por mapas, poco entendidas que suelen ser base de poblaciones indígenas. Claramente, pueblos indígenas pueden usar mapas para beneficiarse, anunciando su presencia, defendiendo sus comunidades, manejando sus tierras, y protegiendo sus patrimonios y ambientes culturales. Otra vez, Bryan refunde el caso del activista en contra de mapas y conocimiento geográfico, intentando asustar a sus lectores con intimaciones vagas que los poderes oscuros de los mapas serán desatados en contra de personas indígenas. (HERLIHY, 2010)

Herlihy assume, no entanto, uma posição convenientemente ingênua sobre a relação entre conflitos territoriais e mapas. Para o autor, a localização dos conflitos no mundo contemporâneo desdobra-se como consequência da falta de informação sobre estes territórios, e o mapeamento destas áreas, ou o conhecimento delas pelo Estado acarretaria no fim do conflito. Ora, não é justamente sob o pretexto do domínio territorial que o Estado-nação e o projeto moderno (capitalista) vêm massacrando desde 1492 a diversidade étnica e cultural em todo o continente Americano? Se a “resolução de conflitos” e a pacificação proposta por Herlihy significarem a incorporação total dos povos originários ao rolo compressor do desenvolvimento moderno-colonial, realmente serão desnecessárias as intervenções militares de contra-insurgência. Seja como guia para o desenvolvimento ou como aparato militar, este mapeamento atua do mesmo lado das forças ocidentais na fronteira da modernidade/colonialidade.

Quando se fala em “áreas desconhecidas” é preciso questionar: desconhecidas por quem? Os habitantes das comunidades de Sierra Juarez conhecem eximamente seus territórios e, justamente por isso, foram designados para participar da cartografia participativa investigativa promovida pelas Expedições Bowman. Contudo, para que lhes serve que o mapa detalhado de suas comunidades esteja disponível e acessível aos mais diversos atores da sociedade ocidental e, ainda, integre um banco de dados voltado a ações de contra-insurgência e controlado pelas forças armadas dos Estados Unidos? Definitivamente não se trata de um ato romanesco de socialização do conhecimento científico, como argumenta Herlihy, e, assim, foi designado como um caso de “geopirataria”.

O termo geopirataria traduz a noção do ato de saquear e contrabandear conhecimento territorial, conforme denunciado pelos movimentos sociais de Sierra de Juarez. Para estes grupos, as práticas de geopirataria desempenhadas pelo projeto México Indígena a partir de abordagens participativas como o PRM usurpam o conhecimento tradicional sem o consentimento dos habitantes do local, que acreditam que possuem controle sobre os produtos elaborados, sejam mapas, banco de dados geográficos, etc. Nesse sentido, a UNOSJO, além

de denunciar os processos de geopirataria participativa de finalidades militares que estavam passando em Sierra Juarez, tomaram algumas medidas para defender-se de futuras investidas e alertar comunidades de outras localidades.

Foi criado o site El Enemigo Común (<http://www.elenemigocomun.net>) para expandir a denúncia deste e de outros processos que ameaçam a organização social e os territórios indígenas no estado de Oaxaca, articulando outras estratégias de resistência destes povos, como a divulgação de filmes, documentários, eventos e outras atividades destes movimentos. Foi elaborado também o documentário “El Factor Demarest”, que detalha todo o processo ocorrido com o projeto México Indígena em Oaxaca, denuncia o mapeamento militar estadunidense no México e em outras partes do mundo, e encontra-se disponível na internet (<https://www.youtube.com/watch?v=Glb3cJJdVYQ>).

Este filme revela a proximidade do FMSO com o MI e como este gabinete das forças armadas exerce ingerência sobre o projeto, a partir de Geoffrey Demarest<sup>55</sup>, funcionário de alta patente do gabinete. O filme revela a visão de Demarest e da FMSO sobre a territorialidade comunitária dos povos originários do México, a qual consideram perigoso foco de insurgência e criminalidade. A proximidade entre Demarest e Herlihy põe por terra o discurso de defesa das terras comunais contra o neoliberalismo tão caro à argumentação do último. Imagens divulgadas pela própria AGS mostram Demarest junto com a equipe de pesquisa do projeto em atividade de campo (Figura 42).

---

<sup>55</sup> De acordo com Ribeiro (2009), “Geoffrey Demarest, tenente-coronel saído da Escola das Américas, que conta com numerosos documentos de estratégias para a contra-insurgência e a “arquitetura do controle”, defende a propriedade privada da terra e “demonstra” a periculosidade dos movimentos indígenas e dos pobres urbanos, entre outros”.





Figura 42 – Equipe de pesquisa do projeto México Indígena. Fonte: SGA. México Indígena: Um proyecto protótipo.

Após as denúncias feitas pela UNOSJO, os mapas de Sierra Juarez, assim como o banco de dados geográficos que compunham o SIG elaborado para esta região, foram retirados do ar. Todavia, como afirmou Ribeiro (2009), “é impossível para a comunidade comprovar que esses mapas não foram incorporados no acervo da FMSO e daqueles que os tiverem descarregado anteriormente”. O website do projeto atualmente disponibiliza o SIG de seus outros dois protótipos, nos estados de Huasteca e Chihuahua (Figura 43).



Figura 43 – Captura de tela do website do projeto México Indígena. Fonte: México Indígena. [http://www.prmapping.res.ku.edu/Mexico\\_Indigena/gis.htm](http://www.prmapping.res.ku.edu/Mexico_Indigena/gis.htm) Acesso em 16 de janeiro de 2015.

Os mapas disponíveis em plataforma SIG online dos protótipos de Huasteca e Chihuahua impressionam pela gama de detalhes, apresentando dados minuciosos sobre o uso e a posse da terra. Sobretudo o mapa da área de estudo de Huasteca Potosina, que exibe uma legenda interativa com informações sobre alterações na posse da terra desde o início do programa de reforma agrária neoliberal (PROCEDE), classificação participativa do uso da terra, tipos de propriedade nas áreas loteadas, dados detalhados das nove comunidades, com a localização das casas, número de famílias e moradores, etc., sítios arqueológicos, pontos de referência geomorfológicos e hidrológicos, estradas e trilhas e zonas de classificação segundo o programa de reforma agrária. As figuras a seguir ilustram a interface da plataforma SIG online da área de estudo de Huasteca Potosina (Figura 44 e Figura 45).

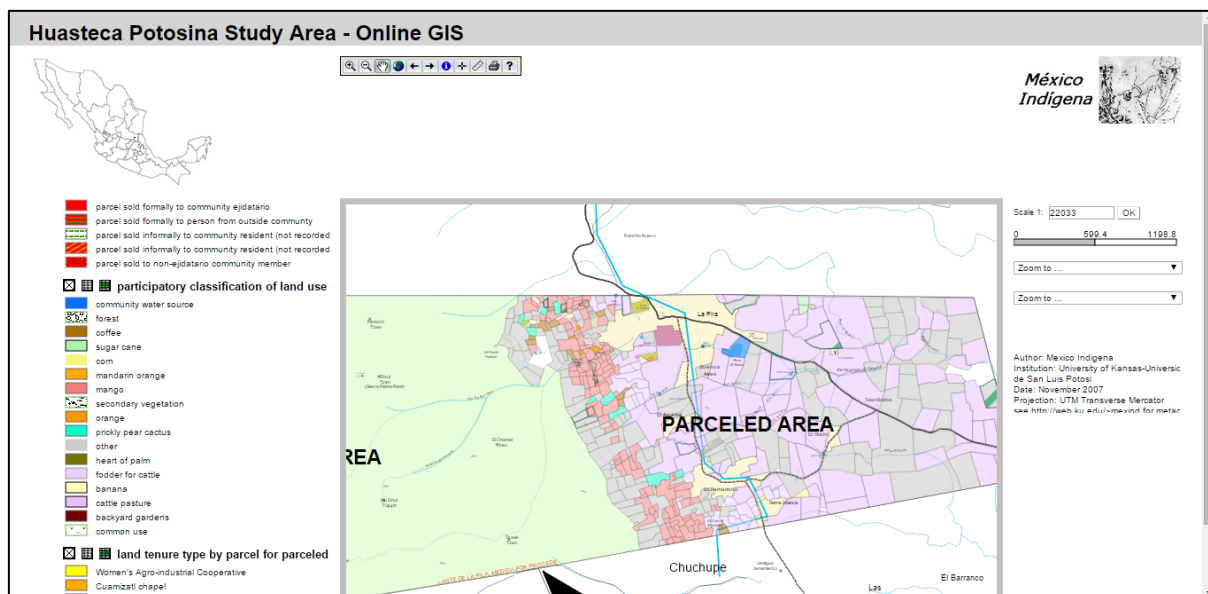


Figura 44 – Captura de tela da plataforma de SIG online da área de estudo Huasteca Potosina, do projeto México Indígena. Fonte: México Indígena. <[http://www.prmapping.res.ku.edu/Mexico\\_Indigena/SVG/Huasteca\\_Potosina\\_SVG/index.html](http://www.prmapping.res.ku.edu/Mexico_Indigena/SVG/Huasteca_Potosina_SVG/index.html)> Acesso em: 16 de janeiro de 2015.

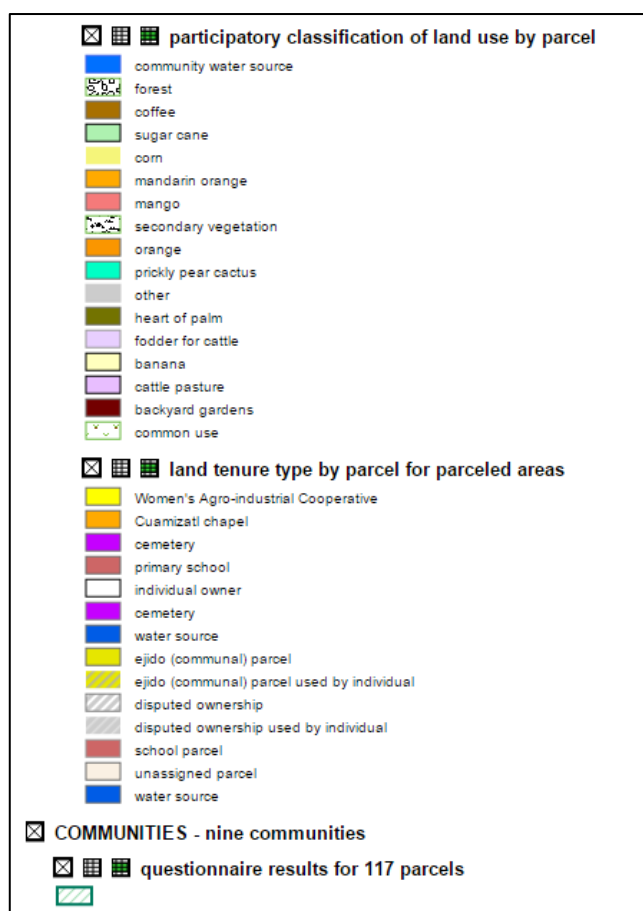


Figura 45 - Captura de tela da plataforma de SIG online da área de estudo Huasteca Potosina, do projeto México Indígena. Fonte: México Indígena. <[http://www.prmapping.res.ku.edu/Mexico\\_Indigena/SVG/Huasteca\\_Potosina\\_SVG/index.html](http://www.prmapping.res.ku.edu/Mexico_Indigena/SVG/Huasteca_Potosina_SVG/index.html)> Acesso em: 16 de janeiro de 2015.

A transescalaridade destes produtos, no sentido geométrico da representação cartográfica – possibilitada pela plataforma digital – não indica, contudo, ações transescalares em sua elaboração. Pelo que pudemos apreender da experiência do protótipo México Indígena, existe uma escalaridade dominante que se sobrepõe sobre todas as outras escalas envolvidas no processo de construção desta representação. As informações são extraídas do local e dissociadas de seus vínculos territoriais multidimensionais, com o único interesse de abastecer o Estado (neste caso, o Estado imperial estadunidense representado por suas instituições militares) com estas informações. O produto final é inacessível àqueles que forneceram todas as informações para sua compilação, e lhes tem pouca ou nenhuma serventia.

Um indício deste afastamento existente entre os sujeitos mapeadores e o mapa como produto final está na própria simbolização utilizada. Por exemplo, cemitérios dentro das comunidades indígenas são representados pelo símbolo da cruz, que não pertence à sua cosmologia. Todos os elementos são representados a partir das convenções cartográficas ocidentais, e não há qualquer preocupação em adaptar a leitura destes mapas para os sujeitos que possibilitaram sua elaboração. Tampouco há qualquer preocupação em adaptação idiomática para o espanhol ou para os idiomas zapoteco e mixteco.

O projeto México Indígena, assim como as iniciativas de mapeamento participativo no marco das Expedições Bowman e outros projetos alimentados por interesses coloniais e imperialistas, utiliza-se de recursos que, em certo sentido, aparentam romper com características da cartografia tradicional. Todavia, o fator de mobilidade da escala apenas representa a adaptação da tecnologia cartográfica aos mesmos interesses do Estado de controle territorial, assim como os procedimentos participativos significam uma mudança na forma de obtenção de informações sobre o território, mas não uma mudança paradigmática dos interesses que movem tais ações.

Desta forma, percebemos que nos mapas do projeto México Indígena, o ambiente interno, ou seja, aquilo que ilustra o mapa enquanto produto, está marcado por elementos trans-escalares que revelam territorialidades alternativas, conhecimentos arraigados aos sujeitos que vivem o território articulados sobre um mapa de escala móvel e interface dinâmica de armazenamento de dados. Todavia, se olharmos ao ambiente externo, aos atores envolvidos, ao processo de produção e às condições que o permearam, temos outro cenário, que indica o caráter hierarquizado e despótico das formas como os mecanismos de distorção dos mapas foram utilizados.

A partir das experiências relatadas pudemos nos aproximar das narrativas cartográficas que caracterizam as transformações contemporâneas no ramo da cartografia, objeto de interesse desta investigação. Sem a intenção de delimitar este complexo cenário, tampouco definir elementos rígidos que o caracterizem, procuramos expandir o horizonte de investigação e, concomitantemente, aprofundá-lo. O procedimento exploratório através das experiências selecionadas possibilitou a abertura de questões sobre as transformações nos mapas, seja em seus elementos internos de forma e conteúdo, seja nos aspectos externos de contextos e processos de produção.

A complexidade é gritante nestas experiências. Em vários momentos, estas cartografias podem revelar aproximações em tom de renovação da lógica da colonialidade, assim como rupturas com este padrão de poder mediante denúncias contundentes. A análise exploratória possibilitou desmistificar a ideia de que as novas narrativas cartográficas nos interstícios da “virada cartográfica” representa invariavelmente um golpe na estrutura modernidade ocidental. Os mapas também são objetos de reapropriação e ressignificação do próprio Estado e dos agentes hegemônicos. Todavia, estas novas narrativas podem sim contribuir para uma crítica complexa e efervescente de uma modernidade/colonialidade que se reinventa. Os atores sociais também se reinventam nestes processos e se fazem capazes de construir novas estratégias de resistência. Ainda, situar a novidade destas experiências sob a lente de uma crítica à colonialidade do poder aprofunda e complexifica o próprio corpo da crítica.

A cartografia, sim, está em disputa. Entretanto, esta disputa está inscrita num processo mais amplo, conflituoso e complexo, que se traduz como um embate civilizatório. As experiências contemporâneas de cartografia revelam, no emaranhado deselegante e confuso de suas escalas, projeções e símbolos, conflitos que transitam da epistemologia e da produção do conhecimento e da cultura, ao planejamento do território e às relações de poder. Revelam o processo em curso do estratagema colonial, que em múltiplas dimensões e escalas seguem empurrando o rolo compressor da modernidade, mas também manifestam as resistências e alternativas que apontam para a construção de um mundo mais justo e plural.

A disputa pela cartografia não é bipolarizada, e não deve ser expressa dessa forma. A questão que se coloca aqui não é de estabelecer padrões de avaliação ou classificação de experiências cartográficas que as reduzam a rótulos maniqueístas ou objetos de consumo etiquetados dentro de um mercado de mapas. Há, sem dúvida, a necessidade de problematizar estas práticas, que se revelam, a cada dia, inseridas em contextos mais complexos. As páginas que seguem expressam uma proposta serendípica, uma deriva no caminho da

problematização, desde outras escalas, os enredos da atualidade da cartografia, recuperando a perspectiva da colonialidade. Compreendemos o risco de, inconscientemente, cair na armadilha dos metarrelatos, entretanto, a ousadia de propor deve extrapolar os temores que nos causam os nossos próprios questionamentos e, portanto, nos permitimos derivar por algumas ideias que façam a costura da pesquisa como um todo. Dessa forma, pretendemos ressituar a problematização da cartografia contemporânea nas simultaneidades de tensões do mundo em que vivemos a partir de uma abertura de diálogos. Esta trajetória derivante – porém não sem propósito – consiste em atravessar espaços lisos e estriados, simultaneamente entrelaçados em heterarquias de dominação e resistências, em que a cartografia emerge num novo contexto com o despençar dos muros das instituições modernas, processo sintetizado por Deleuze (1992) com o anúncio da chamada “sociedade de controle” em que vivemos.

#### 4 SOBRE OS MAPAS QUE FAZEMOS E NOS FAZEM E OS MAPAS QUE FAZEMOS E NOS VENDEM

Os muros das instituições estão desmoronando de tal maneira que suas lógicas disciplinares não se tornam ineficazes mas se encontram, antes, generalizadas como formas fluidas através de todo o campo social. O “espaço estriado” das instituições da sociedade disciplinar dá lugar ao “espaço liso” da sociedade de controle. Ou, para retomar a bela imagem de Deleuze, os túneis estruturais da toupeira estão sendo substituídos pelas ondulações infinitas da serpente (HARDT, 2000, p. 357).

Os túneis de uma toupeira e as ondulações de uma serpente é a metáfora utilizada por Deleuze para ilustrar as diferenças entre a “sociedade disciplinar” e o que este autor chama de “sociedade de controle”. Deleuze (1992) apresenta a ideia da “sociedade de controle” a partir das reflexões de Foucault sobre as sociedades disciplinares e o papel das instituições modernas de confinamento, que atingem seu apogeu no início do século XX. Neste tipo de sociedade a individualidade do sujeito restringe-se ao confinamento em espaços fechados: da família à escola, da fábrica ao hospital e à prisão, meio de confinamento por excelência. As instituições de confinamento apontadas por Foucault são características da sociedade moderna ocidental e caminham em consonância com o desenvolvimento do capitalismo.

Contudo, em conformidade com o trecho supracitado de Michael Hardt, as instituições de disciplinamento da sociedade moderna, a partir do pós-guerra experimentariam uma crise em favor de novas forças que se instalavam no campo das relações de dominação. Vimos que na segunda metade do século XX, o descrédito depositado sobre as “metanarrativas” – as forças aglutinadoras do padrão de poder moderno-ocidental – constitui um momento em que as regras do jogo passam a ser questionadas e surgem novas formas de legitimação do saber. Este movimento, que no primeiro capítulo apresentamos como crise das metanarrativas modernas, abre espaço, segundo Deleuze, para a sociedade de controle:

[...] São as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares. “Controle” é o nome que Burroughs propõe para designar o novo monstro, e que Foucault reconhece como nosso futuro próximo. Paul Virilio também analisa sem parar as formas ultrapassadas de controle ao ar livre, que substituem as antigas disciplinas que operavam na duração de um sistema fechado. (DELEUZE, 1992 , p. 220)

O retrato que Lyotard descreve como multiplicidade dos jogos de linguagem para Deleuze é um tanto mais assustador. O desmoronar dos muros das instituições modernas de disciplinamento não aponta para um quadro de dissipação do poder e aniquilação do autoritarismo, ao contrário, reforça o panorama de assimetrias estruturais a partir de novas



estratégias. A sociedade de controle caracteriza pela indistinção de espaços específicos de atuação do poder sobre o sujeito. Segundo Hardt (2000, p.358), “a passagem da sociedade disciplinar à sociedade de controle se caracteriza, inicialmente, pelo desmoronamento dos muros que definiam as instituições. Haverá, portanto, cada vez menos distinções entre o dentro e o fora”.

A lógica do poder na sociedade de controle é mais complexa, pois atua como agenciamento ou modulação, e não como “moldagem”, característica das instituições disciplinares. “Os confinamentos são moldes, distintas moldagens, mas os controles são uma modulação, como uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro” (DELEUZE, 1992, p. 221). Não são mais prioritários, portanto, os espaços fechados de confinamento, pois o controle é exercido em todos os espaços do campo social e mediante estratégias flexíveis e auto-reguladores. Trata-se, segundo o autor, da implantação progressiva e dispersa de um novo regime de dominação.

Castro-Gómez denuncia esta estratégia como “poder libidinoso da pós-modernidade”, que dá margem para a construção da subjetividade dos indivíduos a partir de recursos oferecidos pelo próprio sistema. “Mais que reprimir as diferenças, como fazia o poder disciplinar da modernidade, o poder libidinoso da pós-modernidade as estimula e as produz” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 85), em conformidade com as novas exigências sistêmicas do capital global.

É neste contexto que Francis Fukuyama anuncia o fim da história como resultado do encerramento da era dos grandes conflitos e o trunfo civilizatório do capitalismo ocidental. O Outro na sociedade de controle não é mais representado como um macro-sujeito externo, mas estende-se em micro-fronteiras que materializam conflitos internos. “Cada guerra imperial é uma guerra civil, uma ação de polícia, de Los Angeles e a ilha de Granada até Mogadíscio e Sarajevo. De fato, a separação das tarefas entre os aparelhos exterior e interior do poder (entre exército e polícia, entre CIA e FBI) torna-se cada vez mais vaga e mal determinada” (HARDT, 2000, p.360). Hardt afirma que os entes que determinavam o conflito moderno, na sociedade pós-moderna ou sociedade de controle, se embaralham. A ameaça externa ao Eu soberano da modernidade ocidental se estilhaça e torna-se indistinta, de forma que “não há mais um fora para circunscrever o lugar da soberania” (HARDT, 2000, p. 361).

Para a constituição da sociedade moderna ocidental, foi necessária uma relação dialética entre o Eu e o Outro, o dentro e o fora, que caracteriza o espaço estriado da modernidade. São os mapas militares e político-administrativos da tradição cartográfica

moderna que melhor representam a espacialidade estriada e a constituição do imaginário espacial. Ao contrário, o espaço liso da sociedade de controle aparentemente é isento de divisões binárias como as fronteiras modernas, porém este é, na verdade, “atravessado, em todos os sentidos, por tantas linhas de fissura que apenas aparentemente constitui um espaço uniforme” (HARDT, 2000, p. 362). Não há, no espaço liso da sociedade de controle, um lugar definido para o poder, ele está, ao mesmo tempo, em todos os lugares e em nenhum lugar.

Se o ato de mapear o território é indispensável para a manutenção do poder hegemônico, as mudanças paradigmáticas nas estratégias de mapeamento fazem parte também desta passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle de que nos fala Deleuze. O espaço liso que esconde suas divisões binárias e elementos rígidos de controle territorial não é compatível com estratégias disciplinares de mapeamento.

Nos marcos da sociedade de controle, a cartografia tem sua importância renovada, desde os mapeamentos que cooperam integralmente para o afimco das relações assimétricas de poder neste modelo de sociedade até os mapeamentos que almejam sua destruição. Os processos de mapeamento na sociedade de controle transitam com maior facilidade entre o indivíduo e o coletivo, resultando em novas e diversas relações com os sujeitos nestes processos. Na complexidade da disputa em torno dos mapeamentos, é impossível – e tampouco nossa intenção – traçar uma linha que separe “mapas do bem” e “mapas do mal” (assim como distinguir objetivamente quem é o bem e quem é o mal). Todavia, no espectro dos processos de mapeamento que apresentam relações diferenciais com os sujeitos que produzem o território, existem “mapas que fazemos e nos fazem” e aqueles “mapas que fazemos e nos vendem”.

*Mapas que fazemos e nos fazem*, ou seja, nos produzem enquanto sujeitos territoriais e *mapas que fazemos e nos vendem*, vendem-nos porque não são de fato mapas *nossos*, e nos vendem enquanto sujeitos coisificados, vendem nossos territórios e nossos bens comuns. Trabalhando com esta propriedade dos mapas que produzimos de nos fazer ou nos vender, retomaremos a metáfora do mapa de escala 1/1.

- 4.1 “Não há necessidade de ficção científica para se conceber um mecanismo de controle que dê, a cada instante, a posição de um elemento no espaço [...]”

O trecho que dá nome ao presente subcapítulo é parafraseado de Deleuze (1992, p. 224) e representa o ponto de encontro entre a sociedade de controle e o mapa 1/1 de Jorge L. Borges. Se na modernidade a busca incessante pelo mapeamento de todas as coisas em escala real é caracterizada em termos metanarrativos, ou seja, a crença na representação objetiva da verdade absoluta, neste estágio atual da sociedade de controle a construção do mapa 1/1 se intensifica e ganha novos recursos e estratégias. Na sociedade de controle imaginada por Deleuze, a construção de um mapa em escala 1/1 deixa de ser uma metáfora para o acúmulo desmesurado do conhecimento científico (como proposto por Borges) e torna-se um projeto efetivamente posto em prática.

Nesse sentido, até a figura do paradoxo de Russell-Frege (pág. 22) que nos marcos do paradigma moderno interpunha-se como obstáculo teórico à construção do mapa imperial em escala 1/1, vêm sendo gradativamente superado. Com o desenvolvimento de equipamentos tecnológicos que permitem o mapeamento em tempo real e a exposição da representação cartográfica em bancos de dados poderosos controlados pela elite concentradora de poder na pós-modernidade, ou barões do *marketing* virtual, metrópoles inteiras são exibidas em representações georreferenciadas sobre a potencialidade de consumo dos cidadãos. No ramo da vigilância e ação antiterrorista, tecnologias similares são postas em prática como aparato de segurança pública.

Se Deleuze arrisca dizer, em 1992, que “não há necessidade de ficção científica para se conceber um mecanismo de controle que dê, a cada instante, a posição de um elemento no espaço [...]”, hoje, pouco mais de duas décadas depois, na era dos *smartphones*, este panorama pode ser visualizado com muito mais facilidade. Nesse sentido, o mapa imperial em escala 1/1 só pode ser construído a partir da individualização do *mapear a si mesmo*, configurando um cenário que nem o mais criativo dos devaneios de George Orwell seria capaz de antever.

Todavia, para desapontamento de Fukuyama, a história não chegou ao fim. E para a perplexidade dos tecnocratas, a cartografia segue sendo acirradamente disputada. Vimos que entre Descartógrafos, Nova Cartografia Social e Expedições Bowman, existem diferenças fundamentais e complexas sobre o papel destas experiências na guerra dos mapas e sobre como produzem relações de poder, ou então sobre como produzem “disrupções”, ou possibilidades de “sabotagem”, como diria Deleuze no *post-scriptum sobre as sociedades de controle* (1992). Ainda, cada processo analisado separadamente, entre escalas, projeções e símbolos, apresenta minuciosidades ainda mais complexas. Contudo, afirmar a complexidade

não significa negar a posição ideológica de cada um destes projetos no interior de conflitos que, sim, possuem nome e sobrenome.

Todas estas experiências possuem, em maior ou menor grau, aspectos que apontam ou, num primeiro momento, aparentam indicar algum tipo de ação disruptiva. Entretanto, estes mapeamentos estão de uma forma ou de outra contribuindo para a composição do grandioso mapa 1/1, trazendo à luz da sociedade de controle dos territórios que permaneciam nas margens do sistema-mundo moderno/colonial. Eles impõem certas formas de mobilidade que pressupõem definir “espaços de liberdade”, mas que se levadas ao extremo, condenar-nos-iam a uma “ditadura do movimento”, no momento exato em que pensamos poder fazer do deslocamento o mais efetivo meio de subversão, de acordo com o debate de Paul Virilio e Sylvere Lotringer (1984, p. 72). A apreensão de todo deslocamento, ou “[...] a grande transparência do mundo, seja através de satélites ou simplesmente de turistas, suscitou uma hiperexposição desses lugares à observação [...]. Você não pode isolar nada neste mundo de ubiquidade e de instantaneidade” (VIRILIO; LOTRINGER, 1984, p. 86).

Evidentemente, o nível de incorporação destes territórios diferencia-se em cada uma das experiências, de acordo com a manipulação das informações e os interesses ocultos dos proponentes destes mapas.

Isso se torna óbvio se compararmos o caso das Expedições Bowman, financiado e agenciado pela cúpula socioterritorial das forças armadas estadunidenses, com o projeto Descartógrafos, empreendido por artistas ativistas (a(r)tivistas) curitibanos cujos interesses recaem sobre a militância no campo da transformação popular. O tratamento e destinação dos dados obtidos no mapeamento são também evidências desta disparidade. No caso das Expedições Bowman, todos os dados do projeto México Indígena são fornecidos diretamente ao departamento militar competente, e utilizados, como sabemos, em campanhas de inteligência de contra-insurgência. O projeto descartografia/recartografia, além de exposto no Museu Oscar Niemeyer (Curitiba/PR) e outros espaços artísticos, foi publicado, com consentimento dos moradores da vila Pequeno Espaço, num catálogo de circulação restrita ao meio acadêmico, artístico e ativista e, embora este material esteja disponível na internet<sup>56</sup>, as informações expostas estão longe de representar algum risco para a comunidade em sua luta cotidiana de r-existência.

As Expedições Bowman representam, no cenário dos mapeamentos participativos, talvez um dos casos mais emblemáticos dessa contradição discursiva que Raul Zibechi

---

<sup>56</sup> Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/135001263/recartografos-web200dpi>> Acesso: 16 de fevereiro de 2015.

poderia chamar de “derechas com *look* de izquierda”.<sup>57</sup> A alcunha de “geopirataria” traduz muito bem esta prática comum na esfera do ordenamento e gestão territorial de cooptação da participação popular através de ferramentas de mapeamento participativo, como o SPIG (Sistema Participativo de Informações Geográficas)<sup>58</sup>, zoneamento ecológico-econômico, etc. Trata-se de uma prática de saqueio neocolonial dos saberes territoriais tradicionais em prol de interesses modernizadores e desenvolvimentistas.

Una globalización que exige la transferencia de los bienes comunes a manos privadas, apropiándose de la decisión política en la producción de alimentos con medios e instrumentos tecnológicos de un puñado de corporaciones, hace imposible pensar que el mundo resuelva el hambre del planeta. Por el contrario, tal transferencia conduce y favorece formas de control del mercado que destruyen la "soberanía alimentaria" instalando un control social que conduce el diseño de un mundo cada vez más injusto. [...] **Si la tecnología puede sostener esta impúdica apropiación de la naturaleza para el control de la sociedad humana, no habrá necesidad de ejércitos para manter la colonialidad.** La 'industrialización civilizatoria' estará diseñada para aquellos que tengan pasaje en el arca de Noé del día después. El resto, los Otros, serán prescindibles. (CARRASCO, 2011, p. 215, grifo nosso)

O desenvolvimento, mesmo em suas versões mais *softs* – que na verdade tratam-se apenas de roupagens – carrega consigo o cerne do padrão colonial de poder, e está associado hoje aos principais processos expropriatórios em curso no continente (ESCOBAR, 2005, p. 71), desde a implantação de megamineradoras aos requintados projetos de desenvolvimento territorial. “Así como un día los europeos colocaron la idea de catequizar y colonizar el mundo, ahora quieren desarrollarlo, esto es, conducir a todo el mundo hacia su idea de desarrollo. La idea es rigurosamente colonial, como se ve” (PORTO-GONÇALVES, 2009, P. 31).

Enfim, para além da disputa sobre os mapeamentos, estão sendo disputadas também as nomenclaturas destas experiências. O termo “cartografia social” vem sendo requisitado, sobretudo no Brasil, para designar processos de automapeamento, principalmente de povos e comunidades tradicionais, em que o mapa em si é um elemento secundário, sendo a mobilização social e o fortalecimento de processos de luta os aspectos centrais. Esta questão passa pela inquirição sobre a finalidade do mapeamento e sua necessidade real para os sujeitos que o propõem. Neste sentido, o mapa é um mero detalhe e sua construção somente é válida se estiver arraigada num contexto mais amplo de mobilização ou conflito.

<sup>57</sup> Disponível em: < <http://alainet.org/active/7185> > Acesso: 16 de fevereiro de 2015.

<sup>58</sup> Na literatura o termo aparece de diversas formas, como SPIG (Sistema Participativo de Informações Geográficas) ou SIG-P (Sistema de Informações Geográficas Participativo), mas remetem à nomenclatura anglófona PGIS (*Participatory Geographical Information System*).

Já foi mencionado sobre a impossibilidade de definir uma linha rígida que separe entre “boas e más” (ou “coloniais e descoloniais”, ou “autogestionárias e heterônomas”, etc.) as experiências de mapeamento baseadas na presença ativa dos sujeitos (individuais ou coletivos), e que o caráter de cada experiência possui relação com fatores diversos e complexos. Todavia, a noção de cartografia social como processo de luta – e não como uma mera metodologia de mapeamento, como alguns a veem – traz à tona o tema da participação. O grau de abertura para com a participação popular é uma das variáveis acionadas por Souza (2004, p. 202) no quadro sinótico das tipologias de “abordagens do planejamento” que o autor elabora. Inspirando-se na “escala da participação popular” de Arnstein, a adaptação de Souza descreve oito categorias que representam diferentes formas de relação entre cidadãos e a institucionalidade estatal (Figura 46).



Figura 46 - Da não-participação à participação autêntica. Uma escala de avaliação. Fonte: Souza (2004 p. 207)

Apreciamos o caráter sistemático da proposta de uma escala de avaliação, porém a determinação do grau de participação em experiências de mapeamento participativo independe exclusivamente da relação entre sujeitos e Estado (ou outros agentes hegemônicos). Desta inquietude decorre, ainda, o questionamento sobre a lógica dos financiamentos das experiências de mapeamento participativo como fator elementar para a

compreensão do jogo político e das forças sociais que se estabelecem no contexto da guerra dos mapas. “Da mesma forma que há uma diversidade de experiências cartográficas, existe também uma diversidade de instituições que se relacionam com essas experiências como doadores e financiadores” (ACSELRAD; VIÉGAS, 2013, p. 19). Governos, instituições governamentais de cooperação internacional, empresas, e ONGs ambientalistas são algumas das instituições citadas por Acselrad e Viégas como agentes envolvidos financeiramente em processos de cartografia participativa, que se vinculam em diferentes experiências de acordo com a finalidade a que se destina.

Os autores destacam o papel desempenhado no Brasil pela Fundação Ford ao destinar recursos para a realização de mapeamentos empreendidos por comunidades tradicionais:

No Brasil, a Fundação Ford, por exemplo, orienta sua atuação a partir da legislação nacional, que permite um acesso diferenciado ao território pelas populações tradicionais. Ao contrário de outros países, no Brasil há o reconhecimento de terras como indígenas, quilombolas, etc., e dentro do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, existe pelo menos três tipos de acesso que incluem estas populações. Partindo disso, a fundação concentra seu apoio financeiro em experiências cartográficas que envolvem as diferentes formas que a legislação possui para o reconhecimento das demandas desses grupos tradicionais pelo uso, acesso e propriedade da terra. (ACSELRAD; VIÉGAS, 2013, p. 19).

Destas pontuações decorrem alguns questionamentos: qual o grau de influência de uma agência financiadora como a Fundação Ford nos contextos de luta territorializada de comunidades tradicionais específicas? Quais são os termos do interesse desta corporação para estimular o viés do reconhecimento na política agrária brasileira?

Experiências de cartografia social inseridas em contextos mais amplos de mobilização têm, em geral, perspectivas que dialogam com a institucionalidade na medida em que pretendem criar mecanismos de proteção do território e da reprodução da vida a partir do reconhecimento legal da existência. Para Souza (2004, p. 204), este seria um aspecto que inviabilizaria a classificação destas experiências no degrau da autogestão na escada da participação, pois não extrapola os marcos do binômio capitalismo e democracia representativa. Todavia, estes processos de mapeamento que contribuem para a mobilização e auto-organização dos sujeitos em torno de demandas territoriais, ou seja, fortalece o poder dos sujeitos individuais e coletivos sobre seus territórios, seus corpos e suas práticas sociais, podem ser encarados como experiências autogestionárias no sentido em que, no contexto local, apontam para um quadro de maior autonomia em relação aos atores hegemônicos. Souza reconhece esta possibilidade ao afirmar que, desconsiderando um macrocontexto político, “experiências autogestionárias marginais” podem ter lugar “menos ou mais



efemeramente e com menor ou maior impacto político-pedagógico, por assim dizer, nas bordas do sistema heterônomo” (SOUZA, 2004 p. 205).

Em contrapartida, se nos afastamos das experiências concretas e buscamos enxergar um contexto mais amplo do significado destes mapeamentos que possuem o sujeito territorial como cerne da ação de mapeamento, corremos o risco de entrar em séria contradição ao afirmar com veemência sua índole autogestionária ou revolucionária. Por um lado, um amplo conjunto de cartografias sociais põe em evidência a luta de sujeitos marginalizados como os povos tradicionais. Porém pode haver certa desconfiança em relação à potencialidade “neocolonial” destes mapas no sentido em que eles revelam territórios de resistência à modernidade ocidental, e no contexto contemporâneo do capitalismo são novos alvos para a expansão das múltiplas dimensões da modernidade/colonialidade<sup>59</sup>.

O novo contexto da cartografia pode, figurativamente, equivaler-se ao despencar dos muros das instituições modernas, ou da passagem do “espaço estriado” da sociedade disciplinar para o “espaço liso” da sociedade de controle, onde a “democratização do mapa” é, na verdade, a dissimulação de um eficaz mecanismo de autovigilância e controle social. Retirar do Estado a responsabilidade pelo mapeamento do território pode não ser equivalente ao “empoderamento” dos sujeitos, mas ao contrário, avigorar as amarras coloniais que o oprimem. Em vistas disso, o binômio “mapas que fazemos e nos fazem” e “mapas que fazemos e nos vendem” nos parece fundamental, não como atributos classificatórios, mas como tentativa de alertar sobre os riscos intrínsecos do automapeamento. Não por acaso estas expressões estão conjugadas em primeira pessoa do plural: a partir delas firmamos o nosso posicionamento ao lado daqueles que foram historicamente privados do direito de construir suas próprias e plurais representações do território, que foram, pela cartografia ocidental, colonizados e hoje têm nas experiências de mapeamento uma das vias de r-existência.

*Mapas que fazemos e nos fazem*, que nos constituem enquanto sujeitos territoriais, são mecanismos de “dilatação do presente”, como afirma Boaventura de Sousa Santos (2002 p. 24), “uma forma de imaginação sociológica que visa um duplo objetivo: por um lado, conhecer melhor as condições de possibilidade da esperança; por outro, definir princípios de ação que promovam a realização dessas condições”. Trata-se da construção da oposição à lógica moderno-colonial e todas suas dimensões através da potencialidade emancipadora, não dos mapas em si, mas da ação de fazer mapas e, com eles, fazer-nos a nós mesmos. *Mapas*

---

<sup>59</sup> É interessante e suspicaz, por exemplo, a quantidade e a regularidade de acessos que recebe a página da Nova Cartografia Social na internet oriundos dos Estados Unidos, sobretudo de cidades reconhecidas pela vocação militar e tecnológica como Ashburn/Vi e Mountain View/Ca. O monitoramento dos acessos da página pode ser visualizado em <<http://www.revolvermaps.com/?target=enlarge&i=7nqtsi7vo75>> Acesso em: 03/03/2015.

*que fazemos e nos vendem*, aqueles que construímos com nosso suor, mas retornam como um produto exteriorizado, com muito valor de troca e pouco valor de uso. São aqueles que vendem nossas almas, nossos corpos e nossos territórios, literalmente. Pretendem transformar tudo em mercadoria e nos alienam daquilo que possuímos como bem comum; tornam-nos clientes de nossa própria existência.

Entre mapas que nos vendem e mapas que nos fazem, desenham-se padrões heterárquicos de dominação e práticas de resistência. A heterarquia é uma “característica estrutural do padrão colonial de poder por sua capacidade de enraizar-se de forma, ao mesmo tempo, simultânea, descontínua e conflitiva sobre múltiplas formas de subalternização (ou produção de ausências)” (MONTENEGRO; ROCHA, 2015, p.24).

#### 4.2 Mapas que fazemos e nos vendem (ou a heterarquia da dominação)

Na sociedade de controle *deleuziana* o capitalismo global aparece como o ente fundamental de configuração das relações de poder atravessadas na contemporaneidade pelos mecanismos libidinosos representados pelo capital financeiro como principal expoente. Contudo, o capitalismo global financeirizado é apenas uma das expressões do padrão de poder colonial que se reconfigura na sociedade de controle. A colonialidade se apresenta na pós-modernidade através dos mais sutis estratégias de produção de alteridade. Sobre isto, Hardt nos fornece algumas pistas no que concerne ao racismo “pós-moderno” na sociedade de controle:

O fim do fora, que caracteriza a passagem da sociedade disciplinar à sociedade de controle, revela certamente uma de suas faces nas configurações que combinam racismo e alteridade em nossas sociedades. De início, devemos salientar que se tornou cada vez mais difícil identificar os procedimentos gerais do racismo. Com efeito, ouvimos, incessantemente os políticos, a mídia e até mesmo os historiadores afirmarem que o racismo recuou progressivamente nas sociedades modernas, desde o fim da escravidão até os conflitos de descolonização e os movimentos pelos direitos civis. [...] No entanto, em nossa perspectiva, é evidente que o racismo não recuou, mas, ao contrário, de fato aumentou no mundo contemporâneo, tanto em extensão como em intensidade. Ele só parece ter declinado por ter mudado de forma e de estratégias. Se tomamos como paradigmas dos racismos modernos as divisões maniqueístas entre dentro e fora e as práticas de exclusão (na África do Sul, na cidade colonial, no Sul dos Estados Unidos ou na Palestina), devemos agora colocar a seguinte questão: qual é a forma e quais são as estratégias do racismo na sociedade imperial de controle de hoje? (HARDT, 2000, p. 362).

A questão formulada deve exceder uma noção engessada de racismo que torne esta categoria incomunicável, mas que seja entendida como fenômeno transversal e articulado a outros níveis de alteridade que se desenham a partir da diferença colonial. No espaço liso da sociedade de controle torna-se mais difícil distinguir as diferentes dimensões da colonialidade do poder, criando a falsa impressão de que a sociedade tornou-se mais justa e igualitária. A prática racista não se dá somente em termos de exclusão, mas de inclusão diferencial (HARDT, 2000, p. 365), ou seja, não há no espaço liso da sociedade de controle uma necessidade elementar dos muros que realizem a exclusão do Outro; “a diferença não está inscrita no texto das leis”, não são colocadas como necessárias, mas como acidentais. Na sociedade de controle, a “submissão é efetuada nos regimes de práticas cotidianas mais móveis e flexíveis, mas que criam hierarquias racionais não menos estáveis e brutais” (HARDT, 2000, p. 366). O capitalismo global contemporâneo não tem necessidade da violência direta, pois o mercado realiza a tarefa de destruir o sujeito não-ocidental de uma forma muito mais sutil e eficaz (ŽIŽEK, 1997, s/p.).

Contudo, a sociedade de controle também é composta por heterogeneidades histórico-estruturais, ou tensões de simultaneidades que se complementam. As instituições disciplinares não desapareceram por completo, apenas tornaram-se mais difusas e, em certos contextos, secundárias em relação às estratégias de controle. Espaço liso e espaço estriado são mutuamente complementares na superfície da sociedade de controle, e a produção colonial do Outro como “inclusão diferencial” ou como “exterioridade” são estratégias simultaneamente ativas. Como ilustrado na metáfora de Deleuze, nas espirais da serpente pós-moderna necessitamos de um esforço maior para diferenciar o que é Zona do Ser do que é Zona do Não-Ser (FANON, 2010). O aspecto multidimensional da identidade, então, aparece com mais força no movimento antissistêmico contemporâneo.

Cuando alguien es invisible, por ser negro, indio, mujer, mestizo o pobre, cuando alguien es ninguneado sistemáticamente por su raza, género, u otra condición, lo primero que hace es intentar existir, levantar la mano, ponerse de pie y decir ¡aquí estoy! Existo. Esa es la lógica de la identidad. En la lógica de los dominados, lo primero es hacerse visibles, nombrarse, reconocerse. Es un paso ineludible en el proceso de convertirse en sujetos. (ZIBECHI, 2014, p. 83)

Os *mapas que fazemos e nos fazem* possuem relações estreitas com a questão da identidade; eles são nossa forma de mostrar que existimos, que somos sujeitos de nossa própria existência, de nos nomearmos e reconhecermos. É um grito de denúncia da colonialidade como padrão arquitetônico das relações de poder, que nos tem subjugado e

subalternizado. Não por acaso, o viés identitário nas lutas populares contemporâneas tem uma dimensão territorial fundamental: o “quem somos” e o “onde estamos” caminham juntos.

Nas nuances das estratégias atuais da colonialidade do poder, chamamos os *mapas que fazemos e nos vendem* aqueles que assumem o papel de trabalhar para a “inclusão diferencial” que sinaliza Michael Hardt, da qual mencionamos há pouco. Os mapas hegemônicos da modernidade, vimos no segundo capítulo, atuam em termos de exclusão. Sua funcionalidade na empreitada colonial é a criação do Outro como exterioridade, como negação do Eu ocidental, de forma equivalente ao procedimento das instituições disciplinares. Ou seja, no contexto contemporâneo da sociedade de controle, a cartografia hegemônica muda de estratégia e passa a funcionar como mecanismo de produção da diferença a partir da inclusão.

Na sociedade de controle, o racismo imperial ou diferencial integra os outros em sua ordem e, em seguida, orchestra tais diferenças em um sistema de controle. As noções fixas e biológicas dos povos tendem, pois, a se dissolver em uma multiplicidade fluida e amorfa, atravessada, sem dúvida alguma, por linhas de conflito e de antagonismo, sem que nenhuma delas apareça como fronteira fixa e eterna. (HARDT, 2000, p. 366)

Os mapas do poder não estão mais preocupados em criar linhas de fronteiras rígidas entre zona do ser e zona do não-ser, como ocorrera anteriormente. Há diferenças entre, por exemplo, mapas militares do século XIX que apagavam o indígena do território criando sua não-existência na forma mais pura, ou mapas do período colonial que produziam a imagem do ser não-ocidental pela diferenciação biológica dos povos, e mapeamentos participativos do século XXI que pregoam uma suposta inclusão “multiculturalista” no encargo da manutenção do ordenamento heterônomo moderno-colonial branco, masculino, cristão e heterossexual.

Esta versão hodierna da produção colonial de relações de poder a partir da inclusão diferencial é sustentada pela lógica do multiculturalismo, segundo Žižek, a ideologia perfeita para o capitalismo global. Trata-se de uma forma inversa de produção de alteridade, um racismo às avessas que se referencia no respeito (distanciado) à diversidade, possibilitado graças à posição universal privilegiada da zona do ser, que se esconde por trás da máscara da universalidade (ŽIŽEK, 1997, s/p.).

[O multiculturalismo] trata a cada cultura local como el colonizador trata al pueblo colonizado: como "nativos", cuya mayoría debe ser estudiada y "respetada" cuidadosamente. Es decir, la relación entre el colonialismo imperialista tradicional y la autocolonización capitalista global es exactamente la misma que la relación entre el imperialismo cultural occidental y el multiculturalismo: de la misma forma que en el capitalismo global existe la paradoja de la colonización sin la metrópolis colonizante de tipo Estado-Nación, en el multiculturalismo existe una distancia

eurocentrista condescendiente y/o respetuosa para con las culturas locales, sin echar raíces en ninguna cultura en particular. (ŽIŽEK, 1997, s/p.)

Um multiculturalismo ornamental e simbólico é denunciado por Cusicanqui em grande parte da intelectualidade latino-americana, formulado por agendas políticas voltadas ao “etno-turismo” e “eco-turismo”, estabelecendo uma teatralização da condição subalternizada e apelando para um discurso retórico e essencialista baseado na noção de “povo originário”, que nega a coexistência temporal (heterogeneidade histórica) e lhes atribui um aspecto residual. Assim, criam-se as condições para a reciclagem das elites e sua continuidade no monopólio e exercício de poder (CUSICANQUI, 2006, p. 6).

O que Žižek chamou de “autocolonização capitalista global”, ou a versão contemporânea do colonialismo imperialista que não mais necessita do aparato da metrópole colonizadora na forma de Estado-Nação, está de algum modo relacionado ao que Hardt denomina “Império”. Este sistema de poder do capitalismo global “[...] aceita as diferenças raciais e étnicas que encontra, e sabe utilizá-las; mantém-se à distância, observa esses conflitos e intervém quando um ajuste se faz necessário” (HARDT, 2000, p. 367). A característica de uma sociedade “pós-moderna” ou “pós-colonial”<sup>60</sup> no que concerne à produção de subjetividades não se opõe à modernidade, mas, ao contrário, intensifica-a. A crise contemporânea das instituições não quer dizer que elas deixam de existir. A subalternidade continua a ser produzida na “sociedade imperial de controle” de modo que não se limita a lugares específicos. “Continuamos ainda em família, na escola, na prisão, e assim por diante”, e seu funcionamento “é, ao mesmo tempo, mais intensivo e mais disseminado” (HARDT, 2000, p. 366).

Se pensarmos nos mapas modernos como uma instituição disciplinar (assim como a prisão, hospital, escola, família, fábrica, etc.), podemos visualizar com mais facilidade o que ocorre com a cartografia na passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, ou refletir sobre o papel dos mapas na produção de subjetividades na ordem mundial do capitalismo globalizado. O “cair dos muros das instituições” equivale, figurativamente, na cartografia, à ruptura com os preceitos e convenções inexoráveis da tradição cartográfica

<sup>60</sup> Walter Mignolo reafirma que não há indícios no interior da lógica de uma sociedade pós-moderna/pós-colonial do fim da colonialidade. Segundo o autor, a própria ideia de “pós” está entrincheirada no imaginário moderno de sucessão linear, concebida em termos de progresso, cronologia, superação, etc. Citando a Hardt e Negri, afirma que a denominação Império constitui um novo nome para se referir à ordem mundial pós-moderna/pós-colonial; trata-se de uma reorganização dos seus fundamentos, mas não um novo fenômeno. “*Mas Allá*” (Mais além) ao invés de “pós”, poderia oferecer uma “conotação espacial” capaz de enfatizar o rosto da colonialidade e denunciar o universalismo abstrato presente nas correntes pós-modernas. “Mais além do eurocentrismo”, “Mais além da modernidade” ou “Mais além do ocidentalismo” podem transmitir o peso de uma posição política arraigada em um giro epistêmico descolonial (MIGNOLO, 2003, p. 158).

moderna, à perda da exclusividade do Estado-Nação sobre o ato de mapear, ao protagonismo do sujeito individual, ao descrédito das abordagens euclidianas sobre o espaço, à incerteza em torno das categorias espaciais rígidas, etc. Todas estas, como já visto, são características do que Lévy (2008, p. 160) chamou de “virada cartográfica”.

Estes dois processos – crise do mapa e crise das instituições – resultam em desdobramentos similares. Ao passo que o esfacelamento dos muros que cercam as instituições disciplinares faz com que o espaço estriado da modernidade seja substituído pelo espaço liso e irrestrito da sociedade de controle que se estende por todo o campo social, a cartografia tradicional moderna adquire outras características, feições e funcionalidades e abandona aspectos euclidianos, fato que remete à distinção entre espaço liso e estriado: “No espaço estriado, fecha-se uma superfície, a ser “repartida” segundo intervalos determinados, conforme cortes assinalados; no liso, “distribui-se” num espaço aberto, conforme frequências e ao longo dos percursos” (DELEUZE; GUATTARI, 2008, p. 188).

O espaço estriado é “definido pelas exigências de uma visão distanciada: constância da orientação, invariância da distância por troca de referenciais de inércia, junção por imersão num meio ambiente, constituição de uma perspectiva central”. (DELEUZE; GUATTARI, 2008, p. 204). Na virada cartográfica, os mapas tornam-se capazes de representar o “espaço liso”, que de forma didaticamente ilustrativa pode ser representado pela geometria fractal. Um mapa que se metamorfoseia à medida que sua escala intencionalmente varia, que registra a individualidade espacial dos sujeitos sem necessidade de classificá-los em esquemas totalizantes, etc. “[...] tal espaço liso, amorfo, se constitui por acumulação de vizinhanças, e cada acumulação define uma zona de indiscernibilidade própria ao ‘devir’ (mais que uma linha e menos que uma superfície, menos que um volume e mais que uma superfície)” (DELEUZE; GUATTARI, 2008, p. 199).

A cartografia do espaço liso é responsável pela materialização da empreitada do mapa imperial em escala 1/1. Como a ordem do Império de Hardt e Negri ou a sociedade de controle de Deleuze, este novo contexto da cartografia intensifica as assimetrias estruturais de poder presentes na modernidade, expandindo até mesmo suas aspirações teóricas metanarrativas para o campo prático, de modo eximamente corroborativo com a colonialidade do poder na contemporaneidade. Ou seja, o ímpeto totalizante da cartografia moderna é intensificado e assume novas roupagens mais flexíveis e exoráveis, incorporando a inclusão diferencial, o multiculturalismo, etc., como estratégia de universalização do ocidentalismo. A razão metonímica da tradição cartográfica moderna – ou sua obsessão pela ideia de totalidade que reivindica o ocidentalismo como única forma válida de racionalidade –

continua existindo na contemporaneidade, porém não como outrora, impassível em dialogar e reconhecer outras cosmologias. Neste estágio do capitalismo global que em termos geoculturais se ampara na promessa da democracia, da participação e da pluralidade de sujeitos, constitui-se um novo disfarce para a colonialidade do poder. A cartografia faz parte deste enredo.

O ardil da sociedade de controle segue sobrepondo o desenho global da modernidade ocidental sobre histórias locais múltiplas e heterogêneas, mostrando-se constitutiva do padrão colonial de poder. Neste contexto, identificar o maniqueísmo da inclusão diferencial como fenômeno constitutivo da modernidade nos encoraja a reconhecer a existência de heterogeneidades histórico-estruturais (QUIJANO, 2000; 2005b), ou de heterarquias (GROSFOGUEL, 2006), ou seja, a coexistência histórica e heterogênea de diferentes formas de subalternização e produção de ausências.

Compreender a colonialidade do poder na atualidade do sistema-mundo moderno/colonial remete-nos invariavelmente à centralidade do Estado nacional moderno. Este arranjo de poder fundado pela construção do ocidentalismo como imaginário mundial no século XVI seria “rearranjado” e formalizado a partir do século XVIII sob a governamentalidade do Estado-nação na forma de *biopolítica*. A noção de biopolítica foi desenvolvida por Foucault e associada à colonialidade do poder por Castro-Gómez (2007b, p.3):

Foucault disertaba sobre una tecnología de poder surgida durante la segunda mitad del siglo XVIII y que denomina la biopolítica. Su tesis es que, a diferencia de lo que ocurría en las sociedades medievales europeas, el “arte de gobernar” hacia finales del siglo XVIII ya no consistía en “hacer morir y dejar vivir”, sino, todo lo contrario, en “hacer vivir y dejar morir.

A biopolítica como estratégia central do “projeto moderno” requer uma instância central reguladora a partir da qual são coordenados os mecanismos de controle sobre a sociedade e a Natureza. Formulado como entidade legitimada para estabelecer uma síntese dos interesses da sociedade, o Estado-nação protagoniza os processos de modernização e “desencantamento do mundo” a partir do século XVIII, estabelecendo diretrizes e critérios para consolidar a racionalização da vida humana. Este projeto de racionalização articulado à razão científico-técnica fundamentou-se em criar perfis de subjetividade baseado nas práticas e instituições disciplinares que contribuíram para a formação do cidadão moderno (CASTRO-GÓMEZ, 2000, p. 165).



Ao estabelecer um perfil de subjetividade moderno (global) atrelado à racionalidade eurocêntrica (local), o Estado institucionaliza a colonialidade do poder através da “invenção do outro”. Isso quer dizer que o cidadão padrão passa a ser moldado a partir da criação de dispositivos de saber/poder mediante práticas, discursos e instituições de disciplinamento, e aqueles que não se enquadram nos perfis de subjetividades criados pelo Estado são submetidos à punição, exclusão, invisibilização e inexistência.

A aquisição da cidadania é, então, um funil pelo qual só passarão aquelas pessoas cujo perfil se ajuste ao tipo de sujeito requerido pelo projeto da modernidade: homem, branco, pai de família, católico, proprietário, letrado e heterossexual. Os indivíduos que não cumpram com estes requisitos (mulheres, empregados, loucos, analfabetos, negros, hereges, escravos, índios, homossexuais, dissidentes) ficarão de fora da cidade letrada, reclusos no âmbito da ilegalidade, submetidos ao castigo e à terapia por parte da mesma lei que os exclui. (CASTRO-GÓMEZ, 2005c, p. 81)

O poder disciplinar exercido pelo Estado na modernidade responde ao padrão de organização e classificação social configurado pela colonialidade do poder no sistema-mundo moderno/colonial. O Estado não corresponde a uma entidade unitária e abstrata; deve ser compreendido no interior das relações que constituem o sistema-mundo e o capitalismo, e responsável por reproduzir estruturalmente a colonialidade do poder e o imaginário ocidental como mecanismos de produção de *existência* e *não-existência*. Citando a Castro-Gómez (2005c, p. 83), “o conceito da colonialidade do poder amplia e corrige o conceito foucaultiano de poder disciplinar”, por pressupor uma estrutura mais ampla, de caráter global (e não apenas europeu) e historicamente heterogênea (que não se encerra com o fim da chamada sociedade disciplinar).

São os mapas que fazemos e nos vendem, estes mapas heterárquicos que combinam, no mesmo golpe de vista, símbolos, escalas e projeções, processos de elaboração participativos que encantam pela mobilidade e fluidez do mapeamento, plataformas digitais sedutoras e estratégias de dominação, no fundo, tão repressoras e autoritárias quanto poderia ser o mais perverso massacre colonizador. Se a quixotesca “Carta do Brasil” desenhada pelo português Sebastião Lopes em 1965 (pág. 93), põe à venda, como num catálogo de supermercado, o território, a natureza e o próprio sujeito habitante das terras que conquistara, atualmente são os mapas ditos participativos elaborados no marco dos programas de inclusão diferencial que efetivam a barganha pós-moderna.

São mapas que nos vendem e ao mesmo tempo nos vendam, pois nos impedem de ver, com sua fantasia insinuante, os processos perversos neocoloniais em que se sustentam. Cada vez mais comuns em EIA-RIMAs, planos diretores, planos de manejo de Unidades de

Conservação, Zoneamento Ecológico-Econômico, etc., estes mapas participativos são tidos por muitos como um grande passo em direção à democracia. Porém há sempre que se questionar: democracia de quem e para quem? Quais são os interesses que são realmente efetivados com a operacionalização destes mapeamentos? Para além dos mapeamentos, estão em jogo disputas sobre os próprios processos de participação envolvidos. Por isso alertamos, enfim, que atentar para o padrão heterárquico do poder que emana dos mapas é fundamental para mergulhar no espaço liso que caracteriza o contexto da virada cartográfica. Não como uma proposta maniqueísta que deseja derrubar ou extinguir as novas possibilidades da cartografia, mas problematiza-las.

#### 4.3 Mapas que fazemos e nos fazem (ou a heterarquia da resistência)

Torna-se presa fácil aquele que se aventura nas espirais da serpente levando consigo apenas as ferramentas que lhe permitiam caminhar por dentro dos buracos da toupeira. Em outras palavras, desconstruir um novo e embaraçado enredo requer a (re)criação de instrumentos analíticos que nos permitam mergulhar em sua complexidade. Munir-se, por exemplo, dos preceitos mais ortodoxos da economia política pode não ser o caminho mais adequado para caminhar pelo espaço liso da sociedade de controle, assim como o arsenal teórico-metodológico embasado nos estudos de cultura e identidade podem não ser tão corrosivos ao ponto de estabelecer uma crítica aprofundada que nos possibilite ir “mais além”.

Como ir “mais além” no campo da prática social na complexa conjuntura da sociedade de controle também é um dilema que deve ser pontuado. Nesse sentido, são pertinentes as questões colocadas por Grosfoguel (2006, p. 19):

¿Podemos generar una política radical anticapitalista más allá de la política de la identidad? ¿Es posible articular un cosmopolitismo crítico más allá del nacionalismo y el colonialismo? ¿Podemos generar conocimientos más allá de los fundamentalismos eurocéntricos y del tercer mundo? ¿Podemos vencer la dicotomía tradicional entre economía política y estudios culturales? ¿Podemos movernos más allá del reduccionismo económico y el culturalismo? ¿Cómo podemos superar la modernidad eurocéntrica sin descartar lo mejor de la modernidad como hacen muchos fundamentalistas del tercer mundo?

No espaço liso da sociedade de controle, o terreno é escorregadio. A construção de uma oposição efetiva contra o rolo compressor da modernidade/colonialidade não se sustenta, nesta etapa do capitalismo globalizado, em movimentos massivos, uma vez que o estratagema

da dominação na sociedade de controle interpela o próprio sujeito individual. “A linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação, ou a rejeição. Não se está mais diante do par massa-indivíduo. Os indivíduos tornaram-se ‘dividuais’, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou ‘bancos’” (DELEUZE, 2000, p. 221). Perde-se a centralidade da classe social como referência de luta. Em outras palavras:

A fábrica constituía os indivíduos em um só corpo, para a dupla vantagem do patronato que vigiava cada elemento na massa, e dos sindicatos que mobilizavam uma massa de resistência; mas a empresa introduz o tempo todo uma rivalidade inextinguível como são emulação, excelente motivação que contrapõe os indivíduos entre si e atravessa cada um, dividindo-o em si mesmo. (DELEUZE, 2000, p. 221)

Na atual situação do capitalismo global e, principalmente, na escala latino-americana, três eixos atravessam a sociedade e caracterizam o que Scribano (2009, p. 88) chama de capitalismo depredatório, neo-colonial e dependente. As práticas de depredação dos bens comuns, a criação de mecanismos de “suportabilidade social” (ou os dispositivos de regulação das sensações) e as redefinições da repressão/militarização na sociedade. Neste contexto, outros tipos de movimentos antissistêmicos emergem trazendo consigo outras formas de resistência. Os estudos sobre estas experiências trouxeram a noção de “novos movimentos sociais” a partir da década de 1970, tendo a cultura como uma das narrativas de ação, substituindo os velhos programas estruturais do passado por agendas territoriais (TARROW, 2009, p. 35). Estes movimentos tem em suas formas de organização a tendência na reprodução da vida comunitária, assumindo muitas vezes a forma de redes de auto-organização territorial (ZIBECHI, 2003, p. 187).

Este é o panorama em que a cartografia emerge como proposta disruptiva de ação social. A diversidade e a criatividade instrumental destes movimentos em suas lutas territoriais revelam que padrões heterárquicos também podem ser verificados no que se refere às práticas sociais desempenhadas pelos grupos sociais que resistem ao rolo compressor do capitalismo ocidentocêntrico/patriarcal/moderno/colonial. Algumas das cartografias pelas quais caminhamos, demonstram a simultaneidade de práticas sociais e ações de resistência que coexistem no mesmo espaço-tempo apesar de aparentarem pertencer a lógicas distintas de racionalidade espaço-temporal. Por exemplo, a apropriação de aparato tecnológico como equipamentos de GPS e Sistemas de Informações Geográficas em estratégias de resistência territorializada não pressupõe um ato de veneração à tecnocracia imperialista. Tampouco, a negação da incorporação em certos nichos da economia capitalista não significa um arraigo ancestral que reivindica uma volta ao passado ou um legado pré-capitalista, como no caso das

cartografias elaboradas por comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, etc. Ao contrário, a insistência em resistir aponta para a construção de futuros possíveis, de outros projetos civilizatórios, “mais além” do capitalismo e da modernidade/colonialidade.

Estes processos de mobilização possuem também como característica relevante o distanciamento em relação às instituições de regulação do Estado (apesar dos processos de renovação dos dispositivos de controle como as frequentes tentativas de *ONGização* da luta social). Estes grupos demandam por autonomia, e inscrevem a autodeterminação em diversas linhas de ação que, ora caminham junto e se entrelaçam com o pensamento crítico, ora distanciam-se do conhecimento estabelecido e criam quebra-cabeças para os intelectuais ocidentais. Scribano (2009, p. 110) afirma que a institucionalização dos movimentos sociais como processadores de demandas implica no enfraquecimento de suas “energias disruptivas”.

A heterarquia da resistência manifesta-se nas mais diversas ações dos sujeitos que reinventam a prática cartográfica, combinando nas mesmas experiências o velho e o novo (ou melhor, aquilo que nossos olhares ocidentais estão disciplinados a enxergar como velho e novo). Nas experiências de mapeamento empreendidas desde a zona do não-ser, dotadas de criticidade e criatividade, que produzem outras formas de poder contra-hegemônicas e apontam para a autogestão como proposta política, enxergamos “uma formidável espontaneidade ao combinar o uso do suprasumo tecnológico da modernidade ocidental com as racionalidades territoriais que lhes são próprias” (MONTENEGRO; ROCHA, 2015, p.25).

Não se trata de negar a modernidade ou tudo aquilo que dela advém. Nesse sentido, nos parece que os próprios sujeitos da ação social respondem a muitas das questões colocadas no debate acadêmico descolonial/pós-colonial/decolonial sobre os posicionamentos válidos de uma postura crítica à modernidade ocidental em relação ao dilema sobre até que ponto deve-se negá-la. Estes movimentos respondem também com destreza ao empecilho criado pelas mentes *ocidentelectuais* relacionado ao impasse acadêmico (ou disputa de egos) entre abordagens estruturalistas/marxistas e os estudos culturais, conforme pontuado por Grosfoguel (2006, p. 19).<sup>61</sup>

Ações políticas radicais anticapitalistas, para além do colonialismo interno, do nacionalismo e do viés culturalista, emergem do cotidiano das experiências vividas na zona do não-ser, nos discursos e nas práticas descolonizadoras. Contudo, estas práticas não se sustentam como formas híbridas de transculturação, como proposto pelas vertentes do multiculturalismo. Em contraposição à perspectiva da hibridez, que confere esterilidade às

---

<sup>61</sup> Silvia Rivera Cusicanqui (2006) elabora uma corrosiva crítica à intelectualidade que se autoproclama agente de descolonização epistêmica, mas deleita-se diante da lógica mercantil e pueril dos circuitos acadêmicos.

experiências sociais, Cusicanqui (2006, p. 11) nos apresenta a noção de *chhixi*, tradução que a autora considera mais adequada para referir-se à condição do ser na “sociedade abigarrada”, que trata da coexistência paralela de múltiplas diferenças culturais que não se fundem, mas que se antagonizam ou se complementam.

La posibilidad de una reforma cultural profunda en nuestra sociedad depende de la descolonización de nuestros gestos, de nuestros actos, y de la lengua con que nombramos el mundo. El retomar el bilingüismo como una práctica descolonizadora permitirá crear un “nosotros” de interlocutores/as y productores/as de conocimiento, que puede posteriormente dialogar, de igual a igual, con otros focos de pensamiento y corrientes en la academia de nuestra región y del mundo. La metáfora del *chhixi* asume un ancestro doble y contencioso, negado por procesos de aculturación y “colonización del imaginario”, pero también potencialmente armónico y libre, a través de la liberación de nuestra mitad india ancestral y el desarrollo de formas dialogales de construcción de conocimientos. (CUSICANQUI 2006, p. 11)

Construir práticas e discursos descolonizadores requer o reconhecimento da heterarquia como padrão arquitetônico das estruturas de poder que nos aprisionam na sociedade de controle do capitalismo global contemporâneo, ou no atual estágio do sistema-mundo moderno/colonial. Os *mapas que fazemos e nos fazem*, nos produzem como sujeitos heterogêneos e “abigarrados”<sup>62</sup>, ou seja, atravessados por múltiplas formações societárias, vários tempos históricos, várias concepções de mundo e de produção de subjetividades e várias formas de estruturas de autoridade ou governo (TAPIA, 2008 ,p. 48). Dessa forma, enquanto cartógrafos de nós mesmos, que reconhecem o “abigarramento” que nos constitui enquanto sujeitos subalternizados, é fundamental “mapear para nós mesmos” as nossas próprias ações no intuito de nos auto-descolonizarmos, descolonizarmos nossas práticas e discursos. Disso se trata a proposta dos *mapas que fazemos e nos fazem*.

Nesse sentido, no que concerne à ação social de base territorial, é relevante destacarmos a afirmação de Cusicanqui, de que a noção de identidade associada ao território é própria do padrão masculino de poder, e as formas organizativas que majoritariamente imperam nos movimentos sociais de matriz identitária são marcadas pelo selo colonial de exclusão das mulheres. A superação do multiculturalismo oficial deve atravessar também a barreira do “logocentrismo machista que desenha mapas e estabelece pertencimento” (CUSICANQUI, 2006, p. 12).

<sup>62</sup> O conceito de “sociedade abigarrada” foi cunhado por René Zavaleta Mercado, sociólogo boloviano, referindo-se à sociedade na qual se justapõem relações assimétricas de poder, manifestações culturais distintas e modos de produção, hoje considerado fundamental para interpretar a realidade deste país e de outros países que possuem características similares no contexto latino-americano.

Ainda, segundo a autora, a construção de um pensamento descolonizador que nos permita construir uma sociedade “genuinamente multicultural” (ou um mundo onde caibam muitos mundos, para usar a metáfora zapatista), deve partir da afirmação deste “nós” abigarrado (ou heterárquico), *chhixi*, “que se projeta como cultura, teoria, epistemologia, política de estado”, e produzir uma nova definição de “bem estar”, para além do desenvolvimento, em direção ao “viver bem”, *buen vivir*, *sumak kawsay*, *suma quamaña*, *teko porã*. A autora pontua alguns aspectos que nos colocam em direção à descolonização proposta, que passa pelo rompimento com o colonialismo interno, construir laços “sul-sul” em diálogo com as ciências de países vizinhos, afirmar laços com as correntes teóricas asiáticas e africanas, e enfrentar projetos hegemônicos do norte com a força de nossas convicções ancestrais (CUSICANQUI, 2006, p. 12).

Contudo, a questão suscitada por Grosfoguel (2006, p. 19) sobre como podemos superar a modernidade eurocêntrica, sem menospreza-la ou a tratar como um ente monolítico que deve ser completamente descartado, permanece em aberto. Para Grosfoguel, uma nova forma de universalidade, que abandone a abstração dos desenhos globais monoculturais e imperiais, é requisito para uma linguagem crítica comum de descolonização.

[...] una ‘diversalidad radical universal descolonial anticapitalista’ como proyecto de liberación. En oposición a los universales abstractos de las epistemologías eurocéntricas, que subsumen/diluyen lo particular en lo mismo, una ‘diversalidad radical universal descolonial anticapitalista’ es un universal concreto que construye un universal descolonial respetando las múltiples particularidades locales en las luchas contra el patriarcado, el capitalismo, la colonialidad y la modernidad eurocentrada desde una diversidad de proyectos históricos descoloniales epistémicos/éticos. (GROSFOGUEL, 2006, p. 44)

A descolonização que defende Grosfoguel não consiste em um ataque inadvertido a todas as formas universais, mas ao universalismo abstrato e atópico que dá sustentação aos padrões de concentração de poder e legitimação do conhecimento no sistema-mundo moderno/colonial. Não há que temer o universal, porém – a partir de uma totalidade alternativa concebida como uma rede de histórias locais e hegemonias locais múltiplas – deslocar-se do universalismo abstrato da epistemologia ocidental (MIGNOLO, 2003, p. 82).

Uma “diversalidade radical” como propõe Grosfoguel, que seja ao mesmo tempo universal, descolonial e anti-capitalista, deve passar por ações disruptivas em todos os campos da experiência social. Somente entre vozes dissonantes, diatópicas, conflitivas, heterárquicas, será possível uma “diversalidade” de projetos históricos descoloniais epistêmicos/éticos que desprendam um novo horizonte civilizatório, mais além da modernidade ocidental que

caminha a passos largos para um futuro de destruição. Uma linguagem comum anticapitalista, antipatriarcal, anti-imperialista e contra a colonialidade do poder passa pela construção de experiências autogestionárias capazes de imaginar e propor racionalidades ecológicas de organização social para além do Estado-Nação e das instituições modernas de agenciamento do poder.

No campo da cartografia como instrumento de transformação social, esta “diversalidade radical” é imprescindível se se projeta uma descolonização das práticas e dos discursos que seja, ao mesmo tempo, anticapitalista, antipatriarcal e agente de desconstrução do universalismo abstrato moderno/eurocêntrico. Não é suficiente apenas a diversidade de grupos e sujeitos sociais construindo mapas, mas uma multiplicidade de conteúdos críticos, estéticas subversivas e ações disruptivas, desde fontes de inspiração epistêmica e racionalidades ecologicamente diversas. Não se trata de uma celebração da diversidade dos mapas, mas da aposta na construção de outras práticas, outros discursos, outras cartografias potencialmente capazes de criticar contundentemente essas metanarrativas da dominação multifacetária e heterárquica da modernidade. Não se trata tampouco de uma “nova metanarrativa” baseada numa “teleologia anti-moderna” ou de um “giro descolonial” concebido como um movimento mecanizado, mas da aposta na potência disruptiva dos mapas em vozes múltiplas, conflitivas e dissonantes que propõem uma contra-hegemonia cartográfica.

Uma contra-hegemonia cartográfica que não é invenção recente: existe como atitude contra-hegemônica desde a primeira expressão de resistência territorializada à colonialidade do poder, afinal, os sujeitos e grupos subalternizados nunca deixaram de mapear seus territórios; suas plurais cartografias apenas foram produzidas como não existentes pela razão monocultural ocidental. O fato de hoje o conhecimento institucionalizado lhes dar mínima atenção advém de aberturas, que se fazem possíveis graças às múltiplas vozes que, de uma forma ou de outra, se esforçam para suscitar racionalidades outras nas tensões da disputa pelo conhecimento.

*Mapas que fazemos e nos fazem* não têm um valor em si mesmo. São componentes deste processo de luta que travamos continuamente deste lado da linha abissal. Pensar numa renovação descolonizadora dos discursos e práticas requer incorporarmos à disputa epistêmica a prática dos sujeitos sociais que se opõe ao poder colonial ocidentocêntrico, capitalista, racista e patriarcal. Requer pensarmos em cartografias que não sejam produto, mas prática de sabotagem de um poder consolidado, de um capitalismo que chafurda em tecnologias de segurança perfeita que, paradoxalmente, demonstram sua imperfeição, sua inconsolável

sensação de fracasso. Uma descolonização radical e pluriversal das práticas e discursos deve ocupar as brechas nas quais o controle completo não existe em indivíduos, grupos, comunidades e sociedades que não pretendem se deixar inserir no mapa 1/1 da sociedade de controle.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS: NOTAS DE UM OTIMISTA RECÉM-CONVERTIDO

### I

*“Hay que saber perderse para trazar un mapa: vagar por los márgenes y por el desierto, fuera de las fortalezas en las que están encerrados la verdad, el bien y la belleza.”*  
(Jesús Ibañez)

O dilatado mapa 1/1 do império imaginado por Jorge Luis Borges, que em determinado momento fora celebrado como o esplendor das disciplinas cartográficas, foi julgado inútil pelas seguintes gerações, que o entregaram impiedosamente às inclemências do Sol e dos invernos. Hoje vivemos, paradoxalmente, o desencanto do velho mapa estriado da modernidade disciplinar e a ufanía vangloriosa do mapa liso da sociedade de controle. Vemos neste complexo e contraditório contexto a necessidade em problematizar o quê e para quem estamos mapeando.

No pretexto de alargar os limites deste intrincado terreno, intentamos identificar a conjuntura em que esta pesquisa se situa nos movimentos da sociedade. Assim, a partir da problematização da perspectiva sobre uma suposta “crise dos metarrelatos da modernidade”, lançamos uma mirada de desconfiança sobre as interpretações que repousam na celebração da diversidade como “via de escape” em relação à modernidade. Vimos que, muitas vezes, a produção do diverso, do multicultural, da integração, está relacionada a uma estratégia de inclusão diferencial que não questiona estruturas de poder, mas atua no sentido de perdurá-las. As celebradas micronarrativas podem atuar como uma nova metanarrativa legitimatória que perpetua uma ordem vigente moderna, colonial, ocidental, branca, masculina e capitalista.

Nas sinuosidades desta trama, a cartografia toma diversos rumos. Os mapas mudam, seja em relação às formas e conteúdos ou aos processos e contextos de produção e distribuição. Mudam também, e principalmente, as interpretações sobre os mapas, que abrem novos espectros e “produzem” outros mapas como existentes por aceita-los e valorizar sua existência. Conformam-se diversas perspectivas, sobre as quais destacamos aquelas que consideram o mapa um produto político, que admitem seu caráter enquanto ferramenta de transformação social e abrem fissuras que potencializam o surgimento de outras cartografias críticas e polifônicas. Mapas que colocam contra a parede convenções e ordens naturalizadas e arrastam para fora do instituído leituras de mundo que se produzem a partir deles. Desta

forma buscamos suporte teórico sobre saberes que também se proponham a mover para fora do instituído, e caminhamos sobre uma construção narrativa centrada na pluralidade de vozes das perspectivas descoloniais.

Ou seja, tendo como meta a construção de uma narrativa crítica à modernidade que não desconsidere as assimétricas estruturas de poder produzidas e persistentes desde a vigência desta ordem até hoje, encontramos na ideia de colonialidade do poder diversos elementos que nos abriam possibilidades de enveredar-nos por caminhos outros. Assim, procuramos alinhar a trajetória da cartografia na modernidade com a perspectiva “descolonial”, passando por reflexões desde a produção da colonialidade como lado oculto e indissociável da modernidade a partir da invenção da América (e produção do sujeito não-ocidental como contrapartida do sujeito moderno), à noção de heterogeneidade histórico-estrutural que desloca a produção de conhecimento da perspectiva linear da história adotada pela racionalidade monocultural ocidental. Procuramos também nos afastar de narrativas que possuam um não-lugar epistemológico, afastar-nos do universalismo abstrato que impregna as teorias eurocêtricas e caminhar por uma trajetória de conhecimento que assuma o lugar de onde se produz.

Vimos, portanto, que a colonialidade do poder resulta em um princípio que organiza a dominação e o controle de múltiplas dimensões da vida social, desde as relações políticas, econômicas, culturais, sexuais, de gênero, epistêmicas, espirituais, etc. Chamamos padrão heterárquico de poder esta articulação imbricada de múltiplas hierarquias que são constitutivas (e não apenas derivativas) das estruturas do sistema-mundo moderno/colonial. Uma característica estrutural da colonialidade do poder por sua capacidade de enraizar-se de forma, ao mesmo tempo, simultânea, descontínua e conflitiva sobre múltiplas formas de produção de subalternidades (ou produção de ausências).

A partir destes elementos pudemos fazer uma incursão exploratória, uma deriva através de três experiências contemporâneas de mapeamento que apresentam certos elementos de descontinuidade e continuidade em relação à tradição cartográfica hegemônica. Mais do que apontar para um movimento de superação numa perspectiva linear, pretendeu-se mostrar a simultaneidade de tensões que existem e se fazem visíveis na produção cartográfica hodierna. Pudemos explorar zonas de tensionamento existentes a partir de alguns elementos como as noções de escala, projeção e simbolização como “mecanismos de distorção” dos mapas. Esta deriva nos permitiu realizar algumas reflexões sobre o quê são estes mapas e o que representam na sociedade contemporânea, em quais movimentos da sociedade eles se inserem e são ativamente participativos.

Falamos então em “mapas que fazemos e nos vendem” e “mapas que fazemos e nos fazem” sinalizando para as diferentes práticas e discursos que estes mapeamentos carregam e se desdobram, pois pudemos perceber que a desconfiança crítica é essencial para uma leitura profícua destas experiências, mas a confiança nas suas potencialidades disruptivas e transformadoras também é fundamental. Confiamos em uma “diversalidade” cartográfica radical, que seja ao mesmo tempo universal, descolonial e anti-capitalista, que articule-se a ações disruptivas em todos os campos da experiência social. Apostamos que somente entre vozes dissonantes, diatópicas, heterárquicas, será possível uma “diversalidade” de projetos históricos descoloniais que apontem para um novo horizonte civilizatório, “mais além” da modernidade ocidental. Não se trata de uma celebração da diversidade dos mapas, mas da aposta na construção de outras práticas, outros discursos, outras cartografias potencialmente capazes de criticar incisivamente essas metanarrativas heterárquicas da modernidade.

## II

*“Não importa o que façam, nunca passará de uma simples gota num oceano infinito.  
Mas, o que é um oceano senão uma infinidade de gotas?”*  
(David Mitchell)

Alcançar o “mais além” exige que reconheçamos nossas próprias limitações, que interroguemos nossas próprias fraquezas no decorrer da caminhada. Como dissemos antes, este não é, e nunca será, um trabalho acabado. Trata-se de um movimento contínuo de descolonização interna que, ao mesmo tempo em que busca explorar o que há “mais além”, submerge no mais impérvio aquém. Um exercício permanente de autoconhecimento.

Disputamos nosso objeto de estudo ao longo de todo o trabalho a partir da apropriação de referências plurais e vivazes, nunca de forma engessada ou ensimesmada. Batalhamos por uma deriva cujos rastros exibem muito de nós mesmos, mas que está filiada a discursos críticos das metanarrativas de uma modernidade opressora. Nesta deriva transitamos através de distintos ambientes e, como sugere a prática situacionista, está relacionada à afirmação de um comportamento lúdico-construtivo, onde a aleatoriedade é muito menos determinante do que se crê. No decorrer da pesquisa, muitas vezes não soubemos como evitar que nossos relatos se assemelhassem às formas metanarrativas que criticamos, mas talvez a força da crítica não tenha nada a ver com o resguardo ou o medo de metanarrar, afinal, de audácia se constituem os processos concretos de transformação.

Colocamos os pés no terreno da incerteza ao disparar contra a ciência moderna, o cartesianismo, a colonialidade e o pós-modernismo que contempla, mas entendemos que nenhum passo sobre a estrada pavimentada será capaz de encontrar um caminho radicalmente diferente daquele que já sabemos onde vai dar, mesmo que isso pudesse nos custar o senso de orientação. Todavia, cada passo tateou cautelosamente o terreno, a fim de mapear as possibilidades e os obstáculos, apoiar-se em referenciais pujantes, sem perder de vista a materialidade do nosso lugar de enunciação, nosso ponto de partida e a potencialidade dos espaços de produção de conhecimento e troca de experiências que foram por nós atravessados no decorrer do caminho.

O fantasma do maniqueísmo também é intimidante. É prudente evitar a qualquer custo as oposições dicotômicas? Sabemos que a racionalidade moderna ocidental que tanto criticamos estrutura-se nessas dualidades (sujeito/objeto, sociedade/natureza, etc.) e, sem dúvida, defendemos a necessidade de se afastar delas. Contudo, a obsessão pela complexidade pode suscitar prejuízos políticos à energia transformadora que requer que saibamos o tempo todo contra quem estamos lutando. Apostar num holismo imediato é colocar o carro na frente dos bois na batalha permanente da descolonização dos discursos e das práticas. Livrar-se das convenções ocidentais deve ser, ao mesmo tempo, o primeiro e o último passo. Trata-se de uma atitude ou de um desejo permanente e inalcançável (no sentido utópico), que somente tem valor quando questionamos em cada momento o quanto do colonizador está dentro de nós mesmos.

Falamos dos *mapas que fazemos e nos fazem* e daqueles *mapas que fazemos e nos vendem*, não como oposição bipartida, mas como dualidade que pressupõe complementariedade, jogos de tensionamentos e simultaneidades. Não se trata de uma escala de avaliação que se esforça para enquadrar experiências em formas pré-moldadas, mas uma proposta de leitura factível e concreta de uma realidade complexa, desde a materialidade do nosso lugar de enunciação.

Acreditar na potência disruptiva da crítica que se faz com mapas e sobre os mapas pode ser também um ato de desapontamento. Sob qual pretexto um mapa possui tanta virtuosidade de transformação social quanto parecemos querer acreditar? É profícuo este atestado de fé na potencialidade dos mapas? Aqui, nosso campo de batalha é o da problematização, de esticar o objeto de estudo para fora das margens da zona de conforto do saber instituído. Estes mapas que fazemos e nos fazem são como um punhado de gotas num oceano sem limites, mas se queremos transformar o oceano inteiro, dependemos da inifinidade de gotas que o compõem.

Nesse sentido, confiamos no potencial disruptivo das narrativas que ousam propor outros caminhos e, sobretudo, acreditamos na pluralidade de vozes que as constroem, dotadas de vigor e aptidão para a sabotagem de um poder consolidado e reumático dos mapas hegemônicos da modernidade. Temos confiança na veemência das ações que sabotam o poder, desordenam, questionam, confundem, perturbam. Confiamos em cada gota que corrói, com a força caótica da turbulência, a superfície lisa dessa civilização moderna que flui com afã em direção ao abismo da destruição, mas que se abre em um sem fim de redemoinhos de possibilidades outras.

### III

*“Jani p’iqi amuyu armasa, chuymana thakhipa sarañäni  
Sem esquecer a razão, sigamos pela trilha do coração”  
(Provérbio Aymara)*

*Serendipidade* é um anglicismo que se refere às descobertas feitas, aparentemente, por acaso. Não como um acaso imaculado, imprevisto, mas uma forma especial de criatividade que combina capacidade de observação, sagacidade e perseverança. Caminhar “mais além” do instituído exige que peregrinemos por trajetórias serendípicas por fora das sendas que já estão abertas e pavimentadas. Este trabalho é um chamado à serendipidade: clama pelo desprendimento das vinculações da racionalidade moderno-colonial e pela abertura de sendas que conduzam a outras narrativas.

Antonio Lafuente<sup>63</sup> sinaliza que neste mundo impregnado de organizações que institucionalizam consensos mais ou menos democráticos e valores mais ou menos impostos, mas que não deixa de produzir desigualdades e injustiças, a aposta pela desordem pode apontar caminhos concretos de transformação. Recomenda-nos o autor: lutemos contra o consenso. Confrontemos a tendência à normalidade com que cada interlocutor evita a complexidade. Explicitemos os riscos inerentes a cada simplificação. Façamos filosofia de garagem, pratiquemos a cultura *hacker*, hasteemos a imaginação crítica. Para inventar alternativas é preciso desorganizar, desburocratizar: as coisas são como são por que existe algo ou alguém que as sustenta dessa forma.

---

<sup>63</sup> Disponível em <[http://www.eldiario.es/cuaderno-comun/promesa-desorganizacion\\_6\\_81951811.html](http://www.eldiario.es/cuaderno-comun/promesa-desorganizacion_6_81951811.html)> Acesso em 27 de março de 2015.

Vimos que a riqueza da experiência social do mundo sempre esteve muito além daquilo que é aceito e divulgado pelas instituições de produção de conhecimento. Permanecer inerte dentro do perímetro de legitimidade da institucionalidade do saber é assinar o atestado do desperdício da experiência e participar, coniventemente, da produção de ausências. Não negamos a prerrogativa que significa nossa posição no interior desta institucionalidade, porém, nunca de forma indolente ou absorta, trabalhamos no sentido de nossas convicções de que é possível disputá-la e transformá-la também desde seus espaços internos. Assim constituem-se racionalidades fronteiriças, a partir de forças exógenas e endógenas que criam rupturas e possibilidades de outras dialogias, outros discursos, outras práticas.

Buscamos tecer diálogos que envolvessem múltiplas vozes de pensadores e pensadoras de diferentes lugares epistemológicos, sejam acadêmicos, artistas, mapeadores, ativistas, etc. Apostamos na riqueza da polifonia, seja ela uníssona ou dissonante, harmônica ou conflituosa. Contudo, não abrimos mão de uma perspectiva crítica radical que não se deixa curvar aos desígnios da ordem instituída e que não quer perder de vista a sobriedade de aceitar que a pobreza da experiência não é a expressão de sua carência, mas, antes, o resultado da arrogância “de não se querer ver e muito menos valorizar a experiência que nos cerca, apenas porque está fora da razão com que a podemos identificar e valorizar” (SANTOS, 2002, p. 245).

Afastar-nos da linearidade histórica e das determinações causais e do universalismo abstrato, e a tentativa de construir uma leitura de mundo arraigada em tensões de simultaneidades requieru que compreendêssemos o processo de investigação como transformador de si mesmo e em transformação com o mundo. Procuramos, portanto, construir uma narrativa crítica ao universalismo abstrato dos metarrelatos modernos sem deixar de lado as assimetrias e hierarquias produzidas no mundo, cujas entranhas estão relacionadas com a institucionalidade do saber científico e sua razão metonímica, que se reivindica como única, privilegiada, incapaz de dialogar ou reconhecer outras formas de compreender o mundo. Há que se reconhecer que existem iniciativas que tendem a transformar as estruturas mais rígidas do saber moderno/ocidental desde seu íntimo, porém, acautelados pela ideia de que “algo deve mudar para que tudo continue como está”, é preciso precaver-se em estado permanente de desconfiança em relação a tudo que se apresenta como novidade, e questionar impetuosamente a frugalidade com que se aceitam e naturalizam as transformações.

Enfim, para fechar com reticências estas notas de um recém-convertido otimista, não com pontos finais, alertamos para que o pé-atrás da desconfiança jamais aniquile o passo-

adiante da confiança nos processos disruptivos. Reafirmamos a confiança na radicalidade plural das experiências e suas múltiplas vozes, gritos disruptivos de uma raiva anti-colonial, anti-capitalista, anti-patriarcal. Confiamos nos múltiplos gritos dissonantes, heterárquicos, conflitivos e diatópicos que acendem faíscas de outros horizontes civilizatórios, nas múltiplas cartografias que construímos e que nos constroem como sujeitos autônomos e em resistência à colonialidade do poder, que nos projetam para “mais além”, de forma crítica e enérgica em direção à descolonização das práticas e dos discursos, à descolonização de nós mesmos e à descolonização do mundo.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais**: marcos para o debate. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.

ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013.

ACSELRAD, Henri. Apresentação. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografiasocial e dinâmicas territoriais**: marcos para o debate. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.

ACSELRAD, Henri; COLI, Luís R. “Disputas territoriais e disputas cartográficas”, in: ACSELRAD, Henri (Org.), **Cartografias sociais e territórios**, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. 2008.

ACSELRAD, Henri; VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. Cartografias sociais e território – um diálogo latino-americano. Em: ACSELRAD, Henri (Org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPPUR, 2013.

ALMEIDA, Alfredo W. B de. “Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos agronegócios”, Em: ALMEIDA, Alfredo. W. B (org.), “**Capitalismo globalizado e recursos territoriais**: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo” , Lamparina, Rio de Janeiro: 2010

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Carajás**: A guerra dos mapas. Belém, PA. Ed. Falangola, 1994.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. FARIAS JR., Emmanuel de Almeida. (orgs.) Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social. Manaus: UEA Edições, 2013b.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. In: ALMEIDA, A.W.B.; FARIAS JR. Emanuel de Almeida. **Povos e Comunidades Tradicionais**: Nova Cartografia Social. Manaus, 2013.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e Movimentos Sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, (Rio de Janeiro: ANPUR) Vol. 6, Nº 1, 2004.



ALONSO, Diana Padrón. Prácticas cartográficas antagonistas en la Época Global: Catálogo de Mapas Críticos. Dissertação (Mestrado). Universitat de Barcelona: Barcelona, 2011.

ANGEL, Sebastián Díaz. Aportes de Brian Harley a la nueva historia de la cartografía y escenario actual del campo en Colombia, América Latina y el mundo. **Historia Crítica**, Bogotá, n. 39, p.180-200, set 2009.

BATISTA, Sinthia Cristina. A cartografia na era digital: padrão (linguagem) e/ou percepção (meio). **Geografia em Questão**. v. 05, n.2, 2012, p. 11-27.

BORGES, Jorge Luís. **História Universal da Infâmia**. 6. ed. São Paulo: Globo, 1998.

BRANNSTROM, Christian. Renewed El Dorado. Em: OFFEN, Karl; DYM, Jordana. (orgs.). Mapping Latin America: a cartographic reader. University of Chicago Press, 2011.

BRUNET, Roger. La composition des modèles dans l'analys spatiale, in: **L'Espace géographique**, n° 4, 1980.

BRYAN, Joel, Multiplicadores de fuerza: geografía, militarismo, y las Expediciones Bowman. 2010. Disponível em: <http://academic.evergreen.edu/g/grossmaz/BryanForceMultipliersEsp.doc>. Acesso em 16 de janeiro de 2015.

CÁCERES, Luz Stella Rodriguez, - Direitos territoriais e mapeamento participativo na América Latina. In ACSELRAD, Henri. **Cartografia social e Dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro, UFRJ/IPPUR, 2010.

CAPRA, Fritjof. O Ponto de Mutação: A Ciência, a Sociedade e a Cultura Emergente. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 1982.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. “Ciencias Sociales, violencia epistémica y el problema de la “invención del otro”.In: LANDER, Edgardo (comp.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciencias sociais, violencia epistêmica e o problema da invenção do outro. Em: LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciencias sociales. Perspectivas latino-americanas. Coleccion Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autonoma de Buenos Aires, 2005c.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La Hybris del Punto Cero**: ciencia, raza e Ilustración en la Nueva Granada (1750 – 1816). Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2005b

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La poscolonialidad explicada a los niños**. Bogotá: Popayán. Instituto Pensar, 2005a.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Michel foucault y la colonialidad del poder. Tabula Rasa, Bogotá, n. 6, Junio, 2007b.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. Prólogo. Em: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. (comp.) **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um Conceito-Chave da Geografia. Em: CASTRO Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995.

CRAMPTON, Jeremy W.; Cartography: maps 2.0” in: **Progress in Human Geography** v. 33 n°1, 2009.

CRAMPTON, Jeremy W.; KRYGIER, John. Uma introdução à cartografia crítica. ACSELRAD, Henri (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

CRUZ, Valter do Carmo. Das lutas por redistribuição de terra às lutas por reconhecimento de territórios: uma nova gramática das lutas sociais? Em: ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013.

CUSICANQUI, Silvia. Chhixinakaxutxiwa. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores,; Em: YAPU, Mario (comp.) Publicación Memoria Seminario Internacional: Modernidad y pensamiento descolonizador. La Paz: PIEB/IFEA, 2006.

DELEUZE, Gilles. Conversações. Rio de Janeiro: Ed 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**. Capitalismo e esquizofrenia, vol. 5. São Paulo: Editora 34, 2008.

DOMINGUES, José Maurício. Teoria crítica e semi(periferia). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

DUNN, Christine E. Participatory GIS – a people's GIS? **Progress in Human Geography**, v. 31, nº 5, 2007.

DUSSEL, Enrique. **1492: El encubrimiento del otro**. Hacia el origen del mito de la modernidad. La Paz, Bolivia: Plural Editores. 1994.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. Em: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciencias sociais. Perspectivas latino- americanas. Edgardo Lander (org). Coleccion Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

DUSSEL, Enrique. Filosofía de la liberación latinoamericana. Bogotá: Editorial Nueva América, 1979.

ECO, Umberto. **Segundo diário mínimo**. São Paulo: Record, 1993.

ESCOBAR Arturo, Más allá del Tercer Mundo. Globalización y diferencia, Bogotá: Universidad del Cauca, 2005.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo - El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. **Revista Tabula Rasa**, Bogotá, n.1, p. 51-86, 2003.

FANON, Frantz. Piel Negra, Máscara Blancas. Akal: Madrid, 2010

FEYERABEND, Paul. **A ciência em uma sociedade livre**. São Paulo: UNESP, 2011.

FONSECA Carolina Ferreira. Sondando representação e política nas tramas cartográficas contemporâneas. In: PEIXOTO, Elane Ribeiro; DERNTL, Maria Fernanda; PALAZZO, Pedro Paulo; TREVISAN, Ricardo (Orgs.) *Tempos e escalas da cidade e do urbanismo*: Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Brasília: UNB, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOX, J. et al “O poder de mapear: efeitos paradoxais das tecnologias de informação espacial” In: ACSELRAD, Henry (org.) **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), 2008, p. 71-84.

FRENIERRE, Jeff. Answering the critics: how participatory Gis address the social. Consequences of geospatial Technologies. In: TAYLOR, Mathew. **Fundamental Geographic Perspective**. 2007

GESCO. Modernidad / Colonialidad / Descolonialidad: Aclaraciones y réplicas desde un proyecto epistémico en el horizonte del bicentenario: Em: **Pacarina del Sur**: Revista de Pensamento Crítico Latinoamericano, n. 4, Cidade do México, 2010. Disponível em: <http://www.pacarinadelsur.com/home/abordajes-y-contiendas/108-modernidad--colonialidad--descolonialidad-aclaraciones-y-replicas-desde-un-proyecto-epistemico-en-el-horizonte-del-bicentenario>

GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Proposição Teórico-Metodológica de Uma Cartografia Geográfica Crítica e sua Aplicação no Desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira. 2008. Tese (Doutorado) Unesp, Presidente Prudente, 2008.

GIRARDI, Gisele. Aventuras da leitura de mapas. In: SEEMANN, Jörn (org.). **A aventura cartográfica**: perspectivas, pesquisas e reflexões sobre a cartografia humana. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005. p. 61-72.

GIRARDI, Gisele. Leitura de mitos em mapas: um caminho para repensar as relações entre Geografia e Cartografia. **Revista Geografares**, v. 1, n.1, p. 41-50, 2000.

GOTO, Newton. Contos Descartógrafos. Em: WASHINGTON, Cláudia; ARAÚJO, Lúcio de; GOTO, Newton.. (Org.). **Recartógrafos**. Curitiba: edição do autor, 2010, v. 1, p. 33-41.

GROSGOUEL, Ramon. La descolonización de la economía política y los estudios postcoloniales: Transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. **Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, No.4: 17-48, 2006.

GROSGUÉL, Ramón. La descolonización del conocimiento. Diálogo crítico entre Frantz Fanon y Boaventura de Sousa Santos. Iepala, 2012.

HAESBAERT, Rogério. Da multiterritorialidade aos novos muros: paradoxos da desterritorialização contemporânea. Niterói, UFF, 2011. p.1-15. Disponível em <[http://www.posgeo.uff.br/sites/default/files/da\\_multiterritorialidade\\_aos\\_novos\\_muros.pdf](http://www.posgeo.uff.br/sites/default/files/da_multiterritorialidade_aos_novos_muros.pdf)>. Acesso em 02 out. 2013

HARDT, Michael. A sociedade mundial de controle. In: Alliez, Éric. Gilles Deleuze: uma vida filosófica. São Paulo: Ed. 34, 2000.

HARLEY, John Brian, Mapas, saber e poder, *Confins* [Online], v. 5, 2009, Disponível em: <http://confins.revues.org/5724>, Acesso em 16 out. 2013.

HARLEY, John Brian. Deconstructing the map. *Cartographica*. v.26, n.2. Toronto: University of Toronto Press, 1989. p.1-20.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HEIDRICH, Álvaro Luis. Esquema para dialogar com descartógrafos. Em: WASHINGTON, Cláudia; ARAÚJO, Lúcio de; GOTO, Newton.. (Org.). Recartógrafos. Curitiba: edição do autor, 2010, v. 1, p. 33-41.

HERLIHY, Peter. Guardianes autoproclamados atacan la primera Expedicion Bowman de la Sociedad Geografica Americana, *Political Geography* 2010.

HERLIHY, Peter. H. & KNAPP, Gregory. Maps of, by and for the Peoples of Latin America. Human Organization. **Journal of the Society for Applied Anthropology**. Vol. 62, n. 4, 2003. p.303-314.

HIERNAUX, Daniel; LINDÓN, Alicia (directores), **Tratado de Geografía Humana**. Barcelona: Editorial Anthropos y Universidad Autónoma Metropolitana Iztapalapa, 2006.

KATUTA, Angela Massumi. A(s) natureza(s) da e na cartografia. In: SEEMANN, J. (Org.) **A aventura cartográfica**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2006.

KITCHIN, Rob; DODGE, Martin. Rethinking maps. In: **Progress in Human Geography** 31(3), 2007.

KOZEL, Salete. Comunicando e representando: Mapas como construções socioculturais. In: SEEMANN, J. (Org.) **A aventura cartográfica**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2006.

LACOSTE, Yves. **A geografia, isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra**. São Paulo: Papirus, 1988.

LESTER, Toby. **A quarta parte do mundo**: a corrida aos confins da Terra e a épica história do mapa que deu nome à América. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

LÉVY, Jacques. **Le tournant géographique**: Penser l'espace pour lire le monde, Paris : Belin, Colección Mappemonde, 1999

LÉVY, Jacques. Uma virada cartográfica. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografias sociais e Território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.

LYOTARD, Jean F. **A condição pós-Moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

MALDONADO-TORRES, Nelson. La descolonización y el giro des-colonial. **Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, No.9: 61-72, 2008.

MIGNOLO, Walter. "El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura – um manifesto". In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (Eds.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá, Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007b.

MIGNOLO, Walter. Cambiando las éticas y las políticas del conocimiento: Lógica de la colonialidad y postcolonialidad imperial. **Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, No.3: 47-72, enero-diciembre de 2005.

MIGNOLO, Walter. **Coloniality: The Darker Side of Modernity**, in Modernologies. Contemporary Artists Researching Modernity and Modernism Catalog of the Exhibit at the Museum of Modern Art, Barcelona, 2009, p. 39-49.

MIGNOLO, Walter. Espacios geográficos y localizaciones epistemológicas o la ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos. In: Estudios - revista de investigaciones literarias, nº 11. Caracas: Universidad Simón Bolívar, 1998. p. 11-32.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Locales/Deseños Globales** . Madrid: Akal, 2003.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina**. La herida colonial y la opción decolonial, Barcelona: Gedisa, 2007.

MONMONIER, Mark. **How to Lie with Maps**. Univ. Chicago Press, Chicago. 1991.

MOURA, Rosa; OLIVEIRA, Deuseles de; LISBOA, Helena dos Santos; FONTOURA, Leandro Martins, GERALDI, Juliano. Geografia Crítica: legado histórico ou abordagem recorrente? *Biblio3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales* , Universidad de Barcelona, Vol. XIII, nº 786, 5 de junio de 2008.

MOZEL, L.; BHAGAT, A. (Eds.) An Atlas of Radical Cartography. Los Angeles, CA: Journal of Aesthetics & Protest Press, p.157 p.ed. 2008.

NACIF, Cristina Lontra; NAME, Leo. Vai para o mapa ou não vai? Reflexões sobre o planejamento urbano participativo na perspectiva de uma cartografia crítica. Em: Anais: I Colóquio Território Autônomo. Rio de Janeiro, 2010.

NAME, Leo; NACIF, Cristina. Notas sobre mapas, mapeamentos e o planejamento urbano participativo no Brasil na perspectiva de uma cartografia crítica. *Biblio3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 25 de marzo de 2013.

NASCIMENTO, João Paulo Costa. Abordagens do pós-moderno em música: a incredulidade nas metanarrativas e o saber musical contemporâneo [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

O' GORMAN, Edmundo. La invención de América. Mexiko D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1995 [1958].

OFFEN, Karl. Sem título. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.

OFFEN, Karl. The Territorial Turn – Making Black Communities in Pacific Colombia. **Journal of Latin American Geography** 2. No. 1: 43-73, 2003.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Soberania, democracia e cidadania. Em: ALMEIDA, Alfredo Wagner de.; FARIAS JÚNIOR, Emmanuel. **Nova Cartografia Social**. Manaus, 2013.

PECK, Jamie. Economías políticas de escala: políticas rápidas, relaciones inter escalares y workfare neoliberal. FERNÁNDEZ, Víctor Ramiro; BRANDÃO, Carlos (org.) Escalas y políticas del desarrollo regional. Desafíos para América Latina. Buenos Aires: Miño Dávila, 2010.

PERKINS, Chris. Community Mapping. **Cartographic Journal** , v.44, n.2, p.127-137, 2007

PICKLES, John. **A history of spaces**: cartographic reason, mapping and the geo-coded world, London: Routledge, 2004.

PNCSA. Nova Cartografia Social. Faxinalenses no Setor Centro do Paraná, Fascículo 5. Série: Faxinalenses do Sul do Brasil. 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter e QUENTAL, Pedro de Araújo. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. Polis [on line], disponível no sítio: <http://polis.revues.org/3749> Acesso em 22 de outubro de 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Abya Yala, el descubrimiento de América. In: GIARRACCA, Norma (Org.). Bicentenarios (otros): transiciones y resistencias. Buenos Aires: Una Ventana, 2011. p. 39-46.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Del desarrollo a la autonomía: La reinención de los territorios. Em: OSVALDO, León. (org.) **La agonía de un mito**: ¿Cómo reformular el “desarrollo”? Agencia Latinoamericana de Información (ALAI), 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades, 2008. Disponível em: <[http://www.geopolitica.ws/media\\_files/download/Wporto5.pdf](http://www.geopolitica.ws/media_files/download/Wporto5.pdf)> Acesso em 22 de outubro de 2013.

QUIJANO, Aníbal y WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a Concept, or the Americas in the Modern World-System. En **International Social Science Journal**. 134, 1992, 459-559.



QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder y Clasificación Social. *Journal of world-systems research*, vi, 2, summer/fall 2000b, 342-386

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In LANDER, Edgardo (Comp.) **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. En libro: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005a. pp.227-278.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. In: **Novos Rumos**. Ano 17, n37, 2002.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **ESTUDOS AVANÇADOS** n 19 (55), 2005b.

RIBEIRO, Silvia. Geopirataria Militar. La Jornada. UNAM, 2009.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. A cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicologia e Sociedade**. Porto Alegre, v. 21, n. 2, 2009.

SACHS, Wolfgang (ed.), **Diccionario del desarrollo**. Una guía del conocimiento como poder, PRATEC, Perú, 1996. 399 pp.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e outro. Coimbra, **Conferência de abertura ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, 2004a.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos**. - CEBRAP, São Paulo, n. 79, Nov. 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.63, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências, In: SANTOS, B.S. (org.), **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente**. São Paulo: Cortez Editora, 777-821, 2004b.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Porque é tão difícil construir teoria crítica. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 54 , p.197-215, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Refundación del Estado en América Latina**. Perspectivas desde una Epistemología del Sur. Buenos Aires: Antropofagia, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Uma cartografia simbólica das representações sociais: prolegómenos a uma concepção pós-moderna do direito**. In Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 24, março, 1988.

SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço**; diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

SANTOS, Renato Emerson. Disputas cartográficas e lutas sociais: sobre representação espacial e jogos de poder. Em: Anais “XII Coloquio Internacional de Geocrítica”. Bogotá, Colômbia, 2012.

SEEMANN, Jörn. Cartografia e cultura: abordagens para a geografia cultural. In: ROSENDAHL, Zeny; CORREA, Roberto Lobato. (Org.). **Temas e caminhos da geografia cultural**. Rio de Janeiro: Editora deUERJ, 2010, v. 1, p. 115-156.

SIEGERT, Bernhard. The map *is* the territory. **Radical Philosophy**, n. 169, p.13-16, set-dez. 2011.

SMITH, Neil. **American Empire**: Roosevelt's Geographer and the Prelude to Globalization. Berkeley: University of California Press, 2003.

SOUZA, José Gilberto de; KATUTA, Ângela Massumi. Geografia e conhecimentos cartográficos. A Cartografia no movimento de renovação da geografia brasileira e a importância do uso de mapas . São Paulo: Editora Unesp, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos*. 3ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SWYNGEDOUW, Erik. ¿Globalización o glocalización? Redes, territorios y reescalamiento. FERNÁNDEZ, Víctor Ramiro; BRANDÃO, Carlos (org.) **Escalas y políticas del desarrollo regional**. Desafíos para América Latina. Buenos Aires: MiñoDávila, 2010.

TAPIA, Luis. Multitud y sociedad abigarrada. Em: NEGRI, Toni; HARDT, Michel; CICCI, Giuseppe; REVEL, Judith; LINERA, Álvaro; TAPIA, Luis. **Imperio, multitud y sociedad abigarrada**. La Paz: CLACSO, 2008.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, RJ: Vozes. 2009.

TEUBAL, Miguel; PALMISANO, Tomás. Acumulación por desposesión y la Colonialidad del poder en América Latina. Em: MASSUH, Gabriela. **Renunciar al bien común. Extractivismo y (pos)desarrollo en América Latina**, Editorial Mardulce; Buenos Aires, 2012, p. 131-156.

VIANNA JR., Aurélio. O reencantamento da cartografia. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ano 2, n.23, São Paulo, Junho de 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Análisis de sistemas-mundo**. Una introducción, Siglo XXI Editoriales, México, 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel. **El moderno sistema mundial**: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI. México: Siglo Veintiuno, 1979. v. 1.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder: Un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. Em: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (comp). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

WASHINGTON, Claudia. Sobre limites territoriais: uma história possível. Em: WASHINGTON, Cláudia; ARAÚJO, Lúcio de; GOTO, Newton.. (Org.). **Recartógrafos**. Curitiba: edição do autor, 2010, v. 1, p. 33-41.

WATSON, Helen. Yolngu community at Yirrkala. Em: TURNBULL, David. Maps are territories: science is an atlas: a portfolio of exhibits Geelong, Victoria: Deakin University, 1989.

WHITTINGTON, Karl. The Psalter Map: a case study in forming a cartographic canon for art history. In: KUNSTLICHT N. 4, 2013.

WOOD, Denis. How Maps Work, In: **Cartographica** 29(3&4), 1992.

WOOD, Denis. *Maps and the State*: remark sprepared for the World Human Geography Conference, Lawrence, Kansas. 2011.

YURI T. ROCHA, ANDREA PRESOTTO and FELISBERTO CAVALHEIRO. The representation of *Caesalpinia echinata* (Brazilwood) in Sixteenth-and-Seventeenth-Century Maps. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*. 79(4), 2007.

ZIBECHI, Raúl. *Descolonizar el pensamiento crítico y las prácticas emancipatorias*, Quimantú, Santiago de Chile, 2014.

ZIBECHI, Raúl. Elogio de la dispersión. En: GIARRACCA, Norma. (comp) **Bicentenarios (otros) transiciones y resistencias**. 1ª ed. Buenos Aires: Una Ventana, 2011.

ZIBECHI, Raúl. Los movimientos sociales latinoamericanos: tendencias y desafíos. En: OSAL : Observatorio Social de América Latina. No. 9. Buenos Aires : CLACSO, 2003.

ZIZEK, Slavoj. *Multiculturalismo, o la lógica cultural del capitalismo multinacional*. 1997.